

ADALBERTO LUIZ RIZZO DE OLIVEIRA

**"RAMKOKAMEKRA-CANELA: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA DE UM
POVO TIMBIRA NO CENTROESTE MARANHENSE"**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Antropologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da
Profa. Dra. Vanessa Rosemary Lea

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora no dia
20/03/2002

BANCA

Profa. Dra. Vanessa Rosemary Lea (Orientador)

Prof. Dr. John Manuel Monteiro

Profa. Dra. Maria Elisa Ladeira

março/2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE:	BQ
CHAMA:	UNICAMP
	OL 4r
COMBO BC	48328
PROC	16-837102
CL	A
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	17/04/02
Nº CPD	

CM001662B2-1

B ID 236655

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

OL 4 r **Oliveira, Adalberto Luiz Rizzo de**
Ramkokamekra-Canela: dominação e resistência de um povo
Timbira no centroeste maranhense / Adalberto Luiz Rizzo de
Oliveira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Vanessa Rosemary Lea.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Índios da América do Sul – Brasil - História. 2. Índios
Canela – Política governamental. 3. Índios Timbira. I. Lea,
Vanessa Rosemary. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

*Dedico esse trabalho a meu pai, Adalberto
(in memoriam), e à minha mãe Irahya, e a
Juliana, minha filha.*

200216022

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho pôde ser concluído graças às pessoas e instituições que ao longo do tempo contribuíram de modos diferentes.

Agradeço, inicialmente às agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação, que tornaram possível minha manutenção pessoal durante a realização dos créditos e o desenvolvimento da pesquisa: ao CNPq pela Bolsa de Mestrado I, e à FAPESP pela Bolsa de Mestrado II, que viabilizou inicialmente, minhas viagens pelas cidades, povoados e áreas indígenas no Maranhão.

Agradeço, também, a Universidade Federal do Maranhão pelo apoio ao projeto de pesquisa “Canelas e Cristãos...”, e à FAPEMA, pelos recursos materiais e bolsas de Iniciação Científica, nessa etapa, o que permitiu a participação de alunos nesse projeto.

Agradeço à Fundação Cultural do Estado do Maranhão, e a sua predecessora, a Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, que através de seus diretores e funcionários possibilitaram acesso a dados históricos junto ao Arquivo Público do Estado do Maranhão, e à Biblioteca Pública “Benedito Leite”, e concederam-me afastamento temporário para a elaboração da dissertação

À Fundação Nacional do Índio, especialmente à Administração Regional de Barra do Corda, pelo acesso aos Canela, e pelo apoio de seu pessoal de campo, especialmente durante minhas passagens pela Terra Indígena Canela. No Rio de Janeiro tive livre acesso aos arquivos do SPI localizados no Museu do Índio.

Aos colegas do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, pelo apoio institucional ao desenvolvimento da pesquisa, e à elaboração dessa Dissertação, pelo estímulo pessoal e materiais fornecidos.

Ao Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA, agradeço pela liberação para viagens e pelo apoio durante o processo de pesquisa e elaboração final.

Agradeço, ainda ao PPGAS a UNICAMP pela oportunidade em concluir essa dissertação, a despeito do longo tempo corrido desde seu início. Com alguns professores desse Programa mantive um diálogo proveitoso à distância, cujas contribuições procurei incorporar no trabalho final.

Agradeço, especialmente, à Professora Vanessa Lea, pelo desprendimento em assumir a Orientação desse trabalho, em condições pouco razoáveis.

Agradeço, também, a minha própria família – irmãos, irmãs, sobrinhos e tias - com quem contei em todos os momentos e, ainda conto, apesar da distância.

À Ana Lúcia, minha companheira, por tudo.

Aqueles que constituíram meu “objeto” de estudos: os *Ramkokamekra-Canela*, com os quais estive por várias vezes, ao longo de dez anos, que me fizeram “parente”, e permitiram invadir um pouco de sua história e memória coletiva. Aos sertanejos do Resplandes, que trazem consigo a memória contato; ao povo de Barra do Corda, com quem pude dialogar nesses anos...

RESUMO

A formação histórica do atual Estado do Maranhão apresenta passagens insuficientemente explicadas, como a que se refere à sua consolidação territorial e à dominação das populações indígenas. O avanço das fronteiras econômicas coloniais pelos vales dos rios centrais da Capitania, especialmente o Itapecuru e o Mearim - sob o impulso de uma economia agro-exportadora, e de uma frente de expansão pastoril, que atingiria, entre meados do século XVIII e início do século XIX, o território formado por campos e cerrados entre os rios Parnaíba e Tocantins - confrontaria com cerca de quinze grupos étnicos autônomos conhecidos genericamente como “Timbiras”, os quais exerceram longa resistência à sujeição territorial e étnica de seus grupos locais. No período das guerras de conquista contra as “bandeiras” vindas, sobretudo, de Caxias e Pastos Bons, os diversos grupos timbira desenvolveram formas de enfrentamento e convivência junto aos agentes coloniais - comandantes de *bandeiras* e de milícias, lavradores e criadores de gado vacum, dentre outros - com vistas à preservação de suas unidades étnicas e especificidades culturais. Esse estudo focaliza os processos de confronto, como guerras e alianças, que levaram vários grupos timbira à extinção, e outros à dominação pelos agentes da sociedade luso-brasileira colonial. A seguir, descreve a consolidação desse processo, através das políticas tutelares, e os modos pelos quais os grupos timbira do alto Grajaú e Mearim, especialmente aqueles que deram origem aos *Ramkokamekra-Canela*, fizeram valer as suas demandas junto à sociedade neocolonial no século XIX. Num terceiro momento, aponta para a intensificação dos conflitos e antagonismos existentes entre os Canela e os criadores do sertão pastoril, decorrentes da *situação histórica* estabelecida. A presença do Estado, através da ação indigenista do SPI, se expressaria nas tentativas em compatibilizar a “proteção” e o controle dos *Ramkokamekra-Canela* e de outros grupos indígenas, e os interesses da sociedade regional. Finalmente, o estudo demonstra que, ao contrário da aceitação passiva aos processos de dominação a que foram submetidos, os *Ramkokamekra-Canela*, assim como outros grupos timbira, desenvolveram estratégias de continuidade e afirmação étnica. Através de um movimento sócio-religioso baseado em elementos culturais próprios, combinados com práticas religiosas sertanejas, os Canela expressaram a sua compreensão do processo de dominação em que foram inseridos, e realizaram ações concretas para a reversão desse processo, colocando-se, portanto, como agentes da sua própria história.

ABSTRACT

The current historical formation of the state of Maranhão presents insufficiently explained passages, like the ones referring to its territorial consolidation and the domination of its indigenous population. The advance of the colonial economic borders through the valleys of the central rivers of the Capitania, especially Itapecuru and Mearim (under the impulse of an agronomic-exporting economy, and the pastoral expansion front, which would strike the territory formed of fields and hills between the Parnaíba and Tocantins rivers, in the middle of the XVII century and the beginning of the XIX century) confronting approximately fifteen autonomous ethnical groups generically known as the “Timbiras”, which for long, resisted the territorial and ethnical subjection of its local groups. In the war period of conquest, the diverse Timbira groups trying to preserve their ethnical units and cultural particularities, developed forms of confrontation and dwelling (communal living) towards the colonial agents, the arriving “raiders” which were mainly from Caxias and Pastos Bons and known as the “bandeiras” (militia and “bandeiras” commanders, farmers and cattle raisers, amid others). This study focuses on the processes of confrontation –the wars and alliances, which brought various Timbira groups to extinction, and others under the domination of the agents of the colonial Portuguese–Brazilian society. The following describes the consolidation of this process, through the tutelary politics, and the manners by which the Timbira groups from the Alto Grajaú and Mearim, especially those which gave origin to the *Ramkokamekra*-Canela, made their demands heard by the neocolonial society of the XIX century. Thirdly, this study points towards the intensification of conflicts and existing antagonisms between the Canela and the cattle-raisers of the pastoral backcountry , based on the established *historical situation*. The presence of the State, through the indigenous action of the SPI, expressed itself in its attempts to make compatible the “protection” and control of the *Ramkokamekra*-Canela and other indigenous groups, and the interests of the regional society. Finally, this study demonstrates that, contrary to the passive acceptance of the domination processes which the *Ramkokamekra*-Canela and other Timbira groups underwent, they developed strategies of continued ethnical affirmation. Through a social-religious movement based on their own cultural elements, combined with the inlanders religious practices, the Canelas showed knowledge of the domination process which was placed upon them, and took concrete actions for the reversion of this process, placing themselves, therefore, as agents of their own history.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
SIGLAS E ABREVIATURAS	x
PREFÁCIO	xi
Levantamentos Históricos e Documentais	xviii
Outras Fontes Documentais	xxiv
Sobre o Trabalho de Campo	xxvi
Itinerário Teórico da Pesquisa	xxxii
Sobre o Objeto da Dissertação	xxxvii
INTRODUÇÃO	39
O Caráter Histórico e Processual do Contato	39
Sobre a Noção de Situação Histórica	49
Situações Coloniais e Processo de Territorialização	51
História Indígena e Movimentos Sócio-religiosos	54
O Campo Intersocietário no Centroeste Maranhense	66
1. AS FRONTEIRAS DO MARANHÃO COLONIAL E A CONQUISTA DAS “NAÇÕES GENTIAS”	69
1.1 Frente de Expansão e Situação de Fronteira	71
1.2 As Frentes de Expansão no Maranhão Colonial	77
1.2.1 A Conquista Portuguesa do Maranhão	78
1.2.2 Devassa e Ocupação Inicial do Vale do Itapecuru	82
1.2.2.1 A Conquista do Mearim, Pindaré e Munim	86
1.2.3 Legislação Indigenista e Política Pombalina	88
1.3 A Frente Agrícola e a Ocupação do Itapecuru	91
1.4 A Frente Pastoril Tradicional e o Território de Pastos Bons	98
1.4.1 A Vertente Baiana: do São Francisco ao Parnaíba	98
1.4.2 A Ocupação do “Sertão de Pastos Bons”	103
1.4.3 Tentativas de Articulação entre as Frentes Agrícola e Pastoril	107
1.5 A Conquista das “Nações Gentias”	110
1.5.1 Bandeiras e Tropas de Linha	111
1.5.2 Amanajó	116
1.5.3 Acoroá e Gueguê	117
1.5.4 Gamella	119
1.5.5 Os Timbira	122
1.5.6 Os Timbira do Alto Itapecuru	127
1.5.6.1 Sakamekran ou “Timbiras Mateiros”	127
1.5.6.2 Capiékran ou “Canellas Finas”	132
1.5.7 Os Timbira do Grajaú e do Tocantins	139
1.5.7.1 Piocóbgés ou “Gaviões”	139
1.5.7.2 Purekamekran	144
1.5.7.3 Makamekran ou Caraús	150
1.6 Conflito, Dominação e Resistência dos Timbira	154

2. CONSOLIDAÇÃO DA SITUAÇÃO HISTÓRICA DOS TIMBIRA	157
2.1 A Administração Colonial na Sujeição dos Timbira	160
2.1.1 Aldeamento dos “Canela Fina” e “Matteiros”	162
2.2 A Independência no Maranhão e as Revoltas no Sertão	172
2.2.1 A “República de Pastos Bons”	174
2.2.2 A “Balaiada”	174
2.3 A Legislação Indigenista do Império e os Índios no Maranhão	178
2.3.1 A Sujeição dos “Canelas” e “Matteiros” nos Documentos Provinciais	181
2.4 Diretorias e Colônias Indígenas no Alto Grajaú e Mearim	189
2.4.1 Os Timbira nas Colônias Indígenas no Alto Mearim	190
2.4.1.1 A Colônia Leopoldina	192
2.4.2 As Diretorias de Índios no Maranhão	197
2.4.3 Os Timbira nas Diretorias Parciais no Alto Mearim e Grajaú	199
2.4.3.1 Caracategé, “Gavião” e Guajajara	201
2.4.3.2 “Canela” e “Matteiro”	206
2.4.3.3 Uma Situação Social no Sertão Pastoril	210
2.4.3.4 Os Timbira no Tocantins e Gurupi	213
2.5 A Efetivação da Dominação dos Timbira	215
3. SOCIEDADE REGIONAL, OS CANELA E O REGIME TUTELAR	221
3.1 Da Frente de Expansão à Sociedade Regional	221
3.1.1 Formação e Desenvolvimento dos Núcleos Urbanos	226
3.1.1.1 Do Porto da Chapada a Grajaú	228
3.1.1.2 Do Arraial do Príncipe Regente a Mirador	229
3.1.1.3 Da Povoação Missões a Barra do Corda	231
3.1.2 Vias da Expansão Pastoril	239
3.1.3 Mandonismo e Poder Local	245
3.1.3.1 O Movimento Republicano de Barra do Corda	250
3.2 Conflitos no Campo Intersocietário e Consolidação do Regime Tutelar	252
3.2.1 O “Massacre do Alto Alegre”	254
3.2.2 Chacina e Extinção dos Kenkateyê	257
3.2.3 Representações da Elite Ilustrada	260
3.2.4 O SPI e os Conflitos no Sertão Pastoril	263
3.2.5 O Massacre Anunciado dos Canela	267
3.2.6 Mudanças no Campo Indigenista	276
3.2.7 O Movimento Messiânico Canela	279
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	289
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	297

6. APÊNDICES	307
Quadro 1: Equivalência de Nomes Indígenas: séculos XIX e XX	307
Quadro 2: Diretorias Parciais de Índios no Maranhão: 1847 a 1888	309
Quadro 3: Colônias Indígenas no Maranhão - 1850 a 1888	311
Mapa 1: Municípios de Barra do Corda e Grajaú: Terra Indígena Kanela e Terra Indígena Porquinhos; “Alto” e “Baixo” Sertão – 1994	312
Mapa 2: Frentes de Expansão Agrícola e Pastoril – Séc. XVIII e XIX	313
Mapa 3: Distribuição Espacial dos Grupos Timbira – Séc. XVIII e XIX	314
Mapa 4: Rotas Comerciais para o Sertão Pastoril – Século XIX	315
Mapa 5: Croquis das Terras Ocupadas pelos Índios Canela - 1936	316

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ADR-FUNAI. Administração Regional da FUNAI

APEM. Arquivo Público do Estado do Maranhão

BPBL. Biblioteca Pública Estadual “Benedito Leite”

CVRD. Companhia Vale do Rio Doce

FUNAI. Fundação Nacional do Índio

EMATER. Empresa Maranhense de Terras

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

FAPEMA. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão

MI. Museu do Índio / FUNAI- Rio de Janeiro

SPI – A.C. Serviço de Proteção aos Índios – Arquivo Central

PPPG. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

RIHGB. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SEDESC. Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário do Maranhão

UFMA. Universidade Federal do Maranhão

PREFÁCIO

Esse trabalho é produto de um longo processo de pesquisa, cujas condições de realização devem ser objeto de consideração para uma compreensão adequada do seu conteúdo. Mais que o clássico rito de passagem da condição de neófito para o de antropólogo, esse trabalho desencadeou toda uma transformação a nível pessoal e profissional. Do ponto de vista da sua duração, a pesquisa foi iniciada em junho de 1985, quando de minha chegada inicial à São Luís, e estendeu-se por pelo menos 10 anos, período em que realizei levantamentos históricos e trabalho de campo no espaço intersocietário e geográfico do Centroeste Maranhense.¹

No momento inicial pretendia realizar uma pesquisa etnográfica e histórica sobre os Gavião-Pukobyê – grupo de língua e cultura Jê-Timbira que habita uma região entrecortada de campos cerrados e matas de transição, entre as vertentes do Alto rio Pindaré e Alto Grajaú, localizada no atual município de Amarante, Microrregião de Imperatriz. Durante o período de elaboração de meu projeto havia definido em conjunto com o então Orientador da pesquisa, o objeto e a abordagem teórico-metodológica da mesma. Pretendia, então, desenvolver um estudo de caso acerca da *sobrevivência étnica* dos Pukobyê, tomando-o em perspectiva comparativa junto a outros grupos Jê-Timbira no Maranhão².

Conforme foi abordado no Relatório inicial enviado à FAPESP, esse trabalho foi inviabilizado nos primeiros meses do seu desenvolvimento, em função de obstáculos colocados pela administração regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ao meu acesso às áreas indígenas relacionadas à pesquisa.³ As razões desse impedimento foram consideradas no citado relatório e relacionavam-se à possíveis “irregularidades” cometidas quando de minha passagem pelas áreas indígenas.

¹ Denomino Centroeste Maranhense a região formada ecologicamente pôr uma área de transição entre florestas secas e cerrados que recortam os altos cursos dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré (e seu afluente Zutiua) abrangendo, até o ano de 1996, dentre outros, os municípios de Barra do Corda, Grajaú, Amarante e Montes Altos, vinculados às microrregiões do Grajaú e Alto Mearim, e de Imperatriz.

² Os grupos indígenas vinculados à tradição Jê-Timbira que habitam o território do atual Estado do Maranhão são: os Gavião-Pukobyê, Krikati, Apaniekra e Ramkokamekra-Canela, os “Timbira” da Geralda e Toco Preto, no rio Grajaú, e os Kreyê no Gurupi. Além destes há os Krahô e Apinayé, no Estado do Tocantins, e os Gavião-Parkateyê no leste do Pará.

³ O documento de Autorização para Ingresso à Área Indígena emitida pela Presidência da FUNAI nos dava, então, acesso às Áreas Indígenas Governador (Pukobyê), Krikati, Geralda-Toco Preto (“Timbira”-Krepumkateyê) e Rodeador.(considerada então área de caça dos Ramkokamekra-Canela).

Na análise realizada sobre tal impedimento associei esse fato aos conflitos e antagonismos presentes no campo indigenista no Maranhão, e relacionados à implantação do Projeto Grande Carajás, e ao controle de recursos destinados às populações indígenas afetadas pôr esse mega-projeto desenvolvimentista. Através de vultuosos investimentos na infra-estrutura necessária à sua implantação – o complexo mina-porto-ferrovia - o Projeto Grande Carajás estabeleceu uma repentina e profunda transformação econômica e social em toda a região ocidental do Maranhão atingindo irreversivelmente as populações indígenas e camponesas ali estabelecidas.

Diante de pressões advindas da opinião pública brasileira e internacional, especialmente em relação às prováveis consequências negativas do Projeto Carajás às populações indígenas situadas no âmbito de suas atividades foi estabelecido, a partir de 1982, o chamado “Convênio CVRD-FUNAI”, através do qual mais de 13 milhões de dólares foram investidos nas terras indígenas situadas nas chamadas áreas de “impacto direto” e de “impacto indireto”, em relação à sua maior ou menor proximidade em relação ao “corredor Carajás”⁴.

Essa elevada soma de recursos aplicada de maneira rápida, e através de critérios duvidosos desencadeou um processo de mobilização interna e externa das várias etnias indígenas situadas no âmbito da então 16ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede em São Luís, de onde decorreram sucessivas ocupações indígenas e a substituição dos quadros diretivos locais ligados ao órgão tutor. Conforme apontei no relatório inicial de pesquisa, nunca me foi possibilitado o acesso à Área Indígena Governador, e posteriormente a outras áreas, sob a alegação da ocorrência de conflitos internos entre os próprios Pukobyê, os quais interpretamos como associado às disputas pelo controle dos recursos decorrente do Convênio CVRD-FUNAI aplicados nessa área.

Em função desse impedimento tive que proceder a uma redefinição do projeto de pesquisa tendo em vista as novas condições objetivas. Foi quando optei por desenvolver a pesquisa pautada na observação das situações e agentes situados nas áreas urbanas dos municípios de Amarante, Montes Altos, Grajaú e Barra do Corda, localizados no Centroeste Maranhense, a partir dos quais pretendia investigar de maneira comparativa os processos relacionados à sobrevivência étnica daqueles grupos timbira. Incluía-se aqui a problemática dos

⁴ O chamado “Corredor Carajás” era delimitado pôr uma faixa de cerca de 100 quilômetros que se estendia pôr todo o leito da Ferrovia Carajás, onde havia sido planejado o desenvolvimento de atividades agropecuárias e industriais, e a qual se sobreponha a diversas áreas indígenas, especialmente as situadas nos vales dos rios Carú e Pindaré.

Guajajara (Tupi-*Tenetehara*), dos quais uma vasta população habitava a região florestal situada ao longo dos vales do Alto Pindaré, Grajaú e Mearim, que se estendem pôr toda essa região.

Vale dizer que esses grupos indígenas, heterogêneos pôr suas vinculações linguísticas e culturais, e pela diversidade de situações em relação à sociedade nacional encontravam-se todos sob o impacto de um acentuado processo de redefinição das relações interétnicas, em consequência da implantação do Projeto Grande Carajás, e especialmente dos recursos derivados do Convênio CVRD-FUNAI. Injetando grande quantidade de recursos nas áreas indígenas em um curto espaço de tempo, esse grande programa desenvolvimentista desencadeou diferentes reações e processos de ruptura junto a esses grupos e à agência tutelar.

Assim, nos relatórios de pesquisa subsequentes abordei as situações de contato específicas dos *Krikati* e *Pukobyê* tendo como vetor as transformações sócio-políticas e as redefinições econômicas associadas à implantação de projetos e ações indigenistas vinculadas aos recursos do Convênio CVRD-FUNAI. Procedí, ainda, a uma reformulação teórica da pesquisa enquadrando-a nos parâmetros da *teoria da fricção interétnica*,⁵ através da qual procurei desvendar os antagonismos e conflitos presentes nessa situação de contato envolvendo diferentes etnias, mas submetidas a processos de mudança relativamente comuns.

Como resultado dessa abordagem teórica e do trabalho de campo realizado a partir desses municípios elaborei, ainda, um relatório de pesquisa tendo pôr objeto a problemática de contato dos Tenetehara-Guajajara do vale do rio Grajaú localizados nas Áreas Indígenas Canabrava, Urucú-Juruá e Lagoa Comprida, e a população regional concentrada em torno do povoado de São Pedro dos Cacetes – encravado no interior da área indígena – e de outros núcleos camponeses formados pôr “posseiros” e pequenos fazendeiros que se estabeleceram nas matas próximas ao rio Grajaú.

Apenas cerca de três anos após minha chegada ao Maranhão pude novamente ingressar em uma área indígena, dessa vez como participante de um grupo de pesquisa interdisciplinar. Tratava-se de um projeto coordenado pôr dois pesquisadores alemães vinculados, respectivamente, às Universidades de Oldenburg e Munich, cujo objetivo era o estudo da “cultura lúdico-corporal” dos *Ramkokamekra*-Canela. Apesar de minha curta participação nesse projeto –

⁵ A teoria da *fricção interétnica*, tanto em sua formulação inicial, como em seu desenvolvimento posterior, a teoria da *identidade étnica* pareceu-me um instrumento teórico apropriado à investigação daqueles temas e situações de pesquisa, na medida em que permitia trabalhar os aspéctos conflituosos do contato. Vide Cardoso de Oliveira, 1964 e 1976.

dois meses, sendo que durante um mês estive “em campo” junto aos Canela – esta fez retornar meu interesse em estudar a questão do contato envolvendo os grupos timbira no Maranhão. Entretanto, desentendimentos ocorridos entre esse pesquisador e os coordenadores da pesquisa levaram-me a afastar da mesma.

De outro lado, essa curta permanência fortaleceu meus laços pessoais e de pesquisa junto aos Canela, com quem já havia estado em 1985, por alguns dias, o que fez com que, a partir daí passasse a tomar providências junto aos órgãos e agências competentes, no sentido de obter documento de Autorização junto à FUNAI, a fim de retornar a essa área indígena, e retomar meu próprio processo de pesquisa. Assim, no último relatório enviado à FAPESP (outubro/1988) discorri sobre essa situação de pesquisa, as tensões e os conflitos gerados em relação aos pesquisadores alemães envolvendo os Canela e agentes da FUNAI.

Nesse relatório realizei, ainda, uma análise sobre o processo histórico de formação e desenvolvimento das relações interétnicas envolvendo os Canela e os segmentos vinculados à frente de expansão pastoril tradicional, e aos agentes e políticas de dominação colonial desenvolvidos a partir das últimas décadas do século XVIII e início do século XIX. A partir de levantamentos históricos que já vinha realizando em arquivos e bibliotecas do Maranhão, passei a avaliar a importância central da questão histórica para a compreensão das relações interétnicas contemporâneas envolvendo os *Ramkokamekra*-Canela e outros grupos timbira, e os segmentos vinculados à sociedade regional.

Em 1990, de posse de nova Autorização pude retornar a campo, quando passei alguns dias junto aos Canela, e outros na sede do município de Barra do Corda. Em função da absoluta falta de recursos para dar continuidade ao processo de pesquisa – uma vez que não contava mais com qualquer bolsa de estudos ou auxílio institucional – não pude, evidentemente, dedicar-me pelo tempo necessário ao desenvolvimento da pesquisa, uma vez que dependia de recursos que obtinha em trabalhos esporádicos em São Luís. A despeito dessa limitação estive novamente em campo em abril de 1991, onde realizei levantamentos de campo junto aos Canela e aos segmentos sertanejos situados em Barra do Corda.

Esse período foi importante no que se refere à solidificação dos vínculos de pesquisa junto aos *Ramkokamekra*-Canela, especialmente com alguns líderes políticos, com os quais passei a me encontrar com certa regularidade por ocasião de suas viagens a São Luís, e a acompanhá-los nos contatos que realizavam junto a órgãos e instituições públicas vinculados ao

governo estadual. De fato, os Canela procuravam alternativas que possibilitassem romper os laços de dependência política e econômica junto ao órgão tutelar, apoiando-se nos novos critérios de tutela estabelecidos a partir da Constituição de 1988.

Essa busca de alternativas se dava, de um lado, através da aceitação do projeto de “apoio humanitário” desenvolvido pelos pesquisadores alemães, entre 1988 e meados dos anos 90; e de outro, através de tentativas em estabelecer vínculos junto à administração estadual do Maranhão retomando, em outras bases, uma prática histórica dos Canela e de outros grupos timbira: a “visita” a autoridades estaduais na busca de recursos materiais necessários ao próprio grupo. Várias foram as tentativas dos principais líderes políticos Canela em agendar encontro junto ao próprio Governador do Estado do Maranhão, as quais não chegaram a se concretizar. Entretanto, isso ocorreu junto a outras “autoridades” de menor escalão e foram proveitosos aos Canela.

Nesse contexto de percorrer repartições estaduais em busca de apoio junto a instituições públicas identifiquei juntamente com líderes Canela, a possibilidade de atendimento a algumas demandas econômicas do grupo através de um pequeno projeto de desenvolvimento comunitário. Aproveitando a existência de uma linha de crédito voltada para comunidades rurais do Maranhão e disponibilizada pela então Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário – SEDESC, elaborei, a partir de demandas definidas pelos próprios Canela, um projeto de auto-sustentação econômica voltado para a produção de derivados de cana-de-açúcar.

Assim, com o apoio dessa instituição pública coordenei, durante o primeiro semestre de 1992, a implantação do “Projeto Comunitário Canela”, através do qual se pretendia realizar a recuperação de uma pequena estrutura açucareira existente na área indígena, através da reforma de um engenho artesanal de madeira, a aquisição de uma “junta” de bois de tração, e o plantio de mudas de cana-de-açúcar em uma pequena área junto à Aldeia Escalvado. Esse projeto possibilitaria maior autonomia dos Canela em relação ao uso do açúcar industrializado, o qual era adquirido no comércio regional mediante relações monetárias. De outro lado dinamizaria uma atividade – a produção de açúcar mascavo, melado e rapadura – incorporada há muito tempo aos hábitos alimentares desse grupo.

A participação nessa atividade “prática” implicou, de outro lado, no estabelecimento ou fortalecimento de laços junto à população regional, tanto aquela localizada em povoados limítrofes à área indígena, como dos extratos dessa população localizados na sede municipal de

Barra do Corda. De outro lado, o desenvolvimento desse projeto colocava esse pesquisador numa posição diferenciada em relação aos pesquisadores alemães, tanto em relação aos Canela quanto em relação à população regional e aos agentes tutelares. As implicações dos respectivos trabalhos desses pesquisadores e projetos de apoio junto aos Canela e à sociedade regional serão abordados em futuro trabalho acadêmico.

A partir de meados de 1992 pude retomar o trabalho de campo junto aos *Ramkokamekra*-Canela e à sociedade regional com certa regularidade. Como professor recém-ingresso nos quadros da Universidade Federal do Maranhão tive um projeto de pesquisa aprovado em diferentes instâncias universitárias, o qual passou a ser apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA, agência de fomento à pesquisa criada pelo governo estadual, através de um Auxílio à Pesquisa.

Através do projeto “Canelas e Cristãos: Relações Interétnicas no Centroeste Maranhense” estive nos meses de julho e agosto de 1992, e março e agosto de 1993 junto aos Canela e à população regional no Município de Barra do Corda. Incorporando alunos do Curso de Ciências Sociais da UFMA como bolsistas de iniciação científica, esse projeto se desenvolveu em duas frentes de pesquisa: uma histórica, através levantamentos bibliográficos e documentais realizados nas bibliotecas e arquivos públicos de São Luís; outra etnográfica, através do trabalho de campo desenvolvido especialmente nos períodos de férias universitárias, na Área Indígena Kanela, em povoados do “sertão”, e na área urbana do município de Barra do Corda. Assim, esse projeto se estendeu pôr outros períodos: agosto/1994 a julho/1995, e agosto/1996 a julho/1997, em etapas bastante descontínuas de pesquisa.

A longa duração dessa pesquisa decorreu, em parte, da restrita disponibilidade de tempo e de recursos financeiros à sua execução. Assim, durante o período letivo foram realizados levantamentos históricos e documentais nos arquivos, bibliotecas e sedes de agências de mudança regionais localizadas em São Luís, e nos períodos de férias letivas (julho/agosto e janeiro/fevereiro) foi desenvolvido o trabalho de campo. Apesar da irregularidade dos períodos de realização do trabalho de campo, em função especialmente de greves docentes da UFMA que alteraram e encurtaram os períodos de férias letivas, esse projeto possibilitou o treinamento de vários alunos de graduação em Ciências Sociais como pesquisadores em Etnologia Indígena, além de fornecer subsídios para essa Dissertação e para monografias de graduação.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa foram levantados dados sobre diversos aspectos da vida social dos *Ramkokamekra*-Canela, e das suas relações com a sociedade regional do Centroeste Maranhense. Centrando a pesquisa nas relações intersocietárias e nas representações relativas ao contato pude mergulhar um pouco na etnohistória - através da mitologia e das narrativas Canela sobre fatos e situações históricas - e na história do contato, além de investigar temas como messianismo, organização política, política tutelar e outros.

Além disso, foi realizado levantamento etnográfico junto à população “sertaneja” localizada em povoados limítrofes à área indígena. Assim, durante as três viagens ao “baixo sertão” cordino concentrei esforços no Genipapo dos Resplandes, um núcleo sertanejo surgido ainda no século XIX durante a expansão pastoril pelo antigo território timbira, onde realizei alguns levantamentos sobre a vida cotidiana e familiar, sobre atividades econômicas dessa comunidade pastoril, e sobre as relações intersocietária que historicamente mantém junto aos Canela.⁶ Acompanhando as atividades diárias de um antigo vaqueiro sertanejo e pequeno criador, convivendo junto a ele e sua família pude investigar, ainda que rapidamente, sobre o fluxo de relações que articulam entre si as populações dos diversos povoados situados no entorno da Terra Indígena Kanela, e a extensão dessas relações até a área urbana de Barra do Corda.

No último ano de realização dessa pesquisa (agosto/96 a julho/97) foi dado continuidade aos levantamentos históricos, especialmente junto ao Arquivo Público do Maranhão (APEM), e realizadas observações e entrevistas junto aos Canela, em seus deslocamentos pela Capital do Estado, atualizando dados levantados anteriormente. Por absoluta falta de recursos, não pude realizar nova viagem ao campo, onde pretendia retornar à área Canela, bem como aos povoados sertanejos do interesse desse projeto⁷. Os dados relativos à essa pesquisa etnográfica serão, entretanto, objeto de consideração em um futuro trabalho acadêmico, possivelmente a ser desenvolvido no Doutorado.

⁶ Nesse povoado funciona, atualmente, a sede do Município de Fernando Falcão, criado oficialmente em 1996 com o desmembramento do Município de Barra do Corda. As Terras Indígenas Kanela / Buriti Velho e Porquinhos /Aldeia /Chinela habitadas, respectivamente pelos *Ramkokamekra* e *Apaniekra*-Canela, além da maior parte dos povoados sertanejos ficaram inclusos na área de jurisdição do novo município. Vale lembrar que Fernando Falcão é o nome de um ex-deputado estadual do Maranhão, nascido e com fortes vínculos em Barra do Corda, o qual teria abraçado, durante sua vida parlamentar, a “causa” dos “posseiros” que lutavam para permanecer ocupando os territórios indígenas da região, durante seu processo demarcatório ocorrido no final dos anos 70.

⁷ Além do Genipapo dos Resplandes, um outro povoado de grande importância a essa pesquisa é conhecido como Leandro, os quais formam os mais antigos núcleos de ocupação pastoril na região de Barra do Corda. Entretanto tive a oportunidade de manter contatos e realizar alguns levantamentos junto à moradores desse povoado, quando de minha permanência na sede municipal de Barra do Corda.

Levantamentos Históricos e Documentais

Com a participação de bolsistas de iniciação científica da UFMA, foram realizados, durante o desenvolvimento desse projeto, levantamentos históricos e documentais em arquivos e bibliotecas localizados em São Luís, nas sedes de órgãos públicos da Capital e interior do Estado, e mesmo em outros estados. Esses levantamentos abrangeram diferentes fontes históricas: de um lado, documentos administrativos coloniais e provinciais, as chamadas “fontes primárias”, e textos da bibliografia histórica sobre o Maranhão dos séculos XVIII, XIX, além de periódicos da primeira metade do século XX; de outro, documentos referentes a órgãos e agências de mudança presentes no Centroeste Maranhense, cuja atuação incide sobre as relações interétnicas. No que se refere ao acervo localizado em São Luís, dois núcleos de documentação e bibliografia histórica se destacam: o Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), e a Biblioteca Pública “Benedito Leite” (BPBL).

No APEM foi encontrada uma significativa documentação histórica referente ao Maranhão colonial e provincial, sendo algumas coleções de interesse imediato às pesquisas de cunho indigenista e intersocietária. Destacam-se aqui, o “Livro de Registros dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta das Missões - 1738-1777”, e as “Correspondências Oficiais” (1754-1821), dos governadores e capitães-gerais com outras autoridades da administração colonial, e posteriormente, dos presidentes de província, junto á autoridades locais e do poder central. Esses documentos foram parcialmente pesquisados, em função se encontrarem na forma de manuscritos, parte dos quais em processo de restauração, e com limitada disponibilidade de acesso. Entretanto, uma sùmula desses documentos foi publicada recentemente pelo APEM facilitando o acesso de pesquisadores a essas preciosas fontes de documentação histórica sobre o Maranhão colonial e provincial, e especialmente, sobre a dominação imposta aos grupos indígenas nesses períodos históricos (APEM, 1997).

De outro lado, essa documentação oficial produzida nas últimas décadas do período colonial e durante todo o Império possibilitaram o levantamento de dados consistentes sobre a questão indígena no Maranhão entre meados do século XVIII e o final do século XIX, e especialmente sobre presença e ação do Estado, através deliberações e ações implementadas pelas autoridades públicas e pôr outros agentes de mudança regionais e locais envolvidos na dominação dos timbira. Revelam, pôr exemplo, os critérios de autorização para as guerras “ofensivas” e “defensivas” contra os *Acroá*, *Gueguê* e *Timbira*, no sul do Piauí e sul do Maranhão, assim como

as ações efetivas para sua implementação. De outro lado remetem às pré-condições para organização de “bandeiras” e outras expedições punitivas contra os grupos autônomos do vale do Itapecuru - *Gamela*, os timbira “Mateiros” e “Canellas Finas”, e outros – e, ainda, contra outros grupos situados nas vertentes dos rios Grajaú e Mearim, e por todo o “sertão de Pastos Bons”.

Os interesses e as estratégias oficiais de ocupação territorial e de sujeição das populações indígenas no Maranhão, particularmente dos diversos grupos timbira, em seus momentos cruciais emergem desses documentos. Isso ocorre especialmente nas regiões onde se desenvolveu a expansão agrícola vinculada à economia agro-exportadora, como os vales do Itapecuru e do Mearim, e a expansão pastoril, no chamado “sertão de Pastos Bons” nos séculos XVIII e XIX.

Outra coleção de extrema importância para a compreensão das estratégias e ações oficiais em relação às populações indígenas durante o período provincial no Maranhão é formada pelos “Relatórios de Presidentes de Província do Maranhão”, relativos ao período 1850 a 1888. Através desses documentos os presidentes de província prestavam contas das atividades administrativas realizadas pelos respectivos governos, inclusive sobre a aplicação da legislação e da política indigenista formulada pelo governo central do Império.

Nos “Relatórios...” são apresentadas as ações e deliberações sobre a questão indígena a nível regional revelando o processo de dominação sobre as populações indígenas do Maranhão concomitante ao avanço das frentes expansionistas, especialmente, através das estratégias e ações desenvolvidas por seus agentes locais. De outro lado apontam as reações e mobilizações dos grupos indígenas, tanto daqueles considerados “bravos”, através de ataques às fazendas e “correrias” pelas áreas recém-incorporadas à fronteira colonial, como dos “mansos”, aparentemente sujeitados nas colônias e aldeamentos indígenas.

Além de temas gerais de importância histórica, como desenvolvimento agrícola, pecuária, navegação, colonização, etc, constitui parte integrante desses “Relatórios...” o item “Catequese e Civilização de Índios”, através do qual eram apresentados os relatórios da Diretoria Geral de Índios sobre a situação dos diversos grupos indígenas localizados na Província. Esses dados eram extraídos de prestações de conta periódicas enviadas pelas “diretorias parciais” e pelas “colônias indígenas”, unidades da política indigenista do Império, implementadas a partir de 1845. Esses relatórios trazem importantes informações acerca da situação das populações indígenas situadas no âmbito dessas “diretorias parciais” e “colônias indígenas” apresentando

quadros demográficos, localização de aldeias, casos de conflitos de índios com administradores e/ou com a população envolvente, além de dados relativos à produção econômica nas colônias indígenas, e outros temas. Evidenciam, portanto, um importante período na efetivação da dominação colonial dos timbira e outros grupos indígenas no Maranhão.

Já na Biblioteca Pública “Benedito Leite”, especialmente na sua seção de “Obras Raras” foram localizadas e investigadas algumas coleções e obras significativas a essa pesquisa. Na coleção “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (RIHGB), foram encontrados vários textos relativos aos grupos Timbira e ao processo de ocupação do seu território tradicional pelas frentes de expansão coloniais, durante o final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX.

Essencial ao estudo histórico das frentes de expansão que levaram a ocupação pastoril ao vasto território situado entre o vale do rio São Francisco e o Tocantins pela sociedade colonial luso-brasileira, e ao estabelecimento das relações intersocietárias nessa região, a RIHGB traz em relação à ocupação do sul do Maranhão, e especificamente, à atuação da frente pastoril tradicional, alguns textos fundamentais para a compreensão desse processo. Um desses textos é o “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”, do chamado Autor Anônimo, escrito em torno de 1770 e publicado em 1900, pela citada Revista.

Apresentando uma descrição minuciosa sobre o então denominado “sertão de Pastos Bons” durante o processo inicial da sua ocupação pelos agentes da frente pastoril nordestina, os caminhos de sua penetração e as suas rotas de comunicação com Pernambuco e Bahia – os centros da economia açucareira e principais mercados com os quais se ligava a expansão pastoril – esse trabalho é atribuído pelo historiador Capistrano de Abreu a Francisco Pereira Caldas, cidadão português que foi governador das capitanias do Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso (Abreu, 1998).

Esse texto, fundamental para a compreensão da organização das fazendas de criação, e de sua extensão pelas capitanias do Piauí e Maranhão apresenta, ainda, um projeto para a ocupação social e econômica do território situado entre o Parnaíba e o Tocantins, o qual se encontrava em grande parte sob o domínio dos timbira, e sua incorporação pela sociedade colonial. Nesse projeto, os timbira seriam incluídos como a força-de-trabalho necessária para o desenvolvimento desse território, sob o domínio das autoridades coloniais. Reflete, portanto, a ideologia colonialista desse agente, fortemente ligado à administração pombalina no Maranhão.

Nessa coleção destacam-se, ainda, os “clássicos” escritos do Major Francisco de Paula Ribeiro, militar português que comandou as tropas oficiais que moveram a guerra aos timbira e a outros grupos indígenas, durante as primeiras décadas do século XIX, no “sertão de Pastos Bons”. Cronista de rara sensibilidade, a despeito de sua posição de agente colonial cuja função era exatamente impor a sujeição aos timbira, e conseqüentemente da ideologia colonialista presente em seus trabalhos, Paula Ribeiro apresenta as mais precisas descrições sobre os grupos timbira ainda autônomos nesse período abordando, ainda, a violência da devassa movida pelas “bandeiras” e seus líderes, e as suas estratégias que levaram a sujeição e a conseqüente ocupação do território tradicional timbira pelos agentes da frente pastoril.

No seu “Roteiro da Viagem...” (1848), Paula Ribeiro apresenta o diário de uma viagem realizada em 1815 pelo “sertão de Pastos Bons”, entre as capitânicas do Maranhão e de Goiás através do território tradicional dos timbira, quando esse já se encontrava em processo de ocupação pela frente pastoril. Nesse texto, o autor constrói um minucioso relatório de viagem apontando as vilas e lugares por onde passou e as fazendas e paragens onde se hospedou. Apresenta, ainda, detalhes sobre as estradas e os núcleos militares estabelecidos nos limites da ocupação pastoril sobre o território timbira, sobre os grupos indígenas estabelecidos ao longo desse território, e as campanhas movidas contra estes pelas “bandeiras”, bem como os estabelecimentos destruídos pelas “correrias” realizadas pôr esses grupos. Paula Ribeiro assume uma postura crítica à ação das “bandeiras”, causadoras dos principais conflitos, e das retaliações movidas pelos timbira, que levariam ao despovoamento de áreas já conquistadas. Essas críticas revelam, em parte, a ideologia colonialista ilustrada desse oficial português.

No “Memória sobre as Nações Gêntias...” (1841) de 1815, Paula Ribeiro realiza uma descrição sobre os grupos indígenas que habitavam a vasta região de campos e cerrados situada entre os Rios Parnaíba e Tocantins nas primeiras décadas do século XIX durante o processo da ocupação pastoril desse território tradicional dos timbira. Nesse texto, Paula Ribeiro apresenta a diversidade de grupos então conhecidos, com dados sobre sua demografia, territórios específicos pôr eles ocupados, e alguns elementos de sua organização social. Descreve, ainda, os confrontos dos diversos grupos timbira com as “bandeiras” vindas de Caxias, Pastos Bons e São Pedro de Alcântara, além das “estratégias” utilizadas pelos agentes coloniais para submeter esses grupos e possibilitar a ocupação pastoril, bem como a tenaz resistência desses grupos na defesa de seu território e autonomia étnica.

Ao final do texto, Paula Ribeiro realiza uma análise sobre a ação das bandeiras, e aponta as causas que dificultavam a “pacificação” dos timbira defendendo abertamente a aplicação dos conteúdos de várias “cartas régias” publicadas entre 1808 e 1813, acerca das guerras movidas contra grupos como os Botocudos do vale do rio Doce, e outros. Acreditava esse agente, que a sujeição através da limitação territorial, do trabalho servil, e se preciso fosse, a destruição total dos grupos indígenas renitentes deveriam ser aplicados aos timbira.

Finalmente no “Descrição do Território de Pastos Bons...”(1849), escrito em 1819, o Major Francisco de Paula Ribeiro apresenta uma minuciosa descrição sobre a organização da sociedade no interior da frente pastoril no sul do Maranhão resultante da divisão política implementada pela administração colonial. Ao contrário do que apregoam algumas análises, através das informações apresentadas é possível visualizar-se, já nesse período, a existência uma estrutura político-administrativa no antigo “sertão de Pastos Bons” estabelecido como uma “freguesia” ou “distrito”, com precedência sobre todo o antigo território Timbira situado entre os Rios Parnaíba e Tocantins. De outro lado, demonstra a quase total ausência de instituições jurídicas e policiais, o que transformava esse território em “terra de ninguém”, onde o poder dos criadores se impunha e a Justiça era inexistente

Nesse texto, Paula Ribeiro apresenta, ainda, uma interessante análise sobre a sociedade pastoril em formação, sua estruturação ao longo das “ribeiras”, com o predomínio do caudilhismo e do trabalho livre sobre o escravo, e sobre a presença ostensiva de criminosos e fugitivos de outras regiões – os chamados “vadios” - evidenciando o poder pessoal dos grandes criadores estabelecidos com a frente pastoril. O Autor oferece um impressionante registro de uma *situação de fronteira* nos momentos iniciais do estabelecimento dos primeiros núcleos de população, e do caráter violento das relações que esses agentes estabeleceram com os grupos indígenas.

Ainda sobre o período de transição entre o final da era pombalina (1775) e a Independência, uma obra de grande importância é o “Compêndio Histórico-Político sobre os Princípios da Lavoura no Maranhão”, escrita em 1818 pôr Raimundo José de Sousa Gaioso. Membro da Corte de Pombal, e obrigado a se transferir para o Maranhão na segunda metade do século XVIII, Gaioso tornou-se um dos mais ricos fazendeiros de algodão do vale do Itapecuru, na áurea fase em que esse produto dinamizou enormemente a ocupação colonial dos vales centrais da capitania, acirrando os conflitos entre os grandes fazendeiros e os grupos indígenas.

Gaioso, que também foi Capitão de Caçadores e Tenente-Coronel de Regimento no Itapecuru participou ativamente de campanhas contra os *Gamella* e os *Timbira*, e considerava os índios um entrave ao livre desenvolvimento da agricultura extensiva, a qual requeria sempre novas terras pelo rápido esgotamento das lavouras.

Típico agente colonial vinculado à aristocracia portuguesa – embora argentino de nascimento – Gaioso apresenta, ainda, um importante quadro da sociedade maranhense de sua época e a sua estratificação social, onde destacam-se os privilégios dos chamados “filhos do reino”, os portugueses de nascimento, que formavam a classe dos grandes fazendeiros, comerciantes, e altos funcionários da administração pública. Apresenta, ainda, dados econômicos sobre a produção agrícola e pastoril da Capitania do Maranhão, e discute os “problemas” que impediam o seu desenvolvimento econômico, onde a presença dos “gentios” adquire importância central. Suas exposições aparecem recheadas de argumentos iluministas, o que dá um tom elegante à sua ideologia francamente colonialista.

Outras “obras raras” encontradas na BPBL foram de fundamental importância a essa pesquisa. Trabalhos como o “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão” (1970) de Augusto Cezar Marques, com suas preciosas informações sobre a Centroeste Maranhense e seus Municípios durante o século XIX, além de descrições detalhadas sobre ambientes físicos (rios, serras, etc), núcleos populacionais, processos de ocupação, etc. Essa obra é, sem dúvida, uma referência básica sobre o Maranhão provincial.

Cabe ainda uma referência final à seção de “Obras Raras”: trata-se do clássico livro de Carlota Carvalho “O Sertão”. Escrito por uma “sertaneja” nascida ainda no século XIX no sul do Maranhão, esse livro descreve, em sua primeira seção, o processo de conquista dos cerrados e chapadas do sul maranhense pela frente pastoril tradicional analisando, de maneira envolvente, a destruição e a dominação dos grupos indígenas, bem como seus atos de resistência. Outros processos fundamentais para a compreensão da sociedade sertaneja do sul do Maranhão, e da história regional como um todo, como a adesão do Maranhão à Independência (1823) e a revolta da “Balaiada” (1838-1841) são descritos e analisados pela Autora, a partir de uma ótica “sertaneja”⁸. O surgimento e desenvolvimento das pequenas vilas da região tocantina, que

⁸ Esse “olhar sertanejo” sobre a história do Maranhão no século XIX é uma especificidade dessa Autora, uma vez que a grande maioria dos trabalhos históricos sobre esse período, e especialmente sobre processos de ruptura como a adesão do Maranhão à Independência e a Balaiada são sempre tratados pela ótica de São Luís. Cf. introdução a “O Sertão”, do professor João Renor de Carvalho (Carvalho, 2000).

colocaram em evidência as questões de limites entre Goiás, Maranhão e Pará são também abordados de forma equilibrada pela Autora. Carlota Carvalho pode ser considerada uma dentre outras expressões intelectuais emergidas no sertão pastoril, cuja obra revela uma profunda e humanista identidade com a região e sua população nativa.

No que se refere à documentação relativa à primeira metade do século XX encontrei na seção de “Periódicos” da BPBL uma coleção do jornal “O Norte”. Elaborado e impresso em Barra do Corda, esse periódico circulou desde a última década do século XIX até a década de 30 do século seguinte, com grande ressonância nos principais municípios do sertão maranhense. Apresentando-se como “um órgão das idéias republicanas”, “O Norte”, na realidade era uma expressão da elite intelectual local ligada aos interesses dominantes locais, especialmente o dos criadores.

Esse periódico apresenta uma vasta e completa cobertura sobre dois conflitos interétnicos de grandes proporções ocorridos na região: o “massacre do Alto Alegre”, e o chacina da Aldeia Chinela. O primeiro corresponde ao desfecho de uma situação intolerável de intervenção e dominação religiosa promovida pelos frades Capuchinhos da Lombardia sobre os Tenetehara do Vale do Mearim, em 1901; o segundo aborda sobre a chacina dos índios *Kenkatyê*, um grupo timbira vinculado aos *Apaniekra*-Canela, promovido por um criador de Barra do Corda, no ano de 1913. Em suas reportagens e análises, os articulistas d’O Norte sempre se ocuparam em justificar a ação dos fazendeiros e moradores locais como legítimas, e vendo na ação indígena a manipulação de outros interesses. É um importante veículo, tanto em relação às informações históricas sobre esses conflitos, quanto para a análise da ideologia regional em relação à questão indígena, nas primeiras décadas do século XX.

Outras Fontes Documentais

Ao longo dessa pesquisa foram realizados, ainda, levantamentos junto a órgãos públicos e outras agências de mudança presentes no Centroeste Maranhense, os quais revelam dados importantes sobre os grupos indígenas e sua inserção junto à sociedade regional. Na sede da atual Administração Regional da FUNAI em São Luís, e em Barra do Corda, especialmente na sede do Posto Indígena Kanela foram obtidos alguns dados, a partir de relatórios de chefes de posto, e de setores específicos, como o de saúde indígena.

Esses dados referem-se ao crescimento demográfico do grupo nas últimas décadas, através de quadros de registro de nascimentos e óbitos relativamente organizados e

periodicamente atualizados pelos agentes tutelares. Foram obtidos, ainda, dados sobre a organização econômica e a produtividade agrícola dos *Ramkokamekra*-Canela, além de comentários sobre conflitos ocasionais dos Canela com a população regional decorrentes, em sua maior parte, da presença do gado sertanejo no interior da terra indígena, assim como de invasões ocasionais de caçadores, ou mais permanentes de lavradores da região. Esses relatórios expressam, ainda, opiniões e ações dos agentes tutelares em relação aos Canela e a outros atores sociais presentes nessa situação intersocietária, apontando para a elaboração da ideologia indigenista nessa região..

Outro conjunto importante de dados sobre a atuação indigenista entre os Canela e outros grupos indígenas do Maranhão foram identificados e levantados no Centro de Documentação Etnológica do Museu do Índio, localizado na cidade do Rio de Janeiro, trabalho realizado em abril de 1998. Esse Centro abriga documentos provenientes das Inspetorias Regionais do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e documentos produzidos dentro da agência central desse órgão indigenista, dos quais foram investigados aqueles relativos aos índios do Maranhão e, especificamente os situados no âmbito da Ajudância de Barra do Corda.

A documentação do SPI referente aos grupos timbira no Maranhão é composta por relatórios dos postos indígenas, da Ajudância de Barra do Corda e da Inspetoria Regional do Maranhão, e também, pôr documentos “confidenciais” produzidos pôr membros da alta hierarquia do SPI analisando situações de conflito específicas. Em relação aos Canela foram encontrados dois documentos que denunciam as perseguições impingidas a esse grupo por parte dos criadores regionais, as pressões que esses criadores exerciam sobre os agentes locais do SPI, e as tentativas em se realizar a demarcação de seu território. Nesse caso foi encontrada uma preciosidade documental constituída por um mapa elaborado na década de 30 pelo etnólogo Curt Nimuendajú, o qual corresponde a uma delimitação do território ocupado pelos Canela, com vistas à demarcação.⁹

Outros órgãos e agências foram objeto levantamentos dessa pesquisa. Na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em São Luís levantei dados populacionais e econômicos, respectivamente no Censo Demográfico e no Censo Agropecuário, que permitiram acompanhar as transformações econômicas e sociais operadas no Centroeste Maranhense nas

⁹ Além de realizar por longo tempo trabalho de pesquisa entre os *Ramkokamekra*-Canela e outros grupos timbira, Nimuendajú manteve fortes vínculos com o SPI, por solicitação do qual elaborou o croquis da área ocupada pelos Canela, com vistas a sua demarcação. Vide Mapa 05, em Apêndices.

últimas décadas. Na sede regional do IBGE em Barra do Corda levantei dados específicos sobre esse Município, e sobre alguns povoados sertanejos limítrofes à Área Canela.

Nas secretarias de Estado da agricultura, de desenvolvimento social e comunitário, e de planejamento obtive informações importantes sobre o desenvolvimento da agricultura e pecuária maranhense, e sobre políticas e projetos específicos voltados para as populações regionais e indígenas no Maranhão. No município de Barra do Corda foram levantados dados, mapas e outras informações junto a representantes da EMATER, INCRA, SUCAM, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Associação dos Criadores sobre temas ligados a suas atribuições específicas, e às relações interétnicas¹⁰.

Esses dados documentais pesquisados em lugares e momentos diferentes ao longo do processo de pesquisa constituem um rico material que possibilitou a elaboração mais objetiva sobre o processo de transformação econômica e social do Centroeste Maranhense, ampliando o quadro de referências sobre as relações entre os Canela e a sociedade regional. Entretanto, dada a riqueza e importância da documentação histórica relativa aos timbira em geral, e aos Canela em especial, bem como aos processos que os envolvem aos segmentos regionais e à ação indigenista do Estado, parte desse material de pesquisa será apresentado num futuro trabalho acadêmico – possivelmente uma tese de Doutorado – onde serão considerados os processos mais recentes presentes nas relações intersocietária envolvendo os *Ramkokamekra*-Canela, agentes tutelares e outros agentes vinculados à sociedade brasileira regional do Centroeste Maranhense.

Sobre o Trabalho de Campo

Conforme o colocado, o trabalho de campo relativo a essa dissertação foi desenvolvido em três etapas ou períodos, os quais expressam os percalços e as transformações empíricas e teóricas operadas ao longo do processo de pesquisa. Limito-me, agora, a detalhar o esse trabalho realizado junto aos *Ramkokamekra*-Canela e aos segmentos regionais da sociedade nacional no Centroeste Maranhense, no Município de Barra do Corda.

Em junho de 1992 retomei o formalmente o processo de pesquisa junto aos Canela, a partir um novo projeto (“Canelas e Cristãos...”), que aprovado nas instâncias acadêmicas da UFMA obtivera um Auxílio à Pesquisa junto à FAPEMA, o que possibilitou, nessa primeira etapa, o custeio das despesas de viagem. Meu objetivo, então, era a realização de uma pesquisa

¹⁰ Vide Quadro de Siglas e Abreviaturas, em Apêndices.

“histórica e estrutural” sobre as relações interétnicas na região, envolvendo os *Ramkokamekra*-Canela, os segmentos urbanos e rurais e as agências de mudança presentes no Centroeste Maranhense. Como a terminologia indica, esse projeto estava fundamentado na “teoria da fricção interétnica”, e no seu desdobramento posterior, a “teoria da identidade étnica” (Cardoso de Oliveira, 1964; 1967; 1976). Apoiava-se, ainda, nos estudos sobre frentes de expansão desenvolvidos no Brasil, nas últimas décadas por pesquisadores de diferentes tendências teóricas (Ribeiro, 1970; Sousa Martins, 1975; Velho, 1972; 1980).

Nessa etapa foram retomados, de maneira mais consistente e sistemática, os levantamentos históricos e documentais em arquivos, bibliotecas e junto a outros órgãos e agências presentes na situação de contato. De outro lado, o trabalho de campo ficou concentrado, em grande parte, na Área Indígena Kanela¹¹, onde realizei a maior parte dos levantamentos etnográficos. Estive, ainda, pôr alguns dias em alguns povoados do chamado “baixo sertão”, onde mantive contatos e reforcei laços pessoais e de pesquisa junto à população “sertaneja”.¹² Finalmente realizei alguns levantamentos junto à população residente na área urbana do Município de Barra do Corda, e junto às agências de mudança de atuação local.

Nesse momento desenvolvia-se no Estado do Maranhão uma campanha eleitoral, onde seriam escolhidos novos prefeitos e vereadores municipais. Pude acompanhar *in loco* parte desse processo através dos comícios, e da observação dos grupos políticos locais e suas relações a nível regional. Representando um contingente considerável de votos na região, os Canela eram “corteados” por candidatos ligados a diferentes grupos políticos, os quais “lançaram” algumas candidaturas indígenas vinculadas a seus respectivos nomes e partidos.

Ainda na sede municipal de Barra do Corda mantive contatos com alguns “sertanejos”, com vistas a um possível deslocamento a povoados do “baixo sertão” cordino, e com agentes da FUNAI abordando questões relativas à ação indigenista junto aos Canela, e ao meu ingresso na área indígena.

¹¹ Atualmente essa área indígena é denominada Terra Indígena Kanela / Buriti Velho.

¹² A população do Município de Barra do Corda diferencia a região de cerrados situada na parte sul do território municipal em “alto sertão” e “baixo sertão”. Enquanto o “alto sertão” é constituído pelos povoados e fazendas que se direcionam para o sul e sudoeste, o “baixo sertão” direciona-se a sul-sudeste envolvendo a Terra Indígena Kanela, e tendo como limite o Rio Alpercatas. As populações sertanejas que historicamente tem mantido relações de cooperação e conflito com os *Ramkokamekra* situam-se principalmente nessa sub-região. Trata-se, portanto, de uma categoria nativa e empírica. Vide Mapa 01.

Durante minha permanência na Área Indígena Kanela pude observar alguns processos internos à sociedade Canela e às suas relações com a FUNAI e com os segmentos regionais. Assim, foram realizadas observações e entrevistas sobre o processo político Canela envolvendo seus grupos e instituições políticas, agentes tutelares, segmentos regionais e outros agentes de mudança presentes. Participei de “reuniões de pátio”, onde foram tomadas decisões sobre a vida política e cerimonial do grupo, bem como sobre suas atividades econômicas e questões relativas à sociedade envolvente.

Realizei, ainda, levantamentos demográficos, econômicos e de saúde em documentos do PIN Kanela disponibilizados pelo então chefe de posto e pela enfermeira da FUNAI. A presença constante de membros da população regional na Aldeia Escalvado propiciou uma fonte de informações sobre a organização social e a ideologia sertanejos, e sobre os conflitos latentes que mantém com os Canela. A intermediação da FUNAI, através do chefe do posto indígena, em casos de “sumiço” de gado, atribuídos eventualmente aos Canela, e de invasão da área indígena pelos regionais, para a realização de caçadas ou para o cultivo de roças, revelava a atuação dos agentes tutelares na situação histórica que estava investigando.

A presença continuada do projeto de “ajuda humanitária” implantado por pesquisadores alemães e sua dinâmica em relação aos Canela foram também abordados nesse período. Através de uma estratégia de “recrutamento” de lideranças indígenas como “funcionários” do projeto, esses pesquisadores estabeleceram um significativo poder de intervenção junto aos Canela, a ponto de realizarem a indicação daqueles que ocupariam as funções de “capitão” e “vice-capitão”. Essa precedência era contestada pelos agentes da FUNAI, os quais passaram a desenvolver ações concretas de oposição aos “estrangeiros”.

Durante essa permanência na Área Indígena Kanela realizei, ainda, levantamentos etnohistóricos, através de entrevistas, e do registro de narrativas históricas e míticas dos Canela relativos a vários temas, como sobre as antigas lideranças, o movimento messiânico Canela de 1963, e outras manifestações sócio-religiosas do grupo. Entrevistei algumas lideranças indígenas sobre a vida política Canela, o seu relacionamento com a FUNAI e com outros agentes de mudança, e sobre as relações com as populações sertanejas, os projetos econômicos da FUNAI e de pesquisadores, e sobre outros temas.

Nesse período tive a oportunidade de observar a realização do *PepCahac*, um importante rito que celebra o processo de iniciação de jovens que formam uma nova “classe de

idade” entre os *Ramkokamekra*-Canela. Esse rito apresenta uma série de informações de cunho histórico, ou etnohistórico, como os grupos formadores dos *Ramkokamekra*-Canela, os *Tam'hac*. Tive, ainda, a oportunidade de conhecer pessoalmente o etnólogo William Crocker, com o qual mantive um cordial e proveitoso contato relacionado aos Canela. Retomando seu trabalho de pesquisa junto a esse grupo iniciado no final dos anos 50, esse conhecido antropólogo norte-americano coordenava, ainda, a implantação de um projeto de apoio à comunidade Canela, com vistas a possibilitar uma gradual autonomia do grupo em relação ao órgão tutelar e à sociedade nacional.

Após uma permanência de aproximadamente um mês junto aos Canela realizei uma rápida viagem ao “baixo sertão” cordino permanecendo por alguns dias no povoado Genipapo dos Resplandes, onde estivera em março de 92, para a aquisição de uma junta de bois de tração e de mudas de cana-de-açúcar relativos ao “projeto da SEDESC”, que coordenei naquele período. Embora rápida, a permanência nesse povoado sertanejo – um dos núcleos populacionais mais antigos da região formado pôr agentes da frente de expansão pastoril - foi importante para um posterior regresso, quando pude levantar alguns dados sobre a organização social do sertão e sua memória histórica sobre o contato.

Após o envio do relatório de pesquisa às instâncias acadêmicas da UFMA e à FAPEMA (abril/94) elaborei nova versão desse projeto de pesquisa, com vistas a dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, com melhor elaboração teórica e metodológica. Esse novo projeto referente ao período agosto/94 a julho/95 foi aprovado e pude contar com alguns recursos de auxílio à pesquisa viabilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPPG) da UFMA.

Nessa segunda versão, o projeto “Canelas e Cristãos...” propunha uma extensão de grupos e situações de pesquisa incorporando a problemática dos *Apaniekra*-Canela e os povoados do “alto sertão”, o que estenderia os levantamentos etnográficos ao município de Grajaú. De outro lado, incorporava ao seu referencial teórico e metodológico a “análise processualista” desenvolvida por diversos autores ligados à Antropologia Política. Especialmente através das noções de “campo político”, “arena” (Swartz, Turner & Tuden, 1966; Swartz, 1966) e “drama social” (Turner, 1974) pretendia trabalhar com instrumentos que favorecessem a investigação de situações e processos políticos envolvendo os Canela, agentes de mudança (tutelares e outros) e segmentos regionais, a partir da observação das ações manifestas.

Na realidade essa ampliação da situação empírica da pesquisa mostrou-se inviável, tanto pela escassez de recursos de financiamento – uma vez que demandaria uma série de deslocamentos e estadias nessa área indígena e em povoados limítrofes - como pela restrita disponibilidade de tempo para a execução do trabalho de campo. Assim, durante os meses de setembro/outubro de 1994 estive novamente no Município de Barra do Corda onde realizei levantamentos etnográficos junto aos *Ramkokamekra*-Canela e aos segmentos regionais anteriormente trabalhados. Nesse momento, um novo processo eleitoral se desenvolvia na região, as chamadas “eleições gerais”, onde seriam escolhidos pelo voto popular, presidente da república, deputados federais e estaduais e senadores.

A nível local esse processo envolveria os Canela, cujas principais lideranças polarizavam internamente, em função da sua vinculação com grupos políticos regionais específicos. Pude acompanhar alguns eventos - comícios, visitas de caráter eleitoral, festas, etc – na sede municipal, em povoados sertanejos, e até na própria Aldeia Escalvado – e a participação dos Canela nesse processo. Se os agentes políticos locais e regionais se utilizavam dos Canela para obter seus fins políticos, esses, inversamente também faziam uso das “alianças” feitas na cidade, como meio de fortalecer suas posições na vida política tribal.

Algumas situações de conflito surgidas nesse momento entre os Canela e os regionais foram também investigadas, além de ter sido dada continuidade aos levantamentos etnohistóricos, os quais foram concentrados nas narrativas históricas sobre processos envolvendo os Canela, outros grupos indígenas e agentes da sociedade regional. Essas narrativas confirmam a “aliança” que esse grupo estabeleceu historicamente junto aos agentes coloniais e neocoloniais, através da qual participaram no processo de sujeição de outros grupos indígenas da região, como os Guajajara.

No último período de realização de trabalho de campo (agosto-setembro/1995) realizei novo deslocamento pelo chamado “baixo sertão” de Barra do Corda, onde permaneci pôr alguns dias no povoado Genipapo dos Resplandes.¹³ Optei por concentrar os esforços de pesquisa junto aos “sertanejos” desse povoado e suas representações sobre os Canela e o contato, tendo em vista a proximidade física, e a historicidade das relações mantidas com os Canela..

¹³ Esse povoado constituiu a base de meus dados sobre a população sertaneja, que historicamente se relaciona aos *Ramokamekra*-Canela. Outros dois povoados do “baixo sertão” – Leandro e Buriti – são também significativos nesse quadro de relações intersocietárias. Na região do “alto sertão”, outros núcleos populacionais são, ainda, historicamente importantes, como o Bacabal dos Maciel e o Sítio dos Arruda, uma vasta propriedade rural resultante do estabelecimento de criadores da frente pastoril tradicional. Vide Mapa 01.

Nesse período procurei explorar a memória oral dos segmentos sertanejos, especialmente em relação ao surgimento do povoado, seus vínculos com a frente pastoril tradicional, e de fatos e situações que envolveram essa população aos Canela. Apesar das dificuldades inerentes a esses levantamentos, especialmente porque, entre os “sertanejos”, a questão indígena é assunto que não se fala com “estranhos” obtive algumas narrativas gravadas, outras não, sobre esses e outros temas, tais como as famílias e grupos que “fundaram” o povoado, suas relações históricas com os Canela, as transformações econômicas e sociais que vem ocorrendo na região, dentre outros.

Durante minha permanência na sede municipal de Barra do Corda realizei, ainda, importantes entrevistas junto a antigos indigenistas do SPI e FUNAI, assim como junto a intelectuais locais. Constituinte uma das mais antigas áreas de atuação indigenista – já em 1913 havia um agente local vinculado ao SPI – Barra do Corda tornou-se um “berço” de indigenistas, que formam verdadeiros “arquivos vivos” sobre a ação tutelar na região. Alguns desses agentes, que se tornaram personagens nos “dramas sociais” ocorridos no Centroeste Maranhense encontram-se vivos - o que torna urgente a realização de um projeto sobre a memória do indigenismo no Maranhão – e foram por mim entrevistados. A assistência e mediação do SPI em relação aos Canela e os segmentos regionais; o movimento messiânico Canela de 1963 e outros temas foram abordados nessas entrevistas.

Esse período de pesquisas, que se estendeu até agosto de 1997 foi completado com a realização de levantamentos históricos nos arquivos e bibliotecas públicas localizadas em São Luís e no Rio de Janeiro, e na atualização dos dados etnográficos nos encontros eventuais com os Canela mantidos na Capital do Estado.

Itinerário Teórico da Pesquisa

Conforme foi apresentado, o longo período de execução dessa pesquisa, assim como seus imponderáveis determinaram uma série de alterações em seu panorama teórico e metodológico, assim como no recorte empírico da mesma. Paralelamente a essas transformações surgiram, no próprio plano da reflexão teórica sobre a etnologia das relações interétnicas, novas visões ou releituras de perspectivas anteriormente trabalhadas, que evidentemente foram de alguma forma incorporadas.

A título de revisão torna-se importante recuperar o itinerário teórico percorrido desde os momentos iniciais da pesquisa a fim de melhor situar as posições teóricas utilizadas nessa

dissertação. Quando elaborei o projeto inicial dessa pesquisa, então chamado “Os Pukobyê: Estratégias de Sobrevivência Étnica de uma Tribo Timbira” (FAPESP, 1985) pretendia abordar, através de um estudo de caso, o processo de inserção desse grupo timbira junto à sociedade nacional, mais especificamente junto aos seus segmentos regionais localizados no sudoeste maranhense.

Nesse momento inicial da pesquisa, segui os posicionamentos teóricos adotados pelo então Orientador da pesquisa – em parte, pôr não ter uma visão teórica “própria” elaborada – o qual havia realizado um importante estudo histórico e etnográfico junto aos *Tenetebara*, grupo Tupi que habita regiões de floresta transicional e pré-amazônica ao longo dos rios Carú, Pindaré, Mearim e Grajaú, estas últimas no Centroeste Maranhense, região onde desenvolvi a pesquisa. Essa trabalho se pautava numa perspectiva que era definida como “sobrevivência étnica”¹⁴.

De acordo com essa abordagem, o termo *sobrevivência* é utilizado especificamente nos estudos comparativos de história das relações de contato entre diferentes sistemas sociais, onde o sistema mais poderoso tende a incorporar ou a destruir sistema menos poderoso. De outro lado, o termo *étnico* refere-se a um grupo étnico ou a um sistema social que se identifica e é identificado pôr distintos sistemas, como uma entidade separada e única. Afirma que tradicionalmente os grupos étnicos tem sido definidos em termos de uma população auto-mantida, um campo de interações e comunicação, e um “locus” de padrões comportamentais e símbolos culturais;

In sum, by ethnic survival is meant the continuing existence of a self-identifying societal system in a contact relationship with another such system (Gomes, 1977: 34).

Essa conceituação se pauta numa vertente de estudos centrados, de um lado, numa releitura do pensamento marxista, especialmente de seus textos voltados para a compreensão das sociedades não-ocidentais; de outro, numa crítica à teoria da Aculturação, especialmente ao Memorandum de 1936 de Redfield, Linton e Herskovits (Gomes, 1977: 41 e 35).

Sua crítica a essa teoria baseia-se na ausência de distinção dos conceitos de “cultura” e “sociedade”, tendo em vista que as transformações operadas no plano das culturas indígenas não significam necessariamente sua “assimilação” à cultura e à sociedade colonial e/ou ocidental estabelecida. Portanto, “mudança social” não ocorre necessariamente em paralelo à “mudança cultural” (Gomes, 1977: 37).

Essa formulação pautada, em parte, no “materialismo histórico” enfatiza, de um lado, a consideração da “superestrutura”, centrada no estudo do parentesco e dos “componentes ideológicos” presentes na coesão do sistema social *Tenetebara*. De outro lado, toma como foco de investigação e análise do “modo de produção” dos *Tenetebara*, e seu papel na determinação da sobrevivência étnica desse grupo.

Em suma, a visão da “sobrevivência étnica” toma em consideração o “caráter” dos sistemas sociais e as relações que resultam dessa interação. Estabelece como componentes mínimos para a continuidade de um grupo étnico, a existência de regras de descendência, mecanismos de incorporação e coesão ideológica, tanto quanto suas bases materiais (Gomes, 1977: 51)

Diante da impossibilidade de execução de um “estudo de caso” acerca da “sobrevivência étnica” dos Pukobyê, em função dos problemas de acesso à essa área indígena, e limitado por um conhecimento panorâmico da realidade de outros grupos timbira situados no Centroeste Maranhense tornou-se necessário uma reformulação do projeto de pesquisa. Em termos empíricos, ao invés de um grupo específico, optei por trabalhar com vários grupos envolvidos em uma mesma “situação de contato”. Embora a perspectiva da “sobrevivência étnica” possibilitasse esse estudo comparativo, outros fatores levaram à mudança teórica da pesquisa.

De fato, os grupos timbira, de uma maneira geral foram ao longo de sua história alcançados pelas mesmas frentes de expansão: uma agrícola, vinda do litoral maranhense ao longo dos rios Itapecuru, Mearim, Grajaú e Pindaré; outra originada da expansão histórica da frente pastoril tradicional nordestina, desde o vale do Rio São Francisco em direção à Amazônia. Alguns grupos foram, ainda, alcançados pôr agentes relacionados ao tráfico colonial, que se estabeleceu ao longo do rio Tocantins no final do século XVIII, entre a região aurífera de Goiás e a Capital do Pará.

De outro lado, esses grupos foram envolvidos pelas estruturas econômica e política de uma mesma sociedade colonial e pós-colonial em formação. Naquele momento intuí que um estudo entre vários grupos indígenas dentro de um processo de relações interétnicas relativamente homogêneo requeria uma perspectiva teórica que tomasse prioritariamente essas relações em suas dimensões política. Processos políticos e dramas sociais ocorridos ao longo da história do

¹⁴ Gomes, M.: “The Ethnic Survival of Tenetebara Indians of Maranhão, Brazil” (PHD) University of Flórida, 1977.

contato, bem como no contexto mais recente da pesquisa etnográfica demonstravam o caráter central do conflito na composição dessas relações.

Nesse sentido a teoria da “fricção interétnica” mostrou-se mais adequada a esse novo objeto de pesquisa. De outro lado, visualizava-se a importância da consideração dessas relações sob a perspectiva ideológica, uma vez que através das representações sociais diferentes indivíduos, grupos e agências justificavam e legitimavam sua posição nesse sistema. Assim, tanto a noção de “fricção interétnica”, como seu desdobramento, a teoria da “identidade étnica”, revelaram-se, naquele momento, instrumentos teóricos capazes de viabilizar mais adequadamente essa pesquisa¹⁵.

Dessa forma passei a considerar o Centroeste Maranhense como um sistema de relações interétnicas formadas de um lado, pôr grupos indígenas pertencentes a duas diferentes tradições linguísticas e culturais – os Jê-timbira e os Tupi-tenetehara - de outro, pôr segmentos específicos da sociedade brasileira regional, de origem agrícola e pastoril, e pôr agências de contato de diferentes orientações e interesses. Embora o recorte de pesquisa privilegiasse as relações entre os Jê-timbira – especificamente os Gavião-*Pukobyê*, *Krikati*, *Apaniekra* e *Ramkokamekra*-Canela e os “timbira” da Área Geralda-Toco Preto – e os segmentos de origem pastoril do Centroeste Maranhense tornava-se necessário a consideração de um contexto mais amplo de relações interétnicas, que incluía os *Tenetehara*-Guajajara e os segmentos agrícolas da mesma região.

Portanto, as perspectivas da “fricção interétnica” e da “identidade étnica” constituíram uma abordagem mais adequada à nova problemática de pesquisa, na medida em que possibilitavam um melhor enquadramento da diversidade de situações e grupos indígenas e regionais presentes, fornecendo, ainda, um instrumental para investigar um aspecto essencial do contato interétnico: o das ideologias e representações. De fato, tanto representantes indígenas – lideranças políticas sobretudo – como dos segmentos regionais – prefeitos, vereadores, presidentes de entidades de classe, etc – construíam discursos legitimadores das suas respectivas posições, numa situação de contato marcada por conflitos e antagonismos..

Se essa visão teórica abria novas perspectivas de pesquisa, a própria situação investigada, caracterizada pôr conflitos e constantes transformações carecia de uma metodologia capaz de apreender os eventos na sua própria ocorrência, bem como os diferentes

¹⁵ Cardoso de Oliveira, 1964 e 1976.

posicionamentos de agentes e seus respectivos interesses no jogo das relações interétnicas. Em outros termos, o trabalho de campo se encontrava meio “engessado”, e necessitando de uma metodologia capaz de viabilizar a pesquisa dos aspectos “dinâmicos” do contato.

Essa dificuldade parecia superável com a inclusão de novas metodologias. Passei, então, a trabalhar com a “análise processualista” desenvolvida pôr diversos antropólogos, especialmente em contexto africanista, a qual privilegiava exatamente a pesquisa e o tratamento de dados relativos à “ação social”, no caso aos eventos dinâmicos do contato. Assim incorporei as noções de “campo político” e de “drama social”¹⁶, como instrumentos capazes de viabilizar a pesquisa de eventos e situações envolvendo diferentes agentes sociais – índios, regionais, agentes tutelares, etc - e com o conceito de “arena”, que permitia articular diferentes posicionamentos políticos e ideológicos onde esses “processos” e “dramas” ocorrem.¹⁷

Assim, quando elaborei o projeto “Canelas e Cristãos...” em 1992, construí o recorte empírico de pesquisa – os *Ramkokamekra*-Canela e os segmentos pastoris da sociedade regional do Centroeste Maranhense – dentro dessa “nova” perspectiva teórica. A visão do contato como uma realidade histórico-estrutural, isto é, como um sistema de relações sociais específico fundado no conflito e na interdependência dialética, a qual resulta na interação continuada foi associada à “análise processualista” orientando o desenvolvimento dessa pesquisa.¹⁸

O próprio desenrolar da pesquisa, entretanto, determinou novas alterações, tanto a nível do recorte empírico, como de seu referencial teórico. De um lado, a realidade de campo mostrou-se mais rica e complexa do que inicialmente se vislumbrava. A sociedade Canela demonstrava, não apenas nas suas relações políticas ou econômicas, os vínculos com a sociedade brasileira regional, mas esses vínculos se vislumbravam até mesmo naquelas esferas mais específicas de sua vida social, como nas narrativas míticas e nos rituais. É verdade que certos fatos de natureza política foram determinantes na dinâmica das relações interétnicas, mas vislumbrava-se, cada vez mais o caráter de “totalidade” do contato, e sua presença e determinação em muitos eventos ligados à tradição cultural dos Canela.

Um exemplo dessa inserção da realidade do contato na esfera da cultura, pode ser expresso na manifestação dos rituais Canela de maior significação social. Durante minha presença junto a esse grupo em diferentes momentos tive a oportunidade de observar, e até de

¹⁶ Swartz, Turner & Tuden, 1966; Turner 1974

¹⁷ Swartz, 1966.

¹⁸ Oliveira, Adalberto. Projeto de Pesquisa. FAPEMA/1992.

participar, de algumas encenações de um rito de grande importância integrativa, e que ocorre atualmente aproximadamente a cada cinco anos. Trata-se do rito *Pep Ca'hac*, onde vários grupos de idade que passaram em conjunto pelos principais ritos de iniciação – *Pepyê* e *Ketwayê* – ao longo de uma geração “relembra” essa formação. Num dos momentos cruciais, uma “menina associada” realiza cânticos tradicionais específicos desse rito.

Numa das encenações desse rito, uma jovem associada a um dos grupos rituais realizava esses cânticos tradicionais Canela, acompanhada pelo líder ritual, o “tocador do maracá”. Em uma dessas apresentações, as cantigas tradicionais Canela foram substituídas pôr cânticos “cristãos”, entoados na própria língua timbira, que se encontrava impresso em um pequeno texto. Questionando essa situação junto a alguns Canela percebi que tratava-se de cânticos de inspiração cristã-evangélica elaborados pôr jovens Canela, sob a supervisão de um missionário-linguista ligado ao Summer Institute of Linguistics. Esses jovens haviam recebido alfabetização bi-língua pelos missionários do SIL, e serviam como elos para a introdução da ideologia cristã nas tradições Canela.

Assim, essa longa trajetória de pesquisa e convivência com a situação interétnica entre os *Ramkokamekra*-Canela e outros grupos timbira no Maranhão levou a uma elaboração teórica e metodológica que, ao que me parece, permite uma abordagem histórica e processual sobre as relações intersocietária, e seus principais fatos explicativos.

A despeito de haver coletado durante todo o processo de pesquisa um vasto material etnográfico, percebi a impossibilidade de tratá-lo em sua totalidade em único trabalho, dada a diversidade de grupos e situações abordadas, e a importância em apresentar um trabalho compacto sobre os Canela e seu processo de relações intersocietária. Assim, optei pôr desenvolver, a nível dessa dissertação, uma abordagem histórica tomando como referência básica os dados levantados nos arquivos e bibliotecas complementados pôr alguns dados etnográficos coletados durante o trabalho de campo.

Sobre o Objeto da Dissertação

Estabelecí, então, como recorte para a elaboração dessa Dissertação, a descrição e análise processual e histórica sobre a formação e o desenvolvimento das relações intersocietária envolvendo os *Ramkokmekra*-Canela, os segmentos regionais de população, agentes tutelares e outros agentes de mudança vinculados à sociedade brasileira regional no Centroeste Maranhense. Essa análise abrange um período histórico que se inicia nas últimas décadas do século XVIII e

primeiras décadas do século XIX, período das guerras de conquista e da formação das relações intersocietária, e se estende até os anos 60, com a eclosão de um dramático movimento sócio-religioso, conhecido na literatura antropológica como “movimento messiânico Canela”, o qual constitui um momento de ruptura e redefinição dessas relações.

Inicialmente esse processo envolveu diferentes grupos timbira e agentes vinculados às frentes de expansão coloniais no Maranhão – a frente agrícola que se desenvolvia desde o litoral através do vale do Itapecurú e de outros rios centrais da Capitania; e a frente pastoril que deslocando-se do vale do rio São Francisco atingiu o Parnaíba em direção ao Tocantins - evidenciando os conflitos e estratégias que levaram à sujeição e à dominação dos Timbira, e a sua prolongada resistência e manutenção de espaços físicos e sociais vitais.

Esse processo se consolidou na segunda metade do século XIX, especialmente através da definição de uma política indigenista de caráter neocolonial implementada através de uma ampla rede administrativa – o chamado “sistema de diretorias”, que impôs a restrição territorial e a sujeição dos timbira através das “diretorias parciais” e “colônias indígenas” favorecendo a ocupação de seus antigos territórios pelos agentes das frentes expansionistas. De outro lado, os Canela e outros grupos timbira estabeleceram estratégias de auto-preservação através de políticas de “aliança” com o dominador garantindo, assim, a sua continuidade étnica em condições relativamente favoráveis.

No momento seguinte, a análise se concentra no processo de reformulação da dominação sobre os *Ramkokamekra*-Canela, através da criação de um campo político intersocietário envolvendo segmentos regionais (criadores, pequenos lavradores e outros agentes locais), agentes tutelares e os próprios Canela, além de outros grupos indígenas localizados no “alto-sertão” maranhense. Destacam-se, aqui, as modalidades de conflito e convivência estabelecidos, bem como a intermediação realizada pelo Estado, através de seus agentes tutelares. O estabelecimento do regime tutelar, especialmente através da presença do SPI é abordado através da ação indigenista a nível local e nas esferas centrais do órgão tutelar.

Envolvidos num processo de dominação desencadeado desde os momentos iniciais do contato, os *Ramkokamekra*-Canela e outros grupos timbira, como os *Krahô*, não se colocaram passivamente nesse processo. Ao contrário desenvolveram estratégias e ações voltadas a preservar níveis de autonomia étnica estabelecendo limites à própria dominação. Nesse contexto é descrito o “movimento messiânico Canela” ocorrido em 1963, que a exemplo de outros

movimentos sócio-religiosos entre os timbira, como o “messianismo Krahô” ocorrido na década de 40, é analisado em termos de uma interpretação nativa ao processo de dominação, e a uma busca de alternativas e consolidação de um espaço social junto à sociedade brasileira regional.

O material etnográfico levantado nesses anos de pesquisa está apenas parcialmente incorporado nesse trabalho tendo em vista a prioridade dada à abordagem histórica, e à grande diversidade desse material. Dentro de uma perspectiva de continuidade – tanto em relação à minha formação acadêmica, quanto à da análise da sociedade Canela e dos processos intersocietários em que está envolvida – pretendo trabalhar esses dados, acrescidos de novas e atualizadas informações etnográficas num futuro trabalho acadêmico, possivelmente numa tese de Doutorado.

INTRODUÇÃO

O Caráter Histórico e Processual do Contato

Tendo em vista a elaboração das referências que norteiam essa dissertação passo a discutir alguns autores e suas respectivas visões do contato. Essa discussão, de um lado, procura abordar criticamente algumas teorias e conceitos utilizados nos estudos de contato interétnico no Brasil, nas últimas décadas; de outro, busca definir o enquadramento teórico e metodológico desse trabalho.

Uma das posições teóricas que levaram ao rompimento com as abordagens funcionalista e culturalista dominantes nos estudos sobre o contato desenvolvidos na primeira metade do século XX na Europa e nos E.U.A. foi a elaborada pôr Georges Balandier em contexto africanista, e centrada na noção de *situação colonial*.¹

Balandier parte de uma crítica aos estudos de *mudança cultural* realizados pôr antropólogos britânicos - especialmente sob a visão teórica desenvolvida pôr Malinowski - os quais consideram os processos de mudança experimentados pelas sociedades africanas tradicionais em contexto colonial, como resultantes da ação de diferentes instituições ocidentais correlatas - educacionais, religiosas, administrativas, etc.²

Ao contrário desses estudos que fragmentam a realidade do contato, em termos das ações específicas produzidas por cada tipo de instituição, Balandier propõe investigá-la a partir da noção de situação colonial, vista *enquanto uma conjuntura particular, que impõe uma certa orientação aos agentes e processos de transformação* (Balandier, 1996: 107).

Procedendo a uma ampla revisão dos fatos trabalhados por pesquisadores anglo-saxões, os quais colocam os problemas decorrentes do processo colonial em termos de “choque de raças” ou “choque de civilizações”, Balandier propõe estudá-los como resultante do processo de dominação estabelecido historicamente pela expansão colonial européia sobre a África, Ásia, América e a Oceania. Assim, define a *situação colonial* como:

... a dominação imposta por uma minoria estrangeira, 'racial' e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior ...

¹ Balandier, 1963 (1955). As referências e citações aqui apresentadas são extraídas da tradução do capítulo introdutório: “A Noção de Situação Colonial”. Cf. Balandier, 1996, pp 103-131.

² Malinowski, 1938.

As diferenças entre as sociedades ocidentais e as sociedades “tradicionais”, que passam a ser objeto do colonialismo europeu transformando-se em sociedades colonizadas, se expressam também em termos de dois projetos ou modos de civilização diferentes e incompatíveis:

... o relacionamento entre civilizações heterogêneas: uma civilização do maquinismo, de economia poderosa, de ritmo rápido e de origem cristã impondo-se sobre civilizações sem técnicas complexas, de economia atrasada, de ritmo lento e radicalmente 'não-cristãs' ...

De acordo com essa visão, as relações entre as sociedades coloniais e as colonizadas se constroem em termos da exploração econômica e da dominação política, que se expressam através do caráter instrumental a que essas últimas são relegadas, bem como pelo uso da força e da elaboração ideológica para legitimar essa condição:

... o caráter antagônico das relações que ocorrem entre as duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento a que está condenada a sociedade dominada; a necessidade para manter a dominação, de recorrer não somente a 'força' mas ainda a um conjunto de pseudo-justificações e de comportamentos estereotipados, etc... (Balandier, 1996: 128).

Ao desenvolver essa noção, Balandier considera que as sociedades ocidentais e as sociedades tribais e/ou tradicionais africanas formam um “sistema” envolvendo de um lado, a sociedade colonial e, de outro, a sociedade colonizada, e a sua multiplicidade de grupos étnicos e sociais. Essa interdependência aponta para a necessidade de que essas sociedades sejam tratadas em seu conjunto, e a própria situação colonial como uma *totalidade*:

As suas indicações mostram que a sociedade colonizada ... e a sociedade colonial formam um conjunto, um sistema, e sugerem a necessidade para qualquer estudo de apenas um elemento, de referir-se ao conjunto (Balandier, 1996: 112).

Um pressuposto fundamental da noção de situação colonial é que as relações entre as sociedades colonial e colonizada são fundadas em *conflitos* e *antagonismos*. Além da óbvia decorrência econômica, onde os membros da sociedade colonizada são reduzidos, ou tendem a sê-lo, a mero instrumento dos interesses coloniais, essa abordagem aponta para o caráter político dessa relações (Balandier, 1996: 112).

Um segundo aspecto a ser considerado na construção teórica de Balandier é a proposição de que os estudos de mudança social sejam realizados *em situação*. Daí parte um dos pressupostos centrais de sua análise:

Qualquer estudo concreto das sociedades afetadas pela colonização que procure uma apreensão completa só pode realizar-se, no entanto, através da referência a esse complexo qualificado de situação colonial... (Balandier, 1996: 107).

Como resultante da interação entre sociedades distintas e contraditórias, tanto em termos econômicos, como políticos e culturais - decorrente de um processo histórico determinado de um lado, pela expansão econômica, política e civilizatória de diversas nações européias, e de outro, da existência de sociedades “tradicionais” portadoras de organizações sociais e culturas antagônicas às ocidentais - a investigação da situação colonial deve, necessariamente, passar por uma *apreensão histórica*, que revele os processos pelos quais se quebrou o isolamento de certas sociedades, e como se articularam as diferentes historicidades - ocidental e “tradicional” - na formação das sociedades colonizadas.

Portanto, para Balandier o estudo da situação colonial não pode prescindir da análise histórica das sociedades colonizadas e de suas condições específicas, as quais revelam os processos de adaptação e recusa e as condutas inovadoras surgidas com a destruição dos modelos tradicionais, bem como os pontos de resistência dessas sociedades, suas estruturas e comportamentos fundamentais frente a dominação colonial.

Considerando a diversidade de reações à colonização, os estudos históricos indicam, ainda, as possíveis causas externas determinadas pelas estruturas da própria dominação colonial, ou internas, quando partem de estruturas e processos próprios da sociedade colonizada associados a períodos anteriores ao contato. Esses estudos teriam o caráter de verdadeiro revelador da dominação (Balandier, 1996:109).

Alguns historiadores privilegiaram o econômico como o nível determinante da ação colonial que produziria a mudança social. Para Balandier, a abordagem sociológica da situação colonial deve levar em consideração a importância das manifestações econômicas, sem entretanto reduzir a interpretação a esse nível, uma vez que a sociedade colonial e a sociedade colonizada

se encontram dentro de certas relações (assinalamos precisamente o caráter instrumental desta relação) que implicam tensões e conflitos (Balandier, 1996:111).

Referindo-se aos estudos de *mudança social* e sua aplicabilidade na compreensão das relações intersocietárias, Balandier afirma que, ao contrário destes, os antigos estudos históricos de caráter político e administrativo teriam dado maior atenção à ação administrativa colonial, como uma das principais causas da transformação social das sociedades colonizadas. Historiadores da colonização e antropólogos que trabalharam em contexto africano teriam

abordado melhor esse tema, confundido pôr outros como mera consequência da “ação econômica” (Balandier, 1996: 113).

Numa consideração crítica ao uso da noção de *situação colonial*, Oliveira Filho aponta que esta funda-se mais numa idéia de contextualização, ou de um pano de fundo histórico onde se expressam tanto os comportamentos e fatos coletivos, como as ações individuais, o que a afasta bastante da *análise de situação* desenvolvida pôr Gluckman. Na construção teórica de Balandier, a apreensão dos fatos e comportamentos através da noção de situação colonial ocorreria pôr meio da integração de diferentes abordagens, como a da história, da sociologia, da psicologia e antropologia (Oliveira Filho, 1988: 43).

Oliveira Filho aponta um problema crucial das ciências sociais em relação os estudos de contato. Segundo esse investigador torna-se necessário enfrentar um preconceito presente na tradição antropológica face aos estudos que tomam como objeto as relações interétnicas ou intersocietárias. Esses trabalhos são ou foram avaliados como de pouca importância teórica, embora de relevância social. A esse respeito afirma:

As implicações de uma situação colonial sobre grupos nativos não se esgotam em descrições e análises de caráter polarizado simplificador, seja minimizando-a e colocando a presença colonial como apêndice imposto às instituições tradicionais; ou maximizando-a na descrição do sistema político resultante como ilegítimo e imposto exclusivamente por forças externas (Oliveira Filho, 1988:10).

Portanto, torna-se necessário focar a dominação como *processo social*, que precisa ser observado e descrito de acordo com conceitos e métodos da própria antropologia servindo-se de técnicas e vocabulário adequados. De outro lado, como aponta esse especialista,

É necessário desenvolver ... uma teoria sobre os fundamentos internos da dominação, evidenciando a forte e íntima articulação que criam entre si as instituições nativas e as instituições coloniais (Oliveira Filho, 1988: 10).

Dentro dessa perspectiva deve-se afastar as concepções reducionistas que vêem o processo de dominação como uma relação de *sujeição absoluta*, onde o polo dominado não desempenha uma função ativa, reinterpretando, selecionando e remanejando as pressões que recebe do polo dominante. Nessa perspectiva, a dominação não é vista apenas como um fato externo imposto por forças estranhas ao grupo observado.

A forma e função concreta que assume decorre de virtualidades (existência real, lacunas ou ambiguidades) das próprias instituições nativas, aproveitadas no interesse de reforçar o poder de indivíduos ou grupos situados no polo dominado (Oliveira Filho, 1988:10).

Como um fato constitutivo do próprio contato, a dominação colonial e suas instituições, agentes e agências de contato, acabam sendo incorporadas pelas instituições nativas das sociedades colonizadas.

Quando regulam papéis e obrigações sociais e assumem uma significação simbólica para pessoas ou segmentos do grupo dominado, as instituições coloniais passam a ser internalizadas pelo sistema nativo, que não pode delas prescindir para reproduzir-se como uma unidade social.

Nessas circunstâncias ... seria um erro buscar as articulações e a coerência das instituições indígenas sem ai incluir o fenômeno da dominação (Oliveira Filho, 1998, 10-11).

Essa compreensão das relações interétnicas ou intersocietárias como sendo a resultante de uma interação histórica entre as diferentes instituições das sociedades ocidentais e de sociedades tradicionais, num contexto de dominação colonial rompe necessariamente com os pressupostos presentes em diferentes paradigmas antropológicos, como o culturalista – da qual deriva, numa síntese com a abordagem evolucionista, a chamada “teoria da aculturação” – e o funcionalista – presente tanto em sua versão “etnográfica”, decorrente principalmente dos trabalhos de Malinowski, como na tradição “estruturalista”, ligada aos trabalhos de Radcliffe-Brown e seguidores.

Em oposição aos equívocos de uma aparente “neutralidade” sublinhada tanto pela “teoria da aculturação”, como nos estudos estruturalistas-funcionais, que provocam um “engessamento” das sociedades em termos de suas “estruturas” e “formas” sociais “tradicionais”, torna-se necessário desenvolver uma abordagem que reponha os fenômenos decorrentes da interação entre diferentes sociedades nos parâmetros teóricos da antropologia. Esse novo enfoque implica necessariamente numa apreensão desses fatos e fenômenos que se processam, não em um *tempo estrutural*, onde as relações sociais são vistas como “congeladas” dentro de estruturas estáticas, mas num *tempo histórico*, onde essas relações são apreendidas como fenômenos dinâmicos e em constante atualização.

Essa mudança teórica implica num diálogo com a literatura antropológica conhecida como *análise processualista*, e especialmente, com estudos centrados na análise da política. Essa perspectiva foi elaborada inicialmente pôr antropólogos ligados à chamada “escola de Manchester”, sob a liderança e inspiração teórica de Max Gluckman, e desenvolvida posteriormente pôr Barth, Swartz, Turner e Tuden, Salisbury, Worsley, e outros abrangendo uma diversidade de posturas teóricas e metodológicas que tem como unidade a sua oposição ao paradigma do estruturalismo-funcional inglês.

Esses estudos procuram repor à análise antropológica o dinamismo histórico, observado através de processos sociais resultantes da interação entre diferentes sociedades, e expressos nas ações dos grupos e dos indivíduos. A visão processualista em antropologia fundamenta-se nos trabalhos de campo e em análises desenvolvidas inicialmente pôr Gluckman na África do Sul, as quais teriam posteriormente dado origem a novas abordagens, como a *análise de drama* elaborada pôr Turner (1957 e 1972); a *análise situacional*, esboçada pelo próprio Gluckman (1966) e desenvolvida pôr Van Velsen (1964); ou ainda o estudo em termos de *campo político* proposto pôr Swartz, Turner e Tuden (1966) e pôr Swartz (1968).³

Um dos pontos centrais da visão processualista é o desenvolvimento da noção de *campo social*, como alternativa ao conceito de *estrutura social* construído pelo estrutural-funcionalismo. Essa noção encontra-se claramente delineada em Gluckman, com significado e história bem diversos daqueles assumidos na atualidade. Posteriormente, a noção ou conceito de *campo* foi ampliado pôr antropólogos da geração seguinte; Swartz, Turner e Tuden o definiram como *um continuum espaço-temporal*, e o seu método como *diacrônico* (Oliveira Filho, 1998: 40).

Um dos princípios básicos desenvolvidos pela abordagem processualista refere-se ao caráter central do *conflito* para a compreensão dos fatos sociais. Esse princípio foi desenvolvido teoricamente pôr Simmel (1908) e pôr Gluckman (1939, 1954 e 1956), e amplamente utilizado nas pesquisas desenvolvidas em contexto colonial africano, especialmente aqueles relacionados ao controle dos recursos socialmente valorizados.⁴

Partindo da constatação feita pôr Gluckman *de que as unidades básicas de análise não podem ser pensadas como entidades fechadas ou homogêneas*, novas unidades de investigação e análise são definidas. O acompanhamento das atividades diárias de um informante em um evento resultante da interação entre grupos étnicos e/ou sociedades diferenciadas, envolve o pesquisador numa rede complexa de interações sociais, cuja explicação requer a referência às relações interétnicas e a pessoas e instituições cujos interesses e valores são determinados fora da comunidade local, como o aparato da administração colonial, a ação missionária, os

³ Esses textos e autores e suas respectivas posições metodológicas são discutidos em Oliveira Filho, 1988: 39-42.

⁴ A visão de conflito desenvolvida pôr Simmel e Gluckman são analisados nesse trabalho pôr Oliveira Filho. Cf. Oliveira Filho, 1988: 11.

empreendimentos econômicos e as determinações do mercado internacional (Oliveira Filho, 1998: 38).

Uma segunda característica da visão de Gluckman, e que o distancia muito das formulações anteriores, é que o contato interétnico ou intersocietário não é visto como um fator desintegrador, confrontado com a existência plena e separada das culturas componentes, mas como um *fator organizador* da existência de determinadas comunidades, *um elemento ordenador componente da organização social* (Oliveira Filho, 1998: 39).

Gluckman rejeita o esquema das três realidades culturais de Malinowski e afirma, ao contrário, que o ponto de partida de sua análise é *a existência de uma única comunidade Africana-Branca na Zululandia*. A noção de comunidade de Gluckman não supõe limites espaciais bem definidos, nem unidades de orientação cultural, mas sim o fato de compartilhar *determinados padrões de interação no comportamento cotidiano dos indivíduos uns para os outros*. Em outro momento, Gluckman apresenta comunidade como *um amplo campo de interdependências no qual indivíduos dos dois grupos de cores tem normas padronizadas de comportamento uns com os outros* (Oliveira Filho, 1998:39, Nr.16).

Deve-se tomar em referência, ainda, um alerta de Fortes, para o qual a unidade de observação do antropólogo no estudo do contato deve ser *uma unidade de vida e não de costume – uma aldeia, cidade, acampamento...* (Fortes,1938:62, in Oliveira Filho, 1998: 39). De acordo com essa visão, os agentes de contato não podem ser descurados, ou tratados como fatores externos à vida tribal, mas sim como parte integrante da comunidade. Nesse sentido Gluckman incorpora, ainda, recomendação de Shapera, segundo o qual

O missionário, administrador, comerciante e recrutador de trabalhadores devem ser vistos como fatores na vida tribal da mesma forma que o chefe ou o xamã (Shapera, 1938:17, in: Oliveira Filho, 1988: 39)

É evidente que a noção de “comunidade” desenvolvida pôr Gluckman e empregada pôr seus seguidores em muito se diferencia da noção ou conceito de “comunidade” trabalhado pela antropologia culturalista norte-americana, como o faz Redfield (1941) em seu estudo sobre os Maya da Península de Yucatán. Nesse caso, os conceitos utilizados – *aculturação, assimilação, etc* - levam a entender cada sociedade (“comunidade”) como um conglomerado de traços de cultura, e o processo de mudança como a transmissão e a aceitação de traços isolados. (Oliveira Filho, 1988: 29)

Outro instrumento descritivo e analítico fundamental na análise processualista da política é o conceito de “campo” desenvolvido pela antropologia em discussão com a história. Conforme observa Gluckman,

Nós observamos que os indivíduos e seus bens materiais, seus agrupamentos e relacionamentos persistem através das mudanças. É o estudo das suas interdependências que é o nosso campo. Para analisá-las devemos estudá-las por um período de tempo, e a análise da mudança então envolve estudo histórico dentro de um período abrangido pelo problema (Gluckman, 1966: 209-210 in: Oliveira Filho, 1988, 41, Nr.20)

Para Gluckman os objetos da sociologia (e da antropologia) são históricos e os processos que ali se encontram não se limitam à situação do tempo presente, uma vez que o conhecimento dos processos ocorridos no passado ampliam o alcance das generalizações comparativas. Além disso, afirma não haver diferença essencial entre os processos de mudança ocorridos no passado e os do presente, desde que hajam dados suficientes para isso (Oliveira Filho, 1988: 41).

Autores posteriores retomaram a idéia de “campo” dentro de uma discussão teórica que tinha por objetivo exorcizar os pressupostos estruturalistas da análise política. Os limites da análise, até então definidos pôr critérios espaciais (relativo isolamento), sociais (recorte de um grupo) ou estruturais (existência de estrutura ideal, em situação de equilíbrio), passaram a ser definidos pela idéia de “campo”.

Com o desenvolvimento do conceito, “campo” passou a ser descrito como *composto de atores diretamente envolvidos nos processos estudados* (Swartz, 1968: 6) entendendo-se que os atores trazem consigo para esse processo *valores, sentidos, recursos e relacionamentos* (Swartz, 1968: 8). Em relação à amplitude social e territorial e a abrangência do conceito afirma Swartz:

A sua extensão social e territorial, e as áreas de conduta que envolvem mudam à medida que atores adicionais entram nos processos, ou que os antigos participantes se retiram, acarretando novos tipos de atividade em sua interação ou abandonando os velhos tipos (Swartz, 1968: 6).

Na noção de campo são abandonadas as suposições sobre a integração necessária e homogênea das partes, o caráter sistêmico e sua condição de equilíbrio:

O que nós chamamos de campo político não é necessariamente um sistema fechado, mas um contínuo espaço-temporal com algumas características sistemáticas... (Swartz, Turner & Tuden, 1966: 30).

A ausência de limites genericamente definidos à unidade de análise coloca em primeiro plano a delimitação do campo de investigação, o qual torna-se função da preocupação teórica da pesquisa. (Swartz, 1968: 6-8). Gluckman e outros autores processualistas definem a concepção de campo mais como metodológica e instrumental, do que abstrato-teórica:

A conceitualização aqui avançada não é uma teoria, mas somente uma maneira de chamar a atenção para problemas e fatos que poderiam de outro modo ser omitidos (Swartz: 1968: 7-8).

Algumas críticas ao uso da noção de “campo”, fundamentam-se no fato de que sua utilização se faria como um mero substituto para a antiga conceitualização de sociedade. Isso se manifestaria na antropologia política, inclusive na abordagem de Swartz, Turner e Tuden, com a clara dominância de uma sociologia e ciência política funcionalistas (Parsons, Easton, Lasswell), onde muitas vezes a palavra campo parece comutável com sistema (Oliveira Filho, 1988: 42).

Deve-se a Max Gluckman a formulação inicial do que se chamou de “situação social”. Fundada inicialmente em uma perspectiva etnográfica e composta de um conjunto de fatos registrados pelo pesquisador em determinado período, essa noção permite a descrição de eventos envolvendo diferentes grupos e sociedades num propósito comum:

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. Através destas e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações (Gluckman (1958) in Feldman Bianco (org), 1987: 228).

A consideração das “situações sociais” implica, ainda, em um novo recorte dos grupos sociais em interação. Não se trata mais de sociedades em seu conjunto, nem necessariamente de grupos sociais em sua totalidade, mas de um recorte que privilegie as interações entre indivíduos pertencentes a diferentes grupos e sociedades. A “comunidade”, portanto, constitui a unidade empírica que possibilita a observação e análise das situações sociais. Conforme coloca Gluckman em relação ao contexto sul-africano,

O fato dos zulus e dos europeus poderem cooperar na inauguração da ponte mostra que formam conjuntamente uma única comunidade com modos específicos de comportamento...a existência de uma única comunidade branco-africana deve ser necessariamente o ponto de partida da minha análise (Gluckman (1958), in Feldman-Bianco (org), 1987: 238-239).

Uma característica das chamadas “situações sociais” é que estas se constituem a partir da observação de um espectador autorizado, no caso o antropólogo. Encontra-se, portanto,

vinculada a uma experiência etnográfica de observação e participação do pesquisador podendo variar conforme a qualidade da experiência presenciada pelo pesquisador. A clássica descrição de Gluckman sobre os eventos relativos a inauguração de uma ponte na Zululândia constitui uma experiência etnográfica única, assim como os eventos que presenciamos e participamos ao longo de nosso trabalho de campo junto aos Canela.

Apesar desse caráter único e intransferível da observação que leva à reconstituição das situações sociais, a sua análise deve ser capaz de explicar algo de mais permanente nas relações entre indivíduos e grupos envolvidos num contexto intersocietário. Conforme coloca Gluckman, a descrição de uma série de eventos, e sua análise permite ao investigador chegar à estrutura dessas relações (Gluckman (1958), in Feldman-Bianco (org): 238). De outro lado, como foi apontado, as situações sociais podem também ser reconstituídas historicamente, a partir da análise dos documentos e das crônicas da ação colonial. Isso remete à outra dimensão da análise processualista de Gluckman.

Assim, a noção de “situação social” pode ser trabalhada paralelamente à noção de “campo”, conforme descrito acima. Enquanto a primeira se enquadra mais nos critérios estruturais que nortearam a visão teórica de Gluckman, vinculando-se à busca de sucessivos “equilíbrios”, a noção de “campo” desenvolvida posteriormente pôr ele, e ampliada pôr Swartz, Turner e Tuden e outros permite incorporar todo um conjunto de indivíduos e grupos, seus valores e recursos delimitando a ação desses grupos e indivíduos dentro de uma sequência de eventos. Permite, ainda, acompanhar o desenvolvimento dessas relações a partir de uma perspectiva temporal, isto é, histórica. Como coloca Oliveira Filho,

Do ponto de vista da análise situacional, campo e situação são conceitos solidários, que tendem a se identificar no processo de pesquisa. Toda análise situacional acaba pôr delimitar (ainda que implicitamente) um campo, todo campo supõe uma multiplicidade de contextos que poderiam ser decompostos em situações sociais (Oliveira Filho, 1988: 56).

O “campo”, portanto, constitui o espaço social onde se desenvolvem os processos políticos, e refere-se, pôr sua vez, a uma unidade conceitual mais abrangente, a “arena”. Essa é composta pôr indivíduos e grupos sociais, seus recursos, normas e valores que, embora não participem diretamente do “campo”, formam o ambiente social mais amplo de sua referência. Numa visão mais estrita, a “arena” pode ser constituída pela própria estrutura social (na concepção funcionalista-estrutural) onde se desenvolve o “campo” ou, numa visão mais

propriamente processualista, num conjunto mais amplo de grupos, valores e recursos decorrentes de uma situação colonial (Swartz, 1966: 5-8).

De uma maneira geral, a perspectiva aberta pela chamada visão processualista em antropologia privilegia elementos sociais como as variações, contradições, conflitos, manipulações de regras, conceitos que constituem subsídios para o desenvolvimento de uma abordagem processual e histórica.

Esse tipo de abordagem pressupõe um modo particular de pesquisa de campo e/ou de pesquisa documental, que resulta numa forma distintiva de etnografia detalhada e microscópica. Possibilita, em última instância, a confluência da Antropologia com a História (Feldman-Bianco, 1987: 25).

Os conceitos de “processo político”, “campo político” e “arena” serão fundamentais para a definição dos espaços e processos sociais onde se desenvolvem as relações entre os *Ramkokamekra*-Canela, os segmentos regionais de população, e as agências de mudança presentes no Centroeste Maranhense, e seus respectivos valores, regras e recursos.

Sobre a Noção de Situação Histórica

A utilização da expressão “situação histórica” remete a uma noção implícita na análise de Gluckman, a qual não se refere a eventos isolados envolvendo indivíduos, grupos e sociedades, mas à existência de modelos e esquemas de poder entre diversos atores sociais.

O que assim se designa é o resultado de uma análise situacional, pressupondo portanto o manuseio de situações sociais ... e da noção de campo. Trata-se de uma construção do pesquisador, uma abstração com finalidades analíticas, composta dos padrões de interdependência entre os atores sociais, e das fontes e canais institucionais de conflito. (Oliveira Filho, 1988: 57)

Além das referências aos conceitos de “campo” e “situação social” de Gluckman, Oliveira Filho trabalha ainda com a noção de “regime”, com trânsito entre cientistas políticos e antropólogos, e com sentido parecido ao de “situação histórica”, a qual preferiu manter pela sua maior abrangência. Essa noção não favoreceria qualquer dualismo (moderno x tradicional; nacional x indígena) nem esquemas analíticos pautados em moldes convencionais. Conforme explica:

Em tal concepção, o contato interétnico precisa ser pensado como uma situação, isto é, como um conjunto de relações entre atores sociais vinculados a diferentes grupos étnicos. (Oliveira Filho, 1988: 58)

A situação histórica não seria, então, um pressuposto teórico capaz de explicar a todos os fatos relacionados ao contato, *mas algo a ser pesquisado e cuidadosamente definido pelo estudioso do contato, que deve buscar tal unidade no processo concreto de interação social, e nas percepções que dele tem os diferentes grupos (étnicos e outros) envolvidos* (Oliveira Filho, 1988: 58).

Trata-se, portanto, de adotar uma perspectiva analítica semelhante à de Barth, a qual inverte a abordagem tradicional, onde as unidades culturais são primeiramente definidas e organizadas internamente, para depois manterem relações externas umas com as outras.

O contato interétnico é, ao contrário, um fato constitutivo, que preside a própria organização interna e o estabelecimento da identidade de um grupo étnico (Oliveira Filho, 1988: 58).

Afirma, ainda, que para um indivíduo localizado em uma situação de contato, onde estão envolvidas diferentes culturas, a adesão ao seu próprio código cultural não seria um fato automático, compulsivo, mas passaria pela percepção da diferença, da constatação da existência de outros padrões e crenças, que poderiam ser igualmente atualizados em contextos limitados e atendendo a interesses ou vantagens parciais.

A situação de contato interétnico de certo modo desnaturaliza os códigos culturais em que uma pessoa foi socializada, transformando as normas de ação em uma (entre outras) possibilidades de conduta, os valores de orientação ficando como componentes de ideologias alternativas. (Oliveira Filho, 1988: 58-59).

No contexto da situação histórica, as normas e o saber político de cada grupo étnico ganham uma significação adscrita à situação de contato em que se inserem, com a tendência a refletir e a incorporar certos padrões e símbolos de outras culturas, e não apenas atualizando interesses, costumes e valores da própria tradição (Oliveira Filho, 1988: 59).

No caso específico deste trabalho, a situação histórica poderia ser definida pela capacidade que diferentes agências do contato - tutelar, religiosa, científica, etc - teriam de produzir, em diferentes momentos, padrões ou modelos de distribuição de poder e de autoridade sobre os atores sociais ali presentes, a partir de um conjunto de interdependências, e do estabelecimento de canais para a resolução de conflitos. Nessa perspectiva, a instauração da dominação sobre os grupos indígenas pressupõe

o estabelecimento de diferentes graus de compromisso com cada um dos diversos atores, além de certa dose de legitimidade, proveniente de uma conexão positiva estabelecida pelo grupo étnico subordinado entre essa dominação e seus próprios valores últimos (Oliveira Filho, 1988: 59).

Um aspecto essencial a se considerar na análise situacional, é que esta não pode existir, quando não se considera tanto a visão dos grupos indígenas quanto a dos segmentos nacionais específicos – os diferentes agentes de mudança – em relação ao contato intersocietário.

caso se omita a visão que os nativos tem do processo histórico; mas também limitar-se a esta ótica, ou descrever tão-somente visões diferentes e polarizadas dos brancos e dos índios, é sacrificar a busca de unidade e dinamismo do campo para maior glória das análises dualistas (Oliveira Filho, 1988: 59, Nr33).

A efetivação da situação histórica implica, portanto, na elaboração de ações e representações pelo grupo dominante, que traduzem seus próprios interesses e valores ao grupo dominado como se fossem gerais:

pôr meio dessas interdependências, compromissos e legitimidade...que o grupo dominante passa a articular e representar interesses outros que não os seus próprios, obtendo certa dose de consenso e passando a exercer o poder de modo hegemônico, em nome de interesses e valores mais gerais que o seus próprios (Oliveira Filho, 1988:59)

Situações Coloniais e Processo de Territorialização

Em um trabalho posterior, Oliveira Filho procurou refinar seu aparato conceitual construído inicialmente para viabilizar a análise dos dados referentes à sua pesquisa junto aos Ticuna. Em relação à própria noção de *situação colonial* desenvolvida pôr Balandier, Oliveira Filho alerta para que, ao vincular as relações que as sociedades indígenas mantêm com as nações e com o Estado moderno, como marcadas pela *assimetria* e pelo *desequilíbrio*, a noção de *situação colonial (Balandier) cumpriu seu papel...* (Oliveira Filho, 1999: 9).

Afirma que o uso de forma genérica dessa noção não leva à construção de ferramentas analíticas que possibilitem interpretações mais específicas e explicativas das diferentes situações de pesquisa. De outro lado considera que a idéia de *situação* pode ser aplicada tanto ao estudo das múltiplas formas de relacionamento entre o Estado e as sociedades indígenas – configurando um conjunto de *situações históricas* distintas – quanto ao estudo das condições que envolvem a produção dos dados etnográficos – focalizando o trabalho de campo como uma *situação etnográfica*.

Assim, propõe a investigação do contato interétnico em termos de *situações coloniais* específicas que apontem para modalidades históricas possivelmente existentes, as quais teriam diferentes implicações no plano da organização social e das culturas indígenas. Pode-se, então, distinguir, de acordo com essas modalidades históricas que determinaram o contato interétnico no

passado, ou o determinam num dado momento, impulsionado pôr frentes expansionistas, a existência de uma *situação de seringal*, ou de uma *situação pastoril*, pôr exemplo.

De outro lado, no que tange às relações historicamente estabelecidas entre as sociedades indígenas e o Estado, estas constituem, em diferentes momentos, formas específicas de dominação e redefinição das sociedades e culturas nativas, em função dos modelos de administração impostos, que remetem a novas atualizações da situação colonial, onde a *situação de reserva* seria uma modalidade historicamente possível. (Oliveira Filho, 1999: 9).

A consideração das relações passa, necessariamente, pela questão da *territorialização*, vista como o processo pelo qual essas sociedades são inseridas na própria situação colonial. A sujeição das sociedades indígenas e a nova relação que estas estabelecem com o território, é, inversamente, determinada pela presença colonial. (Oliveira Filho, 1998: 54).

A *noção de territorialização* permite a compreensão da amplitude e da intensidade da mudança. Trata-se de uma noção há muito tempo incorporada pela Antropologia: inicialmente, foi utilizada para distinguir formas de governo (Morgan); posteriormente, para definir princípios ordenadores entre sociedades segmentadas e formações estatais (Bohanan). Oliveira Filho considera que a *atribuição de uma base territorial fixa* constitui o ponto-chave para a apreensão das mudanças por que uma sociedade passa afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação das suas manifestações culturais. (Oliveira Filho, 1993: 54-55).

Assim, a *territorialização* define-se como um processo de reorganização social, o qual implica na criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora. Esse processo implica na constituição de mecanismos políticos especializados, e resulta na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais, e na reelaboração da cultura e da relação do grupo com o passado (Oliveira Filho, 1998: 55).

Nesse sentido, a *noção de territorialização* teria a mesma função heurística que a *situação colonial* trabalhada pôr Balandier (1951) e reelaborada no Brasil pôr Cardoso de Oliveira (1964). Seria um modo de intervenção da esfera política, o qual associa um grupo ou conjunto de indivíduos a limites geográficos bem determinados constituindo, assim, objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (Oliveira Filho, 1998: 56).

Em termos conceituais, Oliveira Filho define o *processo de territorialização* como

O movimento pelo qual um objeto político-administrativo ... no Brasil as 'comunidades indígenas' – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais... (Oliveira Filho, 1998: 56).

Para Oliveira Filho, é necessário refletir sobre o contexto intersocietário onde se constituem os grupos étnicos. Toma como referência a conceituação de Barth (1969), que define esses grupos como tipos organizacionais, nos quais as diferenças culturais são utilizadas como meios de construção e reconstrução de individualidades étnicas, diante de outras etnias e/ou sociedades, com as quais estão em processo de interação permanente.

Portanto, seria equivocado reportar às condições de isolamento (localizadas no passado), uma vez que os elementos definidores dos grupos étnicos seriam sempre elaborados *situacionalmente* pelos membros desse grupo/sociedade. Essa percepção leva o deslocamento do foco de atenção das culturas (enquanto isolados) para os processos identitários, os quais devem ser investigados em contextos precisos, e percebidos, também, como atos políticos (Oliveira Filho, 1998: 55).

Num momento seguinte, haveria um retorno à discussão colocada por Barth, sem entretanto restringir à sua dimensão identitária, mas tomando a distinção e a individualização como vetores da organização social. Assim, coloca o Autor que

As afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade política-administrativa...serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de organização social de amplas proporções (Oliveira Filho, 1998: 56).

Nessa perspectiva, a compreensão dos processos que levaram as sociedades e culturas indígenas à condição de dominação pelo Estado e sociedade nacionais passa, necessariamente pelo *processo de territorialização*. Esse movimento, entendido como o modo pelo qual se estabelece a situação colonial, deve ser abordado historicamente, como organizador dos processos sociais e políticos que levam a sujeição de grupos étnicos (indígenas) anteriormente autônomos.

Assim, torna-se possível identificar os vários momentos em que se realiza a *territorialização*, e com esta a sujeição, dos grupos indígenas, pelo Estado e a sociedade colonial e neocolonial brasileira, bem como as estratégias e ações desses grupos visando garantir espaços de autonomia e mobilização dentro da situação, ou das *situações coloniais* em que são inseridos. Dessa forma, a ação do Estado e de outros agentes de mudança no campo intersocietário – seja em na sua formação ou ao longo de seu desenvolvimento – é decodificada pelos grupos indígenas em termos de suas próprias referências culturais.

História Indígena e Movimentos Sócio-religiosos

Finalmente, um aspecto teórico a ser considerado nessa dissertação refere-se às respostas emitidas pelos grupos indígenas à dominação colonial, e à sua busca em estabelecer a igualdade no plano das relações intersocietárias. Essas respostas encontram-se presentes desde os primeiros momentos do contato, nos processos de guerra e aliança, e na própria dominação estabelecida; expressam, de outro lado, as ações e estratégias das sociedades indígenas para implementar suas próprias demandas, a partir de seus referenciais culturais e da manipulação das regras da dominação.

No Brasil, a “redescoberta” da história indígena, vista a partir da ótica dessas próprias populações é um fato relativamente recente – remonta a década de 80 – embora outros esforços tenham sido realizados anteriormente, especialmente tomando como referência a problemática institucional da “política indigenista” e a problemática das modalidades econômicas e sociais pelas quais se estabeleceram as relações intersocietárias, construída através da análise das “frentes de expansão”.

Os hoje “clássicos” estudos de Eduardo Galvão (1953), Darcy Ribeiro (1970) e Roberto Cardoso do Oliveira (1964; 1967), além de estabelecerem uma radical e definitiva crítica às teorias do contato – especialmente à *teoria da aculturação*, que até então norteava a maior parte desses estudos no Brasil – buscaram colocar ou repor os povos indígenas e o contato interétnico no plano histórico, a despeito da diversidade de posturas teóricas existentes entre esses estudiosos.

Essa preocupação em introduzir a dimensão histórica no estudo do contato remonta, entretanto, a alguns dos pioneiros da Etnologia no Brasil. Assim, as “clássicas” monografias de Nimuendajú apresentam significativas introduções históricas, que mais do que informações preliminares situam as sociedades indígenas descritas dentro de um conjunto de referências de mudanças e transformações que remetem à sua inserção em diferentes *situações históricas*. De outro lado, toma os grupos e sociedades específicas, não num plano de reconstituição de modelos sócio-culturais idealizados, mas como entidades historicamente situadas, onde destaca os processos de aliança e conflitos intertribais e intersocietários, o fracionamento e o amálgama de grupos étnicos, e outras mudanças incorporadas nas unidades sócio-culturais, e descritas como partes da organização social e das culturas indígenas (Nimuendajú, 1946; [1956], 1983).

Importante considerar, ainda, os estudos iniciais de Florestan Fernandes (1949 e 1970), o qual utilizando-se exclusivamente de material histórico (crônicas e documentos coloniais) realizou um minucioso trabalho de reconstituição da sociedade Tupinambá, e de seu complexo religioso e sócio-cerimonial, possibilitando, assim, o re-conhecimento desse grupo fundamental à compreensão histórica e etnológica das sociedades pré-coloniais, e da dinâmica das relações intersocietárias estabelecidas nos momentos iniciais da formação brasileira.

No que se refere aos estudos sobre grupos Jê, cabe destacar, além das clássicas monografias de Nimuendajú, alguns trabalhos elaborados nas décadas de 60 e 70, que procuraram analisar as transformações dessas sociedades e culturas do Brasil Central, a partir de dados etnográficos interpretados à luz de uma bibliografia histórica. Especificamente em relação aos Timbira destacaria os estudos de Da Matta (1960) e Melatti (1967), os quais desenvolveram uma análise crítica de textos dos viajantes e de diferentes agentes coloniais recompondo historicamente o processo de formação e desenvolvimento das relações intersocietárias, à luz da noção de *fricção interétnica*.

Em relação a outros grupos étnicos localizados no Maranhão destacaria dois estudos realizados em diferentes momentos sobre os *Tenetehara*-Guajajara, extenso grupo Tupi que tradicionalmente habita as matas pré-amazônica e de transição situadas nas vertentes de alguns dos principais rios centrais do Maranhão - Pindaré, Grajaú e Mearim. Ainda nos anos 40, Wagley e Galvão produziram um importante estudo sobre esse grupo, a partir da *teoria da aculturação*, o qual a despeito da não confirmação das suas previsões pessimistas – o desaparecimento dos Tenetehara como decorrência de sua “assimilação” junto à sociedade regional – ou talvez, pôr isso mesmo, revelou a importância da mobilização étnica desse grupo em sua continuidade histórica.⁵

Posteriormente os Tenetehara foram objeto de outro amplo estudo histórico (Gomes, 1977), que analisou a inserção desse grupo Tupi no processo de relações intersocietárias, desde o período colonial até a segunda metade do século XX destacando as diferentes etapas históricas que marcaram essas relações. O estudo de Gomes demonstrou que, ao contrário das previsões pessimistas de Wagley e Galvão, os Tenetehara retomaram, em termos positivos, a elaboração de

⁵ Em trabalho recente, Zanoni apresenta dados etnográficos sobre os Tenetehara, os quais demonstram a vitalidade de suas instituições – como os ritos de iniciação de jovens – e a presença de um corpo mítico norteando a ideologia desse grupo. Cf. Zanoni, 1999.

sua identidade étnica dinamizando, a partir de novas demandas, como a luta pela demarcação de seus territórios, práticas culturais tidas como “abandonadas”.

Uma série de estudos publicados a partir da década de 80 contesta a visão tradicional construída acerca da relação dos povos indígenas com a história. Ao contrário da imagem que persiste no imaginário brasileiro sobre os índios – a de que estes se encontram ou devam se encontrar tal qual se apresentavam nos momentos iniciais da conquista e colonização – deve-se considerar que a história se faz onipresente na organização social e na cultura desses povos.

Essa presença se verifica, por exemplo, na destruição de antigas unidades étnicas e no surgimento de novas culturas e etnias, em alguns casos produzidas pela própria situação colonial; na produção de novos grupos “isolados”, muitos dos quais descendentes de indivíduos foragidos das missões ou das colônias indígenas, os quais migrados para regiões ainda não incorporadas à sociedade colonial ou neocolonial, em fuga da escravização se “retribalizaram”, ou aderiram a grupos independentes; ou ainda, através do fracionamento étnico, seguido de um processo de atomização, onde novas unidades foram criadas a partir de outras anteriormente existentes, motivadas muitas vezes pelas pressões das frentes expansionistas e das expedições punitivas coloniais (Carneiro da Cunha, 1992: 11-12).

A própria relação dos grupos e sociedades indígenas com a natureza expressa a presença e a determinação da história. A visão contemporânea defendida inclusive por pesquisadores de amplo reconhecimento, segundo a qual, as sociedades indígenas contemporâneas da Amazônia caracterizam-se como sociedades igualitárias e constituídas de populações diminutas, e as quais se definem em oposição à constituição do Estado, não encontra respaldo nas pesquisas históricas e arqueológicas recentes sobre a região. Essas pesquisas tem reafirmado o que colocavam os cronistas do período pré-colonial: de que as várzeas e planícies amazônicas foram povoadas no passado por populações autóctones sedentárias e possivelmente estratificadas. Suas relações com o meio ambiente são, portanto, mediatizadas pela história. (Carneiro da Cunha, 1992: 12).

Da mesma forma, o desaparecimento de um grande contingente de grupos indígenas provocado pela contaminação e pela falta de imunidade biológica às doenças introduzidas pelos europeus não ocorreu espontaneamente, nem tampouco, como política deliberada de extermínio. O morticínio nunca visto em tal proporção na história da humanidade – considerando-se especialmente o continente americano como um todo – teve como agentes homens e

microorganismos, mas suas motivações foram a ganância e a ambição – formas culturais da expansão do capitalismo mercantil (Carneiro da Cunha, 1992: 12).

Fatores ecológicos e sociais combinados produziram esse grande ‘cataclisma biológico’. A nefasta política de concentração de populações praticada pelos missionários e pelos agentes do Estado favoreceu, através da grande densidade dos aldeamentos, a disseminação de epidemias e de “vícios”, como o alcoolismo. Dessa forma, os aldeamentos religiosos e civis jamais se auto-reproduziram biologicamente tendo em vista as epidemias de sarampo, varíola, tifo e outras doenças que assolaram as cidades, vilas e aldeias coloniais. *Em suma, os microorganismos não insidiram num vácuo social e político, e sim num mundo socialmente ordenado* (Carneiro da Cunha, 1992: 13)

Os estudos históricos e aqueles pautados nas teorias do contato produzidos no Brasil, até a década de 70, a despeito de terem sido motivados pela preocupação com o destino das populações indígenas, e pela necessidade de elaboração de políticas indigenistas que contemplassem os direitos “originários” desses grupos tenderam a elaborar problemas teóricos relativos ao contato, a partir de uma concepção segundo a qual as populações indígenas eram vistas exclusivamente como *vítimas* de uma ordem política nacional, a qual se vinculava aos interesses do chamado “sistema mundial”, ou seja do capitalismo internacional.

Essa visão trazia consigo, uma postura de fundamento moral e de natureza teórica, segundo a qual a história seria movida exclusivamente a partir da metrópole, e alavancada pelo capital, e somente teria sentido a partir de seu núcleo central. Essa postura ‘politicamente correta’ somaria à constatação e explicação da extinção física dos índios, a sua *eliminação enquanto sujeitos históricos* negando a evidência de que os índios foram atores políticos decisivos em sua própria história, e de que nos interstícios da política indigenista se vislumbra a política indígena (Carneiro da Cunha, 1992: 17-18).

Assim, enquanto as potências metropolitanas perceberam e se utilizaram amplamente das rivalidades existentes entre os grupos indígenas como forma de efetivar sua dominação sobre o território e sobre outras potências, ou sobre grupos étnicos concorrentes – caso de Portugal que se aliaria aos Tupiniquim, enquanto os franceses se vinculavam aos Tupinambá, num conflito marcado pelo confronto de interesses das potências européias e dos grupos indígenas em questão; e dos agentes da frente pastoril tradicional que se aliaram aos Krahô e aos Canela para expulsar ou destruir outros grupos Jê da região do Tocantins e do Itapecuru – esses grupos atualizavam

nessas alianças os seus próprios objetivos de ampliar seus domínios e afastar grupos rivais. Em alguns casos grupos etnicamente diferenciados se uniram no combate às forças coloniais, como ocorreu em 1812, no norte de Goiás, quando os Karajá, Xavante e Xerente se coalizaram para destruir o presídio de Santa Maria, no rio Araguaia (Caneiro da Cunha, 1992: 18-19).

Como coloca Carneiro da Cunha, a percepção política e da consciência histórica de que os índios não são apenas vítimas, mas *sujeitos de sua história* é nova apenas para os pesquisadores ocidentais. Nesse sentido dois eventos fundamentais para a compreensão da sua inserção histórica – o surgimento do homem branco e a iniciativa do contato – são apreendidos pelas sociedades indígenas geralmente como produto de sua própria ação ou vontade. A gênese do homem branco surge nas mitologias indígenas de modo diferenciado ao de outros “estrangeiros” ou inimigos, uma vez que introduz, além da alteridade, os temas da desigualdade no poder e na tecnologia.

Enquanto o “branco” é visto geralmente como um mutante indígena, a desigualdade tecnológica deriva, nos mitos, das escolhas dadas aos índios. É o que ocorre no “mito de Aukê” presente na tradição dos Krahô, Canela e outros grupos timbira. O próprio herói cultural - sendo um índio, que após sucessivas tentativas de eliminação pelo seu grupo de referência acaba transformando-se no “branco” – oferece ao seu povo a opção entre os recursos tecnológicos tradicionais – o arco-e-flecha e o maracá – e os do “civilizado” – a espingarda e sanfona - optando os índios pelos primeiros. Dessa escolha “equivocada” deriva o poder dos “brancos” que ficaram vivendo em cidades, enquanto os índios permaneceram nas florestas e chapadas. Deriva, ainda, o compromisso moral em agir o “branco” com generosidade em relação aos “índios”.

Nesse sentido, os índios não seriam vítimas da fatalidade, mas agentes de seu destino. *Talvez escolheram mal. Mas fica salva a dignidade de terem moldado a própria história.* Da mesma forma, a iniciativa do contato é contada como partida dos próprios índios, ou como tentativas de “pacificar” os brancos. Assim, as sociedades indígenas pensaram os eventos em que foram envolvidas em seus próprios termos, e reconstruíram a história do mundo como seres ativos, para os quais suas escolhas teriam consequências (Carneiro da Cunha, 1992: 19).

Nos últimos anos, pesquisadores que anteriormente se dedicavam ao estudo das “culturas” e “estruturas” tradicionais tem voltado seu olhar para os processos de mudança observados até mesmo nos grupos e sociedades indígenas tidos como mais “resistentes”. Nesses casos, se incluem alguns grupos Jê, como os Kayapó. Nesse sentido, Turner aponta para as

evidências etnográficas que justificariam esse deslocamento: uma delas seria o fato de que, ao contrário das expectativas geradas, muitos povos indígenas, especialmente aqueles localizados na Amazônia, e a despeito do violento processo de mudança das suas condições ambientais e sociais de relativo isolamento, em decorrência dos movimentos de expansão da sociedade nacional, e da incorporação desses recursos pelo capitalismo internacional, tem demonstrado uma surpreendente capacidade de enfrentamento e adaptação dentro dessa nova realidade.

Esse fenômeno se expressa tanto em termos “infra-estruturais” – onde ao contrário da curva de decréscimo populacional, esses grupos tem aumentado suas respectivas populações – como em termos ideológicos – esses grupos tem demonstrado uma capacidade surpreendente em dominar instrumentos e recursos da sociedade nacional, que vão desde o aprendizado da língua portuguesa à incorporação de conhecimentos médicos e tecnológicos sem, entretanto, abrir mão de suas próprias referências culturais. Tal fenômeno teria se iniciado no final dos anos 60, no auge do desalento de pesquisadores em relação às perspectivas de continuidade étnica desses grupos, com a implantação pelos sucessivos governos militares, de políticas desenvolvimentistas na Amazônia, mas seus efeitos se manifestariam cerca de 20 anos depois (Turner, 1993: 43).

Essa mudança de perspectiva decorre do desenvolvimento, entre muitos grupos indígenas, de uma autoconsciência étnica e cultural, onde esses grupos concebem a afirmação de suas culturas, e a manutenção de seus ritos e instituições tradicionais como parte integral da sua resistência política às tentativas de usurpação de seu território, e de seus recursos e condições de autodeterminação. Assumindo uma postura de *agentes de seu destino*, os povos indígenas contemporâneos da Amazônia passaram a constituir fatores significativos na definição das situações intersocietárias.

Diante disso, constatou-se que os chamados ‘estudos de contato’ deveriam ampliar a sua atenção na investigação das formas culturais e sociais a partir das quais os grupos indígenas articulam suas ações e atitudes perante da sociedade nacional. Inversamente, impôs-se aos estudos “tradicionalistas” voltados para a investigação das “culturas” a partir de uma perspectiva exclusivamente etnográfica, a considerarem mais seriamente os fatores históricos e situacionais, além dos pragmáticos, presentes nos comportamentos e expressões culturais desses grupos. (Turner, 1993: 44).

Ao contrário dos estudos de contato desenvolvidos no Brasil nos anos 60 e 70, que seguiram mais uma perspectiva “externalista” – de explicar o contato interétnico exclusivamente

a partir da estrutura e da dinâmica da sociedade nacional – Turner se propõe a fazê-lo a partir de uma perspectiva “internalista” - baseando-se numa caracterização interna dos sistemas sócio-culturais indígenas – dos Kayapó, onde pretende demonstrar como esse grupo Jê logrou manter *uma excepcional solidariedade política e social, e uma notável continuidade cultural, frente aos severos desafios lançados pôr elementos poderosos da sociedade nacional.*

Nesse sentido coloca alguns “desafios teóricos” que a seu ver aguardam resposta, tais como: 1) Qual o perfil cultural da “situação de fricção interétnica” segundo a visão das sociedades indígenas, e como esta se articula às suas estruturas sociais e cosmológicas; 2) Quais as transformações que ocorrem na “consciência social nativa” quando a categoria relevante de ‘sociedade’ passa a ser mais a “situação total de coexistência interétnica”, do que a própria sociedade nativa (Turner, 1993: 45).

As respostas surgem, necessariamente, a partir de trabalhos que tomem como objeto de investigação tanto os elementos estruturais pautados nas referências culturais e na organização social tradicionais, como os elementos históricos e processuais, que apontem as transformações operadas nesses sistemas a partir das relações intersocietárias. Para Turner, o acionamento da capacidade de enfrentamento das demandas e imposições colocadas pelas relações intersocietárias leva os grupos indígenas a desenvolver uma consciência étnica fundamentada em seus modelos culturais contrapostos aos fatores históricos e políticos do contato.

Ao deparar com as determinações econômicas e o poder transformador das sociedade nacional e do capitalismo internacional, os povos indígenas tendem a elaborar formas mais sofisticadas de *consciência histórica*, vista como *a percepção da própria sociedade sendo um produto da ação humana no tempo histórico*, e de que muitos aspectos da sociedade nacional podem ser modificados pela ação presente e futura desses povos. Nesse sentido, a consciência histórica não chega a substituir completamente a *concepção mítica* da origem das formas sociais, mas passa a existir em interdependência com esta, prevalecendo cada modalidade em certos contextos, e convivendo ambigualmente numa fronteira instável e em constante mudança. (Turner, 1993: 65).

Na perspectiva de considerar as ações desenvolvidas pelos povos indígenas como expressões de sua consciência histórica, a qual decorre de uma atitude ativa diante do processo de dominação em que são inseridos, a qual é confrontada com a concepção mítica, é que procuro entender a emergência de movimentos sócio-religiosos entre os grupos indígenas, especialmente

entre os Jê-Timbira. Designados por diferentes termos – episódios milenaristas, cultos de crise, movimentos messiânicos, movimentos salvacionistas, dentre outros – em função das motivações de sua ocorrência, os movimentos sócio-religiosos compõem um complexo campo de interação entre valores morais, éticos e mítico-religiosos expressos em realidades sociais específicas vivenciadas por diferentes grupos e/ou sociedades.

Os movimentos sócio-religiosos são vistos em geral, como produzidos pela situação de dependência político-econômica e pela desestruturação sócio-cultural de um grupo étnico ou sociedade em contexto de interação social. De outro lado, esses grupos rearticulam a sua existência a partir do seu universo simbólico, especialmente das crenças e mitos escatológicos ou apocalípticos, sejam esses mitos e crenças autóctones ou incorporados. Essa visão pressupõe que os movimentos messiânicos ou milenaristas estão, de alguma forma, ligados simultaneamente a causas internas e externas.

Em função da adoção de diferentes posições teóricas e dos dados empíricos trabalhados, os teóricos atribuem pesos diferentes a essas causas. De um lado, há aqueles que consideram a emergência desses movimentos como decorrência de situações da opressão sócio-econômica, e a conseqüente impossibilidade do grupo em produzir a sua existência e sustentar a sua identidade em termos afirmativos. De outro, os que enfatizam as relações que se estabelecem entre essa situação e o sistema de representação, como espaço fornecedor de elementos simbólicos indispensáveis à recomposição social e à rearticulação do sentido de existência desse grupo (Oro, 1987: 14).

Ao primeiro grupo se associam Balandier, Worsley e Lanternari, dentre outros autores. Balandier considera a situação colonial como determinante na emergência dos messianismos, os quais veiculam demandas que são autenticamente políticas, mas que não podem ainda se expressar sendo pôr isso um *momento negativo* a ser ultrapassado (Balandier, 1963: 477). De outro lado, Worsley atribui ao *descontentamento social* dos melanesianos resultante da opressão a que estavam submetidos, da frustração pôr não poderem satisfazer seus desejos originados do contato com os europeus, e da desestruturação de sua antiga ordem social, como sendo a condição prévia para o surgimento do “culto milenarista” (Worsley, 1977: 256). Finalmente Lanternari situa o messianismo nas condições históricas e econômicas vividas pelos grupos concernentes. Reconhece o colonialismo e os fenômenos interculturais como os fatores

mais importantes, embora não exclusivos, na emergência dos “movimentos proféticos” (Lanternari, 1962: 316)

Outros pesquisadores relacionam o surgimento dos movimentos sócio-religiosos a múltiplos fatores, sem entretanto estabelecer prioridade entre estes. Maria Isaura Pereira de Queiróz destaca quatro elementos como essenciais à eclosão de um movimento messiânico: a existência de uma sociedade de linhagem; que possua certos tipos de crenças e de mitos; que viva uma crise intensa e profunda resultante de uma situação de dependência em relação a uma sociedade dominante; e que se engaje em torno de um messias, cujas qualidades mobilizam um grupo a fim de concretizar a salvação. (Pereira de Queiróz, 1977: 421-422; 1975: 110-111).

Já H. Desroche vê uma dupla frustração na origem dos milenarismos: a econômica-política e sócio-cultural, a qual é experimentada como um *fato social total* que acarreta regimes de desespero, os quais não oferecem condições suficientes para a eclosão desse movimento, mas levam a outras ações catastróficas, como genocídios e entorpecimentos, e até mesmo eutanásias coletivas. Torna-se necessária a presença de “forças de contestação” constituídas a partir do imaginário coletivo para que tais movimentos emergjam de fato (Desroche, 1973: 103)

Para Roger Bastide, os milenarismos dos povos colonizados se explicam pela desestruturação da antiga ordem social, e a decorrente perda da identidade social ou étnica, a qual é sentida em termos religiosos. Nesse contexto, a reconstrução social se dá através de messianismos ou milenarismos, desde que o grupo possua uma mitologia de referência autóctone ou importada, que oriente esses movimentos. (Bastide, 1975: 154-155).⁶

De qualquer forma fica explícito que esses estudiosos, independentemente dos fatores privilegiados, reconhecem que as ideologias messiânica-milenaristas preenchem importantes sentidos – cognitivos e de mobilização - para os grupos que a vivem, na medida em que possibilitam a esses grupos se dar conta e estabelecer a ação visando a superação da situação de desigualdade ou dominação em que se encontram (Oro, 1989: 16).

Estudos mais recentes sobre movimentos sócio-religiosos na Amazônia e na América Latina como um todo, tem questionado as razões e argumentos acerca dos fatores causadores desses movimentos. Assim, fundamentada na noção de situação colonial, conforme a define Balandier, Alice Barabas (1989) contextualiza essa visão para as situações etnográficas latino-americanas incorporando o conceito de “colonialismo interno”, tal qual o definiu Casanova

⁶ Os posicionamentos desses autores são apresentados e discutidos pôr Oro. Cfe Oro, 1989: 14-16..

(1975), para o enquadramento das relações de dominação-sujeição que se observam entre grupos étnicos e a sociedades dominantes dentro de um mesmo estado-nação. (Barabas, 1989, 54-55)

Barabas considera que os movimentos sócio-religiosos expressam a vontade e a prática descolonizadora dos grupos étnicos, como formas de resistência à dominação, à exploração e ao etnocídio que caracterizam a situação colonial e o colonialismo interno em toda a América Latina. Segundo essa estudiosa, a persistência da expectativa milenarista e messiânica através dos séculos se explica pela continuidade de situações de *privação múltipla* – o efeito combinado da pobreza, baixa condição social e a ausência de poder (Barabas, 1989: 56).

Portanto, a raiz da “expectativa milenarista” e do “acontecer messiânico” se encontraria sempre na vivência da privação múltipla, que entre os povos colonizados se expressa através da falta de significados do mundo, e da desvalorização de si mesmo, e de sua própria cultura. Essa privação múltipla seria um fenômeno não só de natureza política, econômica e social, mas também religiosa e psicológica.

Em termos econômicos se expressa pela destruição dos sistemas produtivos próprios, pela expropriação do território étnico e pela exploração desmedida do trabalho indígena, que resulta em pobreza, desnutrição e morte. Em termos políticos, pela fragmentação das unidades de organização social tradicionais, pela destruição das hierarquias de poder pré-existentes e imposição de outras; também pela exclusão das comunidades nas tomadas de decisão, e na consideração dos índios como menores de idade cujo destino deveria ser dirigido de fora, por representantes da “civilização”⁷.

A privação múltipla, em termos sociais e culturais resultaria da homogeneização étnica dos colonizados, reduzidos todos a uma categoria social e racial inferior. Resultaria, ainda, da exclusão legal ou costumeira dos índios em relação aos espaços sociais dos “brancos”, e das distorções de seus padrões residenciais. Da proibição ou desvalorização das línguas indígenas e de outras expressões tradicionais.

A privação religiosa, uma das mais contundentes do colonialismo se manifesta através da proibição e de punições aos sacerdotes tradicionais, às crenças, práticas rituais e símbolos sagrados resultantes da implantação da Igreja, como um dos aparatos centrais da hegemonia do colonizador. A privação do exercício da própria religião – considerada como

⁷ Especificamente no caso brasileiro, alguns fatores da privação política foram determinados até recentemente pelo instituto da tutela, especialmente os que se referem à validade jurídica de decisões tomadas pelos próprios grupos indígenas.

paganismo e heresia – chegou ao ponto do intolerável, e tornou-se causa frequente da eclosão de insurreições milenaristas no México e em toda a América Latina.⁸

Finalmente a privação psicológica, que leva à estigmatização da identidade, ou coloca em dúvida o valor dessa identidade e da própria cultura, e a qual resulta na aceitação – consciente ou não – de um sentimento de inferioridade a respeito do “branco” dominante, ou sentimentos de frustração e perda de dignidade e de apatia ou rejeição à própria cultura dando lugar a perigosos processos de anomia social (Barabas, 1989: 57-58).⁹

Contra essa história de privação múltipla, os grupos étnicos colonizados tem sempre lutado, protagonizando movimentos sócio-religiosos que culminaram em insurreições armadas. Através deles, a expectativa de renovação do mundo sustentada pela mitologia tem se recuperado projetando-se sobre a situação colonial, para compreendê-la e rechaça-la através da mobilização coletiva (Barabas, 1989: 58).

Assim, Barabas vê os movimentos sócio-religiosos como uma tradição do *pensamento utópico indígena*, já que seus objetivos de transformação começam a estruturar-se no plano do imaginário sendo continuamente mediado pela participação coletiva. São “futuros possíveis” que constituem o referencial e a expectativa opostos ao da miséria do presente, que se pretende transcender. O real constituído – a situação estrutural pôr que atravessa um povo – demonstra, assim sua historicidade, ao poder ser confrontado com um futuro alternativo, livre das angústias e penúrias contemporâneas. (Barabas, 1989: 58-59).

Numa análise crítica aos posicionamentos adotados em relação aos fatores causadores da emergência de “experiências de mudança social” entre sociedades indígenas da América do Sul – descritos como ‘cultos de crise’, ‘movimentos de revitalização’, ou ‘episódios milenaristas’ – Michael Brown aponta que esses movimentos, descritos geralmente como respostas ou resistência à dominação política ocidental, são moldados pôr *profundas correntes culturais* que transcendem as particularidades de um momento histórico específico (Brown, 1991: 389).

Coloca, esse autor, que na etnohistória da Amazônia, o termo “resistência” é invocado para marcar a luta dos índios pôr autonomia diante do controle estatal. Entretanto, as sociedades indígenas não estão isentas de seus próprios campos de conflito e pontos de

⁸ Essa modalidade de privação era comum no período colonial, e até instituída no conceito de “guerra justa”, conforme se verá ao longo dessa dissertação.

⁹ A esse respeito Cardoso de Oliveira elaborou a análise do fenômeno do “caboclisto” em relação aos Tikuna. Cfe. Cardoso de Oliveira, (1964) 1972: 83-93.

resistência interna. Assim, uma vez que os movimentos milenaristas advogam mudança radical na distribuição de poder, status e riqueza, esses podem ameaçar a ordem social indígena, tanto quanto o poder externo.

De acordo com Brown, tornou-se lugar comum identificar os movimentos milenaristas como formas de protesto social e reações à deterioração da vida nativa experimentada quase universalmente sob o colonialismo europeu. Muitos estudiosos relacionam a emergência desses movimentos com a introdução do cristianismo, uma religião inclinada a abarcar sonhos messiânicos e revolucionários. O desenvolvimento da etnohistória revelou que outras visões históricas podem se acomodar à antecipação milenarista. (Brown, 1991: 390).

Assim, as “clássicas” análises de Pierre e Hélène Clastres acerca do “profetismo tupi-guarani” demonstram que esse movimento mítico-migratório havia se originado antes da chegada dos europeus pautando-se em crenças apocalípticas dos próprios guarani sob a possibilidade de se atingir em vida a “terra sem mal”. Após a chegada dos europeus, esses movimentos tupi incorporaram elementos do simbolismo cristão.

Analisando cinco movimentos ou experiências milenaristas ocorridas na Amazônia, Brown procura identificar elementos comuns que permitam uma visão diferenciada em relação ao sentido histórico e cultural dos mesmos. A análise desses casos demonstra a grande variabilidade de visões nativas sobre o futuro das relações interétnicas, em função das diferentes experiências coloniais e pós-coloniais vivenciadas pôr esses grupos. Os Canela, especificamente, esperam aparentemente tornar-se brancos. Brown verifica, ainda, a tendência para o “cargocult” no movimento Canela, uma vez que almeja obter os bens e técnicas dos “cristãos”.

De outro lado, considera que a reversão da hierarquia dominante do sistema colonial em favor dos índios seria a mais importante expressão de resistência desses movimentos na Amazônia. Tal como se processou entre os Canela, a maior consequência desse e de outros movimentos seria a reorientação das relações econômicas e sociais mantidas com a sociedade colonial e pós-colonial, elevando a recusa à cooperação com a ordem dominantes externa ao status de postulado cosmológico sagrado.

Concluindo, Brown identifica alguns pontos comuns nesses movimentos milenaristas na Amazônia, entre episódios de pré e pós-contato de renovação utópica. Os pontos de continuidade incluem tensão entre modelos de liderança igualitária e hierarquizada, questionamento periódico entre os ritos e sistemas políticos tradicionais, e abertura de

conhecimentos rituais a outros grupos étnicos, processos que exemplificam tanto resistência a realidades internas, tanto quanto àquelas impostas pela sociedade euro-americana. (Brown, 1991: 406)

O Campo Intersocietário no Centroeste Maranhense

Ao longo do presente trabalho pretendemos descrever o processos sociais e políticos que deram origem à dominação étnica dos diversos grupos timbira no Centroeste Maranhense, de maneira geral, e dos *Ramkokamekra*-Canela, em especial, os quais se expressam em termos da formação das relações intersocietárias, e da sua inserção em uma situação histórica..

As relações entre os Canela e a sociedade regional remontam a um período que se inicia em meados do século XVIII, nos momentos iniciais do alcance desses grupos pelos agentes da expansão colonial luso-brasileira pelo interior do atual Estado do Maranhão, e se estende até as últimas décadas do século XX, no período de realização da pesquisa relativa à essa dissertação. Para efeito dessa dissertação será tomado como limite histórico, os fatos relativos ao movimento messiânico Canela, que se desenvolveu na década de 60.

Trata-se, portanto, de investigar e analisar a partir de uma perspectiva histórica e processual, os diferentes momentos através dos quais se efetivou o que podemos chamar a *dominação colonial* dos timbira, e dos *Ramkokamekra*-Canela em particular. De outro lado, através da apreciação de dados documentais e etnográficos pretendemos analisar a formação de um campo intersocietário, e os processos nele contidos. Nesse processo destacam-se as ações movidas pelos agentes coloniais e neocoloniais ligados diretamente ao Estado ou aos segmentos dominantes da sociedade regional, bem como suas representações sobre os Canela, bem como as estratégias e ações desenvolvidas por esse e outros grupos timbira no sentido de impor suas demandas sobre as instituições e agentes dessa dominação.

No primeiro caso pretendo retomar historicamente os processos relativos ao estabelecimento da dominação colonial no Centroeste Maranhense, especialmente em relação aos timbira, a partir de uma re-leitura dos cronistas e da literatura histórica, bem como da interpretação de documentos referentes às populações indígenas do final do período colonial e do Maranhão provincial. No segundo caso, de apresentar através da análise dos dados etnográficos e histórico-documentais situações sociais, que permitam visualizar a organização do *campo*

intersocietário, que envolve individual e coletivamente os Canela, os segmentos regionais e os agentes de mudança presentes nessa região.

Assim, a análise das situações sociais no Centroeste Maranhense, neste trabalho, estarão pautadas na descrição de eventos constituídos a partir do comportamento manifesto de indivíduos e grupos sociais, bem como dos seus valores e recursos num sistema ou campo de relações intersocietárias. Esses comportamentos e eventos estão relacionados às diferentes posições e interesses de indivíduos e grupos sociais (étnicos) no contexto das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense. Índios, sertanejos, agentes tutelares e outros agentes de mudança são assim atores sociais das situações descritas e analisadas nessa dissertação.

Considerando-se a validade dessa perspectiva poderia-se dizer que os *Ramkokamekra-Canela*, os sertanejos da região, além dos agentes tutelares e de outras agências de mudança constituem uma “comunidade” de relações sociais “Canela-regional”, nos limites da qual devem ser investigados e analisados os eventos e situações sociais documentadas e observadas durante a pesquisa. Esses eventos devem ser relacionados a um conjunto mais amplo de indivíduos, grupos sociais, regras e valores, bem como instituições, normas sociais e estruturas políticas que constituem a “arena” onde se desenvolvem essas relações.

Assim, serão considerados, em diferentes momentos históricos, os processos que envolveram, individual e coletivamente, os *Ramkokamekra-Canela*, os segmentos pastoris da sociedade brasileira regional e outros agentes de mudança – tutelares, religiosos, econômicos, etc - os quais desenvolvem-se dentro de um campo intersocietário de relações que explica, ao final, os fundamentos do processo de dominação colonial em que os Canela se encontram inseridos. De outro lado, constituindo um polo ativo nesse processo, pretendemos analisar em que medida esses timbira tem manipulado a seu favor as regras da dominação, garantindo, assim, amplos espaços sociais de interação e de resolução de suas demandas.

A dominação colonial dos timbira, como se verá, realizou-se, em seus momentos iniciais através diferentes estratégias que serão descritas e analisadas ao longo do texto. Após um longo período de infrutíferas batalhas, os agentes da frente pastoril passaram a desenvolver uma política de alianças que resultaria na sujeição e desarticulação étnica de vários grupos timbira. A estratégia de unir-se a determinado grupo para destruir grupos rivais passou a ser utilizada no início do século XIX quando foram intensificadas as ações para a sujeição dos timbira, tendo em vista o interesse da

administração colonial na expansão das fazendas algodoceiras, e de outro, na implantação de novas fazendas de criação.

Assim, enquanto nas terras próximas ao Tocantins os Krahô “solicitavam” a paz aos chefes de bandeira locais, e com esses se aliavam para destruir e escravizar outros grupos – inclusive timbira – no alto Itapecurú, os Capiékran eram seduzidos pelas promessas de presentes e aliança dos “cristãos” contra seus inimigos Sakamekran. A “pacificação” dos Capiékran, como se verá, dá início ao processo de territorialização desse grupo timbira, inicialmente através de seu “aldeamento” entre Caxias e Pastos Bons. Após a sua quase extinção, em 1815, quando foram propositadamente contaminados pela “bexiga” (varíola), quando de sua permanência em Caxias, e retornam para seu antigo território, entre o Corda e o Alpercatas, onde serão novamente “aldeados” sob o controle dos agentes coloniais, os Capiékran estabelecerão nova “aliança” com os agentes coloniais, e participarão da sujeição de outros grupos timbira, inclusive de seus antigos inimigos, os Sakamekran, os quais serão absorvidos no final do século XIX junto a seus antigos rivais.

1 - AS FRONTEIRAS DO MARANHÃO COLONIAL E A CONQUISTA DAS “NAÇÕES GENTIAS”

Nesse capítulo serão retomados os momentos iniciais dos processos que levaram ao estabelecimento da dominação colonial dos Timbira no Maranhão, e particularmente no Centroeste Maranhense, e ao surgimento de um campo intersocietário envolvendo, de um lado, grupos indígenas vinculados linguística e culturalmente à tradição dos Jê-Timbira; de outro lado, os segmentos da sociedade colonial luso-brasileira, e posteriormente neo-brasileira, responsáveis pela ocupação social e econômica do território tradicional dos timbira, e por sua dominação étnica.

Esses segmentos associaram-se historicamente aos movimentos de expansão agrícola e pastoril, a partir da segunda metade do século XVIII, pelos vales dos grandes rios centrais do Maranhão - Itapecurú, Mearim, Grajaú e Pindaré - e pelos campos e cerrado situados entre o Parnaíba e o Tocantins. Esse processo explica, em última instância, a conquista desse território, e o estabelecimento da dominação dos grupos indígenas situados ao longo dos mesmos, especialmente os *Ramkokamekra*-Canela no Centroeste Maranhense, pôr diferentes agentes da sociedade luso-brasileira nos períodos colonial e pós-colonial.

Os processos de ocupação social e econômica de territórios habitados pôr sociedades indígenas no Brasil deram-se através de movimentos conhecidos nas ciências sociais como *frentes de expansão*. É verdade, que antecipando-se à essas frentes, mas também atuando a favor destas, e em muitos casos, financiados e constituídos pôr segmentos a elas ligados, expedições de guerra, de organização oficial ou privada conhecidas na literatura histórica como “bandeiras” foram amplamente utilizadas contra os timbira e outros grupos indígenas, até as últimas décadas do período colonial, e estenderam-se durante grande parte do período provincial.

Dessa forma, a compreensão da formação das relações intersocietárias, e da dominação colonial dos timbira em geral, e dos *Ramkokamekra*-Canela em particular, passa, necessariamente, pela retomada histórica dos processos que as geraram. Esses processos foram marcados pôr conflitos entre índios e agentes coloniais pelo controle do território timbira, até a ocupação efetiva desse território pelas frentes de expansão, e a conseqüente dominação colonial desses grupos. De outro lado, essas relações se explicam, também, pelas ações desenvolvidas pelos timbira e pôr outros grupos indígenas, a fim de garantir a satisfação de suas respectivas

demandas, especialmente a manutenção do controle sobre seus territórios tradicionais e de sua organização social e cultura.

Assim, a dominação colonial dos timbira resultaria na inserção dessas populações nativas como força-de-trabalho compulsória em regime escravista, servil, ou similar, conforme o momento histórico e as relações sociais predominantes no empreendimento colonial. No Maranhão, em particular, esse recrutamento teve sua própria dinâmica, determinada tanto pela legislação colonial relativa às populações indígenas, como pela persistência, transformação e retomada de práticas historicamente consolidadas, como as expedições de “descimento” e “resgate”, as “guerras justas” e outras formas de captura e submissão das populações indígenas.

Além da sua função “econômica” – suprir o mercado colonial de mão-de-obra escrava ou servil – as expedições de guerra implicaram numa política de “despovoamento”, pela eliminação sistemática dos grupos indígenas, ou pelo deslocamento dos grupos que eram gradativamente submetidos; e de “repovoamento”, na medida em que possibilitaram a ocupação desses territórios pelos agentes das frentes de expansão e, com isso, a incorporação de novas terras ao empreendimento colonial. Os grupos indígenas submetidos, quando não foram totalmente dizimados nos conflitos, ou pela venda enquanto escravos eram transferidos de seu território tradicional e “reduzidos” em “aldeamentos” coloniais distantes desse território, e sob o mais violento controle, o que levaria invariavelmente, à desmoralização de suas culturas, e à fragmentação da sua organização social.

Envolvidos pela dominação colonial, os timbira e outros grupos estabeleceram, em contrapartida, estratégias de enfrentamento, baseadas tanto nas suas referências culturais tradicionais, como nas decorrentes da própria dominação, as quais possibilitaram, ainda que temporariamente, a recuperação de níveis da sua autonomia étnica face a sociedade dominante. Esse enfrentamento se deu através de conflitos localizados e guerras prolongadas, de ataques a empreendimentos e agentes coloniais, como do estabelecimento de alianças intertribais e intersocietárias, para combater inimigos comuns. De outro lado, deu-se através de movimentos nativistas e sócio-religiosos, elaborados a partir das categorias culturais nativas, como de outras incorporadas a partir da própria dominação.

No Centroeste Maranhense, dois movimentos ocorridos no século XX – o “*massacre do Alto Alegre*” (1901) e o “*movimento messiânico Canela*” (1963) - expressam diferentes estratégias étnicas de resposta à dominação colonial movidas, respectivamente pelos *Tenetehara-*

Guajajara e pelos *Ramkokamekra*-Canela. Esses movimentos, bem como outros conflitos resultantes das tentativas de eliminação física de grupos timbira pelos criadores do sertão pastoril serão objeto de consideração nessa dissertação¹.

1.1 Frente de Expansão e Situação de Fronteira

A formação e o desenvolvimento da sociedade colonial luso-brasileira se explica, em grande parte, pelo processo de conquista e incorporação econômica dos territórios e populações nativas, os quais são estudados enquanto *frentes de expansão*. Portanto, a partir da constituição e desenvolvimento dessas frentes expansionistas é que a dominação colonial, e nesse caso, a própria sociedade colonial vai se estabelecendo sobre os tradicionais territórios indígenas destruindo ou incorporando sua população como mão-de-obra escrava ou servil.

Em um trabalho inicial onde procura caracterizar as frentes de expansão, Otávio Velho define uma *frente de expansão regional*, como sendo constituída pelos segmentos da sociedade brasileira que avançam, no decorrer de uma atividade de exploração econômica, em áreas antes só ocupadas por populações indígenas. Importante para os estudiosos, essa concepção de frente não guarda sentido para as populações que são seu objeto de estudo, já que *enquanto o contato interétnico é sem dúvida o efeito mais importante de uma frente de expansão do ponto de vista das populações indígenas, pode não sê-lo, necessariamente, para a maioria dos indivíduos que constituem a população brasileira regional* (Velho, [1967] 1982: 30)

Para uma análise sistemática de frentes de expansão regionais, e para a elaboração de sua tipologia torna-se necessário a compreensão *de seu caráter geral e de sua dinâmica*. Assim, Velho propõe que se estude inicialmente um número diferente de frentes que sejam suficientemente significativas e permitam generalizações; posteriormente, que o estudo de uma frente seja feito em diversos momentos no tempo, permitindo uma melhor compreensão de sua dinâmica interna, das transformações operadas e das tendências do seu desenvolvimento (Velho, 1982: 30-31).

Esse autor estabelece, ainda, uma distinção entre *frente* e *região*: enquanto o conceito de região implica em um certo grau de permanência, mesmo quando, para sua caracterização, se

¹ Sobre o “massacre do Alto Alegre” veja Gomes, 1977 e Zanoni, 1999; sobre o “movimento messiânico Canela”, Crocker, 1967; Carneiro da Cunha, (1972) 1986, e Brown, 1991.

levam em conta critérios não-geográficos de natureza variável (econômicos, pôr exemplo), a *frente de expansão* é essencialmente *dinâmica* (Velho, 1982: 34).

Em trabalho posterior, Velho aponta para a descontinuidade geográfica e a variedade de situações em que podem se encontrar as frentes de expansão, o que indica a necessidade de trabalhos de campo que permitam uma maior precisão das realidades específicas. Assim, definiu esses frentes *como constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas pôr sociedades indígenas*. O processo histórico brasileiro, entretanto, implica não apenas num *limite* mais ou menos definido de ocupação em cada momento, mas também na existência de áreas que se mantiveram *marginalizadas* dentro de focos de colonização antiga. (Velho, [1972] 1981: 13)

Para Velho, as frentes de expansão constituem, em termos de migração, alternativas à urbanização podendo, entretanto esses dois fenômenos coexistir numa mesma área. Considera como válida sua articulação numa tipologia das frentes de expansão, assim como a distinção entre áreas anteriormente ocupadas e áreas em processo de reocupação. Na realidade empírica pode-se encontrar casos em que essas possibilidades se mesclm, o que é a seu ver o caso da região de Marabá, no leste do Pará, onde sobre a antiga ocupação pela frente pastoril tradicional do século XIX, se sobrepôz uma frente estrativista, no início do século XX, e mais recentemente (década de 60-70), uma frente agropecurista capitalizada (Velho, 1981: 14).

Esse autor propõe o estudo das frentes de expansão, e particularmente o inter-relacionamento entre diversas frentes numa abordagem histórica, onde distingue diferentes períodos representados pela atuação de determinadas frentes. A abordagem histórica imprimida ao trabalho não implica numa continuidade histórica tipo evolucionista, mas enfatiza relações de *continuidade versus descontinuidade*, impulsionada pôr uma *sobredescontinuidade* resultante de um desenvolvimento desigual e combinado em escala nacional e internacional, gerada pôr uma dominação externa com as vicissitudes da acumulação local (Velho, 1981:15).

Sousa Martins, outro estudioso das frentes expansionistas no Brasil, distingue dois movimentos pelos quais são incorporados novos territórios e grupos sociais e étnicos no processo de avanço da fronteira demográfica e econômica da sociedade brasileira, sobre espaços ainda não ocupados, ou áreas “antigas” que são novamente ocupadas, no território nacional. A esses movimentos caracteriza como *frente de expansão* e *frente pioneira*.

. Assim, tomando como elementos distintivos, os conceitos elaborados pôr geógrafos da década de 40 - como Leo Waibel, que delimitou, inicialmente o uso de “zona pioneira”, pôr oposição à “zona antiga” distinguindo as áreas de ocupação antiga (colonial e pó-colonial), ou áreas habitadas anteriormente pôr populações indígenas daquelas que passaram pôr uma intensificação do povoamento e a criação de padrões mais elevados de vida, sendo incorporadas econômica e socialmente à sociedade nacional – Sousa Martins chegou à distinção entre frente de expansão e frente pioneira.

A *frente pioneira* exprime um movimento social cujo resultado imediato seria a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. A frente pioneira se apresenta como fronteira econômica, e isso indica que sua compreensão implica que esta não coincide necessariamente com a fronteira demográfica. A faixa situada entre a fronteira econômica e a fronteira demográfica não constitui uma frente pioneira, porque não se encontra economicamente estruturada ao mercado (Sousa Martins, 1976: 45).

A essa “faixa”, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, Sousa Martins chama de *frente de expansão*, a qual ocorre como consequência de um estado de insuficiência que se realiza na fronteira econômica. A economia dessa “faixa” não é “natural”, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma *economia de excedentes*, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência, e secundariamente à troca.

A frente de expansão se integra na economia de mercado tanto pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido na fronteira econômica, como pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria nessa economia de mercado. Entretanto, as relações sociais fundamentais na frente de expansão não seriam determinadas pela produção de mercadoria, uma vez que a apropriação da terra, como condição de trabalho, não se faz como empreendimento econômico.

O que caracteriza a frente de expansão é justamente o uso privado das terras devolutas, em que essas não assumem a equivalência de mercadoria. Pôr isso a figura central da frente de expansão é o ocupante ou posseiro (Sousa Martins, 1976: 46).

Na frente de expansão, a estruturação das relações sociais é determinada pelo *colonialismo*, o que caracteriza o caráter de excedente da sua produção. Esta adquire valor porque existe condições econômicas para sua comercialização, e não pôr ser o resultado de uma divisão do trabalho. Aqui as condições de vida são reguladas pelo *grau de fartura*, não pelo *grau de*

riqueza, uma vez que sua estrutura social se situa fora do empreendimento capitalista (Sousa Martins, 1976: 46)

Implantada em regiões ainda não incorporadas pela economia de mercado, e pelo sistema jurídico de titulação de terras, a frente de expansão se realiza num espaço intermediário entre os *limites da fronteira econômica* e os territórios que se encontram em geral “virgens”, ou ocupados pôr populações indígenas. Pôr isso, as tensões *que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista presente na fronteira econômica e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante o empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária à preservação dessa frente* (Sousa Martins, 1976: 46-47).

De outro lado, a *frente pioneira* se instaura como empreendimento econômico. Esta é caracterizada pela implantação de infra-estrutura viária – ferrovias, rodovias – pelo estabelecimento de empresas imobiliárias, que loteiam e vendem sítios, fazendas, terrenos urbanos, e também de rede bancária, estabelecimentos comerciais, financiamento da produção, etc. Na frente pioneira não ocorre a produção de excedentes, mas a produção de mercadorias *e essa frente surge não como uma consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta* (Sousa Martins, 1976: 47).

Um aspecto crucial é que a sua sustentação se faz através dos critérios e recursos da sociedade moderna, cujo principal componente é o Direito. Assim, a frente pioneira formula o seu antagonismo com a frente de expansão em torno de um valor, a *propriedade privada da terra*, o qual se apresenta no âmbito das relações sociais pela descontinuidade de significações, especialmente no que respeita ao modo de obter a propriedade: pela compra, e não pela ocupação (Sousa Martins, 1976: 47).

A *frente de expansão* caracteriza, como se verá, o processo de ocupação humana e econômica da região de cerrados e campos naturais, entre os rios Parnaíba e Tocantins desencadeado pela frente pastoril tradicional em meados do século XVIII, até a primeira metade do século XX. Nesta, os agentes desenvolveram, primordialmente a atividade criatória, nos moldes tradicionais da pecuária extensiva; e lavouras de subsistência, além de algumas atividades de transformação. Essas relações próprias da frente de expansão persistem residualmente em várias regiões do “alto sertão” maranhense.

A economia de excedentes, típica das frentes de expansão, prevaleceria no sul do Pará, oeste do Maranhão, e norte de Goiás (atual Tocantins), até meados do século XX, quando,

então, a Amazônia Oriental passou a se integrar economicamente às regiões mais dinâmicas do País através de políticas e projetos desenvolvimentistas. A abertura da Rodovia Belém-Brasília, no início dos anos 60, e a conseqüente dinamização das atividades econômicas regionais, com a mercantilização das terras geraria um espantoso crescimento demográfico e econômico em pequenos municípios do sudoeste do Maranhão, como Imperatriz, Açailândia, Santa Inês e outros. Os processos sociais e econômicos ocorridos nesse período remetem ao surgimento da *frente pioneira* nessa região

Essa sobreposição da frente pioneira sobre áreas anteriormente ocupadas pela frente de expansão constitui evidentemente focos de conflitos, tanto entre populações indígenas e agentes da frente de expansão – posseiros, criadores tradicionais, vaqueiros, etc – como destes com os agentes da frente pioneira – fazendeiros capitalizados, capatazes, comerciantes, etc. Nesse contexto, a “pistolagem” torna-se um método frequente de resolução de conflitos. Do ponto de visto do Direito desenvolve-se a titulação de terras, muitas vezes fraudulentas, e apoiadas em outro fato típico da frente pioneira: a “grilagem” de terras.

Aponta Sousa Martins que o movimento de interiorização das funções metropolitanas que ocorre nas áreas envolvidas pela frente pioneira corresponderia a uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o qual se dá no âmbito do “colonialismo interno”². Isso implica que os preços dos produtos agrícolas e pastoris passam a ser determinados pela rentabilidade do capital dos empreendimentos urbanos, e não em função dos custos de produção.

Assim, a frente pioneira se apresenta como uma expressão limite do capitalismo no campo, apoiando-se ao mesmo tempo em relações sociais que não são tipicamente capitalistas, como escravatura, colonato, arrendamentos em espécie, etc.

Na verdade, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força-de-trabalho pôr dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra... (Sousa Martins, 1976: 49-50).

Finalmente retomando a importância do processo histórico na definição das relações sociais entre a frentes de expansão e a frente pioneira, Sousa Martins afirma:

² A noção de “colonialismo interno” foi trabalhada no Brasil, especialmente no contexto das relações interétnicas, pôr Roberto Cardoso de Oliveira. Grosso modo corresponde à reprodução das relações de dominação política e econômica presentes nos contextos coloniais, para as relações entre índios e agentes da sociedade nacional. Cf. Cardoso de Oliveira, 1972: 77-83.

O Colonialismo, que era o estruturador das relações de troca entre a frente de expansão e a economia de mercado, se insinua diretamente na frente pioneira estruturando as relações sociais, definindo tensões e antagonismos de classe (Sousa Martins, 1976: 50).

A caracterização da frente de expansão e frente pioneira mostra-se, portanto, operativa para a compreensão do processo de ocupação social e econômica do tradicional território timbira pelos agentes das diferentes frentes de ocupação, do período colonial, até meados do século XX. A dominação colonial dos grupos timbira em geral, e dos atuais *Ramkokamekra*-Canela, em particular, se desenvolveu no contexto das relações sociais determinadas inicialmente pelo colonialismo luso-brasileiro no período colonial, o qual se redefiniu e teve continuidade em termos do “colonialismo interno”, nos períodos provincial e republicano.

De outro lado, estudo histórico e sociológico das frentes de expansão no Brasil tem registrado a presença de conflitos e outras reações nativas ao processo de expropriação territorial e de dominação étnica que acompanham a implantação dessas frentes. Uma das respostas tem sido a eclosão de movimentos messiânicos em áreas que passaram pela sobreposição da frente de expansão pela frente pioneira, ou pela perda da autonomia territorial e étnica de sociedades indígenas, quando envolvidos por agentes dessas frentes.

Um dos processos de grande significação para a compreensão das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense é o que ficou conhecido como “movimento messiânico Canela”, ocorrido em 1963 decorrido do envolvimento dos *Ramkokamekra*-Canela pelos agentes vinculados à frente de expansão pastoril. Esse e outros eventos “dramáticos” envolvendo os Canela e outros grupos timbira e agentes da frente pastoril no Maranhão, e no então norte de Goiás (atual Tocantins) estão evidentemente associados à efetivação da dominação colonial sobre os timbira, e às respostas apresentadas pôr esses grupos à dominação.

Para a compreensão do processo histórico que levou à constituição das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense, e especificamente entre os *Ramkokamekra*-Canela e os agentes das frentes de expansão e pioneira que se estabeleceram no Centroeste Maranhense se faz necessária a descrição histórica da ocupação do tradicional território dos timbira pelos agentes ligados às diferentes frentes expansionistas, especialmente àquelas que maior impacto tiveram na formação dessas relações: a frente agrícola que se desenvolveu no vale do Itapecuru, e a frente pastoril tradicional. No bojo do desenvolvimento dessas frente vislumbram-se as determinações

legais e as ações concretas que levaram à dominação dos grupos timbira pelo estado e pela sociedade luso-brasileiros no Maranhão.

1.2 As Frentes de Expansão no Maranhão Colonial

A ocupação econômica e social da região de cerrados que constituiu o território tradicional dos grupos timbira no Maranhão resultou da ação de diferentes frentes expansionistas que se desenvolveram, respectivamente, a partir de meados do século XVII, e entre a segunda metade do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX. De um lado, uma frente agrícola, que partindo do litoral do Maranhão e tendo São Luís como centro irradiador, ocupou os vales dos rios centrais desta Capitania, especialmente o Rio Itapecuru, e teve como limite as terras situadas entre a então vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons.

Essa frente de ocupação iniciada ainda nos princípios da colonização do Maranhão intensificou-se com o desenvolvimento da economia agro-exportadora de algodão na segunda metade do séc. XVIII, durante o “período pombalino”, quando foi impulsionada pela crise da oferta de algodão no mercado europeu decorrente, especialmente, do processo de independência dos Estados Unidos, o que determinaria o caráter temporário dessa economia no Brasil.

De outro lado, mais ao sul, uma vasta região de campos e cerrados foi ocupada por agentes da frente pastoril tradicional nordestina, especialmente pela sua vertente baiana, a qual expandia-se lentamente, desde o século anterior, do vale do Rio São Francisco em direção à Amazônia. Inicialmente essa frente se constituiu como atividade subsidiária à economia açucareira nordestina de caráter exportador tendo Pernambuco e Bahia como seus centros de irradiação e mercados exclusivos. Fornecendo carne, couro e tração animal às grandes lavouras açucareiras, a atividade pastoril desenvolvida inicialmente próxima ao litoral nordestino foi, gradativamente, se interiorizando pelos sertões do Rio São Francisco constituindo-se, então, como frente de expansão. Seu princípio de funcionamento extremamente simples, onde poucos vaqueiros e um rebanho alimentado pelo capim nativo seriam suficientes para ocupar várias léguas de terra tornava a expansão da atividade pastoril dependente, apenas, das terras a serem conquistadas aos índios (Velho, 1981: 22).

Existe uma controvérsia entre os pesquisadores em relação ao processo de ocupação do sul do Maranhão. Alguns afirmam a total independência entre o movimento de ocupação deflagrado pela frente pastoril tradicional, e aquele que ocorria simultaneamente nos vales dos

grandes rios, especialmente no Rio Itapecuru: enquanto esse movimento seria relacionado exclusivamente à economia exportadora de algodão vigente no final do séc. XVIII, a frente pastoril manteria nos seus momentos iniciais vínculos exclusivos com a economia açucareira de Pernambuco e Bahia (Cabral, 1992:20).

Outros afirmam a interdependência entre os dois movimentos povoadores: enquanto a frente agrícola requeria o gado produzido pela frente pastoril para a alimentação de colonos e escravos, e como força de tração nos engenhos, a área pastoril necessitava de produtos importados - tecidos, ferramentas, bebidas, sal, etc - vindos da área litorânea e disponíveis nos mercados locais dos núcleos estabelecidos nos limites da frente agrícola (Melatti, 1967: 23).

Uma terceira explicação sugere que o caráter subsidiário da frente pastoril em relação à economia açucareira exportadora do Nordeste se estancaria, com a decadência dos engenhos nordestinos transformando-se, então, em atividade de subsistência. Velho aponta um movimento de “involução e marginalização”, que seria a contrapartida de uma maior independência da atividade pastoril em relação à economia açucareira das “plantations” nordestinas (Velho, 1981: 23).

Ao longo deste capítulo discorrerei sobre o processo de ocupação do tradicional território timbira realizado inicialmente pôr esses dois movimentos de ocupação econômica e social, os quais aliados aos interesses econômicos e às ações da administração colonial desencadearam a dominação de diferentes grupos timbira, e com isso a incorporação desses territórios à sociedade e economia coloniais.

1.2.1 A Conquista Portuguesa do Maranhão

A conquista e a ocupação do território que hoje compõe o estado do Maranhão foram iniciadas tardiamente, em relação a outras regiões do Brasil. No entanto, o Maranhão esteve sempre presente nas estratégias expansionistas do Estado português. Ainda no século XVI, três grandes donatários de terra da Capitania do Maranhão – Aires da Cunha, João de Barros e Manoel Álvares de Andrade – realizaram várias expedições para dar início à ocupação de suas respectivas áreas.³ Essas iniciativas, entretanto, foram infrutíferas, e todo o território do Norte do

³ Uma dessas expedições era composta pôr 100 navios e 900 homens, dentre os quais, 113 cavaleiros. Cf. Meireles, 1980: 23-24.

Brasil ficou exposto às investidas de outras nações expansionistas européias.

Enquanto os ingleses realizavam explorações pela foz do Amazonas, e os holandeses avançavam até o Xingu, desde 1524 o litoral do Maranhão era incursionado pôr navegadores franceses. No início do século XVII, em 1612, sob o comando de Daniel de La Touche, o senhor de La Ravardiére, os franceses iniciaram a fundação de uma fortaleza, na ilha que denominaram de São Luís. Esse seria o princípio de um projeto mais ambicioso – a França Equinocial – através do qual pretendiam os franceses estabelecer, de fato, a colonização dessa região.

Nesse mesmo período, Charles Des Vaux estabeleceu uma feitoria no Tocantins, enquanto La Blanjatier penetrava o mesmo rio até a cachoeira de Itaboca. Em 1613, o próprio La Ravardiére teria atingido a confluência do Tocantins com o Araguaia, estabelecendo pôr três anos uma feitoria nesse local.⁴ É provável que nesse empreendimento tenha mantido contatos com grupos timbira.

Diante dessas ameaças, que colocavam em risco seu domínio sobre o vasto território no norte do Brasil, e até mesmo a sua florescente indústria açucareira no Nordeste, o Estado português, fortalecido pela sua unificação política com a Espanha deu início à conquista desses territórios, e a afirmação de seu domínio sobre as capitanias do norte do Brasil. Assi, em 1556 teria realizado a conquista da Paraíba; quarenta anos mais tarde, em 1596, a do Rio Grande do Norte.

Nesse lento avanço, apenas em 1615 o Maranhão foi tomado aos franceses. Em 1614 teria partido de Pernambuco uma expedição rumo ao Maranhão, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, com objetivo de, além da expulsão de Daniel de La Touche e seus comandados, iniciar o povoamento português da região. Controlando 220 soldados e um contingente de 330 índios *Tupiniquim*, Jerônimo de Albuquerque realizou, pôr terra, o cêrco ao Forte de São Luís obtendo, em poucas batalhas, a rendição incondicional de La Ravardiére e seus seguidores (Abreu, 1998: 87-91).

Dava-se início, assim, à colonização portuguesa no Maranhão, e no norte do Brasil. Na tentativa de se aproximar dos novos senhores, os Tupinambá, que haviam se estabelecido na Ilha de Upaon-Açú (São Luís), ainda no século XVI, e em quase toda extensão continental entre esta e a foz do Amazonas, foram violentamente rechaçados pelos portugueses.

⁴ Capistrano de Abreu, in Velho, [1972] 1981: 16

Nas décadas seguintes, comandados pôr Bento Maciel Parente, as forças coloniais realizaram uma das grandes chacinas étnicas que marcaram a colonização portuguesa na América. Associando os Tupinambá aos franceses, e em represália histórica pela resistência desses grupos à sua escravização na costa nordestina e no baixo São Francisco, ainda no século anterior, Parente promoveu uma das maiores perseguições a esse grupo étnico, durante todo o período colonial.

Contemporâneo desses fatos, o padre Antonio Vieira, um dos jesuítas pioneiros a implantar o trabalho missionário no Maranhão lamentava o destino desses tupinambá e condenava as práticas genocidas dos portugueses no Maranhão:

...sendo o Maranhão conquistado no ano de 1615, havendo achado os portugueses desta cidade de São Luis até o Gurupá mais de quinhentas povoações de índios, todas muito numerosas, e algumas delas tanto, que deitavam quatro a cinco mil arcas, quando eu cheguei ao Maranhão, que foi no ano de 1652, tudo isto estava despovoado, reduzido e consumido a mui poucas aldeotas...e toda aquela gente se acabou, ou nós a acabamos em pouco mais de trinta anos sendo constante estimação dos mesmos conquistadores, que depois de sua entrada até aquele tempo eram mortos dos ditos índios mais de dois milhões de almas...⁵

No Maranhão, o avanço da conquista portuguesa pelos vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim, principais vias de penetração ao interior levaria ao processo de dominação dos grupos indígenas desses vales, inicialmente no baixo curso, e a sua transformação em mão-de-obra escravizada. Tendo como nascedouro os longínquos “sertões”, que constituíam os territórios dos grupos indígenas ainda autônomos – dentre estes um grande número de grupos timbira – esses rios cortando todo o interior da então “capitania” e desaguardo, em sua maioria, no grande golfo maranhense acabaram pôr definir o sentido do desenvolvimento da frente colonizadora que se estabelecia a partir do litoral.

Os alvos iniciais dessa frente foram os Tupinambá e outros grupos que habitavam a costa do Maranhão. Entre 1616 e 1619 Bento Maciel Parente, *chefe de guerra aos Tupinambá* e Matias de Albuquerque, filho do conquistador do Maranhão, comandaram violentas expedições que levaram a dizimação desses grupos. Por outro lado, na costa oriental, na rota de comunicação com o Ceará e Pernambuco, os Trembembé, que viviam na região do delta do Parnaíba – Paraguassú, para esses índios – foram também objeto de violentas expedições, como a de 1679, comandada pôr Vital Maciel Parente, a qual foi relatada pôr diferentes cronistas.⁶

¹⁷ Cf. Vieira, A. (1679) 1998: 404.

⁶ O padre João Betendorf relatou como *uma peleja muito grande em que se feriram uns e outros e iam acudindo os Tremembés, parte os mortos às flechadas dos índios da tropa, parte às pelouradas dos brancos, que com suas armas*

Durante essa expedição teriam sido realizadas, ainda, as primeiras explorações do rio Parnaíba pelos agentes coloniais, quando foram atingidas as imediações da foz do rio Canindé, já nas proximidades do “território de Pastos Bons”, que se constituiria sobre o território tradicional dos timbira. A submissão dos Tremembé foi efetivada, posteriormente, pela ação catequética desenvolvida pelo jesuíta João Tavares, o “apóstolo dos Tremembé”, em 1722. (Cabral, 1992: 66)

Em 1624, uma divisão administrativa das colônias portuguesas na América teria criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, cujo território abrangia desde o atual estado do Ceará até o Pará, com a administração colonial diretamente ligada à Lisboa, o qual somente seria extinto em 1774, no “período pombalino”. De outro lado, a colonização portuguesa na Amazônia se restringiria, durante todo o século XVII, ao delta do Amazonas, onde se praticava alguma agricultura, embora dificultada pela desorganização do mercado de açúcar, especialmente na segunda metade deste século. Expedições de captura de índios e extração de ‘drogas do sertão’ eram organizadas ao longo da rede hidrográfica, e se estabeleceu o cultivo de cacau na foz do Tocantins. Muitas dessas expedições ao Tocantins foram realizadas pôr padres de diversas ordens, os quais reuniram índios em aldeamentos, que dariam origem às cidades mais antigas do Pará, na zona bragantina. (Velho, 1981:17-18).

Em 1653 o próprio padre Antonio Vieira teria dirigido uma dessas expedições tendo atingido o Itacaiunas, local onde hoje se encontra o atual município de Marabá. Dois anos depois, o padre Francisco Veloso, a mando de Vieira retornou ao local trazendo de volta em “descimento” mil e duzentos índios. No final desse século o Tocantins já fora todo percorrido, e se esperava pôr ele atingir as minas de Goiás. Do sul surgiam algumas bandeiras paulistas preando índios. Todas essas expedições tinham também pôr objetivo a descoberta de metais preciosos. (Velho, 1981 :18-19).

O século XVIII, até o advento do “período pombalino”, não apresentaria grandes modificações no quadro colonial. No Pará, especialmente na zona em torno de Belém iniciou-se um lento crescimento populacional, com um certo incremento de atividades agrícolas. Nos primeiros anos desse século desenvolveu-se a criação de gado na “Ilha Grande de Joanes” (Ilha de Marajó), com importantes consequências no futuro. Aumentava o interesse da Coroa pelas

de fogo faziam grande estrago (Betendorf, 1910: 72). Em carta ao Príncipe Regente, o Governador Inácio Coelho da Silva relata: *os índios aliados, travando das crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente, dando-lhes as cabecinhas pelos troncos das árvores; e de uma maloca de mais de 300, só escaparam 37 inocentes* (Sobrinho, B. L., 1946: 115, in Cabral, 1992: 65-66).

“drogas do sertão”, especialmente pela perda do mercado de especiarias do Oriente, com a derrocada do Império Lusitano (Velho, 1981: 21).

1.2.2 Devassa e Ocupação Inicial do Vale do Itapecuru

As primeiras incursões ao vale do Rio Itapecuru por europeus foram realizadas antes mesmo do início da colonização deflagrada pelos portugueses. Atribui-se aos franceses ligados a La Ravardiére instalados na Ilha de São Luís em 1612, as primeiras expedições exploratórias a esse rio, motivada ainda, pelos propósitos de escambo junto a grupos indígenas.

O Itapecuru foi, inicialmente, o rio mais cobiçado pelos colonos e transformou-se, rapidamente, na principal via de penetração ao interior da Capitania, uma vez que de grande extensão, banhava vales férteis e teria boas condições de navegabilidade proporcionando acesso aos “sertões” do Maranhão, e a outras capitanias, especialmente as do Piauí, Goiás e Bahia. Esses fatores tornaram sua conquista uma prioridade da administração colonial.

Próximo ao litoral, no baixo curso do Itapecuru, numerosos grupos indígenas – *Barbados, Caicazes, Guanaré, Gauaianazes, Uruatis* e outros – habitavam ou faziam incursões contra os estabelecimentos coloniais que iam se implantando. As atenções voltaram-se para esse rio, e passaram a ser organizadas “entradas” de sertanistas, abertura de estradas, e até a construção de fortalezas, a fim de garantir a ocupação dessas terras. Nesse processo, foram realizadas várias solicitações de “guerra justa”⁷ contra índios do Itapecuru pelos colonos, a fim de garantir a implantação dos primeiros engenhos, e o assentamento de dezenas de famílias açoreanas trazidas para dar início à colonização desse vale (Cabral, 1992: 67).

Entre 1616 e 1626, durante o governos dos capitães-mores teriam sido ocupadas as terras da foz do Itapecuru, e implantadas as primeiras unidades açucareiras, pelos açorianos. Essa estrutura teria se ampliado durante o domínio holandês (1641-1644), com a construção de mais seis engenhos. Os próprios jesuítas já teriam implantado uma unidade, quando foram atacados em 1649 pelos *Uruatis* resultando na morte de alguns padres. Em represália, esse grupo sofreu ataques de expedições dos governos coloniais entre 1662-67, e entre 1667-71 (Cabral, 1992: 67).

⁷ As “guerras justas” constituíram parte dos instrumentos jurídicos portugueses na colonização do Brasil. Herança dos tempos das “cruzadas”, essas guerras eram deflagradas quando determinados grupos indígenas fossem acusados de impedir a propagação da fé cristã – as “guerras defensivas” – ou contra aqueles que criassem obstáculos ao avanço da colonização – as “guerras ofensivas”. Foram abolidas pela legislação pombalina, e retomadas, posteriormente, através das “cartas régias”, sob novas formas, no final do século XVIII.

Os primeiros núcleos de povoamento português no Maranhão foram estabelecidos a partir de antigas aldeias indígenas, ou de aldeamentos implantados pelos jesuítas. Alcântara (1648), Aldeias do Maracu, (Viana, 1655), ainda no século XVII; e Rosário (1716), Aldeias Altas (Caxias, 1741), Guimarães (1755) e Itapecuru (1768), já no século XVIII constituíram alguns desses núcleos, em torno dos quais se organizou a exploração colonial no Maranhão tendo como força-de-trabalho índios escravizados, capturados através das expedições de “descimento” e “resgate”.⁸

A continuidade dessas expedições punitivas, e a conseqüente escravização e desarticulação étnica de muitos grupos indígenas, garantiu a interiorização da colonização portuguesa pelo Itapecuru. No último quartel do século XVII, o sertanista João Velho do Vale, a mando do Governador Gomes de Andrade, teria feito o reconhecimento dos rios Itapecuru, Mearim e Munim mantendo, para isso, duradouros contatos com vários grupos indígenas, e estabelecendo as bases de sua sujeição. Posteriormente, esse sertanista teria realizado a abertura de uma estrada entre a Capital do Maranhão e a Bahia favorecendo, ainda mais, o tráfico de índios escravizados desta para aquela Capitania.

Nas últimas décadas do século XVII, o interesse pela ocupação do Itapecuru tornou-se tal, que o Estado português ordenou a mobilização de forças de outras capitanias, e até do Estado do Brasil para dar combate aos índios do Itapecuru, Mearim e Munim. Nesse sentido, várias cartas régias foram dirigidas ao Governo do Maranhão, o qual chegou a contratar serviços de um bandeirante paulista para a redução desses índios. A própria Casa da Torre, um dos potentados baianos, detentora de direitos de exploração de grandes extensões de terra que se estendiam além do rio Parnaíba, foi autorizada a participar das “guerras justas” no Maranhão. Em 1691, Francisco Dias D’Ávila, teria sido incumbido de *dirigir caça aos bárbaros confederados no Itapecuru e Mearim*, trabalho que teria apressado a morte, ainda jovem, desse devassador de índios.⁹

⁸ O “resgate”, instituído no século XVII e organizado pôr colonos, era formado pôr expedições realizadas no interior da colônia, com vistas a “salvar” índios “aprisionados” pôr tribos inimigas. “Descimentos”, eram expedições similares organizadas pelas missões religiosas, ou que contavam com a presença de um missionário, a fim de assegurar a “justeza” da ação, uma vez que se tratava de “libertar” índios capturados pôr tribos “antropófagas”, e encaminhá-los aos aldeamentos missionários, ou aos “de repartição”, onde seriam divididos entre a administração, jesuítas e colonos. Na realidade constituíam modos estruturados de captura e escravização de índios, que permeou quase todo o período colonial.

⁹ Cf. Calmon, 1958: 112, in Cabral, 1992: 68.

A legislação colonial portuguesa referente às populações indígenas tornou-se, no início do século XVIII mais rígida que no século anterior. Uma ordenação autorizava a morte de índios considerados “danosos”, como exemplo aos demais, e garantia a repartição e escravização dos capturados em “guerras justas”.¹⁰ Assim, os *Guanaré*, *Barbados* e *Caicazés* foram, nessa época, atingidos tão intensivamente pôr essas guerras, que esses grupos foram forçados a solicitar a paz, em reunião da Junta das Missões realizada em São Luís, em 30 de março de 1726.¹¹

A conquista do baixo e médio Itapecuru estava pôr se concretizar, o que levou o Provedor-Mor do Estado do Maranhão a reconhecer, em 1732, que Capitania e suas vizinhanças estariam tão *desinfetadas de índios*, que não se necessitava continuar as hostilidades. De outro lado, afirmou Berredo que a maior parte dos *bárbaros que habitava o Itapecuru já se encontrava sujeita à obediência do Estado, com isso alargando-se o povoamento* (Berredo, 1988: 32).

Após a implantação de várias missões pelo Maranhão, os jesuítas estabeleceram-se no Engenho do Itapecuru, destruído em assalto dos *Uruatis*. A partir de 1670 teriam retomado a atividade catequética, com a fundação das missões de São Gonçalo e São Miguel, próximas ao litoral. Posteriormente estabeleceram missões entre os Guanarés, em 1726, e a dos Barbados, em 1730. O devassamento do Itapecuru foi amplamente favorecido pelo trabalho missionário dos jesuítas atuando em conjunto com os colonos e a administração colonial. Embora em muitos momentos se colocassem em aparente movimento contrário a esses, quando concorriam nas atividades econômicas, e disputavam o controle da força-de-trabalho indígena.

Na sua ação catequética e expansionista, rumo ao interior do vale do Itapecuru, os jesuítas chegaram, em 1741, em Aldeias Altas. Numa antiga povoação de índios fundaram a mais importante missão do Itapecuru, que daria origem, mais tarde, a vila de Caxias, principal centro econômico e administrativo do interior da Capitania. Nessa missão criaram um seminário que teve grande repercussão dentro e fora da Capitania sendo frequentado pôr jovens do Maranhão, do Piauí, e de Natividade, em Goiás.

Situada em local estratégico, Aldeias Altas tornou-se logo uma passagem obrigatória para o Piauí e Bahia, e ainda, para os “sertões de Pastos Bons”, então limite da ocupação colonial pelo território timbira, operado pela frente pastoril nordestina, que avançava rumo ao Tocantins.

¹⁰ A ordenação de 25 de outubro de 1707 afirmava que *Os aprisionados poderiam ser vendidos em praça pública, para a aplicação do apurado na amortização das despesas de guerra e dos quintos, destinando-se os saldos pôr ventura obtidos para o Governador e participantes das expedições...* Cf. Arnaud, 1985: 52.

¹¹ Sobrinho, 1946: 125, in Cabral, 1992: 69.

A partir de Aldeias Altas, os jesuítas passaram a realizar missões volantes a Pastos Bons, estabelecendo, assim, os contatos iniciais entre as frentes de colonização litorânea (agrícola) e do interior (pastoril) formada pôr vaqueiros e criadores.

A fundação de Aldeias Altas, ao que tudo indica, vinculou-se à uma estratégia de avanço da ocupação colonial portuguesa pelo médio e alto cursos do Itapecuru, e de conexão dessa região da fronteira colonial no Maranhão, com a região de Pastos Bons, estabelecida pela frente pastoril tradicional, que avançando dos sertões do São Francisco ingressara no vale do Parnaíba combatendo índios e estabelecendo fazendas de criação. Sobre o papel estratégico dos jesuítas na expansão dessa fronteira colonial, assinala Capistrano de Abreu:

... o padre Malagrida levou a catequese até o rio Codó; seu sucessor, João Ferreira fundou Aldeias Altas, hoje Caxias. Conhecida a pequena distância neste trecho entre o Itapecuru e o Parnaíba, começou a ser preferida essa passagem. Já em 1747 dela se servia D. Manuel da Cruz, trasladado do solio do Maranhão para o de Mariana (Abreu, 1998: 130)

Estabelecida junto a um aldeamento de índios onde os jesuítas instalaram a mais significativa missão no curso do Itapecuru, Aldeias Altas foi logo transformada no mais importante entreposto do interior da Capitania. Situada a poucos quilômetros do Rio Parnaíba, seria, ainda, o ponto de comunicação com os sertões do Piauí e da Bahia articulando as duas frentes coloniais de ocupação: a frente agrícola do Itapecuru à frente pastoril nordestina, que avançava pelo então chamado “sertão de Pastos Bons”.¹²

Nesse processo de conquista, uma forma de povoamento e de atividade econômica começava a se estruturar. De um lado, as missões jesuíticas iniciaram, desde cedo, a cultura de cana-de-açúcar e a criação de gado utilizando-se do trabalho escravo ou servil indígena. A ação catequética confundia-se com o engajamento dos índios nas atividades econômicas coloniais. Juntamente com a salvação de almas, a ideologia do trabalho e da servidão era imposta aos “selvagens” demonstrando que a ação religiosa associava-se plenamente aos objetivos coloniais transformando os indígenas em força de trabalho adestrada e submissa (Arcangeli, 1987:93).

De outro lado, nesses momentos iniciais da conquista estabeleceram-se os primeiros colonizadores, cujas atividades principais eram a caça, a agricultura de subsistência e a captura e

¹² A designação “sertão de Pastos Bons” surge nos textos do final do século XVIII e início do XIX referindo-se a todo o território coberto, em sua maior parte, pôr vegetação de cerrado, e situado entre os rios Parnaíba e Tocantins, território tradicional de vários grupos Timbira, e o qual tornou-se objeto de ocupação da frente pastoril nordestina. Vide Autor Anônimo, 1900; Paula Ribeiro, 1815, 1819, 1842.

o aprisionamento de índios, que escravizados eram vendidos às regiões primário-exportadoras do Nordeste, para o trabalho nas monoculturas açucareiras, ou utilizados nas lavouras de seus captadores. Os engenhos, em pequeno número, consistiriam, também, empreendimentos que absorviam, de maneira limitada, a mão-de-obra indígena escravizada.

A penetração progressiva rumo ao sul do Maranhão se fazia acompanhando os vales dos grandes rios: Itapecuru, Mearim, Pindaré, Munim. Nesse processo, o Itapecuru revestiu-se de especial importância, tanto econômica como em termos de povoamento. A partir da metade do séc. XVIII, especialmente durante o “período pombalino” (1750-1777), colonos portugueses teriam recebido grandes concessões de terra em sesmarias, de três por uma légua, a maior parte das quais concentradas no vale do Itapecuru e do Mearim, e no “alto sertão do Maranhão”. De um total de 95 concessões outorgadas no período, 75 situavam-se nessas áreas. (Droulers e Maury, 1981:1036).

1.2.2.1 A Conquista do Mearim, Pindaré e Munim

A exploração do rio Mearim foi iniciada pelos franceses em princípios do século XVII, quando realizaram expedições similares aos “descimentos” portugueses, trazendo para sua feitoria em São Luís, índios Tabajara que ali viviam. Havia explorado ainda, o Grajaú, no qual teriam atingido as cabeceiras estabelecendo, assim, contato com o território timbira..

Considerado pôr Berredo como o “*Príncipe soberano de todos os rios da Capitania do Maranhão*”, e cortando terras muito férteis, o Mearim, a partir do século XVIII, abrigou um grande número de fazendas agrícolas e engenhos que foram implantados nas suas margens, além de muitas fazendas de criação de gado vacum. Habitado tradicionalmente pôr um grande número de grupos indígenas, de diferentes tradições culturais, a conquista do Mearim foi precedida pôr declarações de “guerra justa” contra os *Gamella*, e posteriormente, contra vários grupos timbira que habitavam seu baixo e médio curso.

As expedições contra os *Gamella* no Mearim revelaram-se infrutíferas, até o início do século XIX. O mesmo ocorria em relação aos timbira *Cramzé* e *Pobzé*, que habitavam as matas no seu curso, e os quais seriam posteriormente “reduzidos” na Colônia Leopoldina. O próprio Berredo, quando governador do Maranhão, teria participado de uma “entrada” contra índios no Mearim, “*para fazer a guerra mais de perto ao gentio do curso*” (Berredo, 1998: 33)

A dominação dos grupos indígenas do rio Mearim, e seu conseqüente povoamento pelos agentes coloniais foi facilitada pela ação dos jesuítas e mercedários, que estabeleceram algumas missões junto a esses grupos.

De outro lado, o devassamento do Pindaré foi iniciado em ainda em 1616 pôr Bento Maciel Parente, que moveu violenta guerra de conquista contra os Guajajara, um dos mais populosos grupos indígenas localizados nesse vale. A ação repressiva dos comandantes de guerra seria, posteriormente, seguida pelo trabalho catequético dos jesuítas, os quais submeteram grande parte dos *Tenetehara* nas missões de Maracú e Cajari, as quais prosperaram sobre o trabalho servil deste, e de outros grupos indígenas do Pindaré e Mearim.

A colonização dos rios Munim e Iguará, situados na parte oriental da Capitania, relacionou-se ao fato desses rios constituírem acesos naturais à Capitania do Piauí, e indiretamente, à região aurífera de Minas Gerais. Através de ações planejadas por determinações régias – a criação da vila de Icatu, a construção da fortaleza do Iguará, a abertura de estradas, a declaração de “guerras justas” contra índios da região – realizou-se a devassa desses rios favorecendo o processo de ocupação, e, principalmente, o transporte do ouro vindo de regiões mineradoras à São Luís.

As estratégias de Estado voltadas à dominação dos grupos indígenas nos dois primeiros séculos da conquista do Maranhão compreenderam ainda, a transferência de colonos de São Luís para a vila de Icatu, com a distribuição entre estes, de índios aprisionados na Capitania do Grão-Pará, e o “descimento” de índios *Anapurus*, vindos da foz do Parnaíba, para constituir a mão-de-obra, juntamente com escravos africanos, a preços acessíveis aos colonos assentados (Cabral, 1992: 73).¹³

Os *Arenhis*, um dos grupos então autônomos do Munim e do Iguará foram, também, objeto de duas declarações de “guerra justa”, sob a acusação de que teriam destruído um comboio com destino a São Luís, e matado um capitão de guerra. Para isso foi deslocada a Companhia de Infantaria do Pará e um grande número de índios flecheiros, além de forças locais sob o comando do Mestre de campo do Piauí, Bernardo de Carvalho Aguiar¹⁴

¹³ Uma das estratégias para desarticulação étnica dos grupos indígenas capturados nas expedições de *resgate* e *descimento* foi a sua transferência para locais distantes de seu território. Além de racionalizar a oferta de mão-de-obra escrava nos empreendimentos coloniais, essa transferência serviria como elemento de desarticulação das referências espaciais desses grupos, e pôr extensão, da sua capacidade de ação coletiva.

¹⁴ Cf. Maranhão, Francisco de N.S dos Prazeres. “Poranduba Maranhense”. Revista do IHGB, 1891, pp 99-100; in Cabral, 1992: 73-74.

1.2.3. Legislação Indigenista e Política Pombalina

A política de integração colonial implantada pelo Marques de Pombal, a partir de 1755 tinha por objetivo maior a emancipação de Portugal da dominação econômica exercida pelos ingleses.¹⁵ Nesse sentido estabeleceu programas de povoamento e de fortificação das colônias, reformas políticas e a criação de companhias de comércio. Essa política integracionista marcou profundamente a ocupação do vale do Itapecuru, especialmente elevando-a para o seu médio e alto cursos.

De outro lado, vinculado ideologicamente às transformações do pensamento europeu, fruto do desenvolvimento da filosofia Iluminista, e refletindo, ainda, o desejo de Portugal ingressar na modernidade econômica das nações européias, elaborou-se sob seu comando, uma nova legislação indigenista, que teria consequências nas relações entre colonos e sociedades indígenas, e no próprio desenvolvimento a sociedade colonial luso-brasileira. Essa legislação refletiria, ainda, as tensões históricas entre colonos e jesuítas, tanto no Estado do Maranhão, como no Estado do Brasil tendo a administração colonial optado pelo apoio ao colonos.

Com a posse de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do próprio Marques de Pombal, já ministro do rei Dom José I, como Governador Geral do recém-criado Estado do Grão-Pará e Maranhão iniciou-se uma campanha oficial pela liberdade dos índios, e pela limitação dos poderes dos missionários, especialmente dos jesuítas,. Após uma excursão pelos aldeamentos na Ilha de Marajó e pôr outros aldeamentos missionários na Amazônia, Mendonça Furtado levantou os argumentos que fundamentariam as correspondências oficiais, nas quais afirmava sobre a “impossibilidade” de “civilizar” índios através do trabalho da Companhia de Jesus.

Em 5 de fevereiro de 1757, Mendonça Furtado publicaria lei retirando aos jesuítas o poder temporal das aldeias, as quais passariam à administração civil, ficando os religiosos apenas com a orientação espiritual. Assim, as aldeias maiores foram elevadas a “vilas”, e as menores transformadas em “lugares”, aos quais foram atribuídos nomes de cidades portuguesas – Bragança, Guimarães, Viana, etc – e designados “diretores” civis para sua administração.

¹⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros, a partir da ascensão de Dom José I ao trono de Portugal, em 1750 tendo permanecido pôr 27 anos como principal ministro e homem forte do governo português. Realizou reformas modernizadoras na administração colonial, que incidiram diretamente sobre as colônias ultramarinas, e especialmente sobre o Estado do Grão-Pará e Maranhão, as quais alteraram profundamente as relações entre colonos, missionários e as populações indígenas.

Posteriormente, em 27 de maio do mesmo ano, foi publicada a lei de liberdade dos índios. O chamado “Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão”. Aprovado pelo rei Dom José I, esse documento legal criado inicialmente para vigorar no Estado do Grão-Pará e Maranhão foi estendido ao Estado do Brasil em 1758, resultando na expulsão da Ordem Jesuíta do Brasil, e na expropriação de seus bens e propriedades pelo Estado. O Diretório vigorou entre 1757 e 1798 tendo sido extinto em 1798 (Abreu, 1998: 161-164).

A legislação pombalina acabaria, ao menos no plano legal e temporariamente, com as expedições de “resgate” e os “descimentos”, característicos até então, como modos de captura de índios em suas aldeias e territórios, para posterior escravização. O ingresso de escravos africanos nas grandes propriedades rurais algodoeiras, através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, vendidos aos colonos em condições favoráveis, e a promulgação do “Diretório dos Índios”, praticamente resultaria na substituição da força-de-trabalho indígena pela africana durante esse período, ao menos nas atividades agro-exportadoras do Maranhão:

...O incremento do tráfico africano, que é fomentado depois das leis pombalinas, particularmente para as capitanias cuja mão-de-obra fora constituída quase que exclusivamente de índios – casos do Pará e Maranhão – torna os colonos menos dependentes destes últimos... (Prado Jr., (1942) 1987: 95).

A legislação pombalina encontraria, ainda, instrumentos legais de incorporação das populações indígenas no seu projeto colonial. Assim, o Alvará de 04 de abril de 1755, fomentava casamentos mistos e equiparava índios e seus descendentes aos demais colonos, em relação à “empregos e honrarias” proibindo, ainda, tratamentos discriminatórios. Outra lei anterior ao “Diretório”, de 06 de junho de 1755 decretava a liberdade absoluta dos índios, e ministrava providências sobre suas relações com os colonos, dispondo sobre a organização das “vilas” e “lugares”, que substituiriam os antigos aldeamentos missionários.

O “Diretório dos Índios”, de maio de 1757, expedido pôr Mendonça Furtado estabelecerá longa e minuciosamente a regimentação sobre a legislação vigente acerca dos índios. Dentre outras determinações, o Diretório regulamentava a utilização de índios nos empreendimentos coloniais, podendo ser “requeridos” pelos colonos, a troco de remuneração. A escravidão indígena daria, então, lugar a outra forma de utilização compulsória de sua força-de-trabalho abolindo-se, entretanto, a “indesejável” presença e controle exercido anteriormente pelos jesuítas.

A legislação pombalina foi abolida pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, a qual equiparou formalmente os índios aos demais súditos da Coroa, e suprimiu a tutela dos diretores. Apesar de sugerir a vigilância das autoridades sobre os abusos dos colonos, impôs aos índios o trabalho compulsório mediante pagamento de salário, nos serviços públicos e privados, a quem eram distribuídos, quando “desocupados”. Essa legislação constituiria *evidente forma de escravidão disfarçada, é o que a lei chama ‘apenar’ os índios* (Prado Jr, 1987: 99).

A Carta Régia de 1798 reintroduziria, sob novas formas, as expedições de “descimento”, atribuindo direitos de utilização de índios aprisionados e outras práticas que haviam sido abolidas há mais de meio século. Esse retrocesso legal esteve associado aos novos surtos econômicos – como o do cacau no sul da Bahia e Espírito Santo, e o da pecuária leiteira no vale do Rio Doce, no norte de Minas Gerais – e às perspectivas abertas aos colonos no final do séc. XVIII.

Como coloca Moreira Neto, o período pombalino, e seu principal instrumento político, o *Diretório* constituem elementos essenciais para a compreensão da mudanças operadas na Amazônia e no Maranhão, à qual esteve administrativamente unificado entre 1750 e 1850:

Sem recorrer ao Diretório será impossível entender os efeitos concretos da secularização das missões pela política pombalina. A partir daí, o regime das missões cedeu lugar a um esforço de intervenção e integração das populações indígenas aldeadas ao sistema colonial – sem intermediários – o que aumenta extraordinariamente o processo de desorganização e de dominação dessas comunidades, iniciado pela ação missionária. (Moreira Neto, 1988: 20-21)

A abolição do “Diretório dos Índios” teria como consequência, dentre outras, a retomada das hostilidades indígenas contra os colonos, proibidos de atacar índios “selvagens” em seus redutos:

Tal hostilidade é sobretudo notável, na segunda metade do século XVIII, da parte de tribos que se tinham refugiado nas matas que cobrem os territórios limitrofes de Minas Gerais com as Capitânicas de Porto Seguro e Espírito Santo, particularmente os Aimorés (Prado Jr, 1987: 99).

Como se verá a seguir, a aplicação das cartas régias promulgadas, especialmente entre 1808 até 1813 atingiriam também os diversos grupos timbira, cujo território encontrava-se em plena disputa e ocupação pelos agentes das frentes de expansão agrícola exportadora, e pastoril.

1.3 A Frente Agrícola e a Ocupação do Alto Itapecuru

É nesse período que se desenvolvem os dois grandes fluxos que definirão o povoamento no interior do Maranhão. Um desses fluxos partindo, como se viu, do litoral foi ocupando gradativamente áreas mais avançadas ao longo dos vales dos seus principais rios - Mearim, Pindaré, Munim e, especialmente do Itapecuru - sendo responsável pelo surgimento de diversos núcleos de povoamento, sob a atuação de uma frente de ocupação agrícola, com diferentes momentos e interesses econômicos.

Até as primeiras décadas do século XVIII, as atividades econômicas desenvolvidas tanto pôr colonos, como pelos próprios missionários, se estruturavam a partir da presença de *aldeamentos* indígenas organizados, em sua maior parte pelos jesuítas, de onde se obtinha a mão-de-obra necessária para as atividades agrícolas e de serviços que iam se organizando. Um dos ricos fazendeiros da região, Raimundo Gaioso considerava o Itapecuru como um dos principais rios “da terra firme” no Maranhão colonial.

Agente colonial diretamente envolvido, tanto nas expedições de expulsão e sujeição de índios, como fazendeiro interessado na expansão das áreas de cultivo, Gaioso avaliava as condições de navegabilidade e de ocupação colonial do Itapecuru, especialmente em seu alto curso, e as possibilidades de sua extensão até Pastos Bons. Para esse agente, o Itapecuru era

...muito navegável até o Arraial das Aldeias Altas, hoje Nova Vila de Caxias ... porém do dito Arraial para cima, para onde ainda continua o dito rio até Pastos Bons, perto daquela vila já tem chegado algumas embarcações pequenas é perigoso pelas suas cachoeiras e a multidão de gentio bravo, que ocupa uma grande parte daquelas matas, e suas beiradas (Gaioso, (1818) 1970: 98)

Conforme se constata no discurso deste cronista e agente colonial, a existência de obstáculos naturais, e principalmente, a presença de grupos indígenas autônomos no curso deste rio ocupando as densas matas constituíam os principais entraves ao avanço dessa frente pelo alto Itapecurú. Esses grupos, cujos territórios se estendiam, ainda, pelo Alpercatas e outros afluentes seriam, dentre outros, os timbira “Canellas Finas” e “Mateiros”, cuja resistência retardaria a ocupação dessas terras pelos agentes da frente agrícola vinculada à economia agro-exportadora que se ampliava.¹⁶

¹⁶ Os cronistas e a documentação oficial da administração colonial, nas primeiras décadas do século XIX denominam os grupos timbira do alto Itapecuru como “Canellas finas” e “Timbiras Matteiros”. Trata-se dos grupos que o Major Francisco de Paula Ribeiro refere-se como *Capiekran* e *Sakamekran*, precursores dos atuais *Ramkokamekra*-Canela. Vide Quadro 01, em Apêndices.

A rápida expansão das fazendas monocultoras de algodão e açúcar, dado seu caráter extensivo, e o conseqüente esgotamento precoce das terras de plantio requeriam, como foi visto, a incorporação de novas áreas, as quais existiam em abundância e formadas pôr matas de grande fertilidade, que se estendiam ao longo do alto curso do rio Itapecuru e seus afluentes. No avanço rumo às cabeceiras desse rio, agricultores e criadores defrontaram-se com a presença de vários grupos indígenas, especialmente timbira, os quais, segundo Gaioso, constituíam o grande obstáculo à ocupação colonial da região. Assim, diante de uma tentativa anterior de ocupação das terras do Alpercatas, importante afluente do alto Itapecuru afirmava Gaioso:

...outro (rio) chamado das Alpercatas, onde se pretendeu no ano de 1809 formar um arraial, que pôr ser muito infestado de gentio, é inabitavel para a cultura; porém ambos esses inconvenientes poderião achar remédio, logo que para superá-los se dessem providencias ativas (Gaioso, 1970: 99).

Assim, a despeito das expedições exploratórias, e das tentativas de estabelecimento de um núcleo militar que possibilitasse a ocupação das terras do alto Itapecuru pelos agentes da frente agrícola, estas esbarravam na resistência dos timbira *Matteiros* e *Canellas Finas*, conforme se verá adiante.

A importância política de Aldeias Altas aumentaria no início do século XIX, quando foi promovida à condição de vila pelo Príncipe Regente em 1808, e efetivada em 1812. A partir desse momento transferiu-se para a nova vila de Caxias algumas instâncias políticas e administrativas; constituiu-se a Câmara Municipal, e foi nomeado seu primeiro Juiz de Fora, o desembargador Luiz de Oliveira de Figueiredo e Almeida, que já havia exercido o mesmo cargo em São Luís (Gaioso, op cit, 166). O Juiz de Fora de Caxias, cuja função corresponderia hoje ao chefe do poder executivo municipal, desempenharia, ainda, um importante papel no processo de “paz dos timbira” desenvolvido nas primeiras décadas desse século, o qual teria conseqüências desastrosas aos timbira em geral, e aos Canela em particular.

A ocupação do vale do Itapecuru, como foi visto, vinculou-se, até meados do século XVIII, ao desenvolvimento de uma economia agrícola fundada, sobretudo, no trabalho escravo ou servil, principalmente de índios “aldeados”. Constituída inicialmente como atividade de importância local, a cultura do algodão tornou-se, na segunda metade deste século, no principal produto de exportação do Maranhão substituindo temporariamente, no mercado manufatureiro europeu, o algodão bruto produzido pelas colônias norte-americanas.

No terceiro quartel do século XVIII, o Maranhão teria desenvolvido acentuadamente sua atividade agro-exportadora, especialmente com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cujas atividades centralizavam o financiamento e a comercialização desses produtos, e o fornecimento de mão-de-obra escrava africana. A guerra de independência dos EUA e o começo da Revolução Industrial criariam as condições de mercado favoráveis para o algodão brasileiro na Europa, o que resultaria na implantação das *plantations* algodoeiras no vale do Itapecuru, e na importação de quantidade considerável de escravos africanos.

O estabelecimento dessa economia exportadora, baseada na grande propriedade rural, na agricultura extensiva e no trabalho escravo tornou-se possível, tanto pela implementação das reformas econômicas e políticas durante o “período pombalino” (1755-1778), quanto pela conjuntura econômica internacional, o que determinaria seu caráter temporário..

Embora para efeito deste estudo tenha maior importância a consideração da frente agrícola maranhense, associada à economia agro-exportadora que se implantou no último quartel do século XVIII, e sua conjunção com a frente pastoril tradicional, especialmente de sua vertente baiana, é necessário tecer algumas considerações sobre o impacto da economia agro-exportadora na Capitania do Pará, uma vez que essa frente estimulava o a ocupação do vale do Rio Tocantins, que delimitaria, pelo lado ocidental, o cerco ao tradicional território dos grupos timbira.

É preciso considerar, numa perspectiva mais ampla, que a frente agrícola que se estabeleceu no norte brasileiro na segunda metade do século XVIII, no bojo de uma economia agro-exportadora desenvolveu-se tanto no Maranhão como no Pará, com desdobramentos significativos, ainda, na Capitania de Pernambuco. Essa frente agrícola convergia para o território timbira através dessas duas pontas: uma que avançava desde o século XVII pelo rio Itapecuru, alcançando posteriormente seu alto curso;¹⁷ outra que, a partir do litoral paraense, deslocava-se pelo rio Tocantins estabelecendo comunicação com a região das antigas minas de Goiás, e favorecendo a ocupação das terras ribeirinhas por diferentes agentes.

Assim, a vertente paraense da frente agro-exportadora faria o cerco do território timbira pelo lado ocidental delimitando essa fronteira da ocupação pastoril. Essa vasta região não seria, entretanto, totalmente desbravada pela frente agrícola: inicialmente já havia sido ocupada

¹⁷ Nas primeiras décadas do século XIX essa frente agrícola se expandiria, ainda, pelos vales do Mearim, Grajaú e Pindaré atingindo outros grupos timbira, como os *Cramzé* e *Pobzé* intensificando os conflitos intertribais e interétnicos junto aos agentes dessa frente expansionista.

por fazendas e engenhos de cana-de-açúcar, nas áreas junto ao litoral; e mais ao interior pôr aldeamentos jesuíticos, e pôr coletadores de produtos florestais (Melatti, 1967: 17).

O dinamismo da frente agrícola, especialmente no que a vinculava à economia agro-exportadora estaria, como foi visto, relacionada às “condições de anormalidade” do mercado mundial de algodão e arroz. A desarticulação da produção das antigas colônias inglesas na América do Norte, em razão da Guerra de Independência Americana, daria espaço para o algodão e o arroz produzidos no Brasil, e especialmente no Maranhão e Pará. De outro lado, a prosperidade dessas capitânicas foi, ainda, favorecida pelas guerras napoleônicas, e pelos processos de independência dos países da América Espanhola, e dos movimentos anti-coloniais nas Antilhas Francesas, também de caráter temporário. Essa prosperidade tenderia, portanto, a se encerrar com a retomada da produção algodoeira norte-americana e a regularização do transporte marítimo (Melatti, 1967: 18).

Inúmeras fazendas algodoeiras surgiram, especialmente nas regiões de Caxias e Codó reproduzindo, no Maranhão, o sistema das “plantations” açucareiras de Pernambuco e Bahia. Em substituição à força de trabalho indígena dominante no período anterior foram trazidas grandes levadas de escravos africanos ao Maranhão: entre 1770 e 1804 ingressaram cerca de 1000 escravos por ano. Ao final do séc. XVIII a Capitania do Maranhão contava 80.000 habitantes, sendo 46% formada por escravos. Em 1822, dos 150.000 habitantes, 51% eram escravos. A emancipação indígena do trabalho escravo foi, no mínimo, duvidosa, uma vez que foram desenvolvidas novas formas de utilização compulsória de sua força de trabalho.

Durante o período de 1770 a 1805 as exportações do Maranhão foram de 4 a 5 vezes maiores do que as importações, o que gerou fortunas locais. O arroz constituiu item significativo nessa economia agro-exportadora implantada ainda no período pombalino, em função da demanda européia por alimentos baratos, e favorecida pela acumulação de capital entre essas nações. Inserido na pauta das atividades produtivas coloniais, receberia como a cultura algodoeira, os mesmos incentivos de produção e as mesmas restrições comerciais de caráter monopolista.

A exportação de couros foi também incrementada nesse período, estabelecendo uma frágil e indireta articulação entre as regiões produtoras e o mercado internacional. Essa demanda pode ter favorecido, ainda que de maneira limitada, a atividade pastoril que se implantava nos sertões de Pastos Bons. Nesse sentido, o Governador e Capitão-General do Maranhão Lobato e

Sousa promulgou Termo de Junta em 1758 autorizando a realização de diligências pelo alto Itapecuru, até o lugar da Matriz de São Bento das Balsas (Pastos Bons), com vistas a promover essa articulação (Cabral, 1992: 89).

Quando do encerramento das atividades da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1777, o Maranhão figurava entre as principais capitanias em termos econômicos, e a cultura do algodão avançava pelo Itapecuru concentrando-se em Caxias. Nesse período essa vila transformou-se no maior centro comercial e de produção agrícola do interior do Maranhão. O caráter extensivo das grandes propriedades requerendo sempre novas terras para o cultivo em decorrência do empobrecimento do solo favoreceu a expansão do povoamento.

Constituindo o ponto mais avançado da colonização luso-brasileira no vale do Itapecuru, a vila de Caxias transformou-se no “empório dos sertões”, para onde convergiam vaqueiros e criadores do Piauí e da nascente área pastoril do alto-sertão maranhense. Além disso concentravam-se nessa vila as principais instâncias administrativas e jurídicas do sistema colonial no interior do Maranhão, o que lhe dava ares de capital dos sertões.¹⁸ Essas características ligadas a sua posição geográfica estratégica a colocou como ponto de convergência entre a frente agrícola agro-exportadora, de um lado, e a frente pastoril nordestina, de outro.

Com o final das guerras napoleônicas, a economia agro-exportadora do vale do Itapecuru, baseada na grande propriedade monocultora entraria em decadência, da qual só iria se recuperar mais de meio século depois. No Maranhão, haveria, ainda, um curto período de prosperidade fundada na atividade algodoeira durante a Guerra de Secessão norte-americana. O final desse conflito, e a entrada do algodão egípcio no mercado europeu, praticamente expulsaria o algodão brasileiro do mercado externo. Essa decadência econômica do início do século XIX seria acelerada, especialmente no Pará, pela deterioração no sistema de exploração de mão-de-obra indígena, estruturado pelos jesuítas, desde sua expulsão por Pombal. Os problemas de mercado dificultariam a substituição da força-de-trabalho indígena pela africana, atrasando-se em relação ao Maranhão. (Velho, 1981: 20).

As consequências desses surtos econômicos para a região do Tocantins foram mínimas, a não ser na sua foz onde se estabeleceu uma pequena produção agrícola. O receio da Coroa sobre a utilização do rio como escoadouro de metais preciosos fez com que sua navegação fosse proibida em 1737, pôr provisão do Conselho Ultramarino. Entretanto a frente mineradora se

¹⁸ Vide Mapa 02, em Apêndices.

projetaria no sentido sul-norte fundando os arraiais de São Félix e Natividade.¹⁹ No final desse século, com a decadência da mineração goiana, o Tocantins seria “reaberto” buscando-se um novo estímulo econômico na ligação entre Goiás e Pará. Algumas expedições organizadas pôr comerciantes dessas províncias com auxílio dos governos foram realizadas sem criar estabelecimentos.

No início do séc. XIX, a mineração goiana entraria em franca decadência, que seria seguida pela frente agrícola paraense e maranhense. Em 1781 com a fundação do posto militar e fiscal de Alcobaça (270 Km de Belém) é atingido o limite da ocupação do Tocantins pelo Pará. Nessa época, entretanto, se aproximava da região outra frente, *que traria resultados muito mais profundos e duradouros para o médio Tocantins: a frente pastoril baiana* (Velho, 1981: 21).

Ao longo do processo de ocupação do vale do Itapecuru pela sociedade colonial luso-brasileira, no bojo da economia algodoeira agro-exportadora, as lutas movidas pelos agentes coloniais contra os grupos indígenas foram constantes, pelo menos até as primeiras décadas do século XIX, quando se efetivou a dominação desses grupos. Ao contrário da fase inicial dessa ocupação, quando a força de trabalho indígena era a única disponível, e os conflitos com os colonos resultavam, em geral, das expedições de captura e escravização movidas pelo Estado e por particulares decorrente de seu valor nos mercados de escravos, durante e após o período pombalino esses conflitos passam a ser determinados pela ocupação de novas áreas a serem incorporadas à esse sistema produtivo.

A região de Codó exemplifica essa situação: constituindo habitat e área de perambulação de grupos indígenas autônomos, as matas situadas ao longo do rio Codó, afluente do Itapecuru, foram ocupadas durante o surto algodoeiro-exportador por fazendas agrícolas chegando a formar uma das principais regiões de plantio. Nesse período (1780-1790) foram introduzidas grandes levas de escravos africanos nessa região; posteriormente chegariam famílias de colonos portugueses (1885 em diante), e de sírios (1887).

Durante toda a segunda metade do séc.XVIII e início do XIX as fazendas de Codó foram alvos de constantes ataques dos então poderosos “Timbiras Mateiros” (*Sakamekran*), dos *Gamella* e de outros grupos tribais. Em represália a esses ataques foram organizadas diversas “bandeiras” contra esses grupos, mas sua dominação deu-se apenas na segunda década do séc.

¹⁹ Cf. Almeida, 1852: XVI-XV; in Velho, 1981, pp 21.

XIX, quando, já reduzidos demograficamente pelos conflitos, Mateiros e Gamella foram, ainda, atingidos por epidemias introduzidas pelos agentes coloniais.

A política de desocupação territorial das áreas incorporadas às atividades agro-exportadoras, especialmente no vale do Itapecuru implicou na organização sistemática de expedições punitivas contra grupos indígenas considerados hostís pela administração colonial. As chamadas “guerras justas”, amplamente praticadas na fase inicial da colonização do Maranhão foram retomadas, no final do século XVIII e início do XIX, respaldadas em “cartas régias” de 1808 a 1813. Na realidade essas expedições de extermínio e desocupação territorial de índios nunca foram totalmente abandonadas, assim como a escravização dos grupos capturados.

Isso se verificou especialmente no processo de ocupação das campinas e cerrados do sul do Maranhão: o mesmo Termo de Junta das Missões de 1758 que determinava a exploração do alto Itapecuru até Pastos Bons com vistas a articulação econômica entre as frentes agrícola e pastoril determinava, também providências para a realização de “guerra defensiva” aos Acroá, Gueguê e Timbira que impediam a implantação de fazendas de criação nos vales do Gurguéia, no Piauí e do Parnaíba (Cabral, 1992:89)..

No início do século XIX foram implantados as primeiras unidades político-territoriais da bacia do Itapecuru vinculadas à administração colonial: em 1801 eram criadas as freguesias de Rosário e Itapecuru-Mirim; em 1833 Codó seria elevada à categoria de vila; Caxias torna-se vila em 1808, e comarca em 1836 constituindo um dos principais troncos de onde se originariam a maioria dos municípios do vale do Itapecuru. Durante sua passagem por Caxias os naturalistas Martius e Spix consideraram-na como *uma das mais fluorescentes vilas do interior do Brasil*. Com uma população de 30 mil habitantes absorvida pela cultura do algodão e pelas fazendas de criação, Caxias viveu na primeira década do século XIX o auge de sua importância econômica. E assim comentavam os naturalistas:

...Quanto mais nos afastávamos de Caxias, mais numerosas eram as fazendas, cujo extenso casario indicava a opulência de seus donos...(Spix & Martius, 1981: 262)

A prosperidade das fazendas algodoceiras no Itapecuru foi de curta duração. As desordens que acompanharam a adesão do Maranhão à Independência (1823) desorganizaram a produção nos vales centrais e orientais do Maranhão, tendo sido a “Balaiada” (1838-1840) o ponto culminante desse processo.

1.4 A Frente Pastoril Tradicional e o Território de Pastos Bons

Surgida independente do processo de ocupação colonial do vale do Itapecuru e de outros grandes rios maranhenses, que se deu a partir do litoral, a ocupação das chapadas e cerrados do sul do Maranhão esteve associada, em seu momento inicial, às demandas da economia açucareira nordestina. Fornecendo carne, couro e força motriz aos engenhos nordestinos e à região aurífera das Minas Gerais, o povoamento inicial do sertão maranhense foi realizado por vaqueiros e criadores vindos do vale do São Francisco, num lento movimento expansionista antecedido pelo devassamento e ocupação do atual território do Piauí.

Somente a partir das primeiras décadas do século XIX é que a área pastoril do sul do Maranhão, chamada pelos contemporâneos como “sertão de Pastos Bons”, se articulou à região litorânea e, especialmente, à economia algodoeira, cujo principal núcleo era a então vila de Caxias. Nesse processo de interseção entre as duas frentes expansionistas deu-se, ainda, a ocupação inicial das terras situadas no alto Itapecuru e Alpercatas, território tradicional de alguns grupos timbira, dentre os quais, os grupos formadores dos atuais *Ramkokamekra*-Canela.

1.4.1 A Vertente Baiana: do São Francisco ao Parnaíba

A atividade pastoril foi introduzida no Brasil, ainda no século XVI, quando a Coroa Portuguesa decidiu estabelecer sob seu comando, o processo de colonização. A partir de seus núcleos iniciais de ocupação, localizados na atual região Nordeste, e mais especificamente, de Salvador, capital da Colônia e de Olinda, na Capitania de Pernambuco desenvolveu-se a conquista das férteis terras do litoral nordestino, propícias à atividade açucareira, e a sujeição dos grupos indígenas dessa região, que formaram as primeiras levadas de mão-de-obra escrava nas lavouras canavieiras.

Introduzida ainda no governo-geral de Tomé de Sousa para movimentar os primeiros engenhos, e oriunda da Ilha da Madeira, a criação de gado *vacum* estabeleceu-se, inicialmente, nas cercanias de Salvador. Os primeiros caminhos que ligavam a capital da Colônia ao Recôncavo foram abertos pelas boiadas, e deste para locais cada vez mais distantes, conforme se interiorizava a criação (Mattoso, 1992: 59).

Com a conquista de Sergipe, e especialmente, das terras junto à foz do Rio São Francisco, a atividade pastoril começou a se interiorizar pelos sertões, tanto em sua margem

direita, com o gado baiano, como na esquerda, com o de Pernambuco. Começa aí a se estruturar a frente de expansão pastoril, que desencadearia, neste e nos séculos seguintes, toda a ocupação colonial do interior nordestino, até os limites da Amazônia.

De Pernambuco e Bahia, as principais regiões produtoras nos tempos iniciais da colonização, onde se desenvolveu a economia açucareira agro-exportadora, irradiaram os primeiros currais delimitando o sentido da atividade pastoril. Acompanhando inicialmente o curso do São Francisco, as boiadas foram ganhando as difíceis terras do agreste, e posteriormente, do sertão baiano. Enquanto o gado de Pernambuco se alastrava pela região costeira até a margem setentrional do grande rio, à Bahia se vinculava todo o gado de sua margem meridional (Abreu, 1998: 131).

À medida em que se expandiam os engenhos açucareiros, a atividade pastoril abandonava as férteis terras do litoral, dirigindo-se aos sertões, cada vez mais longínquos e impróprios às plantações, mas adequados à criação extensiva. A vertente baiana se deslocou em dois sentidos: um, rumo ao alto curso do rio São Francisco levando a ocupação desse vale pôr fazendas de criação, que mais tarde abasteceriam a região das Minas Gerais, onde se estabelecia a extração do ouro. Dirigindo-se para o nordeste, ocuparia, ainda, o interior dos atuais estados do Piauí e Ceará atingindo, no início do século XVIII, a região de campos e cerrados do sul do Maranhão.

A ocupação do vale do São Francisco pela frente pastoril foi precedida pela realização de guerras de conquista contra grupos indígenas, em cujo território passaram a se estabelecer fazendas de criação: numerosas tribos cariri, carib - Pimenteira e outras - e tupi, como os Amoipira foram objeto de guerras que destruíram ou levaram à expulsão muitos desses grupo. Conforme coloca Capistrano de Abreu,

...Esses conflitos foram menos sanguinolentos que os antigos: a criação de gado não precisava de tantos trabalhos como a lavoura nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugnância; além disso abundavam as terras devolutas para onde os índios podiam emigrar. Entretanto, muitos foram escravizados, refugiaram-se outros em aldeias dirigidas pôr missionários, acostaram-se outros à sombra de homens poderosos, cujas lutas desposaram, e cujos ódios serviram... (Abreu, 1998: 132).

Papel fundamental desempenhariam os jesuítas e franciscanos no processo de dominação dos índios do vale do rio São Francisco, e de outros rios do interior baiano. Em torno dos aldeamentos missionários se estruturaram os primeiros núcleos de povoamento,

especialmente aqueles situados em terras próprias à lavoura, os quais deslocariam ainda mais ao interior as fazendas de criação.

As concentrações populacionais fizeram-se primeiro em torno de aldeamento de índios, criados pôr jesuitas e franciscanos. Tal é a origem das povoações de Itapicuru, Jeremoabo, Pombal, Sure e Tucano. Os estabelecimentos sedentários multiplicaram-se rapidamente, e os rebanhos que subutilizavam solos cultiváveis foram expulsos para o interior, para o vasto Sertão, que começa onde acabam as terras de fácil acesso e cultivo (Mattoso, 1992: 62).

Após devassar os territórios iniciais do sertão baiano destruindo e submetendo diferentes grupos indígenas, os agentes da frente pastoril deslocaram-se em direção oeste, rumo ao sul do atual Estado do Piauí. Respaldados em privilégios concedidos, ora pela Coroa Portuguesa, ora pelos governadores e capitães-gerais, em função da realização das conquistas territoriais sobre grupos indígenas, grandes donatários de terra adquiriram facilmente direitos de exploração sobre vastas áreas inexploradas. Ainda no século XVII (1684) haviam sido atribuídos a Domingos Afonso Mafrense, o “Sertão”, e a Francisco Dias D’Ávila, da “Casa da Torre” - dois dos maiores concessionários de terras do período colonial - direitos de exploração em sesmarias das terras situadas nas margens dos rios Gurguéia e Parnaíba.²⁰

Já em 1674, Domingos Afonso “Sertão” teria comandado uma expedição de guerra aos Gurguéia, que do Piauí incursionavam contra fazendas no São Francisco atingindo, nessa ocasião, as campinas situadas próximas ao rio Parnaíba. Essa “descoberta” teria garantido à “Casa da Torre” mais direitos territoriais nessa região, e o próprio Domingos “Sertão”, o primeiro e maior latifundiário do Piauí colonial, teria obtido, posteriormente, mais sesmarias no Gurguéia e no Parnaíba estabelecendo os primeiros currais ao longo dos rios Canindé e Piauí abrindo, assim, o caminho para a sua ocupação pastoril (Mott, 1985: 97).

Destruindo e escravizando índios, e estabelecendo inúmeras fazendas de criação, a frente pastoril, através de sua vertente baiana atingiu, em meados do séc. XVIII, os campos situados no vale do Rio Parnaíba dando início à conquista das campinas e cerrados do sul do Maranhão. Definia-se, assim, a ocupação do sul do Piauí, e deste ao sul do Maranhão, como obra realizada pelos agentes vinculados à vertente baiana da frente pastoril nordestina. Conforme atesta Capistrano de Abreu, o historiador desses sertões,

²⁰ *Na margem pernambucana do Rio São Francisco possuira duzentos e sessenta léguas de testada a Casa da Torre fundada pôr Garcia D’Ávila, protegido de Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e o Parnaíba senhorava mais oitenta léguas. Para adquirir essas propriedades imensas gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias (Abreu, 1998: 132).*

...Pastos Bons foi povoado pôr baianos, e até meados do século XVIII teve comunicações exclusivas com a Bahia (Abreu, 1998: 132).

Embora os regulamentos portugueses para a distribuição de terras em sesmaria estabelecessem seus limites em função da capacidade de exploração, ocorria na prática a concessão de extensas datas, *algumas tão imensas que representavam verdadeiras donatarias* (Cabral, 1992:105). Isso se explica, em parte, pela dinâmica da pecuária extensiva que requeria grandes áreas de exploração, em função do seu baixo nível técnico e da escassez de pastagens nos períodos de estiagem (Mott, 1985:51-52). Essas características resultavam na baixa produtividade das fazendas de criação, e teriam determinado a rápida expansão da frente pastoril nordestina.²¹

Dado o caráter da estrutura agrária colonial, onde os direitos de exploração de grandes extensões de terra eram geralmente concedidos a potentados ou nobres com influência na administração colonial, desenvolveu-se na área pastoril o fenômeno do *absenteísmo*, isto é, a ausência do proprietário nas suas fazendas de criação, que via de regra, eram conduzidas por vaqueiros e seus auxiliares. Ao contrário dos grandes engenhos do Nordeste brasileiro, que formavam verdadeiras unidades política, econômica e socialmente autônomas, as quais abrigavam centenas de moradores, entre escravos, trabalhadores livres, “agregados” e outras categorias sociais, as fazendas de criação, localizadas em regiões cada vez mais distantes dos centros dinâmicos da economia colonial e escassamente povoadas não atraíam, inicialmente, a presença de seus proprietários.

Entretanto, a partir do século XVIII, a própria concentração de terras, implicando no seu arrendamento a terceiros tenderia a modificar essa situação. Conforme se verá adiante, a dinâmica dessa frente acabaria transformando muitos vaqueiros em proprietários de rebanhos, os quais extenderiam a ocupação pastoril pôr territórios ainda não incorporados, em geral dominados por grupos indígenas.

Portanto, o *absenteísmo* que caracterizou as fazendas de criação na etapa de sua expansão pelo vale do São Francisco e pelo interior nordestino tenderá a desaparecer quando do ingresso da frente pastoril pelo cerrado maranhense. Entretanto, um outro fator que parecia determinar o absentismo dos criadores, especialmente no sertão baiano, era o temor de ataques

²¹ Estima-se que nas fazendas de criação extensiva havia uma média de duas cabeças de gado pôr quilômetro quadrado (Prado Jr, 1962:44), indicativo da baixa qualidade e produtividade do sertão pastoril nordestino. Essa e

indígenas, o que caracterizaria o período inicial da expansão dos currais pelos sertões do São Francisco. Com a dominação ou afugentamento desses grupos essa situação tenderia a se inverter.

Devaneados dos terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitiva, e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões, pôr cima dos quais se podia passear ... cavalos de passear, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abastança (Abreu, 1998: 135).

Essas características não seriam, entretanto, as das fazendas que se estabeleceriam nos sertões do Piauí, e especialmente, daquelas que posteriormente se localizariam entre o Parnaíba e o Tocantins. Essas se caracterizariam pela extrema rusticidade, pela predominância do trabalho livre, e pela conjunção de interesses entre vaqueiros e criadores. Baseada num sistema produtivo que exigia mão-de-obra reduzida, as fazendas de criação se expandiam a partir de relações de trabalho fundadas na “partilha”, onde geralmente após cinco anos, o vaqueiro receberia como pagamento de seus serviços, a quarta parte das crias. Isso faria com que pudesse, depois de algum tempo, estabelecer sua própria fazenda, bastando para isso obter terras, as quais deveriam ser tomadas aos grupos indígenas

Criava-se, desse modo, um princípio dinâmico endógeno, ligado à reprodução do rebanho, às fracas condições naturais, e à disponibilidade de terras e às relações de trabalho estabelecidas. As relações com o litoral, agora mais indiretas, vão-se dando através das feiras de gado” (Velho, 1981: 22).

A partir da segunda metade do século XVIII, com a lenta decadência da economia açucareira nordestina, esse princípio endógeno iria se sobrepor à própria demanda de mercado como razão da expansão pastoril. As relações com a economia açucareira, especialmente no que se refere às fazendas mais afastadas enfraqueceriam e se inverteriam. O pessoal expulso dos engenhos, se engajaria na atividade pastoril, a qual tenderia a fechar-se sobre si mesma, como atividade de subsistência, num processo caracterizado como *involução* e *marginalização*, que seria a contrapartida da maior autonomia da atividade criatória em relação à *plantation* (Velho, 1981: 23).

Pôr volta de 1730, os rebanhos de origem baiana cruzariam o Parnaíba dando início à ocupação do tradicional território dos timbira pelos agentes da frente pastoril nordestina. O primeiro núcleo de povoamento nessas terras foi São Bento das Balsas, posteriormente

outras condições desfavoráveis teriam feito surgir, aos poucos, o raquitico gado curraleiro ou pé-duro, que se tornaria típico dessas regiões (Velho, 1981: 22).

renomeado como Pastos Bons. Fundado em 1764, próximo à confluência do Rio das Balsas ao Parnaíba, a esse distrito ficariam jurisdicionadas todas as terras situadas do Parnaíba até os limites do Rio Tocantins, do Manuel Alves Grande e outros ainda em litígio junto à Capitania de Goiás – território que ficou conhecido como “sertão de Pastos Bons”.

1.4.2 A Ocupação do “Sertão de Pastos Bons”

Já no final do século XVII, muitas fazendas de criação se espalhavam pelo território do atual Piauí, banhadas pelos rios Canindé, Itaueira, Potí, Gurguéia e Longá. Entretanto, apenas em princípios do século seguinte as primeiras levadas de gado atingiriam as margens do Parnaíba. (Cabral, 1992: 104-105). Assim, em meados do século XVIII surgiram os primeiros requerimentos de criadores do Gurguéia e Parnaíba, junto às autoridades da Capitania do Maranhão, para a realização de *guerra defensiva* contra os Acroá, Gueguê e Timbira que habitavam os vales desses rios e impediam, através de ataques às fazendas, a expansão da criação pastoril pôr essas vertentes.²² (APEM, 1977: Docs 22, 28, 32: pp 19-23).

Conforme se verá, o devassamento do Parnaíba seria o ponto inicial da penetração pastoril pelos cerrados e campos naturais do sul do Maranhão, até o Tocantins. Do ponto de vista dos agentes dessa frente, uma vez atingido seus limites, restava apenas o afastamento ou a sujeição dos grupos indígenas ali estabelecidos. A longa experiência acumulada nos séculos anteriores, especialmente pelas ações das “bandeiras”²³, tornava essa uma missão possível aos vaqueiros e criadores. Assim, ingressando no território tradicional dos timbira, pôr volta de 1730, até o início do século seguinte seriam atingidas as margens do Tocantins. Atravessando este rio, nas primeiras décadas do século XIX, a frente pastoril ocuparia os sertões do norte goiano e, mais tarde, os “falsos campos”, no Pará, já nos limites da floresta amazônica.

²² A *guerra defensiva* é uma decorrência do conceito de “guerra justa”, que teria sido desenvolvido pôr ideólogos de Portugal, a partir da doutrina dos Santos Padres da Igreja Católica, em diferentes ocasiões, a qual justificaria, em termos teológicos, a guerra empreendida pelos Príncipes Católicos. No Brasil, a legislação portuguesa referente aos índios anterior ao séc. XVIII teria herdado essa figura jurídica. Um regimento especial do Governador do Estado do Maranhão, João Maya da Gama (14/3/1723) distinguia duas modalidades de “guerra justa”: a *guerra defensiva*, aplicada contra grupos indígenas que impedissem aos missionários a divulgação do Evangelho junto a outros índios; e a *guerra ofensiva*, quando houvesse “temor certo e infalível” de que os “inimigos da fé” fossem invadir os estabelecimentos coloniais, ou quando tivessem realizado “hostilidades graves e notórias”, sem justificativas, caso em que poderiam ser escravizados. Cf. Carvalho, 1998: 47-49.

²³ Capistrano de Abreu define as bandeiras como *...partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém...de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra. Dirigia a expedição um chefe supremo, com os mais amplos poderes, senhor da vida e da morte de seus subordinados. Abaixo dele...marchavam pessoas que concorriam para as despesas ou davam gente* (Abreu, 1998: 113).

Nos últimos anos do século XVIII e primeiros do século XIX foram organizadas várias expedições oficiais e “bandeiras” para a conquista dessas terras, então habitadas por um grande número de grupos indígenas, as quais na lógica dos colonizadores “permaneciam desconhecidas”. A mais importante dessas expedições foi comandada pelo capitão-general Dom Diogo de Sousa que, respaldado na Carta Régia de 12 de março de 1798 realizou guerra contra vários grupos Timbira, tendo ainda resultado na “descoberta do Rio Tocantins”, em 1806, e na criação de fazendas e núcleos de povoamento, dos quais surgiriam, mais tarde, algumas atuais cidades do sertão maranhense, como Riachão, Balsas, Grajaú e Carolina (Cardoso, 1947: 3).²⁴

Em função do próprio processo de povoamento, as relações entre o distrito de Pastos Bons e região litorânea do Maranhão foram, nos primeiros tempos, totalmente indiretas, uma vez que encontrava-se vinculado aos mercados de gado articulados à economia açucareira nordestina. A isso se associa o fato de que, quando elevado à categoria de distrito, em 1770, Pastos Bons ficaria sob a jurisdição da vila de Oeiras, no Piauí, e não ao Maranhão. Apenas em 1811 Pastos Bons seria anexado à Capitania do Maranhão ficando submetido jurídica e administrativamente, à vila de Caxias.

Todo o vasto território situado entre o Parnaíba e o Tocantins ficaria conhecido como “sertão de Pastos Bons”, o qual por volta de 1815 já se distribuía por alguns distritos, cuja ocupação já atingira e ultrapassara as margens do Tocantins. O estabelecimento de fazendas de criação e núcleos de povoamento ao longo dos cursos de rios perenes, como o Balsas, Farinha, Grajaú, Neves, etc, e seus tributários definiu o que os agentes coloniais denominavam “ribeiras”.²⁵

Além de núcleo inicial da ocupação pastoril no Maranhão, Pastos Bons foi sede administrativa e distrito militar de apoio às fazendas e núcleos de povoamento. Constituiu, ainda, em ponto de comunicação entre a área agrícola e a pastoril, para a qual estabeleceu-se, no final do século XVIII, uma estrada ligando esse distrito à vila de Caxias. Esse fato possibilitou a primeira

²⁴ Alguns dos comandantes que participaram dessa expedição tornaram-se ricos fazendeiros e chefes locais: Manuel José da Assunção, Elias Ferreira Barros, Antonio Francisco dos Reis, Antonio Moreira da Silva e outros são citados como comandantes de bandeiras e teriam ampliado a conquista do território timbira pela frente pastoril. (Cardoso, 1943: 3, nr.7).

²⁵ As fazendas de criação, durante todo o período colonial, foram distribuídas e tituladas em datas de *sesmarias*, limitadas pela Ordem Régia de 27 de dezembro de 1695, em três léguas de comprimento pôr uma de largura, preferencialmente cortadas pôr um rio ou riacho, e separadas entre si pôr uma faixa de uma légua, de uso comum entre os criadores, onde não se poderiam estabelecer. A esse tipo de ocupação ao longo de rios e riachos se convencionou chamar “ribeiras”; no sertão do Maranhão as fazendas seriam conhecidas conforme a “ribeira” a que pertencesse: alto Itapecuru, Parnaíba, Balsas, Farinha, etc. Cf. Anônimo, 1900: 79; Prado Jr, 1987: 192.

ocupação das terras situadas ao longo do alto curso do Rio Itapecuru e do Alpercatas, seu tributário, e o estabelecimento de relações com os grupos Timbira situados nessa região.

Já no início do século XIX, o então “sertão de Pastos Bons” formava uma única “freguesia”, distribuída por oito “ribeiras” ainda pouco povoadas. As ribeiras situadas nesse território eram: Alto Itapecuru, Parnaíba, Balsas, Além de Balsas, Neves, Lapa, Farinha e Grajaú, abrangendo a maior parte do território desse distrito. (Ribeiro, 1819: 61)

A interiorização da pecuária pelo “sertão de Pastos Bons” levaria esta a distanciar-se, cada vez mais, do seu ponto de origem, a região da economia agro-exportadora de açúcar, no litoral do Nordeste. Como a atividade açucareira, desde a metade do século XVIII se encontrava em decadência, tornavam-se cada vez mais indiretas essas relações, as quais passaram a ocorrer apenas através das feiras de gado. No Maranhão, uma grande feira se realizava anualmente na vila de Itapecuru, mobilizando criadores do próprio vale do Itapecuru, do sertão de Pastos Bons e do Piauí, e criando uma articulação entre os dois movimentos de ocupação no Maranhão colonial.

Apesar disso a atividade criatória continuava a se desenvolver, devido, de um lado, aos estímulos externos – especialmente o mercado da região das Minas Gerais – mas principalmente, em decorrência dos citados *princípios dinâmicos endógenos*: a reprodução natural do rebanho, os baixos custos de produção, a capacidade do rebanho em vencer grandes distâncias, e o sistema de partilha, que possibilitava ao vaqueiro transformar-se futuramente num criador ou fazendeiro (Cabral, 1992: 106). Conforme colocava um cronista da época,

Levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados, estão povoados três léguas de terra e estabelecida uma fazenda (Anônimo, 1900: 88).

O dinamismo da frente pastoril, em grande parte, decorria da alta mobilidade do rebanho em deslocar-se das áreas produtoras para os mercados longínquos. Quanto às vantagens que essa atividade apresentava em relação às fazendas agrícolas nesse período, afirmava o Autor Anônimo:

Os gados não necessitam de quem os carregue; eles são os que sentem nas longas marchas todo o peso dos seus corpos e apenas se faz necessário que haja quem os encaminhe. (Anônimo, 1900: 107).

A valorização da atividade pastoril pelos segmentos subalternos da sociedade colonial contrastava com o desprezo pelo tamanho da terra, em tese sempre disponível, o que provocava a fuga de moradores das regiões agrícolas em direção às áreas de criação extensiva. Dessa forma o

sertão pastoril absorvia um grande número de indivíduos, muitas vezes criminosos, mas de um modo geral excluídos da economia agro-exportadora, e dispostos ao trabalho nos currais:

Esta gente ociosa, perversa e inútil pela aversão que tem ao trabalho na agricultura, é muito diferente empregada nas ditas fazendas de gados. Tem a esse exercício uma tal inclinação, que procura com empenhos nele ser ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles e sinônimos com que se distinguem aqueles, a cujo cargo está a administração e a economia da fazenda (Anônimo, 1900: 89-90).

Essa preferência pela atividade pastoril, não ocorria apenas entre os criadores, mas também entre trabalhadores livres e despossuídos, e entre os escravos forros, que em grande quantidade migravam das áreas agrícolas para a pastoril, em busca de melhores oportunidades de vida, o que gerava uma espécie de *ideologia pecuarista que enaltecia a atividade criadora, depreciando o tamanho da terra* (Mott, Op. Cit., 127).

Isso remete a outro aspecto da sociedade colonial, onde se distinguiam as áreas agrícolas, especialmente as fundadas na grande propriedade comercial, e a região pastoril, em relação à incorporação da força-de-trabalho. Tendo a sociedade colonial luso-brasileira se estruturado em termos de relações escravistas, os grandes empreendimentos coloniais fundamentavam-se na grande propriedade rural monocultora de exportação, a qual teria requerido, após uma etapa inicial de escravidão indígena, o ingresso de milhares de escravos africanos para a movimentação dos engenhos do Nordeste, e posteriormente, das grandes fazendas algodoeiras no vale do Itapecuru. Esse ingresso teria sido mais acentuado entre a segunda metade do século XVIII, e no início do século XIX.

Nas regiões onde se desenvolveu a atividade pastoril, pôr outro lado, teria ocorrido o predomínio do trabalho livre, com maiores possibilidades de ascensão social e incorporação de categorias sociais estigmatizadas nas áreas agrícolas – como mulatos e mestiços, além dos chamados “pretos forros”. Essas categorias compunham o que se denominava como “vadios”, isto é, indivíduos não incorporados ao processo produtivo da grande lavoura escravista, os quais viviam à margem da sociedade colonial, perseguidos pelas autoridades, e discriminados pelos estratos dominantes.

Sobre a escassa mão-de-obra escrava nas fazendas de criação nas regiões de ocupação mais antigas, e as categorias sociais que ali predominavam escreve o Autor Anônimo:

Em cada uma fazenda destas não se ocupam mais de dez ou doze escravos, e na falta deles os mulatos, mestiços e pretos forros, raça de que abundam os sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, principalmente pelas vizinhanças do rio São Francisco

(Anônimo, 1900: 88)

Em seu processo de expansão, a frente pastoril incorporaria os “vadios” em grande quantidade, os quais muitas vezes procedentes de outras capitâneas, onde eventualmente houvessem cometido crimes ou atos considerados “ilícitos”, teriam nessas áreas melhores possibilidades de liberdade e ascensão social. Conforme atesta Paula Ribeiro e outros cronistas, ao contrário da área agrícola, relativamente policiada, e contando com a presença de instâncias da administração colonial com capacidade de impor, dentro de certos limites, a lei e a ordem, no sertão pastoril se estabeleceu uma *situação de fronteira*, com a vigência do poder pessoal dos criadores, e a ausência de justiça em todo o distrito de Pastos Bons.

... ficando pôr semelhantes dificuldades impunidos os delitos, e com liberdade seus perpetradores, para que os dupliquem a seu salvo todas as vezes que o exigem o seu desastrado fim (Ribeiro, 1848: 66)

O processo de ocupação e povoamento do chamado “sertão de Pastos Bons” seria realizado, em grande parte, pela iniciativa particular de criadores, os quais organizavam suas próprias tropas de combate aos índios – as “bandeiras” – e, muitas vezes se confrontavam entre si, na defesa da honra e de seus interesse pessoais. Esse modo de ocupação deu origem a uma sociedade fundamentada no poder pessoal desses fazendeiros, os quais via de regra, detinham poderes absolutos sobre seus domínios. Assim, o limite do poder de um grande fazendeiro era o poder de outro fazendeiro

1.4.3 Tentativas de Articulação entre as Frentes Agrícola e Pastoril

Durante a segunda metade do século XVIII, quando se estruturava a economia agro-exportadora do vale do Itapecuru, e se expandiam as lavouras algodoeiras, era iniciado o processo de conquista e ocupação do tradicional território timbira, e de outros grupos autônomos situados a oeste do rio Parnaíba. Ao norte e noroeste de Pastos Bons, as terras circunscritas ao alto curso do Itapecuru e do Alpercatas, encontravam-se, ainda, sob o controle dos grupos timbira, conforme atesta o cronista:

O rio Itapecuru tem seus princípios a sudeste no sertão ainda inculto, e habitado pôr diversas nações de índios silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbira (Ribeiro, 1919, in Cardoso, 1947: 63).

Era evidente o interesse dos agentes coloniais vinculados às duas frentes expansionistas, pela incorporação desse território ao processo de expansão da economia agro-exportadora, e das fazendas de criação. Assim, Paula Ribeiro apresenta a *ribeira* do Alto Itapecuru, como o território situado entre a barra do riacho Corrente e as cabeceiras do Itapecuru e Alpercatas, e limitada ainda pelos riachos Balseiro e São Domingos. Atestando as boas condições da região para a pecuária tradicional, e para a grande lavoura Ribeiro afirma:

Ao centro seus campos de criar os gados e suas excelentes matas próprias de lavrar encostadas ao Rio Itapecuru tem proporções atendíveis. Cortada por esse memorável rio, pode por isso mesmo adquirir tantas vantagens de quantas se pode fazer idéia... (Ribeiro, 1919, in Cardoso, 1947: 62).

As tentativas de estabelecimento da navegação por todo o Alto Itapecuru esbarravam na oposição dos “Timbiras Matteiros” (*Sakamekran*) e “Canellas Finas” (*Capiekran*), os quais, nas primeiras décadas do século XIX já haviam destruído grande número de fazendas ali estabelecidas. Em 1764, já havia sido aberta uma estrada desde Caxias nessa direção, o que demonstra as iniciativas de aproximação da ocupação agrícola com a pastoril, conectando aquela vila ao principal núcleo pastoril, Pastos Bons. Essa iniciativa dos agentes coloniais seria frustrada pela reação dos timbira, que destruíram a maioria das fazendas e despovoaram quase pôr completo essa “ribeira”. Conforme aponta Marques:

Achavam-se pôr essas vizinhanças muitas fazendas de gado destruídas pelo gentio “Timbira do Mato”, tão feroz que nem as crianças poupava.... (Marques, 1970: 91)

Com a criação, em 1807, da guarnição do Arraial do Príncipe Regente, na confluência do Itapecuru com o Rio Alpercatas, vislumbrou-se a possibilidade de retomada da navegação deste rio, e o restabelecimento das fazendas de criação e das lavouras, através de um porto que favorecesse a importação e exportação de produtos dos moradores de Pastos Bons, distante a 18 léguas do referido arraial. O estabelecimento do Arraial teria garantido temporariamente a reocupação das fazendas destruídas, e a ampliação de novas áreas de criação e de lavoura:

Desinfetados dos gentios esses lugares, sujeitaram-se ao poder real, as fazendas compreendidas em 50 léguas do rio Itapecuru...muito além do Arraial, e as que existiam, mais 18 léguas ao centro, até então ocupadas exclusivamente pelo Timbira do Mato (Marques, 1970: 91).

Nesse período, havia sido localizada, a cerca de duas léguas desse Arraial, uma aldeia abandonada dos timbira, na qual foram contadas cerca de 500 casas, o que indicaria que esse

grupo – provavelmente formado pelos *Sakamekran* ou *Capiekran* – teria estrategicamente abandonado o local em busca de maior segurança.

Em resposta aos ataques perpetrados pôr esses e outros grupos timbira contra estabelecimentos coloniais, várias “bandeiras” foram organizadas, nesse período; uma destas partindo de Pastos Bons se encontraria com outra, procedente de São Pedro de Alcântara, no Tocantins, a fim de dar combate e destruir os *Sakamekran*, ou “Timbiras Matteiros” e os *Piocobgés* – os “Gaviões”, grupo timbira do alto Grajaú - e outros grupos que impediam o avanço das frentes agrícola e pastoril. Dessa expedição teria resultado *muita mortandade, e o aprisionamento de 84 índios* (Marques, 1970: 91).

A organização e o financiamento da maior parte das *bandeiras*, na visão desse observador, era feita pelos próprios criadores e agricultores da região, com pessoal extraído das fazendas agrícolas e de criação. Isso remete ao caráter do processo de conquista e povoamento do território timbira pelos agentes coloniais, o qual é atribuído, em grande medida, à iniciativa desses próprios agentes, com restrita participação da administração colonial:

Não tendo a Fazenda Real dispendido um só vintém com as referidas expedições principiou logo depois a perceber vantajosos interesses com a venda de pólvora e sal, com o aumento do dízimo nas fazendas de gado restauradas e novas, e com as lavouras de arroz e algodão estabelecidas na barra do rio Corrente e na paragem denominada Castanhas (Marques, 1970: 91).

Conforme observa Marques, além de não participar efetivamente dessa “conquista”, nem pelo fornecimento de tropas de combate, nem de recursos materiais, e de obter lucros através da venda de artigos de guerra e alimentação, caberia à administração colonial a distribuição e legalização das terras re-conquistadas aos timbiras “Mateiros” e “Canellas Finas”:

Não entram em linha de conta muitas datas de sesmarias concedidas pelo Governador e Capitão-General, e nem as vantagens inerentes à expulsão do gentio (Marques, 1970: 91).

No entanto, as intrigas políticas envolvendo os sucessores do governador e capitão-general do Maranhão - que tendo transferido o pequeno destacamento que guarnecia o Arraial do Príncipe Regente para outro local - teriam acabado por impedir a permanência desse domínio colonial sobre o território dos *Sakamekran*, os quais voltaram a atacar e destruíram novamente esses estabelecimentos.

...ganhou calor o gentio, e voltou essa ribeira a jazer na mesma apatia em que estava...(Ribeiro, 1819, in Cardoso, 1947: 66).

A estratégia de ocupação colonial do território timbira, nas primeiras décadas do século XIX implicou, ainda, no estabelecimento de fazendas de criação por conta da Fazenda Real. Vista como empreendimento pouco oneroso, regulador do fornecimento de carne às populações sertanejas, e estimulador da *domesticação e utilização de grande número de índios selvagens na pecuária*, foi decidida a implantação de diversas fazendas reais na região do Rio Alpercatas. Na condição de comandante do distrito de Pastos Bons foi atribuída, ao capitão Francisco de Paula Ribeiro, em 1819, a incumbência de escolher *os lugares mais acomodados para as mencionadas fazendas na ribeira do Rio Alpercatas* (APEM, 1997: Doc.180, 79-80).

1.5 A Conquista das “Nações Gentias”

O processo de ocupação do chamado “sertão de Pastos Bons” pelos agentes da frente pastoril desenvolveu-se a partir das tentativas de sujeição de uma série de grupos indígenas, que tinham como habitat a região de campos e cerrados, e matas de transição situadas entre o Parnaíba e o Tocantins. Dentre esses, mais de 15 grupos de culturas relativamente homogêneas, e extremamente adaptadas à região, os quais ficaram conhecidos genericamente como “Timbira”, juntamente com outros grupos expulsos de seus antigos territórios situados ao sul do Piauí e norte da Bahia estabeleceram longa resistência à ocupação da região pelas fazendas de criação.²⁶

O principal cronista, e também agente do processo de dominação dos timbira no interior do Maranhão, nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, Francisco de Paula Ribeiro, considerava que a região de campos e cerrados situada entre o Parnaíba e o Tocantins constituía o último refúgio de grupos indígenas, que em período anterior habitaram o litoral do Maranhão, e o interior de outras capitanias. Esses grupos teriam se deslocado para as chapadas do sul do Maranhão, em diferentes momentos, em fuga das frentes expansionistas (Ribeiro, 1842: 184-185).

Essa avaliação, em seu todo seria certamente equivocada, mas em termos relativos, guarda sua veracidade. De fato, para as chapadas e cerrados do sul do Maranhão e norte de Goiás se dirigiram grupos tribais acossados pelos criadores do Piauí e vale do São Francisco, nos séculos XVII e XVIII, e outros pressionados pelas frentes coloniais que avançavam pelo alto

²⁶ Além dos grupos Timbira, os campos e cerrados entre o Parnaíba e o Tocantins constituíam, no início do século XIX, território de grupos Akwen, especialmente os *Acroá* e *Chavante*, localizados ao sul do rio das Balsas, e nas vertentes do Manoel Alves Grande, respectivamente.

curso do Pindaré, Mearim, Grajaú e Itapecurú. Também na fuga das frentes de ocupação teriam ingressado no cerrado maranhense grupos tipicamente florestais, como os “Amanajó” – ou *Amanayé*, que se estabeleceram próximo a Pastos Bons²⁷.

Outros grupos teriam se estabelecido em áreas de mata também habitadas pôr grupos timbira, como ocorreu com os *Tenetebara*-Guajajara, que nos séculos XVII e XVIII haviam sido alcançados pelos “descimentos”, e aldeados nas missões jesuíticas de Maracu e Cajari. Em princípios o século XIX, grupos locais Guajajara deslocaram-se do seu território tradicional, no alto Pindaré e Carú para o alto Grajaú e alto Mearim, onde disputariam território com os “timbira do baixo Mearim” e do alto Grajaú (Gomes, 1977: 102-103)²⁸

É provável que a questão ambiental tenha um peso explicativo para esses deslocamentos, uma vez que o Maranhão como um todo, e a sua porção sul, em particular, constituem áreas ecológicas de transição entre a floresta amazônica, o cerrado do Brasil Central e o semi-árido nordestino havendo, portanto, um entrecruzamento entre esses diferentes ambientes. Isso explicaria, em termos relativos, a presença de um grupo cuja cultura se forjou na floresta tropical, em certo momento, nas chapadas do sul-maranhense, como é, provavelmente, o caso dos “*Amanajó*”. Entretanto cabe desvendar as motivações históricas desses deslocamentos, e as suas consequências no processo de dominação colonial desses grupos.

1.5.1 Bandeiras e as Tropas de Linha

Conforme foi abordado, há uma discussão travada entre pesquisadores em relação à ocupação da região de cerrados e campos naturais situados entre os rios Parnaíba e Tocantins: enquanto uma corrente defende a tese de um empreendimento organizado e financiado pela administração colonial, a qual teria fornecido as condições estruturais para o ingresso de vaqueiros e criadores nessa região; outra pretende que a ocupação desses “sertões” foi obra da iniciativa particular de fazendeiros e outros agentes da frente pastoril interessados nessa empreitada. (Cabral, 1992: 19).

²⁷ Tanto cronistas quanto documentos oficiais do início do século XIX atestam a presença dos “*Amanajó*” – grupo tupi, provavelmente deslocado das matas o Pará – aldeados nas proximidades de Pastos Bons, em pleno território timbira. Ribeiro, 1848, 63; Carvalho, 1924:19-20. Nimuendajú sugere que esse grupo havia se deslocado para Pastos Bons, a partir do alto Mearim, enquanto documentos de meados do XIX localizam os Amanajó entre o Pindaré e Carú, próximo a Monção. Nimuendaju, Mapa Etnohistórico, 1979; vide Quadro 03 – Colônias Indígenas no Maranhão: 1854 – 1888.

Uma leitura cuidadosa de cronistas, historiadores e documentos coloniais sobre a ocupação humana do vale do Itapecuru e do “sertão de Pastos Bons” nos leva a crer numa ação conjunta e simultânea entre a administração colonial e os agentes da frente pastoril como modo de devassamento e estabelecimento de fazendas e núcleos populacionais nesse extenso território. Se a ação das frentes expansionistas foi fundamental à ocupação colonial desse território, entretanto, os governos especialmente o da Capitania do Maranhão ofereceram tropas, armas e definiram uma política de distribuição de terras, através de sesmarias, que garantiram essa ocupação.

Essa discussão remete ao processo de conquista desse território e os seus principais agentes. De outro lado, remete à histórica resistência desenvolvida especialmente pelos grupos timbira, e às estratégias utilizadas, de lado a lado, nas tentativas de efetivação da conquista colonial, e de defesa da autonomia étnica desses grupos. Um dos principais meios para efetivar a conquista do território timbira pela sociedade colonial foram as ações das “bandeiras”. Em relação às expedições organizadas pôr “paulistas” em diversas partes do território da Colônia – inclusive na vasta região pastoril que se estende desde o vale do rio São Francisco até as “bordas” do Parnaíba - as bandeiras organizadas no sul do Maranhão teriam suas particularidades.

Em seus mais de vinte anos de trabalho no sertão pastoril, onde comandou tropas no combate aos grupos Timbira, o Major Francisco de Paula Ribeiro, sucessivamente comandante de destacamento de linha, comandante militar do distrito de Pastos Bons, fundador e comandante do destacamento sediado no Arraial do Príncipe Regente no Alto Itapecuru e Alpercatas, atesta que todas as expedições realizadas contra os timbira, Gamella e outros grupos autônomos se mostravam infrutíferas, uma vez que os recursos fornecidos pelo Estado, isto é, pela administração colonial no Maranhão, em termos de tropas, armas e munições eram sempre insuficientes.

Além disso, os moradores das “ribeiras” eram sempre explorados, seja através das “derramas”²⁹ promovidas pela administração colonial para cobrir as “despesas” das guerras e da

²⁸ Documentos provinciais apontam a ocorrência de conflitos entre grupos Guajajara e os *Cramzé* e *Pobzé* aldeados na Colônia Leopoldina, e com os *Caracategé*, da colônia Jussaral, em meados do século XIX.

²⁹ “Derrama” é o termo pelo qual se designava um instrumento da política colonial portuguesa no Brasil, que permitiria ao Estado, através de seus agentes locais, expropriar bens dos moradores, sob determinadas condições. No caso específico das “bandeiras”, embora constituíssem, em sua maioria, empreendimentos de iniciativa dos próprios moradores – fazendeiros agrícolas, criadores, comerciantes, etc – com finalidade de expulsar, escravizar, ou até

“redução” dos grupos conquistados, seja pôr abusos cometidos pelos próprios membros das *bandeiras* nas lavouras dos pequenos agricultores lesando-os em seus poucos recursos de sobrevivência, seja, ainda, pelo engajamento compulsório de trabalhadores livres nesses empreendimentos.

Ao comentar sobre a organização das *bandeiras* formadas, sobretudo, para as lutas contra o Timbira, e a conquista do seu território para a frente pastoril – as quais diferiam das expedições formadas pôr tropas de linha e destacamento, pôr ser essas de iniciativa e municiamento pelo Estado – Paula Ribeiro atesta as péssimas condições humanas e materiais que as caracterizavam. Assim, essas *bandeiras* eram constituídas por

...quando muito até duzentos paizanos, gente bisonha, sem nome e sem disciplina ou subordinação, que é o pior, e que nada interessada nos resultados deste aparato, é naquelas ocasiões o maior pé de exército que pode alistar-se em qualquer dos distritos do sertão, v.g. Caxias, Pastos Bons, Ribeiras do Sul, etc, não porque não haja muitos mais, mas sim porque antes querem desertar para o Piauí e para outras partes, do que antes ser obrigados a entrar em semelhantes negócios, despendendo-se dois ou tres meses para reunir os que não desertam, ex-vide aquele método expalhado com que vivem em suas moradas... (Ribeiro, 1841: 396-397).

Formadas pôr indivíduos tirados das próprias fazendas de criação e das lavouras do algodão, e dos núcleos populacionais que surgiam ao longo das estradas, os quais temendo o enfrentamento com as populosas e adaptadas tribos timbira procuravam desertar e fugir para os sertões do Piauí – em sua maior parte já conquistado aos índios – as *bandeiras*, dada a precariedade de sua organização social e dos recursos que a geravam dispunham, na maioria das vezes, de homens mal armados e em péssimas condições alimentares:

Depois disto aparecem os mesmos alistados paizanos armados com armamento seu; uns com clavinas velhas na maior parte sem feixos, e outros com pedaços de pau, porque nem todos chegam a possuir aquelas clavinas velhas; distribui-se-lhes então quatro a seis onças de pólvora, às vezes podre, porque lhe tem a humidade e o tempo extorquido o salitre, e um punhado de chumbo de atirar aos pássaros, não só porque não aparecem outras munições melhores, mas porque ainda que aparecessem não haveriam bocas de fogo capazes de sofrer-las (Ribeiro, 1841: 397).

Engajados compulsoriamente nesses empreendimentos, dos quais nem sequer seriam beneficiários, moradores pobres, trabalhadores livres, em geral despossuídos de propriedades

mesmo exterminar índios em territórios que pretendiam ocupar, ou de repressão aos ataques pôr estes praticados aos estabelecimentos, a administração colonial poderia autorizar a “derrama”, ou a contribuição compulsória desses agentes no fornecimento de homens, armas e alimentos para o custeio dessas expedições, e para a “redução” dos índios subjugados.

rurais eram colocados a defender interesses dos criadores que organizavam e mal financiavam essas bandeiras:

Descalços de pé, e perna é que quase todos eles se apresentam; e sendo obrigados a marchar, carregando sobre seus ombros quanto possam comer pôr oito dias, e às vezes beber, se tem de transitar pôr matas secas; porque nem sempre se adquirem dos habitantes, ainda mais pôr violências as mais escandalosas, tais como as de 1815 e 1816, maiores provisões, nem suposto que adquirissem; haveriam proporções de transporte para conduzir víveres ou bagagens (Ribeiro, 1841: 397).

Dentro dessas condições materiais e humanas tão precárias, atesta Paula Ribeiro, tornava-se praticamente impossível às bandeiras derrotar em seu próprio território os Timbira, sempre formados pôr grandes grupos de guerreiros adaptados ao ambiente do cerrado e das matas ciliares, e sempre preparados para o confronto com grupos inimigos. Inversamente, uma *bandeira*

...acha muitas vezes obrigada a penetrar mais de cem léguas desconhecidas, segundo as circunstâncias ocorrentes, para acometer uns poucos de mil selvagens, que dentro da sua própria casa bem armados dos seus arcos, flechas e tamaranas, em que são destríssimos, estão zombando de clavinas velhas, e que sobre os paizanos já esmorecidos atiram das suas emboscadas sem aparecer a descoberto, guerra em que são assaz exercitados, e para o qual lhe subministra vantajoso auxílio a espessura dos matos por estreitos caminhos... (Ribeiro, 1841: 397).

Além das péssimas condições materiais, essas bandeiras careciam de uma organização e disciplina militares, que segundo esse cronista as descaracterizavam completamente enquanto uma força armada:

Eis aqui pois formada uma bandeira, nome desde muito tempo dão os moradores a estes ajuntamentos, e dão-lhe tanto sem motivo, quanto porque é insignia esta que não aparece ali, como porque primeiro se lhes deveria chamar bandos de homens tumultuosos, do que batalhão concertado... (Ribeiro, 1841: 397-398).

Diante de tais condições, as bandeiras organizadas em Pastos Bons ou Caxias, mas também vindas de São Pedro de Alcântara mostravam-se geralmente impotentes para vencer os Timbira, Gamella e outros grupos então autônomos.

...vindo daqui que os Gamella de Codó, os Sakamekrans, e os Piocobgês nunca jamais poderão ser forçados por semelhantes expedições, antes hão de sempre batê-las como qualquer galo bate um pinto... (Ribeiro, 1841: 397-398).

Assim, segundo a avaliação desse militar envolvido na luta contra os Timbira, a indisciplina, além das péssimas condições materiais formavam alguns dos principais problemas que levavam ao fracasso das bandeiras. De outro lado, o frequente abandono dessas expedições pelos *paizanos*, motivados pela fome, saudades da família ou esgotamento físico, ou sob a

alegação de que as propriedades beneficiadas pôr essas ações não lhes pertencia, além da falta de remuneração de seu trabalho, e a sua indiferença a cerca da “civilização” dos gentios constituíam alguns dos principais fatores de insucesso das “bandeiras” (Ribeiro, 1841: 400).

Paula Ribeiro atribui, ainda, a um método equivocado de confronto, o fracasso dessas bandeiras em “reduzir” os timbira, o que impediria o progresso dos povados e das fazendas de lavouras e criação, bem como a segurança das famílias estabelecidas nessas áreas em conflito, cuja perda das propriedades e a destruição das mesmas se tornariam em fato geral, caso não fossem tomadas outras providências (Ribeiro, 1841: 400).

Concluindo sua análise sobre as “bandeiras” e as razões de seu fracasso diante dos timbira, Paula Ribeiro aponta uma série de chefes de bandeiras derrotadas ou destruídas pelos Timbira em diferentes momentos³⁰. O próprio cronista teria comandado uma frustrada expedição aos Gamella de Viana em 1810, a qual após mais de 15 dias premidos nas matas pôr esse grupo, e padecendo fome e sede retornou sem lograr seu objetivo, havendo sido mortos mais de 30 dos 70 soldados que o acompanhavam. (Ribeiro, 1841: 398-400).

O ressurgimento das “bandeiras” no sul do Maranhão, no final do século XVIII e início do XIX, respaldadas em Cartas Régias e Resoluções que autorizavam a utilização de índios capturados em guerra como trabalhadores e educandos sob a responsabilidade de grandes fazendeiros e outros, se legitimava na necessidade de desobstruir os territórios em ocupação pelas frentes expansionistas desse período³¹. Legalizadas através de Cartas Régias publicadas em 1798, 1808, 1809 até 1813, essas expedições acabaram reintroduzindo o cativeiro de índios no Brasil, abolido durante o período pombalino. Na Amazônia em geral, e nas regiões da expansão agrícola e pastoril do Maranhão, em especial, as “bandeiras” reintroduziram a escravização e o comércio de índios, os quais passaram a ser abertamente capturados e vendidos nos mercados públicos de

³⁰ Eugenio Antonio comandando uma das ‘insignificantes bandeiras de Pastos Bons’ perdeu a vida junto aos *Sakamekran*; Manoel Lopes, que o sucedeu no comando quase foi queimado vivo num tabocal seco; Felix Martins Jorge, ainda vivo, deixou metade de sua tropa morta naquelas matas chegando o restante em condições deplorável até os postos; Francisco Alves dos Santos, teve que abandonar os prisioneiros feitos junto aos *Piocobgez* tendo conseguido fugir; Manoel Alves da Assupção perdeu a vida junto a toda sua tropa por encontrar-se mal armado e pior municiado; Antonio José da Silva; João Henriques Franco; José da Rocha Pitta; Domingos Lopes se retiraram “vergonhosamente” das matas de Codó deixando aos *Gamella* as próprias bagagens; Antonio Francisco dos Reis retirou-se duas vezes em fuga dos *Piocobgez*; Francisco Germano de Moraes em 1808, e Gervasio Vieira em 1809 se retiraram dos *Sakamekrans*, o primeiro comprando a retirada com facas velhas. Cf. Ribeiro, 1841: 398-400.

³¹ Entre 1798 e 1813 foram expedidas seis cartas régias sobre os grupos indígenas que impediam o avanço das frentes de expansão coloniais, as quais reeditaram o conceito de “guerra justa” abolida durante o período pombalino, e o cativeiro dos índios mediante determinadas condições. Esses documentos reais acabaram pôr reintroduzir a

Caxias, Belém, São Luís e no Piauí, até as primeiras décadas do século XIX.³² A ação dessas “bandeiras”, bem como das expedições “oficiais” organizadas pela administração colonial teriam desencadeado o processo de conquista territorial e de dominação étnica dos grupos timbira, e outros, os quais serão agora abordados.

1.5.2 Amanajó

O primeiro grupo envolvido pela frente pastoril no sul do Maranhão, ainda no século XVIII, foram os *Amanajó*. De origem étnica e filiação linguística imprecisa, estima-se que constituíam um grupo tupi que se deslocara das matas do Pará, entre os rios Gurupi e Tocantins ao Maranhão, em meados do século XVIII, provavelmente em fuga das frentes de expansão.³³ Distribuía-se por várias aldeias independentes, num território situado entre as vertentes dos Rios Alpercatas e o Parnaíba, e foram descritos como *de cor clara, estatura mediana, olhos grandes... índole pacífica, muito sociáveis* (Carvalho, 1924:19-20).

O Capitão Francisco de Paula Ribeiro, que pôr mais de uma vez foi comandante do Destacamento sediado em Pastos Bons, afirma que os *Amanajó* formavam um grupo numeroso que

não se adulterara na qualidade, e fazia admirável pela cor branca de seus corpos extraordinariamente entre os selvagens americanos... Suas feições eram contudo, as mesmas, cabelos grossos e olhos estreitamente rasgados (Ribeiro, 1848: 63).

As iniciativas de sujeição dos Amanajó datam da metade do século XVIII, quando o chefe de bandeira Jacinto Sampaio expôs pôr carta, em junho de 1752, à Junta das Missões em São Luís, seu plano para promover “a paz e o descimento” dos *Amanajó*.³⁴ A Junta das Missões teria se manifestado ser de maior utilidade naquele momento a execução de “guerra defensiva”, contra os *Acoroá* e *Timbira*, que provocavam prejuízos aos interesses particulares e à Fazenda Real (APEM, 1997: Doc. 45, pp.26-27).

captura e o tráfico de índios escravizados no Brasil, em pleno início do período abolicionista, o que passou a ser a grande motivação para a organização de bandeiras com o apoio da administração colonial.

³² O retorno ao cativeiro dos índios, admitido nas diversas cartas régias publicadas entre 1798 e 1813, estendeu-se no Maranhão, além da metade do século XIX. Embora formalmente proibido pela legislação posterior, era relativamente comum denúncias de venda de índios no sertão pastoril. Cf. APEM, 1997: Doc 512, p.p 187-188

³³ Referências aos Amanajó ou *Amanayé* encontram-se no Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú, onde surgem entre o Alpercatas e o Grajaú, datado de 1760. É possível que este grupo tupi estivesse se deslocando de seu território, entre o Gurupi e o Tocantins, em fuga das frentes de expansão que ocupavam os vales desses rios. Cf. Nimuendajú, 1979.

³⁴ É provável que os Amanajó não tenham sido encontrados nesse local pelos fundadores de Pastos Bons mas sim deslocados, ou “descidos” do alto Mearim pôr esse comandante de bandeira, uma vez que, nesse período Jacinto Sampaio se encontrava nessa região em busca de ouro e submetendo índios.

Posteriormente, em 1778, o Governador do Maranhão teria nomeado um *furriel* do Regimento de Guarnição de São Luís, como comandante e diretor do “lugar dos índios Amanajó”, o que leva a crer que tenham sido esses índios submetidos à “redução” próximo à Pastos Bons, onde passaram e ser explorados de diversas formas pelos povoadores. Recomendava-se, ainda, que o novo diretor tivesse cuidado no desempenho de suas funções realizando a prisões de “malfeitores, desordeiros e desertores” do regimento refugiados no sertão (APEM, 1997: Doc 201, pp. 86-87).

Receptivos aos novos ocupantes a quem ofereceram amistosamente suas roças e seu trabalho, os *Amanajó* foram logo submetidos e localizados em local próximo a Pastos Bons, nas vertentes do Alpercatas, junto a fazendas dos moradores. É provável que tenham sido aldeados em local favorável à defesa dos estabelecimentos dos criadores diante de possíveis ataques dos timbira *Capiekran*, e de outros grupos. Drasticamente reduzidos por doenças e por conflitos intertribais explorados pelos colonizadores, com o tempo, acabaram pôr se dispersar, e seu território foi ocupado por fazendas de criação.

Os *Amanajó* foram encontrados por Paula Ribeiro no início do século XIX em total decadência, resultado da exploração dos diretores de índios, e dos moradores locais. De seus antigos e populosos aldeamentos restava apenas um, com cerca de vinte pessoas. Em 1943 ainda havia em Pastos Bons uma gleba de terras registrada como “Mata dos Amanajós”, desocupada de índios, provavelmente a última referência à existência desse grupo. (Cardoso, 1943: 44).

1.5.3 *Acoroá e Gueguê*

Em suas crônicas, Paula Ribeiro faz, ainda, referência aos *Acoroá* e *Gueguê*, grupos étnicos que habitavam, respectivamente, as campinas ao sul Maranhão e do Piauí, ao longo do Parnaíba e de seus afluentes orientais e ocidentais. Os *Acoroá*, aos quais se reputa a vinculação à família linguística Jê formavam uma grande etnia que tinha como território, os campos situados ao sul do Rio das Balsas, e vertentes do Parnaíba, de onde realizavam incursões pelos sertões e campos do Piauí atacando fazendas de criação e núcleos de povoamento que se estabeleciam³⁵. Por volta de 1750 criadores das ribeiras do Parnaíba e do Itapecuru solicitaram autorização à Junta das Missões, em São Luís, para a realização de uma “bandeira” contra os *Acoroá*, *Gueguê* e

³⁵ Nimuendajú considera os *Acoroá* e *Gueguê*, como grupos vinculados aos Jê Centrais, junto aos *Xavante*, *Xerente* e *Xakriabá*. (Nimuendajú, 1946: 6)

Timbira, tendo em vista as “correrias” e a destruição de fazendas que promoviam “causando aos seus proprietários e aos dízimos reais enormes prejuízos” (APEM, 1977: Doc. 32, pp. 22-23).³⁶

Em 1758 seria promulgado em Caxias, Termo da Junta das Missões autorizando nova “guerra defensiva” contra os *Acoroá* e *Timbira*, e o “aldeamento” desses índios, sob o comando do sargento-mor João do Rego Castelo Branco, a quem caberia conduzir, em sua fazenda, esse aldeamento. Essa guerra, segundo o Termo, se justificava em função de

*defender as vidas e fazendas e a consevação das Freguesias de Gurguéia e de São Bento das Balsas ou Pastos Bons, ameaçadas com as correrias desses índios que já tinham destruído algumas de suas fazendas*³⁷

Vencidos finalmente pelos conquistadores, os *Acoroá* foram aldeados em São Félix do Balsas, próximo a Pastos Bons. Nova autorização de guerra aos *Acoroá*, *Gueguê* e *Timbira*, sob a alegação de fuga desses índios dos aldeamentos, e de ataques continuados às fazendas do sul do Piauí foi emitida em 1763 pelo governador dessa capitania, com instruções de que fossem combatidos “*a ferro e fogo*”, até a destruição total de suas aldeias. Longas diligências deveriam ocorrer ao sul do Rio das Balsas “*a fim de que todas as habitações dos Acoroá fossem reduzidas à cinzas*”³⁸ (Cabral, 1992: 124).

Novas expedições punitivas foram realizadas contra os *Acoroá* em 1771 comandadas novamente pelo ‘cabo de guerra’ João do Rego Castelo Branco e por seu filho Félix do Rego, dois dos maiores exterminadores de índios do período colonial. Após cometerem toda ordem de violências contra esse grupo étnico, como a matança generalizada de mulheres e crianças, submeteram os *Acoroá* novamente à redução, dessa vez num aldeamento em São Gonçalo do Amarante, no Piauí, junto a alguns índios *Gueguê*, de onde fugiram, novamente, em 1772. Nova onda de violências foi operada contra esse grupo pelo cabo Félix do Rego *chegando até a*

³⁶ Os documentos coloniais do século XVIII fazem referência à presença dos *Timbira* naquela Capitania, mas sem especificar sua denominação. Em geral surgem associados aos *Acoroá* e *Gueguê*, com os quais foram aldeados em São Gonçalo de Amarante. Entretanto Crocker sugere - a partir da interpretação de cerimônias e mitos Canela, os quais indicam ter seus ancestrais ...*ou índios similares...* vivido junto ao um grande curso d’água - que os *Ramkokamekra-Canela* tenham, em tempo remoto, habitado entre o médio e baixo curso do *Itapecuru* ou *Parnaíba*. Da mesma forma os *Krahô*, falantes do mesmo dialeto dos *Canela*, referem-se como vindos do leste em direção ao *Tocantins*. (Crocker, 1978: 8-9, Nr 9).

³⁷ Termo da Junta das Missões, APEM, Livro 2, p 114.

³⁸ O Governador da Capitania do Piauí que teria autorizado essa expedição contra os *Acoroá*, *Gueguê* e *Timbira* seria João Pereira Caldas, a quem Capistrano de Abreu atribui ser o Autor Anônimo, escritor do importante “Roteiro do Maranhão à Goiás pela Capitania do Piauí” Cf. Abreu, 1998.

mandar enfincar em postes no centro da aldeia, as cabeças dos autores do levante (D'Alencastre, 1957:07, in Cabral, 1992: 126).

No início do século XIX, o aldeamento de São Gonçalo de Amarante foi visitado pelos naturalistas Martius e Spix, que testemunharam o estado de decadência dos *Acoroá*, *Gueguê* e *Timbira* que ali habitavam: biologicamente amestiçados, destruídos pelo alcoolismo e por doenças introduzidas pelo colonizador, e desmoralizados étnicamente.

...O aspecto tristonho dos índios, que vagavam aqui em abstrata inercia, a sujidade e a desordem das pobres choças, assim como a falta de uma direção conveniente confiada agora a um soldado dado ao vício da embriaguez, reforçaram agora nossa convicção de que se deve considerar rara exceção uma feliz tentativa de colonizar indígenas... (Martius e Spix, 1981: 248).

Nesse mesmo período, Paula Ribeiro encontrou os *Acoroá* do aldeamento de São Félix em total declínio. Ocupando seu território, destruindo e submetendo sua sociedade, e realizando contra esses grupos toda ordem de violência, os agentes coloniais ligados à frente pastoril estabeleceram, finalmente, a dominação sobre os *Acoroá*, o que levaria ao seu extermínio enquanto grupo etnicamente organizado.

1.5.4 Gamella

Os *Gamella* constituíram um dos grupos étnicos que maior resistência ofereceu ao processo de dominação territorial e étnica imposto pelas frentes de expansão e pela administração colonial no Maranhão. De filiação linguística e cultural imprecisa, um de seus traços diacríticos seria o uso de discos labiais, o que os diferenciava de outros grupos da região³⁹. O Capitão Francisco de Paula Ribeiro, um dos maiores conhecedores das populações indígenas no fim do período colonial e início do Império, e que chegou a comandar expedição contra os *Gamella*, considerava-os culturalmente próximos aos *timbira*, assim como o fez, equivocadamente, em relação aos “Guajojaras”, os quais classificou como “timbiras do baixo Mearim” (Ribeiro, 1841: 194).

Divididos em dois grandes grupos – o de Viana e o de Codó – os *Gamella* viviam da captura de peixes nos grandes lagos e rios da região. Foram descritos como de boa estatura, fortes, e de pele mais clara que os *Timbira*. Suas armas eram formadas pôr grandes arcos e

³⁹ Durante sua passagem pelo Piauí, Martius e Spix mantiveram contatos com índios *Acroá*, *Gueguê* e *Timbira* no aldeamento de São Gonçalo de Amarante. Segundo esses naturalistas, os sertanejos locais designavam os membros esses três grupos – misturados biologicamente e culturalmente decaídos – genericamente como *Gamellas*. Cfe Martius & Spix, 1981: 248.

flechas, cajados e *tamaranas* – espadas de madeira – cujo golpe “*custa uma vida*” (Ribeiro, 1841: 193). Consta que os *Gamella de Viana*, teriam migrado das margens do Parnaíba no Piauí, pôr volta de 1713, após o chamado “levante geral”, para o alto curso do Mearim e Grajaú.

As primeiras tentativas de aldeamento dos *Gamella* datam de 1751, quando o ramo de Viana, então localizado nas campinas situadas entre as cabeceiras do Mearim e do Grajaú, foi objeto de catequese e redução pelo padre jesuíta Antonio Machado, a partir de determinação do então Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Mendonça Furtado, com objetivo de liberar essas férteis terras à lavoura e à criação. A domesticação dos *Gamella*, então no Mearim, bem como dos Timbira se inseria numa estratégia de ocupação colonial das terras de todo o vale do Mearim, consideradas as *as melhores terras que há em toda a capitania do Maranhão...* (Mendonça Furtado, 1838: 97, in Andrade, 1999: 106).

Nesse período já seriam evidentes as tensões entre a administração colonial no Estado do Maranhão e a Ordem Jesuíta, a qual era acusada de conspirar contra a lei da “liberdade dos índios” promulgada desde o final do século XVII (1680). Manifestando-se reiteradas vezes contra a “escravidão” praticada pelos religiosos, e aconselhando que os aldeamentos fossem transformados em *vilas e lugares*, onde os índios fossem “livres”, Mendonça Furtado suspendeu em 1754 a Missão junto aos *Gamella* no Mearim acusando o padre Machado de, ao invés de cuidar da “catequese e civilização” dos *Gamella*, de ter procedido a demarcação das terras dessa Missão, *para servirem de novos Estados à sua Religião* (Mendonça Furtado, 1838: 562, in Andrade, 1999: 107).

Em carta ao Governo Metropolitano, Mendonça Furtado, que como o visto, era irmão e conselheiro do Marquês de Pombal, Ministro de Dom José I, rei de Portugal, desaconselhava a permanência da Missão junto aos *Gamella*; pôr outro lado, recomendava o apoio à *bandeira* de Jacinto Sampaio, que vasculhava o alto Mearim em busca de ouro e do “descimento” de índios, e solicitava a utilização dos *Gamella* para fazer a guerra aos *Acoró*, tidos como seus tradicionais inimigos.⁴⁰ Com a extinção da Missão, o aldeamento seria transformado no *lugar* Lapella. (Andrade, 1999: 109).

⁴⁰ O comandante dessa *bandeira* Jacinto Sampaio apresentou seu plano à Junta das Missões em São Luís, solicitando autorização para a realização de guerra aos *Acoró* e *Timbira*, que estariam impedindo a descoberta de ouro pela *bandeira*, para a qual contaria com 300 *Gamella*. Posteriormente teria ido pessoalmente à Junta apresentar as condições para conduzir “guerra ofensiva” contra os *Acoró* e *Timbira* (APEM, 1977: Doc 45, 26-27; Doc 56, 27).

A partir de 1747 os *Gamella*, que até então, distribuíam-se por onze aldeias formadas pelos Jesuítas entre o Mearim e o Grajaú, desceram rumo ao baixo curso desses rios, situando-se na região de lagos e campos inundados entre o “Bacabal e a boca do Grajaú”. Pôr volta de 1796 restaria das antigas aldeias apenas a da Lapella tendo a maior parte do grupo migrado para o baixo Pindaré, onde foi estabelecida uma aldeia *Gamella* em Cajary.⁴¹

Nessa época, os *Gamela de Viana* teriam sido “reduzidos” nessa mesma região pelo general José Telles da Silva, onde foi edificada igreja, estabelecido diretor e vigário, e dado o nome a essa povoação de São José de Penalva. Após a saída do oficial, os *Gamella* teriam retornado à vida autônoma na matas do baixo Pindaré, entre os distritos de Monção e Caruru, de onde passaram a atacar estabelecimentos dos moradores.

Em 1810, Paula Ribeiro, então comandante de destacamento, fora convocado para socorrer a vila de Viana de ataques perpetrados pelos *Gamella*, os quais deveriam ser exemplarmente “castigados”. Encontradas, as aldeias dos *Gamella* foram incendiadas, assim como suas roças. Entretanto, conclui Paula Ribeiro, explicitando sua posição de agente colonial:

Não são contudo esses índios os que mais hostilizam a capitania: porém devem infalivelmente ser reduzidos a viver inteiramente domésticos, aliás os distritos de Viana não poderão jamais ser inteiramente povoados, segundo o obstáculo que encontra neles o receio dos povoadores. (Ribeiro, 1841: 194)

Os chamados *Gamella do Codó* constituíram um dos grupos indígenas que pôr mais tempo resistiu ao avanço das frentes coloniais sobre seu território e sociedade. Localizadas as suas aldeias nas matas do riacho Codó, afluente do Itapecuru, suas terras foram logo requeridas pelos colonos, durante a expansão das fazendas algodoceiras pelo vale do Itapecuru, a partir de meados do século XVIII. Pôr isso, e pelos ataques que sistematicamente realizavam a essas fazendas, passaram a ser perseguidos por “bandeiras” vindas de Caxias. De maneira geral essas expedições não alcançavam seus objetivos, de reduzir ou eliminar fisicamente os *Gamella*, fato que Paula Ribeiro atribui à desorganização e o péssimo armamento das tropas.

Entretanto, ainda em 1794, os *Gamella* teriam sido surpreendidos pôr uma expedição comandada pôr Félix Castelo Branco e Domingos Lopes, que tentaram a sua “redução”. Segundo Paula Ribeiro, esse novo fracasso das bandeiras deveu-se à “condescendência” de seus comandantes para com os *Gamella*:

⁴¹ Cfe Nimuendaju, 1937, in Andrade, 1999: 110.

...houve tanta condescendência com ela, e tão intespetiva, que lhe deu tempo a recobrar-se do sobressalto; pretendia-se arrancá-los daqueles matos, como justamente deveria ser..." (Ribeiro, 1841: 298).

As disputas e desentendimentos entre os comandantes da bandeira, e a demora em resolver a questão possibilitou a chegada de outro grupo *Gamella*, o qual perseguiu os 'paizanos' até a saída das matas.

A despeito das inúmeras expedições organizadas pelas autoridades coloniais, e das *bandeiras* movidas pela iniciativa de fazendeiros do vale do Itapecuru contra os *Gamella*, estes índios resistiriam pôr longo tempo à tomada de seu território e à sujeição de sua sociedade. Até o início da segunda metade do século XIX, quando a maior parte dos grupos timbira já havia sido neutralizada pelas forças coloniais, os *Gamella de Codó* continuavam autônomos, investindo contra as fazendas do Itapecuru e do Mearim, e a mantendo sob seu controle, partes significativas de seu território.

Pressionados pelos agentes da frente agrícola que avançavam pelo alto Itapecuru, e também pelo Mearim, e especialmente pelas *bandeiras* organizadas pelos próprios fazendeiros com o apoio da administração provincial, os *Gamella* seriam duramente combatidos e finalmente eliminados enquanto unidade étnica independente. Desse processo participaram os "Canela da Chapada", com o envio de guerreiros nas expedições organizadas a partir da vila de Barra do Corda, sob o comando de seu fundador e diretor de índios, Melo Uchôa. A neutralização dos *Gamella* e dos "Timbiras Matteiros" (*Sakamekran*), já na segunda metade do século XIX abriria, definitivamente, os férteis vales do alto Itapecuru e do alto Mearim à ocupação pelos agentes da frente agrícola.

1.5.5 Os Timbira

Ao contrário do que ocorreu em relação a alguns grupos indígenas no período pré-colonial, e no início da colonização do Brasil - especialmente aqueles situados na costa litorânea, os quais foram amplamente descritos pôr diferentes cronistas e documentados pôr outros agentes coloniais - os grupos interioranos, em particular aqueles que de maneira imprecisa eram classificados como "tapuias" ficaram, em sua maior parte, desconhecidos durante os primeiros séculos da colonização.⁴² Apenas no final desse período, na virada do século XVIII para o XIX,

⁴² Os Tupinambá talvez constituam o melhor exemplo de grupos indígenas que foram amplamente documentados, tanto pôr cronistas que com eles conviveram, como pôr agentes da administração colonial, que elaboraram mapas

alguns desses grupos passaram a ser melhor documentados, especialmente em função do interesse da administração colonial e das frentes expansionistas na sua neutralização. Assim, os Aimorés, ou Botocudos do vale do Rio Doce, e os Timbira dos cerrados do sul do Maranhão e norte de Goiás constituem alguns dos exemplos de grupos “tapuia” descritos e comentados nos momentos iniciais da sua “conquista”.

Diante dessa limitação, uma das poucas fontes disponíveis sobre a sociedade e cultura dos grupos timbira, bem como sobre o processo inicial das guerras de conquista que levaram à sua dominação pelos agentes da sociedade colonial, são os escritos do Major Francisco de Paula Ribeiro, que trabalhou como comandante de expedições e de destacamentos de milícias sediados nas povoações pioneiras da expansão luso-brasileira sobre o território timbira. Esse oficial português, a despeito da sua inserção na luta colonial, foi o cronista que observou e interpretou com grande isenção muitos aspectos dessa sociedade, bem como por muitas vezes demonstrou sua indignação diante dos métodos de ação das *bandeiras* e dos moradores das vilas e povoações em relação aos Timbira. Em outros momentos, ao contrário, pesou mais a sua ideologia colonialista, quando defendeu a adoção de medidas radicais, em relação a alguns grupos timbira, como a sua extinção total, para poupar os moradores dos ataques desses grupos e liberar suas terras para a ocupação pelas fazendas de criação e da grande lavoura. (Ribeiro, 1848:77)

A ideologia colonialista ilustrada de Paula Ribeiro revela-se, ainda, recheada de argumentos iluministas, especialmente quando aborda alguns costumes dos timbira, como as relações entre pais e filhos, e entre chefes e seus “comandados”; e também em relação aos moradores de Pastos Bons, vistos como *os menos desumanos entre as populações sertanejas*; ou ainda, quando narra horrorizado as atrocidades cometidas pelas *bandeiras* contra os timbira, especialmente contra mulheres e crianças. Esses argumentos se contrapõem a outras representações francamente etnocêntricas, quando aborda, por exemplo, os hábitos alimentares dos Makamekran (Ribeiro, 1841:190).

Em sua longa experiência de combate e convívio junto a diferentes grupos timbira, desde os do alto Itapecuru, como os *Sakamekran* e os *Capiekran*, passando pelos grupos do alto Grajaú – *Piocobgês* e *Caracatgês*; os do baixo Mearim - entre os quais equivocadamente considera os “guajajara”, e daqueles situados nas vertentes do Tocantins – *Makamekran*,

estatísticos e outros documentos, que mais tarde permitiram estudos de grande importância e profundidade sobre esse grupo, como os de Metraux e Fernandes. Especialmente este último produziu duas grandes monografias sobre a sociedade Tupinambá e seu complexo antropofágico. Vide Fernandes, 1963 e 1970.

Purekamekran, Canactegê, Noroagê e Poncategê, Augtgê, e outros, Paula Ribeiro tornou-se, certamente, o maior conhecedor desses grupos no final do período colonial, além de testemunha ocular e ator social presente nos violentos conflitos que marcaram o processo da dominação desses grupos.⁴³

A proximidade linguística e cultural dos diversos grupos timbira foi objeto de consideração por Paula Ribeiro, para o qual as diferenças linguísticas entre esses grupos seriam limitadas.

Seus costumes gerais se diversificam um pouco; e de ordinário na privada linguagem, que dissemos pertencer a cada uma das nações, se acha aquela diferença trivial que a distância de umas e outras povoações da mesma raça lhe permite...muito pouco se desviam em alguns dos outros seus vocábulos (Ribeiro, 1841: 186)

Centrando sua observação sobre a vida política dos Timbira, Paula Ribeiro descreveu, em seus escritos, como se processava o exercício da chefia ou da liderança política entre esses grupos. Ao contrário das concepções construídas pela historiografia brasileira do século XIX, que generalizavam um modelo de chefia para todos os grupos étnicos a partir das observações de alguns cronistas coloniais, o cronista dos timbira demonstrava como a função do chefe era submetida à própria sociedade, e variava o seu poder em função especialmente das situações de guerra:

Nas épocas da guerra é que nos seus maiores influi o mais principal mando e distinção: arbitrariamente não são eles só os senhores das vidas dos seus povos, ainda mesmo para a expiação dos crimes, porque quando esses se perpetraram, sendo com efeito proibido entre eles o furto intestino e o assassinato, apenas pode o chefe fazer entregar o delinquente às partes prejudicadas...Em tudo o mais a igualdade é um comum dever entre eles... (Ribeiro, 1841: 187).

Essa autoridade relativa da liderança política timbira seria atestada posteriormente pôr pesquisadores do século XX – como Nimuendaju, Crocker, Da Matta, Melatti e outros⁴⁴ – que demonstraram que essa instituição seria compatível com uma sociedade com limitadas instâncias de canalização da sua vida política. Em seus textos, Paula Ribeiro descreve e comenta a *performance* de alguns desses líderes de guerra timbira, como *Tempé*, dos *Capiekran*; *Cocrit*,

⁴³ Optei pôr manter a nomenclatura dos grupos timbira (e outros), tal qual é utilizada pelos cronistas e outros agentes, a fim de manter uma certa fidelidade histórica com os grupos e processos descritos em momentos específicos. No Quadro 01 apresento uma equivalência da utilização desses nomes, segundo as fontes (cronistas, documentos, pesquisadores) tornando mais compreensível a variação dos nomes segundo os contextos históricos em que surgem.

⁴⁴ Cf. Nimuendaju, 1946; Crocker, 1967, 1983 e 1990; Da Matta, 1976; Melatti, 1978.

dos *Pureckamekran* e *Apucrit* dos *Makamekran*, cuja liderança despótica teria resultado no seu envenenamento pelo seu próprio grupo (Ribeiro, 1841:320, 72)

Baseado na sua vasta experiência de combate e convívio com os diferentes grupos timbira, desde as proximidades do Parnaíba, até as vertentes do Tocantins, Paula Ribeiro estimou em mais de 80 mil a população Timbira localizada nas campinas ao sul do Maranhão, no início do século XIX. Posteriormente, o antropólogo Darcy Ribeiro projetaria em mais de 200 mil essa população, nos momentos iniciais do contato (Ribeiro, 1970: 64). Tratava-se, portanto, de grupos demograficamente extensos, com grande capacidade de mobilização guerreira, e com uma cultura extremamente adaptada ao cerrado, o que explica a longa resistência dos timbira à sujeição étnica e à ocupação de seus territórios pelos agentes coloniais.

Seu período de convivência e combates com os povos timbira foi iniciado nas últimas décadas do século XVIII, e se estendeu até a sua morte precoce em 1823, durante as lutas pela adesão do Maranhão à Independência, na região tocantina. Paula Ribeiro, permaneceria durante toda sua vida profissional no Maranhão, tendo observado esses grupos nos momentos críticos da luta contra a conquista colonial, quando as suas atividades cotidianas eram submetidas às determinações guerreiras⁴⁵.

Ainda assim, pôde descrever sucintamente as atividades rotineiras dos timbira sendo talvez, o único observador desses grupos ainda autônomos, e em pleno processo de guerra contra os agentes da frente pastoril tradicional e, simultaneamente, de guerras intertribais. Os conflitos intertribais dos grupos timbira entre si, e com outros grupos habitantes do cerrado e das matas do interior do Maranhão e norte de Goiás, evidentemente estavam relacionados ao processo da expansão colonial sobre os territórios indígenas, que estabeleceria uma nova dinâmica na ocupação espacial resultando na expulsão de vários grupos indígenas de seus territórios tradicionais, e no conseqüente avanço desses grupos sobre outros territórios indígenas⁴⁶.

⁴⁵ Francisco de Paula Ribeiro é considerado por Capistano de Abreu o maior conhecedor dos sertão pastoril do Maranhão, no período da conquista. Conheceu e participou diretamente de combates contra a maior parte dos grupos timbira, especialmente a partir das unidades militares que estabeleceu e comandou: o Arraial do Príncipe Regente e o Distrito de Pastos Bons, de onde esteve diretamente vinculado à conquista dos *Capiekran* e *Sakamekran*. Seus textos são considerados as principais fontes para o conhecimento dos timbira e do processo de conquista e ocupação colonial do sertão pastoril do Maranhão.

⁴⁶ O que não significa que a pressão exercida pelas frentes coloniais constituísse no único fator de conflitos intertribais. Tanto as crônicas de Paula Ribeiro, como os documentos oficiais da administração colonial, quanto os levantamentos etno-históricos atuais apontam as rivalidades entre vários grupos timbira como fatores de constantes conflitos entre si. Assim, os *Sakamekran* ou “timbiras Matteiros” e os *Capiekran* ou “Canellas finas” eram tradicionais inimigos, cuja rivalidade foi amplamente explorada pelos agentes coloniais.

Conta Paula Ribeiro, em relação às suas atividades sazonais de sobrevivência, que os timbira vagavam errantes durante o verão pelo seu território quando realizavam caçadas e coletas de frutos e outros vegetais. Nas primeiras chuvas voltavam para as aldeias que haviam ficado apenas sob os cuidados dos velhos e outras poucas pessoas, quando realizavam o preparo da terra, e o plantio de batatas, amendoim, milho *caitité* ou *zaburro*.⁴⁷ Enquanto cresciam esses gêneros, consumiam o que restara do plantio anterior, nos paióis que cada família havia reservado. Nos meses de maio e junho realizavam nova colheita, a qual era guardada da mesma forma para o ano seguinte, quando deixavam novamente as aldeias para *desfrutar nos campos os nossos provimentos, que a natureza lhes preparou* (Ribeiro, 1841: 187,11).

Enquanto agente colonial cuja atividade estava associada à sujeição dos timbira, Paula Ribeiro observou o processo de expansão desses grupos dentro do vasto território situado entre os rios Parnaíba e Tocantins. Essa observação levou-o a perceber os mecanismos do processo de cisão política e de formação de novas aldeias decorrente, dentre outras coisas, do seu acentuado crescimento demográfico:

Julga-se, e com justa razão, que umas e outras...se deverão ter propagado na maior parte; se for que praticassem desde sempre o mesmo que observamos em algumas das que hoje habitam as margens do Tocantins, as quais a proporção que engrossam, e sentem que as caças e os frutos dos seus campos não podem já sustentar seu exorbitante número, lançam de si uma colônia, que vai estabelecer-se em terras desocupadas, ou ganhá-las de outras tribos com os socorros de sua progenitora...sendo certamente que pôr essa forma se estabeleceu a maior parte das ditas povoações... (Ribeiro, 1841: 185).

Em consonância com essa observação, que refere-se ao processo de cisão característico dos grupos timbira, Paula Ribeiro discorreu, ainda, sobre as relações estabelecidas entre as novas aldeias ou grupos locais e os anteriores, que tenderiam a se diluir com o passar das gerações tornando-se de próximas e aliadas em distantes e, possivelmente inimigas:

Desconhecem facilmente as suas colonias ascendentes ou descendentes, não só pelo desenlaço que na multidão sem nome costuma desenvolver o dilatado dos tempos, como mesmo porque os homens que vivem sem história, e embrenhados pelos matos, é facil esquecer a sua origem; sendo pois por isso que a estes a segunda ou terceira geração lhes não lembra mais o parentesco, e então é por qualquer ciúme sobre limite de terras, sobre as caças, ou sobre os frutos de uma árvore, tornando-se implacáveis inimigos, fazem-se carnagens tão horrendas, que chegam a destruir-se inteiramente, fazendo até desaparecer a memória de muitas delas (Ribeiro, 1841: 186-187).

⁴⁷ *Zaburro* é uma variedade de milho indiano, ou de milho-vermelho de Portugal. *Caitité* literalmente significa “rato de palmeira”.

A concepção da autonomia étnica, própria dos grupos timbira constatada pôr Paula Ribeiro fundava-se numa acentuada rivalidade entre esses grupos, capaz de resultar em conflitos violentos, e até na extinção étnica dos grupos derrotados. Essa rivalidade é saudada pelo cronista como o fator que favoreceu a sociedade colonial no confronto com os timbira:

Parece porém que a Divina Providência traz sempre entre si desunidas por tal forma essas colonias de imenso gentilismo, que julgamos ser isso o que nos salva; porque o contrário se as tivesse unido um interesse comum que não conhecem, teriam elas certamente dado a esta capitania ainda maiores trabalhos do que aqueles que até hoje tem sofrido de suas incursões (Ribeiro, 1841: 186).

Como constata o cronista dos timbira, a rivalidade entre os grupos locais, decorrente de uma auto-concepção fragmentaria da sociedade timbira teria sido o grande fator que levaria esses grupos à mútua destruição ou à submissão à sociedade colonial. Conforme se verá, agora, essa rivalidade foi amplamente explorada pelos conquistadores e chefes de bandeiras, através de alianças espúrias junto a determinados grupos, com a finalidade de submeter outros, e com a posterior sujeição aos antigos aliados. De outro lado, os diferentes grupos timbira também estabeleceram essas alianças em função de seus interesses imediatos: destruir grupos rivais e obter acesso aos bens e outros recursos dos agentes coloniais.

1.5.6 Os Timbira do Alto Itapecuru

1.5.6.1 *Sakamekran* ou Timbira Matteiros⁴⁸

Dentre os grupos indígenas que estabeleceram resistência prolongada ao avanço das frentes agrícola e pastoril pelas regiões de matas, campos e cerrados do centro-sul do Maranhão encontravam-se os *Sakamekran* ou “Timbira Mateiros”, e os *Capiekran* ou “Canellas Finas”, cujos territórios situavam-se entre a vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons. Habitantes tradicionais da região de florestas e cerrados situada entre as vertentes do Alpercatas e do Alto

⁴⁸ Utilizo, nessa dissertação, a terminologia relativa aos Timbira e a outros grupos indígenas dos cerrados ao sul do Maranhão, e do alto curso do Itapecuru, Mearim e Grajaú elaborada por Paula Ribeiro, no sentido de manter a fidelidade histórica aos grupos abordados por esse cronista, e à própria diversidade étnica existente nas décadas iniciais do século XIX. Muitos desses grupos descritos pôr Ribeiro foram extintos pelas guerras e pela escravização, outros se amalgamaram a grupos mais estruturados, e outros, ainda, permaneceram sob a mesma denominação, porém bastante transformados pela dinâmica do contato. Ver Quadro 01 sobre a equivalência de nomes dos grupos abordados nesse trabalho segundo Ribeiro, a documentação colonial do século XIX, segundo Nimuendajú, e segundo o nome vulgar ou regional atribuído a esses grupos.

Itapecuru, de um lado, e do Corda e Mearim, de outro constituiriam os grupos Timbira formadores dos atuais *Ramkokamekra-Canela*⁴⁹

Além dos *Sakamekran* e os *Capiekran*, outro grupo timbira referido pelos cronistas coloniais foram os *Ponecrá* (Ribeiro, 1848: 42-43), os quais tinham como território tradicional as campinas situadas nas cabeceiras da Serra das Alpercatas, próximo às nascentes desse rio. Vinculados por aliança aos *Makamekran* ou *Caraiús*, os *Ponecrá* ou *Aponijekrans* (Martius & Spix, 1981: 258) tiveram seu destino histórico associado ao dos *Sakamekran* e *Capiekran*, e ao processo de conquista das matas e cerrados do alto Itapecuru, e do alto Grajaú e Mearim pelos agentes ligados às frentes de expansão coloniais nos séculos XVIII e XIX.⁵⁰

No início do século XIX, os *Sakamekran* distribuíam-se por duas aldeias situadas na “grande mata” que se estendia entre o Alto Itapecuru e o Alto Mearim, próximas a uma grande lagoa, os quais eram denominados pelos colonizadores como “a da Lagoa” e “a do Pintado”. Esse território era pretendido pelas autoridades coloniais e pelos “moradores”, para o estabelecimento de fazendas de algodão e de criação que se expandiam no Alto Itapecuru. Pelo lado norte, na mesma “grande mata” limitavam-se com o território dos *Gamella de Codó*; ao sul com os *Capiekran*, grupo tradicionalmente inimigo dos “Matteiros”.⁵¹

Protegidos no interior das matas, os *Sakamekran* dividiam-se em numerosos grupos que realizavam ataques repentinos à fazendas do Alto Itapecuru e aos viajantes da estrada aberta no final do século XVIII, entre a vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons, acompanhando margens desse rio:

...hostilizavam esses índios, desde os primeiros tempos da povoação de Pastos Bons, toda a estrada que sobe da vila de Caxias pelo distrito Serra até o lugar capital daquele distrito...saindo eles dos domicílios em que vivem (a 'Mata Grande') as atravessam e se dispersam entre escoltas numerosas, para atacarem não só aos viajantes, que sempre deles se receiam nesta passagens, mas muito principalmente as povoações da mesma estrada; sendo pôr esta razão que eu encontrei neste caminho despovoadas algumas (Ribeiro, 1848:41)

⁴⁹ *Capiekran* e *Sakamekran* são denominações utilizadas por Paula Ribeiro em relação a esses grupos timbira, os quais foram conhecidos como “Canelas Finas” e “Mateiros”, respectivamente, pela população neo-brasileira do sertão maranhense, no final do século XVIII e início do XIX. Esses grupos se amalgamaram na segunda metade do século XIX, formando os atuais *Ramkokamekra-Canela*.

⁵⁰ Os *Ponecrá* ou *Aponejikrans*, pouco citados nas crônicas e documentos desse período seriam, provavelmente, o grupo ancestral dos atuais *Apaniekra-Canela*, localizados tradicionalmente nas campinas junto às nascentes do Alpercatas e ao longo do rio Corda. Foram vistos pôr Martius e Spix, quando da passagem desses naturalistas pôr Caxias, em 1809, onde estiveram em companhia de índios *Caraiús* (Krahô) em busca de produtos locais a serem trocados pôr produtos nativos. Cf. Martius & Spix, 1981: 258-259.

Descritos por Paula Ribeiro como ... *de todas as tribos Timbiras, a que mais cruelmente tem investido na perseguição de nossos estabelecimentos naquelas partes* (Ribeiro, 1841: 299), os *Sakamekran* sofreram retaliações de sucessivas “bandeiras” partidas de Pastos Bons e de Caxias, às quais respondiam sempre com novos ataques às fazendas. Foram considerados como o mais poderoso grupo timbira do distrito, tendo juntamente com os *Capiekran* provocado a destruição de grande parte das fazendas agrícolas e de criação situadas entre o Alto Itapecuru e o Parnaíba:

Já em outros tempos foram povoados seus campos em Pastos Bons, os melhores para a criação de gados, e ali com mais de sessenta estabelecimentos deste gênero formavam essa ribeira uma das mais populosas deste distrito; porém os índios Sakamekran...e outros que com eles confinam, tornaram a vertê-los em desertas solidões, destruindo a maior parte dos ditos estabelecimentos... (Ribeiro 1848: 65).

Várias foram as tentativas de neutralizar os *Sakamekran* levadas a efeito pelas *bandeiras* e pelas *tropas de linha* oficiais. Em 1815, numa dessas ocasiões, foram abordados por uma dessas *bandeiras* vinda de Caxias, a qual se fazia acompanhada de um grupo de índios timbira *Capiekran*, aos quais haviam se “aliado”. Seduzidos por falsas promessas de paz e pela oferta de presentes, os *Sakamekran* apresentaram-se ao solicitado encontro. Conforme narra Paula Ribeiro:

...foram, contudo, obrigados a escutar...as proposições de paz que se lhes ofereceram convidando-os com promessa de bom acolhimento em nome d’el Rei Nosso Senhor, sincero agasalho para suas famílias, ferramentas para seus cultivos e, finalmente, com uma inviolável aliança contra quaisquer outros gentios seus inimigos... (Ribeiro, 1841: 302).

As consequências da aceitação das propostas feitas pelos líderes da *bandeira* foram aos *Sakamekran* as mais desastrosas possíveis: muitos deles foram mortos no mesmo local atraçoadamente, enquanto outros foram acorrentados e levados a Caxias sendo vendidos como escravos em praça pública:

Quão diferente não foi deste acolhimento protestado aquele acolhimento pôr eles encontrado nos ferros que imediata e atraçoadamente lhes lançaram; nas vidas que ainda a sangue frio se lhes tiraram sem causa; e na partilha que dos seus filhos, das suas famílias e deles próprios se fez em tom de escravos perpétuos, chegando a serem vendidos ou arrematados em hasta pública na mesma vila de Caxias (Ribeiro, 1848: 42)

Vendidos como escravos aos fazendeiros da região, e logo levados aos desencaroçadores de algodão, os *Sakamekran* foram tratados como animais de tração:

⁵¹ Vide Mapa 03, em Apêndices.

Elevados aos escarouçadores dos algodões daqueles fazendeiros do distrito, aonde, amarrados como galés, ao banco e ao remo, foram asperamente seus corpos fustigados para adiantar as tarefas do serviço que se lhes consignava, padecendo no entanto de insuportáveis fomes (Ribeiro, 1848: 42).

Diante dessa ação dos *paizanos*, os *Sakamekran*, já renitentes ao contato com os colonos teriam destes se tornado inimigos irreconciliáveis, passando inclusive a rejeitar àqueles seus pares que conseguiam fugir da escravização imposta nas fazendas do distrito de Caxias, pôr temer a transmissão de doenças adquiridas no contato com os “cristãos”, os quais eram mortos em seu regresso. Durante as primeiras décadas do século XIX, uma epidemia de *bexiga* (varíola) grassava todo o interior do Maranhão e Piauí, o que fez com que muitos *Sakamekran* fugidos fossem buscar abrigo junto a outro grupo timbira:

Com efeito nada mais houve que os seduzisse desde então a cair segunda vez nas cadeias, pôr mais diligências que para esse fim se lhe tem feito; pois nos juraram para sempre um irreconciliável ódio, levado tanto ao infinito que assassinavam qualquer dos seus parentes que escapando dos nossos ferros tornavam aos seus lugares: não os queriam mais consentir ao pé de si para não lhe contaminassem...procedimento este que fez com que dali em diante aqueles que fugiram fossem abrigar-se a outra nação vizinha denominada Ponecra⁵² (Ribeiro, 1848: 42-43: 59).

Em 1818 nova expedição teria ido ao encontro dos *Sakamekran*, pretensamente para oferecer nova proposição de paz. Comandada pelo ‘cabo de guerra’ Francisco Germano de Moraes, essa *bandeira* foi cercada pôr esses índios tendo negociado sua retirada em troca de algumas facas velhas. Nesse momento, esse grupo já se interessava pelos instrumentos de trabalho e outros bens manufaturados, o que posteriormente lhes seria fatal.

A submissão do *Sakamekran* e de outros grupos timbira teria se tornado uma política de Estado, especialmente nas duas primeiras décadas do século XIX. As autoridades de Caxias - que desde 1812 havia acendido à condição de vila, e sob cuja comarca ficariam jurisdicionados todos os distritos do interior do Maranhão, inclusive o chamado “território de Pastos Bons”, onde se desenvolvia as guerras de conquista contra aos timbira, Acroá e outros grupos indígenas – assim como as autoridades da “Corte”, consideravam absoluta prioridade a sujeição ou a eliminação física dos *Sakamekran* e *Capiekran*, para a efetivação da ocupação colonial de todo o território do alto Itapecuru realizando, assim, a objetivada ligação da área agro-exportadora do Itapecuru, com a região pastoril, que se consolidava a partir de Pastos Bons.

⁵² Esse fato pode indicar algum tipo de aliança política, ou outra modalidade de relacionamento entre os *Sakamekran* e os *Ponecra*.

Os ofícios e as correspondências oficiais do governo da Capitania do Maranhão às autoridades de Caxias nesse período refletem essa preocupação, e as ações determinadas para a *redução* ou a destruição desses e outros grupos timbira, se realizavam através de estratégias as mais variadas. Em uma dessas tentativas de aproximação aos *Sakamekran* - em vista da sua irredutibilidade diante das desastrosas e falsas “propostas de paz” apresentadas pelos chefes de bandeira e expedições oficiais - a mando do Juiz de Fora de Caxias foi enviada uma embarcação pelo alto rio Itapecuru, carregada de ferramentas recolhidas ou tomadas aos moradores, a ser entregues aos “*Matteiros*”, na tentativa de seduzir-lhes à “*pacificação*”.

Tendo entregue os presentes no Porto d’Almeida, uma povoação onde se pretendia realizar a “*redução*” dos “*Mateiros*”, a embarcação retornava à vila de Caxias carregada de algodão, trazendo alguns robustos *Sakamekran*, que viriam acertar “os termos de paz” junto às autoridades locais. Entretanto, durante a viagem, esses timbira teriam atacado os remeiros e demais embarcados, matando-os e incendiado a embarcação e a sua carga. Apenas um menino que conseguira fugir da chacina lançando-se ao rio, teria retornado a Caxias e narrado os fatos. Na visão de Paula Ribeiro essa reação dos *Sakamekran* era esperada:

...consideramos ser muito natural que os timbira temendo ver-se novamente arrematados na praça de Caxias, procurassem evitá-lo desse modo...
(Ribeiro, 1841: 303-304).

Em suas crônicas sobre a conquista do sul do Maranhão, Paula Ribeiro atribui às falsas propostas de paz das bandeiras, a agressividade e o ódio dos Timbira aos moradores, que teriam resultado na destruição da maioria das fazendas do Alto Itapecuru e do Alpercatas, estabelecidas nas primeiras décadas o século XIX. Acreditava que se os *Sakamekran* e outros grupos não tivessem sido enganados,

...certamente já se teriam reduzidos estes e outros muitos a seu exemplo, e se já teria completado a grande obra da pacificação do resto do Itapecuru, tão desejada quão vantajosa são os interesses que ela promete a esta capitania do Maranhão...
(Ribeiro, 1848: 43).

As tentativas de neutralização dos *Sakamekran* pelas autoridades coloniais prosseguiram tendo como estratégia básica a realização de expedições punitivas em aliança com grupos inimigos, e o aldeamento desses grupos em locais previamente escolhidos, associado a uma rápida ocupação de seu território pôr fazendas agrícolas e de criação. Nesse sentido, dentre as atribuições do Juiz de Fora de Caxias, a principal autoridade do Estado colonial nessa região,

encontrava-se a distribuição de sesmarias aos colonos, logo que se “desinfetasse” os territórios dos “gentios”. Assim, os comandantes de *bandeiras* ou de expedições oficiais que logravam sucesso nas tentativas de aproximação ou de expulsão e combate aos “gentios” eram logo premiados com datas de sesmaria nas terras conquistadas.

Contam os historiadores sobre a emergência de conflitos entre sesmeiros, cujas fazendas estabelecidas na ocupação inicial desses território foram destruídas pelos timbira; quando da re-conquista desses territórios pelas forças da dominação colonial seriam distribuídas novas sesmarias. O Alto Itapecuru, que vivera na segunda metade do século XVIII, um período de riqueza e prosperidade em função da inserção do algodão maranhense na economia mundial, tornara-se uma região onde se concentravam os interesses da administração colonial e dos próprios colonos, e cuja presença de grupos indígenas – especialmente os Timbira e *Gamella* - impediam a expansão.

Desse modo, afastar os *Sakamekran* e outros grupos que permaneciam renitentes em seus territórios, e ainda, provocavam a destruição de fazendas e o despovoamento das áreas recém-conquistadas pela sociedade colonial, tornara-se uma prioridade da administração colonial, cujas linhas de atuação passaram a ser definidas a nível “das cortes”. Como afirmava Paula Ribeiro, a “*paz dos Capiékran*” - e, também, do *Gamella* e *Sakamekran* - era uma política de estado das Cortes, sem entretanto definir-se as estratégias sobre esse processo.

1.5.6.2 *Capiékran* ou “Canellas Finas”

Os timbira *Capiékran*,⁵³ chamados pelos moradores de Caxias e do distrito de Pastos Bons como “Canellas Finas” tinham seu território tradicional a oeste do rio Alpercatas, *nos primeiros campos de Pastos Bons, que encostavam àquelas suas grandes matas gerais*. Situado ao sul dos *Sakamekran*, o território dos “Canella Fina” estendia-se, em sua maior parte, por uma área de cerrado entrecortada por matas de galeria, limitada pelos cursos do Alpercatas e do Corda, afluente do Mearim⁵⁴.

⁵³ Não se sabe precisamente o sentido etimológico da palavra *capiékran*, empregada pôr Paula Ribeiro. Durante o trabalho de campo indaguei a vários Canela sobre esse termo, e não havia qualquer identificação com a autodenominação do grupo. Entretanto, a palavra “Capi” refere-se a um herói mítico Canela (provavelmente extensivo a outros grupos timbira). Informalmente *Capiékran* seria, então “o povo de Capi”. De outro lado, o termo “Canella Fina” seria uma referência ao uso como adorno, de uma estreita faixa de algodão amarrada abaixo dos joelhos, o que facilitaria o seu desempenho nas corridas, tornando mais ágeis esses índios. Provavelmente é um sinal diacrítico dos próprio *Capiékran* em relação a outros grupos timbira.

⁵⁴ Nas primeiras décadas do século XIX estava já em curso, o processo de conquista das terras banhadas pelo alto Mearim e alto Grajaú, as quais delimitariam, pelo lado ocidental, o território dos *Capiékran*, dos *Sakamekran*, e de outros grupos timbira. Há referências nos textos e documentos desse período, ao rio Corda, afluente à direita do

Nas primeiras décadas do século XIX, os *Capiekran* formavam várias aldeias que se estendiam por esse território, o qual em sua porção sul e sudeste, se avisinhava com fazendas de criação e povoados já estabelecidos pela frente pastoril, desde Pastos Bons⁵⁵. De outro lado, em sua porção nordeste, os *Capiekran* recebiam os impactos das bandeiras de colonos que procuravam estabelecer fazendas agrícolas e de criação, ao longo do alto Itapecuru, e do Alpercatas. Desse modo, o território dos *Capiekran* situava-se em área de confluência entre a frente agrícola que se expandia pelo vale do Itapecuru, e depois também pelo Mearim e Grajaú, e a frente pastoril, que a partir de Pastos Bons avançava em várias direções rumo ao Tocantins.

Ao final do século XVIII, quando se consolidou a ocupação econômica no vale do Itapecuru pela grande lavoura algodoeira, e se iniciou a expansão pastoril pelo território timbira, denominado pelos sertanejos “sertão de Pastos Bons”, os *Capiekran* tornaram-se objeto da ação das *bandeiras* e de expedições oficiais vindas de Caxias e Pastos Bons. Sendo seu território localizado preponderantemente em área de cerrado, esse grupo tornava-se alvo preferencial dessas tropas, uma vez que, no confronto direto, e em terreno aberto prevaleciam as armas de fogo dos *paizanos*, ao contrário do que ocorria com os *Sakamekran*, cujo território situado em densa mata, lhes tornava o embate francamente favorável, especialmente pôr possibilitar ataques de surpresa. Assim, os *Capiekran* foram atacados quase todos os anos pelos

escandalizados paizanos do distrito, levavam sempre a pior quando sucedia que pudessem ser surpreendidos, ocasião esta para a qual tomavam sempre e tomam os mesmos paizanos suas medidas em todas as expedições que promovem, como única em que pôr fortuna não poderiam ser sentidos, porque do contrário ganhavam esses Capiekran a altura das serras, e não havia esforços bastante para apanhar-se um só...
(Ribeiro, 1841: 304).

Conforme atesta Paula Ribeiro, o comandante de Pastos Bons Domingos Lopes teria sido o último líder de “bandeira” a fazer prisioneiros entre os *Capiekran*, até o início do século XIX. Assim, entre 1793 até 1801, em vários ataques teria aprisionado muitos rapazes e moças desse grupo timbira. Como vingança a essas “ofensas”, os *Capiekran* teriam destruído numerosos estabelecimentos coloniais, especialmente fazendas e povoados, praticamente despovoando toda a região ao norte de Pastos Bons, situada nas vertentes do Itapecuru e Alpercatas:

...porém como apesar desse sistema não descuidassem em tirar dessas suas perdas a vingança que podiam, assolaram e fizeram despovoar todas as fazendas de gado, que

Mearim, que em seu alto curso banhava o território dos *Capiekran* e *Ponecrá*, com a denominação de *rio Canella*. Cfe. Ribeiro, 1848: 24. Para Nimuendaju, entretanto, o nome *Canella* seria derivado de um acidente geográfico, a *Serra da Canella*, situada numa das extremidades do tradicional território dos *Capiekran*. Nimuendaju, 1946: 30
⁵⁵ Vide Mapa 03 em anexo - Distribuição dos grupos timbira no início do século XIX.

*aquém e além daquele Alpercatas pertenciam a Pastos Bons, padecendo em particular muitas de suas crueldades e assassinatos os populosos estabelecimentos denominados Campo Largo, Pico, Barreiras...e finalmente outras, que até o presente sem mais gados e sem habitantes se conservam devolutas*⁵⁶ (Ribeiro, 1841: 305).

A despeito de constituírem grupos inimigos, os ataques sistemáticos dos *Capiecran* e dos *Sakamekran* às fazendas que se implantavam nas vertentes do alto Itapecuru e do Alpercatas acabaram pôr expulsar temporariamente os fazendeiros e agricultores, bem como os moradores dos núcleos populacionais que se formavam entre o distrito de Pastos Bons e a vila de Caxias. Isso aumentaria o período de vida autônoma desses grupos, cujas rivalidades e diferenças irreconciliáveis seriam, entretanto, amplamente exploradas pelos agentes coloniais.

Em vista dessas “destruições” promovidas pelos *Capiecran* e pelos *Sakamekran* em todo o Alto Itapecuru, e dos “prejuízos” aos particulares e à “Fazenda Real”⁵⁷ com o interrupção da ocupação colonial nas terras do alto Itapecuru e Alpercatas, o então Governador e Capitão-General do Maranhão, Dom Francisco de Melo Manuel da Câmara teria resolvido estabelecer, em 1807, um posto militar nas confluências desses dois rios – o Arraial do Príncipe Regente - onde situou uma tropa de 50 soldados sob o comando do então Tenente de Regimento de Linha do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro. E posto deveria, ainda, possibilitar a retomada da navegação do alto Itapecuru interrompida pelos ataques desses timbira (Marques, 1970: 91).

Com a implantação do Arraial do Príncipe Regente, e a permanência de um regimento, e a implantação de um porto navegável no Alto Itapecuru, na sua junção com o Alpercatas, muitas fazendas de gado e agrícolas destruídas pelos “Timbiras Matteiros” e pelos “Canellas Finas” se restabeleceram, enquanto novas fazendas surgiriam. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, as bandeiras de Pastos Bons e as expedições enviadas de Caxias começavam a minar a resistência desses dois grupos timbira.

O conhecimento recíproco resultante de longo tempo de guerras intestinas contra as “bandeiras”, que se estendiam desde as últimas décadas do século XVIII, teria sido outro fator

⁵⁶ Paula Ribeiro cita nominalmente 32 fazendas pertencentes ao distrito de Pastos Bons destruídas pelos *Capiecran*, no início do século XIX: além das já citadas, ... *Sítio Ruim, Sítio do Padre, São Félix, que pertencia àquele Domingos Lopes, Nazareth, Boa Vista, Cajazeiras, Boa Esperança, Serra, Bom Sucesso, Matê, Dois Irmãos, Maravilha, Arraial, Gameleira, Santa Anna, Cajueiro, São João, Conceição, Santo Anastácio, Mocambinho, Olhos D'água, Morcegos, Fazenda Grande, Angical, Salinas, Angical, Lagoa, São Pedro...*(Ribeiro, 1841: 305)

⁵⁷ A destruição de fazendas e núcleos de povoamento pelos *Capiecran* e *Sakamekran*, além dos evidentes prejuízos à vida e à economia dos moradores, também incidia sobre a “Fazenda Real”, através da perda de recursos, tanto na forma de impostos diretos sobre os produtos das fazendas e de sua comercialização interna, como indiretos cobrados através das taxas aos exportadores de algodão e couro. Tornava-se, portanto, uma razão de Estado, a sujeição ou eliminação desses grupos.

favorável aos colonizadores. Através de prisioneiros recíprocos índios e brancos passaram a requerer-se mutuamente: uns como escravos a ser vendidos nas feiras de Caxias, São Luís e Belém; outros como fornecedores de ferramentas e outros objetos. Esse diálogo seria ainda mais letal aos Timbira, do que as guerras contra as bandeiras. Já não era apenas a necessidade de terras para a criação, nem a defesa dos estabelecimentos que motivavam a ação dessas bandeiras:

Era já o valor do índio como mercadoria que não permitia o estabelecimento da paz (Ribeiro, D., 1982:59).

A “redução” dos “Canela Fina” passou a constituir, então, uma prioridade da administração colonial portuguesa no Maranhão, pois através desta se reimplantaria, as fazendas destruídas no alto Itapecurú, e novas áreas agrícolas e de criação se abriam. Em 1814, surgiria essa oportunidade: após sofrer derrota em guerra para os *Sakamekran*, os *Capiekran* atenderam às tentativas de aproximação de uma bandeira de Caxias, que lhes apresentou proposta de paz e aliança, sob a promessa de realizarem, conjuntamente, guerra aos *Sakamekran*.

...Teve, contudo modo de falar-lhe, mandando às fraldas de uma grande serra, a que se recolheram, oferecer-lhes paz, que imediatamente aceitaram, ainda que receosos de alguma travessura igual às que tinham já visto praticar sobre outros gentios (Ribeiro, 1841: 306)

O encontro entre a bandeira de Joaquim Álvares Guimarães e um grupo de *Capiekran*, sob a liderança de seu chefe *Tem'pé* assim teria ocorrido: diante da oferta de paz e aliança proposta pelo líder da bandeira, *Tem'pé* teria descido sozinho e desarmado da montanha e vindo até a tropa, com a qual teria mantido cordial contato, e recebido como presente uma cabeça de gado, alguns pedaços de tabaco e facas velhas, como demonstrações da “probidade” da proposta de paz dos “cristãos”. Outros *Capiekran* se aproximaram e se abraçaram com os membros da bandeira:

*Tratou-se que seríamos amigos, que seriam comuns uns e outros interesses e terrenos, que receberiam ferros para suas lavouras e que mudariam suas aldeias para junto de nossos povoados; porém nenhum desses artigos lhes foi tão interessante como de se lhes prestarem socorros de gente com espingardas para destruir os *Sakamekrans*, insistindo tanto nesta aliança, que sem ela parecia não efetuar-se a paz (Ribeiro, 1841: 306)*

Firmado o acordo de paz, os *Capiekran* retornaram a suas aldeias, sob a promessa de no início do ano seguinte estabelecerem-se no lugar Buritizinho, a oeste do Itapecuru, a fim de organizar a guerra contra os *Sakamekran*, circunstância que não esqueciam, em qualquer de suas

relações. Conforme mostra Paula Ribeiro, no estabelecimento de paz com os agentes coloniais, os *Capiekran* eram movidos pôr seus próprios interesses:

Implacáveis inimigos entre si estas duas nações pôr causa dos frutos e das caças silvestres, único precioso que os move, e batida esta pela Timbira Mateira, veio refugiar-se entre nós junto à fazenda Buritizinho, que pertence a Antonio Martins Jorge, não tanto pôr natural inclinação que nos tivessem, quanto para com o nosso auxilio se vingar, como se vingou, da sua inimiga naquela expedição de junho ou julho de 1815... movidos pelos seus próprios fins (Ribeiro, 1848: 43-44).

Dessa forma constata-se que se os *Capiekran* foram usados pelos agentes coloniais para efetivação de seu domínio sobre outros grupos timbira, estes também tiraram partido dessa “aliança”, colocando-a a serviço de suas rivalidades étnicas contra os *Sakamekran*. Entretanto, tanto do ponto de vista da administração colonial, como dos criadores e agricultores locais, a paz com os timbira parecia condição essencial para a ocupação das áreas de matas e cerrados da “ribeira” do Alto Itapecurú. De outro lado, aos próprios *Capiekran*, a situação de confronto com as “bandeiras” já não se sustentava, e a aliança com o colonizador parecia ser o meio mais eficaz de resolver sua principal demanda, a guerra contra os *Sakamekran*.

Pareceu então aos fazendeiros do distrito, e aos mesmos Capiékran, ver acabar os trabalhos que de uma teimosa guerra lhes resultavam, e tivera assim mesmo acontecido, se depois de concluída a grande obra desta redução, tivessem as que a dirigido sabido aproveitar suas vantagens... (Ribeiro, 1841: 306-307).

Entretanto, os resultados dessa aliança com os “cristãos” seriam mais desastrosos aos *Capiekran* do que os longos anos de guerra com as bandeiras. Com recursos e decisões das autoridades de Caxias, os *Capiekran* foram aldeados, na fazenda Buritizinho, no alto Itapecuru, de Antonio Martins Jorge, e participaram, juntamente com forças oficiais de Caxias, de uma vitoriosa expedição contra os *Sakamekran*.⁵⁸

Aos “Canella Fina” parecia que seus objetivos da aliança com os agentes coloniais estavam sendo alcançados. Após essa expedição, em meados de 1815 retornaram novamente ao local do aldeamento, sem entretanto, que lhes fosse preparada qualquer base de sobrevivência. Deixados a própria sorte, os *Capiekran* se dispersaram em grupos, e passaram a colher nas lavouras e a caçar o gado dos colonos, os quais se viam impossibilitados de qualquer reação, a fim de não violar a “paz dos Timbira”.

⁵⁸ Essa expedição ocorrida em meados de 1815 teria resultado na prisão e escravização de muitos *Sakamekran*, os quais foram vendidos na praça de Caxias aos fazendeiros, e levados aos desencaroçadores de algodão desse distrito. Cf. Ribeiro, 1848: 42; e 1841: 301-302.

...deixados em abandono quanto ao modo da sua civilização, se dispersaram em magotes entre os nossos estabelecimentos e perpetraram sobre os habitantes de todo o distrito enormíssimas extorsões, furtando-lhes imensidade de gados, matando-lhes as pequenas crias, e devorando as roças de mantimentos com tão decisiva destruição, que exasperados muitos dos referidos habitantes abandonaram suas propriedades e fugiram da capitania (Ribeiro, 1848: 44).

Uma nova situação de conflito se criara. Se durante o período de “guerras intestinas” contra os timbira, aos moradores eram dados o direito e o dever de organizar-se em “bandeiras” ou fornecer recursos para as campanhas de guerra contra esses grupos, no quadro que se formara os colonos ficaram impossibilitados de reagir às ações dos *Capiekran*:

havia-se figurado brilhantemente na Corte o quanto a paz dos Capiékran era útil a todos aqueles sertões, pintando-se de cores tão agradáveis as circunstâncias com que se fazia a sua redução, e tanto bem morigerada a direção que se lhe aplicava, que não havia mais que desejar; pois que brevemente resultaria dela um grande adiantamento para toda a capitania (Ribeiro, 1841: 309-310).

Segundo Paula Ribeiro, a “paz com os *Capiekran*” havia se transformado em motivo de competição e de jogo de interesses entre diferentes autoridades da administração colonial, pretendendo cada qual tornar-se o “autor” da sua “redução”. Tendo em vista os altos interesses econômicos e políticos envolvidos na ampliação das lavouras algodoeiras do vale do Itapecuru, três documentos régios foram editadas, em 1815 e 1816, em relação aos *Capiekran* determinando recursos para a sua redução.⁵⁹

projetou-se primeiro fazer descer os Capiékran para a Ilha do Maranhão, ou ainda, à Capital; pensamento que não era fora de propósito, porque havia aqui muitos com quem reparti-los para os educar e sustentar longe dos seus lares, e debaixo das condições ordenadas no 1º e 2º artigos do parágrafo 2º da Carta Régia expedida para Minas Gerais em 02 de dezembro de 1808, sobre os índios Botocudos e outros; porém opoz-se a isso o respectivo governador e capitão-general, dando-lhe cuidado a sua arrumação”⁶⁰ (Ribeiro, 1848: 57).

A fim de “resolver de vez” a questão dos *Capiekran*, estes foram atraídos à vila de Caxias, então infestada pôr epidemia de “bexiga” (varíola), sob a alegação de realizar nova expedição conjunta contra os *Sakamekran*. Novamente deixados ao abandono, os *Kapiekran*

⁵⁹ Foram editadas uma Provisão Régia (Decreto no. 26, de 09/09/1815) e duas Decisões Régias (30/01e 29/04/1816) autorizando e aprovando despesas realizadas, para o aldeamento dos “Canellas Finas”, “Gavião” e “Pedra na Boca”. Cf. Carneiro da Cunha (org), 1992: 91-93.

⁶⁰ A Carta Régia “Sobre a Civilização dos Índios e sua educação Religiosa, navegação dos rios, e cultura dos terrenos”, de 02 de dezembro de 1808, promulgada visando a dominação dos Botocudos do vale do rio Doce, determinava que o aldeamento de índios somente se fizesse quando estes formassem grande número não podendo, assim, ser distribuídos entre fazendeiros da Capitania, os quais teriam direito de usufruto ao trabalho dos índios pôr 12 a 20 anos, ao fim do qual os índios não teriam qualquer indenização, e atribuía aos mesmos fazendeiros prioridade na utilização posterior do trabalho remunerado desses índios. Essa e outras cartas régias promulgadas até 1813 retrocederem quanto aos direitos dos índios, em relação à legislação anterior, do período pombalino, estabelecendo novas formas de servidão.

procuraram colher legumes nas roças dos moradores, mas nas primeiras tentativas foram violentamente rechaçados:

...e ali, sem lhes aplicar o sustento preciso a sua multidão, se lhe fez conhecer um terrível estado de sujeição formal, prendendo-os em troncos, dando-lhes pancadas ou em suas mulheres, como sucedeu na do seu principal chamado Tem'pé, e tirando até a vida a alguns: violências pelas quais protestando, e pela traição que se lhes fazia, fugiram para se pôr em salvo, mas foi já tarde, porque a desgraça ia entre eles na epidemia das bexigas que levavam, e a qual eles acreditaram que muito de propósito se lhes tinha introduzido chamando-os àquele lugar em tão crítica ocasião (Ribeiro, 1848: 44)

Ao tentarem fugir de Caxias os *Capiekran* foram, ainda, baleados pelos moradores, em local estrategicamente posicionados, e os sobreviventes disseminariam a “bexiga” entre os próprios “Canela Fina”, os quais espalhariam a epidemia junto a outros grupos:

Assim mesmo consternados, fugitivos e sem defesa, foram mandados atacar em sua retirada nas visinhanças do lugar de São José, ficando pôr aqueles campos mortos bastantes, que aos depois serviram de pasto às feras e aos urubius. O mal que consigo levavam não lhes foi só a eles fatal, porque totalmente se comunicou a todas as mais povoações selvagens da capitania e mesmo às nossas, que naquelas distâncias nunca o haviam provado desde os primeiros tempos dos seus estabelecimentos (Ribeiro, 1848: 44-45).

A disseminação da varíola entre os grupos timbira foi rápida tendo atingido em 1817 os índios da margem esquerda o Tocantins. O próprio Paula Ribeiro teve a oportunidade de encontrar dois *Apinagé* feridos do sobredito contágio:

Não será fácil de fazer idéia segura de quantas mil almas nele terão perecido, uma vez que se sabe o extravagante método porque esses homens brutais haviam pretendido curar-se - que era deitando-se aos rios para refrescar-se, apenas sentiam o calor das febres, ou tirando-se logo as vidas aqueles que apareciam com mais claro sintoma de semelhante moléstia (Ribeiro 1848:45).

O resultado final desse processo seria a quase extinção dos *Capiekran* enquanto grupo etnicamente organizado. Conforme aponta Paula Ribeiro, os sobreviventes dessa epidemia encontravam-se fragmentados e dispersos pelas margens do Grajaú, alguns a oeste do alto Itapecuru, e seu antigo território já estaria, na avaliação desse cronista, ocupado por outros grupos timbira. Alastrando-se a varíola pôr todo o território habitado pelos Timbira, a qual provocaria uma mortandade nunca vista entre esses grupos indígenas, os colonos poderiam, finalmente, obter os resultados da propalada “paz dos timbiras”.

Paula Ribeiro conclui essa narrativa apontando para a impossibilidade de ‘reduzir’ os Timbira, a não ser pelo método que considera correto, que seria a aplicação de vários preceitos

contidos nas Cartas Régias expedidas a partir de 1808. Lamenta, por outro lado, o fato de que os nossos habitantes havendo-se tanto invejado da extinção dos mesmos Capiékran não tenham ao menos tirado lucro de aproveitá-los, como se propunham... (Ribeiro,1841:315). Refere-se provavelmente ao não aproveitamento dos Capiékran como escravos e a consequente ocupação de seu território pelas fazendas de criação:

Eis aqui no que parou a redução dos chamados Canellas finas, que talvez alguma bulha faria à Corte, e que algumas pequenas somas custou à Real Fazenda de El-Rei nosso senhor, não tantas quantas eram preciso para que a eles se lhes preparasse um destino mais feliz, e poupasse aos habitantes da capitania os desgostos que a necessidade daquelles lhes fez suportar (Ribeiro,1848:45).

O estabelecimento de um campo de relações entre os Sakamekran e Capiékran e a sociedade colonial luso-brasileira teria, portanto, como maior consequência a perda de sua autonomia étnica, a destruição e quase extinção desses grupos resultante das matanças e da escravização, e ocupação de seu território pelos agentes coloniais. As rivalidades inter-tribais habilmente exploradas pelos colonizadores constuiu, também, em fator da dominação étnica desses grupos timbira.

De outro lado, os Capiékran lograram obter vantagens sobre esse processo de paz com os agentes coloniais. Ainda que temporariamente, a aliança com os “cristãos” levou-os à uma vitória sobre seus inimigos, os Sakamekran, os quais combateram junto a uma bandeira de Caxias. É verdade que essas “vantagens” imediatas significaram, a médio e longo prazo, a sujeição desses grupos e a tomada de grande parte de seus territórios pelos agentes vinculados à sociedade colonial.

1.5.7 Os Timbira do Grajaú e do Tocantins

1.5.7.1 Piócbogés ou “Gaviões”

O avanço da frente pastoril pelo território timbira, no chamado “sertão de Pastos Bons”, deu-se, a partir do início do século XIX, em várias direções dentro desse vasto território levando ao confronto diferentes grupos timbira com as “bandeiras”, e com outros agentes ligados a essa frente. Esse movimento de ocupação territorial vindo das margens do rio Parnaíba em direção ao Tocantins se encontraria com outro, realizado pôr agentes da frente agrícola que, a partir da captura e sujeição de índios em aldeamentos, do estabelecimento de fazendas agrícolas e de criação, e da exploração extrativista de produtos florestais iam gradativamente avançando rumo ao alto curso dos rios centrais da capitania do Maranhão, especialmente o Grajaú e o Mearim.

Conforme foi visto, o processo de ocupação do alto curso desses rios havia sido desencadeado, ainda em meados do século XVIII, quando uma missão jesuítica se estabeleceu junto a um grande contingente de índios *Gamella*, tendo fundado onze aldeias entre o alto Grajaú e o alto Mearim. Essa missão teria, ainda, dado início à exploração pastoril nas campinas situadas próximo às cabeceiras do Grajaú, empreendimento que foi interrompido com a promulgação das leis pombalinas, especialmente o “Diretório dos Índios”, que resultariam na expulsão dessa ordem religiosa do Estado do Maranhão, e na expropriação de seus bens pelo Estado.⁶¹

Habitando uma região de transição entre as franjas da floresta pré-amazônica, desde as proximidades do Tocantins, até os campos e cerrados que se estendem pelas cabeceiras do rio Grajaú encontravam-se os *Piôcbgês*.⁶² Seu território se confrontava com os territórios dos *Capiekran* e *Ponecrá*, à leste e sudeste, nas vertentes do Mearim; dos *Purekamekran* e *Makamekran*, ao sul e sudoeste; dos *Caracaty* e *Kreyê* (Cajuapara) a oeste, além de outros grupos timbira ao norte, localizados ao longo do alto e médio Grajaú e Mearim, como os *Caractegês*. Ao noroeste, nas vertentes do alto Pindaré encontrava-se o território tradicional dos “Guajajara” (*Tenetehara*), os quais, nas primeiras décadas do século XIX estariam se expandindo para as matas situadas entre o alto Mearim e o alto Grajaú.⁶³

Distribuídos pôr cinco grandes aldeias, os *Piôcbgês* formavam, no início do século XIX, *uma confederação de tabas autônomas*, lideradas pôr um *chefe de guerra*, a quem os moradores chamavam *o governador*. Segundo Carlota Carvalho, os *Piôcbgês* teriam resistido pôr mais de 36 anos às tentativas de ocupação de seu território e de sujeição étnica pelos agentes coloniais (Carvalho, 1924: 43) sendo, pôr isso, referidos pôr Paula Ribeiro como

aquela mesma indomável (tribo) destruidora do Porto da Chapada, na Ribeira do Grajaú... que de todos os acometimentos feitos sobre ela pelos paizanos do território, nem um tem deixado de ser infructuoso, sem aparecer jamais um resultado feliz...(Ribeiro, 1841: 314).

⁶¹ Vide o histórico sobre a legislação pombalina e sobre os Gamella de Viana apresentado neste trabalho.

⁶² *Piôcbgês* é a denominação utilizada pôr Paula Ribeiro para este extenso grupo timbira, conhecido pelos regionais como “Gaviões”. Sabe-se que naquele momento formavam os *Piôcbgês* um único grupo étnico, o qual teria cindido em meados do século XIX dando origem aos *Parkateyê*, que se deslocaram para a região florestal, a leste do Pará. (Nimuendaju, 1946:19-20). Lave considera, ainda, que os *Krikati*, no passado, também chamados de “Gaviões”, formariam junto aos Pukobyê, um mesmo grupo étnico. (Lave, 1970). Entretanto, cada um desses grupos se auto-concebe como entidade étnica independente.

⁶³ Sobre os deslocamentos históricos dos Tenetehara, vide Gomes, 1977: 102-103.

As primeiras tentativas de ocupação dos campos do alto Grajaú pôr agentes da frente pastoril vindos de Pastos Bons, ocorreram em 1811, quando o alferes Antonio Francisco dos Reis desceu esse rio juntamente com sua família e um “séquito de seguidores”, atravessando pôr um dia os campos, e pôr 11 dias densas matas, até atingir fazendas situadas no baixo curso do Mearim, e destas, a Ilha do Maranhão (São Luís). Nesse percurso teria sido atacado pelos Piocóbgês, conforme narra Paula Ribeiro:

Esteve contudo em perigo de perder-se acochado pelos gentios Piocóbgês, os quais para colhê-lo às mãos o cercaram várias vezes com tapagens de mato feitas ao lume d'água, valendo-lhes finalmente para escapar de uma chuva de flechas haverem forrado bem as toldas das canoas com grossos e secos couros de boi, invulneráveis aqueles tiros (Ribeiro, 1819, in Cardoso, 1947: 73).

Tendo alcançado a capital São Luís, Antonio Francisco dos Reis obteve junto ao governo da Capitania uma pequena tropa, além de alguns gêneros como sal, tecidos, armas e munições, e retornou pelo Mearim e depois, pelo Grajaú fundando no local de onde partira, o Porto da Chapada, onde os moradores se dedicaram à construção de canoas, e levantaram armazéns para a venda de sal e outros gêneros, aos novos ocupantes dessa ribeira. Contam os cronistas que cerca de quarenta pessoas haviam se estabelecido no local, e muitas outras procediam das diversas ribeiras vizinhas que se consolidavam no território de Pastos Bons. Ao que parece, a prosperidade do porto da Chapada não prescindia de expedições de afugentamento e captura de índios, o que teria provocado, como sugere Carvalho, a reação dos Pukobyê:

*Envaidecidos pelo sucesso e confiando demais na força das armas, Antonio Francisco e seus companheiros católicos mudaram de norma no tratamento dado aos autóctonos, esquecendo o fraterno acolhimento e a coadjuvação por estes dado ao empreendimento*⁶⁴.

*...Retribuíram o acolhimento amigo com a depredação nas tabas, e o assassinio dos homens e mulheres, o roubo e a escravidão dos filhos...*⁶⁵
(Carvalho, 1924: 41)

Esse “promissor” Porto da Chapada, através do qual se pretendia abrir uma via de comércio direto entre a sede da Capitania e os “altos sertões” acabaria sendo destruído, de maneira dramática, pelos Pukobyê:

⁶⁴ Nos textos de cronistas e intérpretes históricos da ocupação pastoril no Maranhão, não se confirma essa informação, de uma receptividade e boas relações dessa bandeira com os Pukobyê, nem tampouco, os maus tratos e raptos de índios pelos “cristãos”, nessa ocupação do Grajaú. Entretanto, essas colocações se aplicam, de uma forma geral, às práticas das bandeiras em relação a grupos timbira nesse período.

⁶⁵ Em seu livro “O Sertão”, a autodidata Carlota Carvalho reconstitui a história da ocupação pastoril do território de Pastos Bons, em grande parte, a partir da memória oral de sobreviventes dos episódios narrados, e de seus descendentes imediatos. Alguns dados e situações pôr ela apresentados, não se conformam ao descrito pôr outros cronistas, o que torna mais interessante a sua abordagem.

...Ciosos, os índios Timbiras Piocóbgês, nação estabelecida na outra parte do mesmo rio, pelos progressos da nova povoação, que os assombrava e impedia fazer no interior do paiz as suas correrias costumadas, resolveram livrar-se dela e o fizeram queimando vivas trinta e oito pessoas dentro das suas mesmas habitações, a que barbaramente puzeram fogo, e as mesmas embarcações abicadas na praia: levando o sal ou gêneros que puderam, e lançando o resto ao rio ou ao mesmo fogo....(Ribeiro, 1848: 27)

E completa o cronista dos Timbira, sobre a reação dos Pukobyê contra os “povoadores” estabelecidos pela frente pastoril:

...Desta carnagem sucedida em 1814, e para a qual bem reparavelmente se olhou muito a sangue frio, escaparam vivas uma menina, que os bárbaros levaram cativa, e cinco ou seis pessoas que por felicidade sua andavam fora da povoação na ocasião do desastre. Também ali pereceram alguns dos moradores das outras ribeiras vizinhas, que descuidadamente tinham vindo aquela comprar o sal e outros gêneros...” (Ribeiro, 1848: 27)

A ocupação do alto Grajaú pelas forças coloniais seria, então, postergada diante da ação dos Pukobyê. Um ano antes da destruição do Porto da Chapada, em 1813, um grupo de paizanos comandados pelo chefe de bandeira Manuel José da Assunção seria, também destruída pelos Pukobyê, nas vertentes do Grajaú, no topo de uma serra, que passou a ser conhecida como *Serra da Desordem*. Assim narrou esse conflito a historiadora sertaneja Carlota Carvalho:

Em 1813 poderosa bandeira veio de Pastos Bons tomar o derradeiro pedaço de terra dos infiéis, matar os homens e as mulheres, roubar a roça e escravizar os filhos para a glória de uma fê que...herdou do judaísmo a devoção do exterminio, que pedia a Jehovah 'parasse o sol para continuar a matança'.

Em 27 de junho de 1813, a bandeira pousou na beira do mato do Riacho Facão, lado oriental da serra e, a noite, os cruzados cantaram alto rezas a São Félix, o protetor dos cruzados contra os infiéis.

Não tardou. Nas lufadas da briza chegaram aos ouvidos dos cruzados, sons de unúbias e cantos guerreiros, entoados em cima da serra...

...Na manhã do dia seguinte, 28 de junho, véspera do dia de São Pedro, que devia ser solenizado com o festejo da vitoria dos católicos, a bandeira, tendo achado a subida, galgou o cimo da serra, levando a munição de guerra conduzida por possantes cavalos.

Em cima, na esplanada, encontrou os timbiras. Estavam aí para morrer defendendo a liberdade, lares, mulheres, filhos e velhos...

...Enfrentados cruzados e infiéis, a fumaça da pólvora turvou a claridade do dia e a ala da frente dos timbiras caiu no chão, abatida pelos projéteis.

Esta destruição não abateu o ânimo dos autóctonos. Derribados pelas balas, arremessadas em incessante fuzilar, passando sobre seus mortos e feridos e avançando sempre, os timbiras entraram no meio dos bandeirantes e se apoderaram da carga de munições sem saber o que tomavam.

Perdendo as munições, os cruzados tiveram as espingardas como cacêtes, e igualados em armas, sucumbiram.

Mortos a tacape ficaram 86 bandeirantes em cima da serra. Na fuga muitos despenharam-se por talhados verticais, caindo uns sobre a areia frouxa da base e outros sobre pedras, que fraturaram os ossos.

Os que escaparam levaram a Pastos Bons a noticia da 'desordem acontecida'. E por Serra da Desordem ficou nomeada...” (Carvalho, 1924t: 43-45)

Pôr volta de 1816 agentes da frente pastoril tentaram, novamente, estabelecer o povoamento nas cabeceiras do Grajaú, com a fundação de uma povoação batizada como São Paulo do Norte, sem apoio significativo da administração colonial. Foi enviado um pequeno destacamento de tropa ao local, o qual em pouco tempo se retirou, pôr falta de gêneros alimentícios, que seriam fornecidos pelos moradores. Uma outra expedição de tropa de linha teria sido enviada á região em 1817, tão precariamente organizada, que partindo da vila da Vitória, e subindo o Grajaú teve seus víveres esgotados em seis dias e retornaram os soldados para não padecer de fome (Ribeiro, 1849: 28).

Entretanto, as ações dos agentes e da administração colonial no Maranhão voltadas para a sujeição dos *Pukobyê* e de outros grupos timbira do alto Grajaú e Mearim se intensificariam, ainda nas primeiras décadas do século XIX. Conforme atestam os documentos coloniais do Maranhão, ainda em 1817, o comerciante goiano estabelecido no Tocantins e fundador da povoação de São Pedro de Alcântara, Francisco José Pinto de Magalhães, comandando uma tropa de quarenta soldados teria, a mando do governo da Capitania do Maranhão, estabelecido nos campos do alto Grajaú, a povoação Leopoldina, a fim de *domesticar* e submeter os *Pukobyê* e outros grupos autônomos. Após um ano e meio de tréguas e conflitos junto a esses grupos, Magalhães não conseguiu chegar seus objetivos, nem estabelecer o domínio colonial sobre essa parte do território timbira. (APEM, 1997: Docs 500-503, pp183-184)

Estes acontecimentos teriam retardado a conquista do território banhado pelo alto Grajaú até meados do século XIX. Somente após a morte do velho líder dos Piócbogês, *que...os católicos chamavam 'o Governador', nome comunicado ao lugar da taba que habitara...*, é que os agentes coloniais lograram minar a resistência desses timbira. (Carlota Carvalho, 1924: 45) Nesse período, quando as expedições contra os timbira já haviam submetido ou neutralizado os grupos do alto Itapecuru, especialmente os *Capiecran* e os *Sakamecran*, as atenções da administração provincial voltaram-se para o alto Grajaú e alto Mearim, e para os grupos situados a oeste e noroeste, na região do Tocantins.

Nesse período, os limites da ocupação colonial sobre essa porção do território timbira, situado entre o alto Grajaú e o Tocantins ficaram conhecidos como “Fronteira”, tendo o território situado entre o “baixão”, a Serra da Desordem e o riacho Bonusares ficado por inteiro sob o domínio dos *Pukobyê*, pelo menos até a metade do século XIX:

“A linha do Baixão e Serra ficou conhecido por ‘Fronteira’. No lugar onde se localizava a aldeia do Governador morava Leocádio Vianna, filho de e sucessor de

Antonio Vianna, que foi das bandeiras que tomaram a 'Fronteira' depois de 1850".
(Carvalho, 1924:28)⁶⁶

A 'Fronteira' a que Carlota Carvalho se refere situa-se entre as terras dos atuais Municípios de Amarante e Grajaú, o antigo Porto da Chapada. Localiza-se no núcleo do antigo território dos *Pukobyê*, dentro do qual localizam-se suas atuais aldeias e a Terra Indígena Governador.

1.5.7.2 *Purekamekran*

Como foi colocado, o avanço da frente pastoril em direção ao Tocantins foi precedido pela ação das bandeiras, que partidas de Pastos Bons foram devassando esse vasto território habitado pôr diferentes grupos timbira. A promulgação da Carta Régia de 12 de março de 1798 ordenando aos Governadores das Capitania do Maranhão, Pará e Goiás que mandassem “descobrir” os territórios situados ao longo do rio Tocantins teria desencadeado a ocupação do “sertão de Pastos Bons” pela ação governamental e pelos interesses privados.

Organizaram-se, em Pastos Bons, as expedições que partiriam rumo ao Tocantins, sob o comando-geral do capitão-mor Antonio Rabelo Bandeira, *homem de fidalga estirpe, orgulhoso da sua nobreza e propenso a empresas guerreiras*, o qual arrematava fazendeiros e chefes locais para a organização de bandeiras, que participariam em conjunto com essa expedição oficial. (Carvalho, 1924: 30). Conforme descreve Carlota Carvalho:

*Numerosos contingentes paisanos de ambos os lados do Parnaíba e de Caxias, comandados por chefes interessados em fazer escravos e nas partilhas das terras que tomassem aos autóctones, acompanharam a tropa de 1ª linha, que marchou para fazer efetiva a ocupação até o Tocantins.*⁶⁷ (Carvalho, 1924: 30-31)

Segundo a crônica da época, para realizar a “limpeza” do território *de homens aos quais negavam identidade humana*, o comandante Manoel José da Assumpção e seus auxiliares

⁶⁶ Conforme Carlota Carvalho, “Baixão” constitui um vale banhado pelo riacho Santana até seu encontro com o Grajaú, estendendo-se pôr seu alto curso. (Carvalho, (1924), 2000, 94)

⁶⁷ Carlota Carvalho cita os principais comandantes ou chefes de *bandeira* que participaram da expedição: Manoel José da Assumpção, Manoel Coelho Parede, Antonio Pimentel, Elias Ferreira de Barros, Pedro Gomes de Gouveia, Antonio Francisco dos Reis, Antonio Moreira da Silva, Segismundo Rodrigues Chaves, Alexandre Marinho e Manoel Henriques. Muitos destes seriam, posteriormente, chefes políticos locais, e dariam continuidade à ocupação do território e às lutas contra os timbira. Alguns, como Elias Ferreira de Barros teria se evadido de Caxias para Pastos Bons como criminoso, e teve seus serviços aproveitados *para bater os selvagens, foi o que melhor serviu às intenções do Governador do Maranhão* tendo aberto uma estrada entre o rio Manoel Alves Grande e o Porto Real, em Goiás, pôr onde teria viajado em outubro de 1809, o coronel Sebastião Gomes da Silva Bersford, para o Rio de Janeiro levando à Corte a informação de estar cumprida a Ordem Régia de 12 de março de 1798 (Carvalho, 1924: 31)

teriam realizado *horrorozas matanças* junto aos *Macamekran*, *Porecamekran*, *Chavante* e *Caracategés*,

...tratando paz e atacando-os de surpresa com superioridade de armas e de número, surpreendendo-os descuidados, guerreando-os como aliados de uma nação contra outra e em seguida aniquilando os aliados de véspera.

Neste extermínio, degolavam e sangravam sem dó, sem piedade, sem consideração a sexo e idade... (Carvalho, 1924: 32)

A extrema violência da ação das *bandeiras* contrastava com a acentuada religiosidade dos membros dessas expedições, onde aos massacres de índios seguiam-se missas de agradecimentos:

E tudo isto em nome da fé católica que professavam, e depois da matança havia rezas cantadas em ação de graça ao seu Moloch.

Para refulgir a hediondez do crime, invocavam o nome de Jesus Cristo, como se este mártir da perversidade humana, que só quiz sobre a terra a fraternidade dos homens, paz e amor, pudesse ser conivente em mostruosidades (Carvalho, 1924: 32).

Apoiados na Resolução Régia de 11 de agosto de 1813, que atribuiu à Capitania do Maranhão, a margem direita do Tocantins, desde a junção do Araguaia até o Manoel Alves Grande, o *Paratinga* dos *Macamekran*, a expedição oficial e as bandeiras particulares devassaram, em todos os sentidos esse território, abrindo caminhos para a conquista e a sujeição dos vários grupos timbira, e ao mesmo tempo implantando fazendas de criação, das quais se beneficiariam especialmente seus comandantes.

O avanço da ocupação do território timbira pelas *bandeiras* era, portanto, realizada através da mais extremada violência praticada pôr esses grupos apoiados pela força militar de Pastos Bons, que colaborava na conquista. Assim as bandeiras se espalharam realizando a guerra ao “gentio” e tomando terras em todas as direções: enquanto alguns estabeleciam fazendas no rio Macapá; outros, como Elias de Barros se estabeleceram no Lapa. Um outro grupo liderado pôr Antonio Moreira, se direcionou ao Tocantins, atingindo o local onde hoje se situa a cidade de Carolina. Outro grupo direcionou-se ao alto Grajaú, como narra Carlota Carvalho:

...Antonio Francisco dos Reis com seu séquito seguiram o curso de um riosinho até onde ele tornou-se navegável, e nesse ponto edificaram casas que formaram o Porto da Chapada; Antonio Moreira da Silva transpôs o Tocantins junto com seu bando e fundou, em 1816, na margem esquerda do Tocantins, lado de Goiás, a povoação Santo Antonio das Tres Barras, nome que foi substituído por Carolina em 1823 (Carvalho, 1924: 35).

Nesse movimento, a bandeira de Antonio Moreira da Silva encontraria os *Purekamekran*, um grupo timbira que se organizava em duas grandes aldeias entre as cabeceiras do Grajaú e a barra do rio Farinha. O encontro ocorreria na povoação de São Pedro de Alcântara, às margens do Tocantins, em cuja visinhança, após dois dias de aproximação, com o envio de mensagens recíprocas, os *Purekamekran* teriam se instalado. Esse encontro foi presenciado pôr Francisco de Paula Ribeiro, que ali se encontrava com uma tropa de doze soldados, e cujas impressões iniciais foram as seguintes:

... e pôr isso é facil supor a vigília e o cuidado com que passaríamos até amanhecer; porque com efeito tremíamos de medo, conhecendo que entre esses e outros circunvizinhos nos rodeavam mais de quatro ou cinco mil bárbaros. (Ribeiro, 1841: 316)

Nessa oportunidade única, o oficial português descreveria o rito de paz entre os *Purekamekra* e os *paizanos* comandados pôr Antonio Moreira da Silva, ocorrido na manhã do dia 30 de maio de 1815:

No referido dia 30, às 7 horas da manhã, entraram desarmados na povoação, formando cada sexo uma coluna, que marchavam paralelas entre si, e a testa delas vinha o seu chefe maior chamado Cocrit, homem com 50 anos de idade, muito respeitado entre os seus, e de uma conduta tal, nesta administração, que não parecia a de um bárbaro selvagem... (Ribeiro, 1841: 316)

A entrada dos *Purekamekran* na povoação de São Pedro de Alcântara revelaria as intenções de paz desse grupo, e ao mesmo tempo, as suas incertezas quanto aos riscos dessa aproximação:

Seriam em número de 500 a 600 homens e mulheres, todos mancebos de 15 até 30 anos, e gente de boa cor, mais clara do que a dos seus vizinhos. Os veteranos, rapazes, e ainda mulheres que tinham filhos a criar, haviam ficado escondidos pelos matos; e foi isto para que pudessem estes visitantes fugir mais desembaraçados no caso de precisão” (Ribeiro, 1841:316-317)

Os timbira apresentariam aos habitantes de São Pedro de Alcântara seus símbolos de paz, mas revelavam seu temor diante de uma situação, sobre a qual não poderiam confiar:

Traziam eles todos uns ramos verdes nas mãos, sinal característico de paz, e elas os braços entrecruzados; cantavam alternadamente, e não com aquela algazarra, que é própria dos seus divertimentos; mas davam pôr alguma forma a conhecer, no assustado dos seus semblantes, a incerteza que tinham da sinceridade dos homens que vinham a comunicar (Ribeiro, 1841: 317).

Apesar das desconfianças recíprocas, se concretizaria o rito de paz entre esses timbira e os *paizanos* sediados nas margens do Tocantins:

...contudo abraçamo-nos cordialmente, e começaram eles as danças do comprimento, cerimônia indispensável nas saudações dos selvagens (Ribeiro, 1841: 317).

Como não havia alimentação em quantidade para os *Purekamekran*, estes foram enviados à casa de Francisco José Pinto de Magalhães, comerciante goiano e traficante de índios escravizados, que após observar as mesmas danças ofereceu-lhes um alqueire de sal, e meia arroba de tabaco de fumo,

coube a cada um uma miséria, porém o pobre homem não lhes deu menos de desesseis ou vinte mil réis... (Ribeiro, 1841: 317).

Os *Purekamekran* foram alojados num campo arenoso, a duzentos passos ao Norte da povoação, onde permaneceram durante dois dias inteiros a sol aberto, durante os quais ficaram sem alimentação. Paula Ribeiro comenta que os “cristãos” ficaram

*envergonhados do conceito que fariam das grandezas de seus novos aliados, que fizemos com que lhe ofertasse um pequeno touro muito magro, que servia de pai da malhada de três ou quatro vacas de leite, que o comandante Pinto havia pedido emprestado na Ribeira da Lapa...munição aquela que não tocou a cada *Purekamekran* muito mais de peso do que meia *Quarta*... (Ribeiro, 1841: 317-318).*

Após os dois dias de permanência, os *Purekamekran* para não morrerem de fome se despediram com muitos protestos de boa amizade, e foram-se embora (Ribeiro, 1841: 318). Meses após essa visita inicial, retornaram a São Pedro de Alcântara, com objetivo de fixar aldeamento nas suas proximidades. A falsa noção introduzida junto a esse e outros grupos timbira sobre a poder e a riqueza dos “cristãos” – assim como ocorrera com os *Capiekran* em relação ao seus novos “aliados” em Caxias – levava-os a crer nas vantagens do estabelecimento de relações pacíficas junto aos agentes coloniais.

A realidade mostraria aos *Purekamekran* as verdadeiras motivações da “paz” proposta pelas bandeiras, em dois episódios. Quando retornaram a São Pedro de Alcântara, a fim de se estabelecerem junto aos moradores, seu chefe *Cocrit* seria aprisionado, enquanto outros índios foram hostilizados pelos *paizanos*. Diante dessa ação, os *Purekamekran* se refugiaram nas serras para evitar o confronto com as bandeiras.

*O chefe Cocrit foi injustamente deposto, e retido como prisioneiro no lugar, e sobre os mais imperou pôr tal forma a tirania dos hospedantes, ques se fez confundir uma parte dos selvagens *Makamekrans*, e fugir o resto em desesperação (Ribeiro, 1842: 318).*

Ainda em 1815, os *Purekamekran* seriam novamente vítimas das falsas promessas dos chefes de bandeira. Uma grande expedição formada pôr tropa de São Pedro de Alcântara

havia atacado os *Pukobyê*, em resposta à destruição do Porto da Chapada, em 1813. Rechaçados novamente pelos *Pukobyê*, a bandeira de São Pedro de Alcântara, acompanhada de um contingente de *Makamekran* encontrou, em seu retorno, indícios da presença de outro grupo timbira, refugiado nas montanhas. Atraídos pelos *Caraúis*, sob promessas de relações pacíficas e de oferta de presentes pelos “cristãos”, parte dos *Purekamekran* se apresentaram:

porém qual não foi d’elles o espanto, a dor e o tardo arrependimento, logo que se viram presos e imediatamente roubados pelos mesmos Caraúis, e desfloradas as suas donzelas, tirados seus filhos para repartir entre a nossa gente, e parte d’elles mesmos índios mortos estraviadamente pelos campos, para se lhes utilizarem-se das mulheres mais bem parecidas, e isto com pleno consentimento de quem podia e devia obstar! (Ribeiro, 1848: 78).

Mesmo fugindo, uma parte dos *Purecamekran* foi aprisionada e vendida como escravos, aos comerciantes de Belém. Assim, entraram na povoação de São Pedro de Alcântara em 27 de julho de 1815, 164 índios dessa *nação*, abatidos pela violência e pela traição de seus pretensos aliados, os quais foram marcados a ferro para posterior venda como escravos. Conforme narra Paula Ribeiro:

As Quatro horas da tarde desse mesmo dia cento e trinta deles foram ferrados com metal afogueado sobre o pulso direito, quais captivos comprados para negócio na costa d’Africa; e o sinal era um O grande (Ribeiro, 1848: 79).

Os índios mais jovens foram vendidos e conduzidos ao Pará pôr um tal João Apolinário, e os mais velhos condenados a trabalhar nos serviços particulares da povoação. Paula Ribeiro ainda observou-os sensibilizado pela violência e desumanidade dos “cristãos”, e pela tristeza dos *Purecamekran* escravizados:

Apenas podiam os pais pôr um momento, eu observava, conservar a vista sobre os seus desgraçados filhos contemplados no captiveiro a que elles mesmos pela sua credulidade os tinha reduzido; mas d’esse mesmo momento a ternura com que os observava era tão interessante, que conservo d’ella uma idéia muito viva para que tão cedo este caso jamais possa esquecer (Ribeiro, 1848:79).

O cronista dos timbira atribui essas atrocidades ao “péssimo abuso” do que ordenava as cartas régias, e a perversa interpretação que os comandantes das bandeiras faziam das mesmas, contrariando *as mais pias intenções do melhor dos monarchas*. Os *Purecamekran* exemplificariam o caso, assim como os *Capiekran*, de grupos timbira que aceitaram a aproximação com os agentes coloniais, e que acabaram sendo vítimas preferenciais dessa violenta e definitiva guerra, que resultaria na extinção ou submissão desses grupos. Para esse oficial da

conquista e agente da dominação colonial, Os *Purekamekran* consistiam no grupo timbira mais passível à “civilização”:

...entre todas as tribos que temos comunicado, era esta a mais compatível com uma perfeita redução. O seu respeito com o maioral Cocrit era o mais interessante, e a moral desta nada mais faltava do que ser limada ... finalmente todas as suas maneiras propendiam à civilização; mas infelizmente deram elles nas mãos de pessoa, que a esse respeito sempre se cansou mais em especulações patrimoniais, do que com as leis morais... (Ribeiro, 1841: 318).

Como se observou, o movimento de expansão da frente pastoril em direção ao Tocantins estava de alguma forma relacionado às questões de limites entre as capitanias do Maranhão e Goiás, e à navegação pelo Tocantins, a qual havia sido proibida pelo Estado português em 1737, a fim de evitar o escoamento clandestino do ouro das minas de Goiás. No final do século XVIII, com o esgotamento das minas, a Corôa reverteria essa política através da Carta Régia de 12 de março de 1798, e de outras decisões legais passando a estimular a navegação pôr esse rio, e a ocupação dos territórios pôr ele banhado, pelas frentes de expansão coloniais⁶⁸.

Quando alcançadas as margens do Tocantins pelas bandeiras e tropas oficiais partidas de Pastos Bons, estas encontrariam a povoação de São Pedro de Alcântara, fundada em 1810 pelo comerciante goiano Francisco José Pinto de Magalhães, junto a algumas aldeias dos timbira *Makamekran*.⁶⁹ Essa povoação corresponderia ao encontro de diferentes frentes expansionistas do final do período colonial: a pastoril vinda do Maranhão e Pauí, a extrativista e comercial goiana, que buscando atingir a capital do Pará faria, ainda, a articulação com a penetração agrícola vinda dos arredores de Belém. (Melatti, 1967: 15-17).

A frente agrícola avançava, ainda, pelos vales dos grandes rios centrais do Maranhão alcançando os grupos timbira do alto e baixo Mearim, do alto Grajaú e do alto Itapecuru, além de outros grupos como os *Gamella* e os *Guajajara*, anteriormente envolvidos pelas missões jesuítas,

⁶⁸ A questão da demarcação dos limites territoriais entre Goiás e Maranhão ganhou o Parlamento do Império sendo os interesses do Maranhão defendidos pelo advogado e parlamentar Cândido Mendes de Almeida, e aos quais a Resolução Régia de 11 de agosto de 1813 seriam favoráveis. O Capitão Francisco de Paula Ribeiro esteve envolvido nesse processo, como membro oficial da Comissão de Demarcação dos Limites entre as Províncias do Maranhão e Goiás, e ao seu trabalho se deve, em grande parte, os limites atuais do Maranhão e Tocantins pertencente, então à Capitania de Goiás, os quais tiveram como divisores os rios Tocantins e Manoel Alves Grande. Cf. Cabral, 1992: 35-39.

⁶⁹ Existe uma discussão sobre os prováveis fundadores e povoadores de São Pedro de Alcântara, atual cidade de Carolina, último núcleo de colonização entre o Maranhão e Goiás. Em sua “Memória sobre a descoberta e fundação da povoação de São Pedro de Alcântara”, escrita em 1813, Francisco José Pinto de Magalhães relatou como teria, junto a outros goianos, fundado a povoação na margem oriental (maranhense) do Tocantins, em local onde havia uma aldeia dos Macamekran. Cf. Cabral, 1992: 39. Em outra versão, Carolina teria sido fundada pelo chefe de

e comunicando-se, assim, com a área da ocupação pastoril. Estava, portanto, fechado, em princípios do século XIX, o cerco às “nações” timbira.

Além destes, outros grupos, especialmente os *Chavante* e *Cherente*, os *Acroá* e *Gueguê* (Jê-Centrais) seriam também atingidos pela frente de expansão pastoril, especialmente nos campos cerrados situados no extremo sul do Maranhão e norte de Goiás, nas vertentes do Tocantins. Já em 1750, esses índios ocupavam uma região entre o Manoel Alves Grande e o Paraná nos limites com a Bahia, quando eram atendidos pela Missão de São Francisco Xavier, em dois aldeamentos sob a administração de um tenente-coronel, com a catequese sendo realizada por dois jesuítas, (Melatti, 1967: 24).

De outro lado, como foi visto, uma parte dos *Acoróá* habitava uma região ao sul do rio das Balsas, e havia sido *reduzida*, pôr volta de 1770, no aldeamento de São Félix das Balsas, e neutralizada pelas expedições repressivas ordenadas pela Junta das Missões, ainda na etapa inicial da ocupação pastoril das terras do sul do Maranhão. Assim, num processo lento e contínuo os agentes ligados à expansão colonial, especialmente no sul do Maranhão foram, através de um modo violento e aniquilador, estabelecendo seu domínio sobre os grupos e os territórios indígenas nessa região. Entretanto nem a resistência desses grupos seria pacífica, nem tampouco deixariam de fazer uso das próprias regras e estratégias dessa dominação seu favor.

1.5.7.3 *Macamekrans ou Caraús*

Considerados “*um dos ramos mais poderosos da nação timbira*”, os *Makamekran* tinham como território uma vasta região situada entre os rios Balsas e Neves, limitando-se ao sudoeste com uma parte dos *Chavante*, e ocupando o norte do rio Manoel Alves Grande, onde se estabeleceu, posteriormente, a povoação de São Pedro de Alcântara, nos limites entre as capitânicas do Maranhão e de Goiás.

Em sua avaliação de agente colonial, Paula Ribeiro atesta que os Krahô, nas primeiras décadas do século XIX permaneciam *em seu estado e educação brutal*, e que os vários anos de convivência junto aos moradores

...não foram bastantes para fazer mudar seu primeiro sistema, que conservam ainda hoje com a imodesta nudez, a inação e todos os péssimos costumes naturais seus
(Ribeiro, 1848: 75).

bandeira maranhense Antonio Moreira da Silva, a partir da povoação Santo Antonio das Três Barras, estabelecida na margem goiana do Tocantins, posteriormente transferida para o lado maranhense. Cf. Carvalho (1924) 2000: 83-84.

Demonstrando todo o etnocentrismo contido na sua ideologia colonialista ilustrada, Paula Ribeiro revela , pôr outro lado, uma espécie de resistência passiva dos *Makamekran* em relação aos costumes e técnicas dos agentes coloniais:

Alheios, pois de tudo que pode fazer a sua civilização, continuam no mesmo barbarismo sem esperança de melhoramento, endurecidos no ócio e no desarranjo, desgraça esta da qual não são elles os mais culpados, uma vez que dócil como é sua condição, se amoldariam ao melhor systema a que podiam estar habituados...(Ribeiro, 1848: 75)

Ao mesmo tempo, Ribeiro reconhece que os timbira de uma maneira geral não teriam a aprender junto aos criadores e chefes de bandeiras lição de “civilidade”, mas sim de “barbarismo”:

Mas que muito das lições que eu mesmo os vi animar eram a devastação e a desumanidade, mandando-os a roubar e apresar os seus inocentes compatriotas para os entregar escravos em São Pedro de Alcântara, a fim de serem vendidos a favor dos seus sedutores (Ribeiro, 1848: 75-76).

Refletindo sobre a manipulação que os *Makamekran* faziam de sua aliança com os criadores do Tocantins, onde denunciavam outros grupos que “conspiravam” contra os “cristãos” e, ao mesmo tempo, lhes roubavam o gado, atribuindo o fato a grupos inimigos, além da acomodação temporária dos fazendeiros, sabedores dessas ações, diz Paula Ribeiro:

A lembrança porém dos péssimos males que em outro tempo a sua guerra fez sentir àquelas ribeiras, que em consequência delas, despovoaram propriedades inteiras, perdendo a vida muitos dos seus habitantes, faz com que muitas vezes se tenha com eles dissimulado (Ribeiro, 1948: 47).

Edificada sobre uma antiga aldeia desse grupo timbira, o povoamento de São Pedro de Alcântara fez com que os *Makamekran* fossem deslocados em direção ao sul, de onde expulsaram parte dos *Chavante*, seus antigos inimigos, para o sul do Manoel Alves Grande. Com o alcance de seu território pela frente pastoril, os *Makamekran* teriam atacado e destruído, em 1809, um dos maiores estabelecimentos da ribeira do Balsas, a fazenda “Vargem da Pascoa” matando todos os seus moradores. Anteriormente, em 1808, teriam destruído na mesma ribeira, a Fazenda Sacco matando seus proprietários.

Em represália a essas destruições, Manoel José da Assunção, junto a 150 paizanos e 20 soldados de linha, fornecidos pelo Capitão Francisco de Paula Ribeiro, teria atacado uma de suas aldeias fazendo mais de setenta prisioneiros, os quais teriam sido remetidos para a Capital. Essa derrota teria deixado os *Makamekran* temerosos em relação ao poder das bandeiras, e solicitado a paz com os “cristãos”, a qual seria concedida mediante um acordo de não-agressão junto aos moradores daquelas ribeiras. (Ribeiro, 1841: 320).

De outro lado, selaria uma aliança, que se mostrou vantajosa para os criadores, e destrutiva para os timbira. Essa aliança seria inicialmente travada com o grupo de Francisco Pinto de Magalhães, que havia estabelecido no Tocantins a povoação de São Pedro de Alcântara. Os *Macamekran* tinham como seu líder político, o “maioral” *Apuicrit*, então descrito pelo comandante Magalhães como *muito humano, e sem qualquer ambição*,

...entregando-nos generosamente todos os prisioneiros que fazia...e muitas vezes aconteceu que quebrasse a cabeça a seus soldados porque se opunham a esse sentimento (Ribeiro, 1841: 320).

Assumindo um caráter despótico diante de seus comandados, *Apuicrit*, após haver liderado os *Makamekran* em vários ataques a outros grupos timbira e akwen seria envenenado pelos seus próprios pares, e os *Makamekran* voltariam a viver autonomamente nas chapadas, de onde continuariam a matar o gado dos criadores. Mantendo formalmente a “aliança” com estes, os *Makamekran* manipulavam também esse expediente de sua dominação atribuindo a outros grupos a responsabilidade de atos de sua autoria. Desse modo, enquanto os chefes de bandeira se utilizavam dos *Makamekran* para fazer a guerra e submeter outros grupos timbira, estes também usufruíam dessa “aliança” expulsando e subjugando seus inimigos *Chavante, Cherente, Acoroá* e outros grupos timbira.

Nessa aliança com a bandeira de Magalhães, os *Makamekran* teriam participado de expedições onde foram atraídos e dominados os seguintes grupos timbira: os *Purekamekran* e *Cannacteges, Norocoages, Poncatges* e *Augtge*, cujos membros foram mortos ou aprisionados e vendidos como escravos a comerciantes de Belém, de Caxias e do Piauí. Além destas, teriam participado da grande e frustrada expedição contra os *Pukobyê* em 1913, organizada pelos comandantes de São Pedro de Alcântara.

Paula Ribeiro atribuiu às “tirantias” e “traições” praticadas pelas bandeiras contra os timbira, a impossibilidade dos gentios confiarem nos colonizadores. Nesse sentido, narra como teria sido o encontro de uma bandeira vinda de São Pedro de Alcântara com os *Augtges*, um pequeno grupo timbira, que não atacava as povoações coloniais, nem costumava tomar o gado dos criadores:

Certa expedição, que foi aos índios da tribo Augtgê em 1816, soube reduzi-los com aquelas já referidas promessas; porém logo que eles se entregaram, prendeu-os e escravizou-os; queixando-se então humildemente o seu maioral daquela infame traição, que não merecia, a humana resposta que pode obter foi uma ordem que se deu para levá-lo de entre os seus a um bosque vizinho, aonde muito a sangue frio foi despedaçado

pelos cruéis algozes que o conduziam: o resto desta tribo que não coube nas canoas do Pará, foi vendida a vários comissários volantes, que o foram revendilhar no Piauy.
(Paula Ribeiro, 1841: 403)

O mesmo teria ocorrido em relação a outro grupo timbira, que não hostilizava os criadores, mas cuja presença era vista como obstáculo à expansão pastoril. Como ficou colocado, a finalidade última das bandeira não era mais simplesmente “limpar” os território para a posterior ocupação pelas fazendas de criação, mas a venda de índios escravizados voltara a ser uma prática constante e lucrativa:

a mesma povoação de São Pedro de Alcântara, combinada com alguma gente da ribeira da Lapa, cercou em certa noite, no referido ano de 1816, uma aldeia que já estava de paz, impôz silêncio aos pais de família, ajuntou-lhes os filhos, e foi vendê-los às embarcações do Pará, que já naquele porto os esperavam para levá-los comprados, como com efeito levaram... (Ribeiro, 1841: 403)

Nesse período, Paula Ribeiro teria estado em São Pedro de Alcântara, junto a um pequeno destacamento de 12 soldados, onde teria se encontrado com os *Makamekran*. Em função de sua belicosidade, especialmente expressa na aliança com os cristãos, o oficial português considerava serem os *Makamekran* ...*os mais poderosos de todos os que então aqui vão notados, e temidos de todos os outros índios seus vizinhos* (Ribeiro, 1848: 47).

Nessa *situação de fronteira* que se estabelecera no antigo território timbira, a lógica diferenciada entre os agentes da expansão colonial e os grupos indígenas estabeleceria uma irreconciliável relação de negação mútua. Nesse contexto, as vozes tangidas pela ética humanista que se estabelecia através do pensamento iluminista, e da qual partilhava alguns agentes coloniais eram absoluta minoria. Até mesmo missionários designados para o trabalho de “catequese e civilização” dos timbira se envolveriam no tráfico de escravos indígenas, enquanto outros surgiriam a chefes locais o envenenamento desses índios, como uma forma de livrar-se dos silvícolas do Tocantins (Ribeiro, 1841: 403-404).

Assim, após a realização de uma secular guerra sistemática aos Timbira – a qual envolveria uma série de estratégias, especialmente as “falsas alianças” - os agentes da frente pastoril tradicional gradativamente minariam a resistência dos diversos grupos, e ocupariam, até a metade do século XIX, toda a região de cerrados e campos naturais situada entre os Rios Parnaíba e Tocantins. Posteriormente a frente pastoril ainda avançaria sobre os campos a oeste do Tocantins deslocando-se pelo território da capitania de Goiás. Nesse processo ainda envolveria e dominaria os grupos situados na margem ocidental desse grande rio, como os Apinayé e Cherente

submetendo-os à lógica de seus interesses, e a qual se expressaria na sujeição ou eliminação física desses grupos, e na conseqüente ocupação de seus territórios.

Aos diferentes grupos timbira que sobreviveram como unidades étnicas a esse processo restaria o domínio de pequenas porções de seus territórios tradicionais, ainda assim sob a pressão constante dos criadores, sempre ávidos pela incorporação de “novas” terras aos seus domínios. Nas décadas seguintes seriam forjados os instrumentos legais e seriam dadas continuidade a ação de expedições voltadas para a sujeição dos timbira, especialmente daqueles que impediam o livre avanço das frentes agrícola e pastoril.

1.6 Conflito, Dominação e Resistência dos Timbira

Conforme vimos ao longo desse capítulo, a *dominação colonial* dos timbira foi resultante do processo de ocupação dos territórios habitados pôr e esses e outros grupos indígenas pelos agentes da sociedade colonial no Maranhão vinculados às duas grandes frentes de expansão, iniciadas ainda no período colonial:

A pressão sobre os timbira, especialmente sobre os territórios controlados pelos grupos mais orientais, como os *Sakamekran* e *Capiekran* no alto Itapecuru, foi realizada, num momento inicial, pelos agentes da frente agrícola, que partindo do litoral ocupou gradativamente os vales dos rios centrais do Maranhão, especialmente o vale do Itapecuru, onde, a partir de meados o século XVIII se desenvolveu a economia agro-exportadora fundada na grande propriedade algodoeira de produção extensiva, e baseada na força de trabalho escrava africana.

De outro lado, o território timbira situado nas chapadas e no cerrado ao sul do Maranhão foi devassado pelos agentes da frente de expansão pastoril tradicional que, a partir dos sertões do rio São Francisco, após um secular movimento, atingiu nesse mesmo período, as terras banhadas pelo rio Parnaíba, e a partir de Pastos Bons organizou bandeiras e tropas oficiais para a conquista e o avanço da ocupação até o Tocantins.

Esse empreendimento contou com a decisiva participação do Estado, através da administração colonial portuguesa no Maranhão. Autorizando os fazendeiros a ministrar guerra contra os timbira e outros grupos, enviando tropas e recursos, distribuindo direitos de ocupação sobre os territórios conquistados, e até promulgando instrumentos legais que favorecessem essa ocupação e a “redução” dos grupos “pacificados”, o Estado teve participação direta na conquista

dos territórios e da sociedade timbira, o que determinou o estabelecimento da dominação colonial sobre esse outros grupos, e mais amplamente, a implantação da situação colonial nas áreas conquistadas.

Vimos como os timbira exerceram prolongada resistência à ocupação de seus territórios e a dominação de sua sociedade pelos agentes coloniais, e que no seu enfrentamento com as bandeiras acabaram pôr prevalecer as estratégias desses agentes. As “falsas alianças”, aliadas à disseminação de doenças, os massacres e a escravização imediata formam apenas algumas dessas estratégias que levariam à dominação dos timbira.

Finalmente, pode-se visualizar que os timbira também fizeram uso a seu favor dos procedimentos e estratégias dos agentes coloniais. As alianças realizadas com as bandeiras foram úteis para fazer a guerra contra os grupos inimigos, como foram os casos dos *Capiekran* que se aliaram a bandeiras de Caxias para guerrear os *Sakamekran*, e dos *Makamekran* contra os *Chavante* e muitos grupos timbira do Tocantins. Evidentemente essa estratégia favoreceria ainda mais os interesses dos agentes coloniais, especialmente os criadores estabelecidos no antigo território timbira.

Formado pôr entidades étnicas autônomas e sem uma auto-conceituação mais ampla de sociedade, os Timbira, aos quais as condições naturais e demográficas eram amplamente favoráveis – grupos populosos e adaptados ao ambiente do cerrado, e das matas de transição – acabaram sendo derrotados e dominados pelos agentes coloniais, em função de suas rivalidades étnicas, que os colocava em permanente estado de guerra. Sem dúvida, essa foi uma das principais razões da dominação colonial desses grupos, e do desaparecimento de outros.

Após esse longo período de guerras de conquista, que se arrastaria, em relação a alguns grupos até meados do século XIX, os diferentes grupos timbira passaram pôr um período de consolidação da condição de grupos dominados, e sua relações junto à sociedade brasileira regional tenderiam a se redefinir surgindo novas modalidades de conflito e de convivência, dentro do quadro da política indigenista provincial. Esse tema será abordado a seguir, tomando como referência a situação dos timbira em geral, e especificamente, a dos *Ramkokamekra-Canela*, em relação à sociedade do Maranhão provincial.

2. CONSOLIDAÇÃO DA DOMINAÇÃO COLONIAL DOS TIMBIRA

A problemática indígena durante toda a primeira metade do século XIX esteve vinculada à questão legal e à relação da legislação vigente com os processos de expansão econômica e social verificados em diferentes regiões do País. Essa relação se daria dentro de um quadro de avanço das frentes de expansão coloniais e, posteriormente, do regime provincial, e a consequente imposição da dominação sobre grupos indígenas envolvidos. Como aponta Carneiro da Cunha,

A questão indígena no século XIX deixou de ser uma questão de mão-de-obra, para se converter essencialmente numa questão de terras (Carneiro da Cunha, 1992: 4).

Entretanto, na Amazônia como um todo, e no Maranhão em especial, o processo expansionista das fronteiras coloniais sobre os territórios e grupos indígenas se fez, nesse período, a partir dessa dupla motivação: de um lado, pela expulsão ou neutralização dos grupos indígenas até então autônomos, das áreas de maior interesse às frentes agrícola e pastoril que avançavam pelos territórios “desocupados” da capitania; de outro, voltado para a captura de índios para posterior venda como escravos nas praças e mercados de Belém, São Luís e Caxias. A limitada capacidade econômica dos agentes coloniais em adquirir novas levas de escravos africanos, bem como as restrições a esse comércio associado à grande disponibilidade de índios “selvagens”, e ao “afrouxamento” das proibições legais à captura e escravização de índios favoreceram esse quadro, a partir da virada do século XVIII para o XIX.¹

Os Timbira de maneira geral, e os *Capiekran* e *Sakamekran*, principais grupos formadores dos atuais *Ramkokamekra*-Canela em particular, foram envolvidos nesse processo. Movida principalmente pelo interesse econômico decorrente das possibilidades de expansão da lavoura algodoeira nos vale do Itapecuru e demais rios centrais da Capitania, e do aumento de rebanhos e das fazendas de criação nos campos naturais do chamado “sertão de Pastos Bons”, a administração colonial no Maranhão, procurou, através de seus agentes implementar as decisões acerca da questão da terras e sociedades indígenas tomadas pela esfera central do poder colonial.

¹A recuperação da produção algodoeira norte-americana, com a conclusão de sua guerra de independência levaria a economia agro-exportadora maranhense a uma retração, nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX. Esse fator somado ao encerramento das atividades da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão levaria a uma crise na reposição da força de trabalho escrava na região de Caxias, o que estimularia as expedições voltadas para a captura e venda de índios “selvagens”.

Essas decisões seriam tomadas, conforme a sua importância estratégica, pelo próprio monarca português e seus ministros; encaminhadas então ao Governador e Capitão General do Maranhão, o qual determinaria sua implementação a nível local às autoridades das principais vilas da Capitania, das quais a de maior relevância era o Juiz de Fora da Vila de Caxias. No caso de decisões que implicavam na organização de expedições punitivas ou da implantação de *aldeamentos* junto a grupos indígenas em vias de *redução*, os governadores enviariam mensagens simultâneas às autoridades locais e aos comandantes de distritos, tropas ou bandeiras determinando os procedimentos mais importantes, bem como concedendo recursos materiais para sua execução. Com a abolição do “Diretório dos Índios” implementado durante o período pombalino, através da Carta Régia de 12 de maio de 1798, a questão indígena no Brasil passou a ser regida, em parte, pela legislação anterior ao Diretório. De outro lado, a promulgação de uma série de documentos régios deliberando sobre situações de conflito específicos visando o controle de grupos indígenas renitentes nas “novas” áreas de atuação das frentes de expansão no território brasileiro, acabou pôr generalizar a utilização de leis originalmente criadas para mediar situações específicas. Essas cartas ou decisões régias foram amplamente aplicadas para legalizar guerras de extermínio ou a escravização de índios “selvagens” capturados em lugares e situações bastante distintas.

No Maranhão foram organizadas, nas primeiras décadas do século XIX, um grande número de “bandeiras”, e de expedições oficiais, que sob o pretexto de “desinfestar” os sertões de índios “selvagens” em prol do avanço das frentes de colonização omitiam outro importante interesse dessas expedições, que era a captura e a escravização de índios. Nessa Capitania houve um grande “esforço” das autoridades coloniais em adequar as várias Cartas Régias promulgadas entre 1808 e 1813, especialmente em relação aos Botocudos do Vale do Rio Doce, à realidade intersocietária da Capitania. Esses documentos foram invocados nas primeiras décadas do século XIX para a retomada das expedições repressivas e de captura, especialmente em relação aos Timbira e *Gamella*, tidos como pertencentes “à mesma nação Tapuia” que os Botocudos. Até mesmo a alegada “antropofagia” dos Botocudos, presente na Carta Régia de 13 de maio de 1808 seria atribuída aos *Gamella* e Timbira, como modo de legitimar a anexação de seus territórios e o comércio de índios capturados como escravos.²

² Paula Ribeiro descreve como os moradores da região de Caxias e Pastos Bons tentavam atribuir aos *Sakamekran* a prática da antropofagia, a qual é negada pôr esse comandante. Cita dois exemplos que teriam respaldado essa

Assim, uma série de documentos oficiais expedidos pelo Governador e Capitão Geral do Maranhão às autoridades civis e militares do Interior da Capitania, especialmente sediadas em Caxias, permitem visualizar os processos e situações ora descritos. Esses documentos, assim como as correspondências desses governantes com ministros e outras autoridades da Corte Portuguesa teriam pôr objetivo atender às demandas da sociedade e da administração colonial em relação à sujeição e ao controle sobre os grupos indígenas ainda autônomos no Maranhão desocupando territórios requeridos ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, especialmente nos vales do Itapecuru, Mearim, Grajaú e Pindaré, e no vasto território de campos naturais situado entre o Parnaíba e o Tocantins - o “sertão de Pastos Bons”.

Como decorrência cessariam os ataques indígenas às fazendas e demais núcleos de povoamento coloniais, e se abriria a possibilidade da captura e do comércio de índios selvagens, para posterior venda como escravos permitindo o reembolso das despesas com a organização de bandeiras, e a obtenção de um lucro imediato com as mesmas, a despeito das restrições a essa prática vindas da própria administração colonial.

Nesse capítulo nos ateremos a apontar o processo que levou à efetivação da dominação colonial sobre os grupos timbira no Maranhão, e especificamente sobre os grupos étnicos formadores dos atuais *Ramkokamekra*-Canela – os *Capiekran* ou “Canella Finas”, e os *Sakamekran* ou “Timbiras da Matta” – assim como os *Apaniekra*-Canela, conforme sua emergência nos documentos oficiais coloniais e pós-coloniais do século XIX.

Esse processo será considerado em dois momentos, respectivamente delimitados pela efetivação das “guerras de conquista” movidas pelas expedições punitivas oficiais e pelas bandeiras realizadas em conjunto com os “moradores” locais contra os timbira em geral e os “Canelas” e “Matteiros” em especial, e pela inserção desses grupos na legislação e nas ações definidas no âmbito da política indigenista imperial, implementada nas províncias através do sistema de diretorias e colônia indígenas. Em termos diacrônicos, o primeiro momento se desenvolve até meados do século XIX; o segundo momento daí até o término do período imperial.

suspeita: a profanação do túmulo de Eugênio Augusto, chefe de bandeira morto pelos próprios *Sakamekran* enterrado por seus pares, cujos ossos foram posteriormente encontrados desenterrados por outra bandeira; e o corte da orelha de um menino morto durante um ataque desses índios ao Arraial do Príncipe Regente. Nos dois casos Paula Ribeiro não viu indícios de antropofagia dos *Sakamekran*. Cf. Ribeiro, 1841:300-301.

2.1 A Administração Colonial na Sujeição dos Timbira

A abolição do Diretório dos Índios, principal instrumento legal da política indigenista do período pombalino, selada através da citada Carta Régia de 1798³, levaria à fragmentação do aparato jurídico que mediava as relações entre o Estado português, a sociedade colonial luso-brasileira e os grupos e sociedades indígenas. Essa mudança legal ocorria num período de intenso desenvolvimento das frentes de expansão coloniais no Maranhão, tanto a agrícola, que avançava pelos vales dos principais rios centrais da Capitania, como a pastoril, que iniciava a ocupação dos territórios indígenas situados entre o Parnaíba e o Tocantins.

Os interesses da administração colonial portuguesa voltavam-se, sobretudo, para a conquista e a ocupação de sua fronteira ocidental, e a delimitação dos seus limites com as Capitanias de Goiás, e do Pará. Assim, como foi visto, respaldado na Carta Régia de 12 de março de 1798 organizou-se em Pastos Bons, nos últimos anos do século XVIII, uma grande expedição em direção ao Tocantins chefiada pelo Capitão-Mor Antonio Rabelo Bandeira, a qual arregimentaria vários chefes de bandeira de Caxias, e de ambos os lados do Parnaíba, interessados em fazer escravos e na partilha das terras conquistadas aos índios⁴.

Se até o final do século XVIII essas expedições voltadas para a captura de índios foram realizadas ao arrepio das leis – especialmente durante a vigência da legislação pombalina – a partir da abolição dessa legislação, e da promulgação de novos instrumentos jurídicos – as conhecidas Cartas Régias de 1808 a 1813 - se abriria uma via “legal” para a escravização de índios no Maranhão.

Nesse sentido, a administração colonial no Maranhão enviou, no ano de 1804, ofícios ao então alferes Francisco de Paula Ribeiro, comandante do Destacamento de Pastos Bons e ao capitão Francisco Alves dos Santos acerca dos ataques realizados pôr uma tropa do Destacamento de Pastos Bons a “índios selvagens” solicitando o envio de todos os índios capturados para o corpo da Guarda Principal, em São Luís. Como se tratava do ataque a um grupo, que desde da

³ A Carta Régia de 13 de maio de 1798 expedida ao Capitão-General do Pará, Dom Francisco de Sousa Coutinho aboliu oficialmente a legislação indigenista pombalina, e especificamente o “Diretório dos Índios”. Como outros documentos régios dirigidos a autoridades e regiões específicas, essa Carta Régia tornou-se extensiva à totalidade da Colônia.

⁴ Essa Carta Régia, expedida poucos meses antes daquela que extinguiu a legislação pombalina determinava aos governadores das Capitanias do Maranhão, Goiás e Pará que realizassem a “descoberta” dos territórios situados ao longo do rio Tocantins, o que teria desencadeado o processo de conquista de todo o território timbira situado a partir do Parnaíba, e a intensificação das lutas entre as bandeiras e os diferentes grupos. Vide Capítulo 1.

ocupação inicial de Pastos Bons havia se mostrado dócil aos povoadores daquele distrito – os *Amanajó* - Paula Ribeiro se opôs à realização tal “entrada”, sob o comando do Capitão Francisco dos Santos, a qual teria desestabilizado as relações desses índios com os habitantes de Pastos Bons (APEM, 1997: Doc. 294, 295, 302, 306, 307, pp. 110-114),

Uma demonstração da determinação com que a administração colonial no Maranhão agiria diante de grupos indígenas que resistiam mais fortemente ao avanço da ocupação dos seus territórios, e à submissão étnica de seus grupos locais, deu-se em 1810, em relação aos *Gamella* e *Timbira* que habitavam as matas nas imediações da vila de Viana. Enviado pôr essa administração para comandar uma expedição a fim de repelir as *contínuas e hostilizantes incursões dos gentios Gamella e Timbira*, o então tenente do Regimento de Linha Francisco de Paula Ribeiro teria recebido portaria com instruções tácitas de extermínio desses grupos:

... se formará o ataque e serão seguidos os inimigos até as maiores alturas, sem que se perdoem as vidas, que o Direito das Gentes permite se tire ao calor da guerra, e só dispensando-as quando eles se entreguem ou depondo as suas armas derem algum sinal de amizade, não isentando-os, entretanto, de mandá-los presos à capital ...
(APEM, 1997: Doc. 330, pp. 120)

A captura e repartição de índios promovida pela ação das bandeiras no processo de conquista dos territórios situados entre o Parnaíba e o Tocantins também constituiu elemento de consideração e deliberação da administração colonial no Maranhão. Nesse sentido o alferes Antonio Francisco dos Reis⁵, que havia junto a um grupo de comandados realizado com sucesso a descida do rio Grajaú em 1811, entre o seu alto curso e a sede da Capitania, era louvado pela administração colonial pela “entrada” feita ao gentio, e recomendada *a continuidade desse mui útil serviço*. Ao mesmo tempo, o governador e capitão-geral proibia a repartição de índios “maiores” facultando, entretanto, a de crianças entre os principais das bandeiras, *com a obrigação de as tratarem com amor e vigilância para se familiarizarem na civilização* (APEM, 1997: Doc. 413, p. 147).

⁵ O alferes Antonio Francisco dos Reis foi um dos chefes de *bandeira* que se engajaram na grande expedição de 1798, comandada pelo capitão-mor Antonio Rabelo Bandeira, partida de Pastos Bons rumo ao Tocantins. Posteriormente, em 1811, teria descido o rio Grajaú atingindo a Ilha do Maranhão (São Luís). Regressando teria fundado o Porto da Chapada, no alto Grajaú, destruído pelos *Pukobyé* em 1814, tendo morrido cerca de 40 “cristãos”.

2.1.1 Aldeamento dos “Canella Fina” e “Matteiros”

Como foi visto, a *redução* dos *Capiekran* havia-se tornado uma prioridade da administração colonial no Maranhão. Após o encontro desse grupo com a *bandeira* comandada pelo alferes Joaquim Álvares Picalula, em 1814, que formalizou tratado de paz junto ao chefe *Tempé* - cuja principal demanda era o apoio dos ‘cristãos’ a uma guerra contra os *Sakamekran* - mobilizou-se a administração colonial no Maranhão, a fim de obter junto ao Monarca, os recursos necessários para proceder o “aldeamento” dos *Capiekran* nas vizinhanças de Pastos Bons, e com essa “aliança” dar combate aos “Matteiros”.

Nesse sentido, o Governador da Capitania do Maranhão expediria,. Em agosto de 1814, ofício ao Desembargador Luiz de Oliveira Figueiredo e Almeida, Juiz de Fora da Vila de Caxias, acerca do projeto da referida “aliança” junto aos *Capiekran*, e da expedição contra os *Sakamekran* recomendando, entretanto, cautela e a garantia da segurança e tranquilidade dos colonos. Posteriormente determinaria a entrega de “gêneros e ferramentas” enviadas pela Junta da Real Fazenda, *para o fornecimento dos índios Canela Fina, novamente domesticados e aldeados nas vizinhanças de Pastos Bons* (APEM, 1997: Doc. 447 e 453, pp159, 161).

Assim, a “redução dos Canella Fina” tornou-se assunto tão relevante aos agentes coloniais, especialmente aos fazendeiros do alto Itapecuru, que foram objeto de três documentos régios relativos ao tema⁶. Esses documentos versavam respectivamente sobre a autorização para a realização de despesas relativas ao aldeamento dos “Canella finas”; à aprovação de despesas já realizadas, *...e as indispensáveis que houver de exigir a civilização dos índios da nação Canella Fina, e outros que se forem aldeando com os que se acham perto de Pastos Bons... ; além daquelas decorrentes de se ter conseguido a amizade e sujeição dos índios denominados Canella Fina, Gavião e Pedra na Boca que infestavam os sertões de Pastos Bons na dita Capitania, e que se acham aldeados mais de mil, com o que se tinha feito pela mesma Junta algumas despesas...*⁷ (in Carneiro da Cunha (org), 1992: 91-93).

⁶ Foram expedidas três Decisões Régias relativas aos “Canella Fina” relacionadas à autorização e aprovação de despesas realizadas para o aldeamento desse grupo, e também dos “Gavião” e “Pedra na Boca”: Decisão no. 26 de 09/09/1815; Decisão no. 01 de 03/01/1816, e Decisão no. 12 de 29/04/1816. Carneiro da Cunha (org.), 1992: 91-93.

⁷ Embora as súmulas dos documentos citados não façam referência explícita, outros grupos timbira foram também objeto da ação da administração colonial no Maranhão no mesmo período. Assim, tomando a distinção apresentada pôr Martius e Spix, os “Gaviões” referidos poderiam ser algum grupo timbira do alto Grajaú ou Mearim, como os *Piocób-gés*, os *Cricata-gés* e *Canacate-gés*; já por “Pedra na Boca” poderiam referir-se aos “timbira da boca furada” – *Aponejikrās*, *Purecamecrās* ou *Macamecrās*, que foram vistos pelos naturalistas em Caxias. Os *Gamella*, conhecidos pelo uso de discos labiais, cujo grupo junto ao riacho Codó foi objeto sistemático da ação das bandeiras, no distrito de Caxias, não foram referidos nesses documentos como *aldeados*. Cf. Spix & Martius, 1981: 260-261.

Um dado interessante sugerido pela leitura desses documentos refere-se às diferentes visões dos agentes coloniais sobre o processo de dominação dos *Capiekran*: a crônica de Paula Ribeiro sugere a quase extinção desse grupo timbira, a partir da sua contaminação pôr varíola e a tentativa de chacina ocorrida na vila de Caxias, em meados de 1815, quando para essa vila foram atraídos sob a alegação de se organizar novo combate aos *Sakamekran*, e a conseqüente dispersão do grupo. Informa, ainda, que após esses eventos, *alguns pequenos fragmentos dos Capiekran encontravam-se dispersos, uns à margem leste do Grajaú, e outros a oeste do Itapecuru, naquele designado lugar Buritizinho* (Ribeiro, 1841: 312-313).

Os documentos da administração colonial, pôr outro lado, apresentam os *Capiekran* e outros grupos timbira, naquele momento, submetidos em um outro e populoso *aldeamento*, em estado de *conservação e aumento*, situado na barra do riacho Corrente, junto ao rio Itapecuru. O que parece ser plausível, é que a tragédia vivida pelos *Capiekran* em Caxias, embora tenha resultado em enorme perda demográfica, e no descrédito desse grupo em relação à sociedade colonial, não desencadeou processo de retaliação nem de afastamento definitivo desse grupo em relação aos “cristãos”; ao contrário parece ter selado o destino de uma convivência permanente, ainda que insatisfatória.

A importância que a administração colonial atribuía à “redução” dos *Capiekran* era tal, que uma série de ofícios e correspondências foram trocadas nesse sentido entre o Governador e Capitão-General do Maranhão e as autoridades de Caxias, especialmente o Juiz de Fora, incumbido de definir as estratégias e implementar as ações necessárias à organização das bandeiras repressivas, e dos *aldeamentos* dos grupos indígenas submetidos, além da distribuição de datas de sesmaria nos territórios conquistados aos índios. Assim, em ofício enviado em março de 1815 ao Juiz de Fora de Caxias, o Governador da Capitania recomendava que a autoridade local procurasse um sistema adequado para aldear os “gentios”, ou então deixá-los em suas próprias aldeias desde que

promovam pela cultura os subsidios do alimento para a primeira colheita ou se arranjem de maneira a que não fiquem sendo uns corpos ociosos mantidos na ociosidade e no seu livre arbitrio à custa da Fazenda Real.

(APEM, 1997: Doc. 462, p. 164)

Sugeria, ainda, que se conseguisse um missionário capaz de promover a catequização e a domesticação desses índios. Essas eram, portanto, as alternativas apresentadas pela

administração colonial no Maranhão para a “sujeição” e a “aliança” com os Canella Fina: mantê-los em suas próprias aldeias ou *aldeá-los* em local distante do seu território tradicional – prática historicamente utilizada nos séculos anteriores; a imposição da agricultura nos moldes e técnicas coloniais, e a indicação de religiosos para a catequese e a *domesticação* desses índios.

Numa crítica aos procedimentos da administração colonial do Maranhão em relação à pretendida *redução* dos *Capiekran*, Paula Ribeiro invocaria seis Cartas Régias promulgadas entre 1808 e 1813, as quais a seu ver respaldariam o processo de conquista territorial e a submissão ou eliminação física dos grupos indígenas renitentes ao avanço das fronteiras agrícolas e pastoril coloniais pelo interior do Maranhão⁸.

Diante do trágico resultado da tentativa de aldeamento dos *Capiekran*, nas proximidades de Caxias e Pastos Bons, Paula Ribeiro advogava que a *perfeita redução* deste e de outros grupos timbira somente se viabilizaria mediante a aplicação de uma série de medidas inspiradas nesses documentos régios.⁹ As “medidas” sugeridas revelam a ideologia colonialista desse agente, uma vez que dentre outras, defendia a restrição territorial dos *Capiekran* dentro de limites impostos pelos agentes coloniais, o conhecimento e o enquadramento desses índios no “sistema social” dos colonizadores, e a sua transformação definitiva em agricultores pelo uso de ferramentas fornecidas pelo Estado. Finalmente advogava a repressão em caso da insubordinação dos “Canella Fina” à lógica e aos interesses coloniais.

A adoção dessas “medidas” levaria os *Capiekran* a se “ilustrarem” nas normas e regras sociais dos “cristãos”, e de seus “sentimentos positivos”; resultaria ainda, na prevenção contra o “ócio e o furto”, vistos como características “naturais” dos “selvagens”. Uma repressão “moderada” seria aplicada caso os *Capiekran* praticassem atos ilícitos contra os colonos,

⁸Paula Ribeiro faz referências às Cartas Régias de 13 de maio de 1808, expedidas ao Governador e Capitão Geral das Minas Geraes sobre a guerra aos Botocudos do Vale do Rio Doce; a Carta Régia de 02 de dezembro de 1808, *Sobre a Civilização dos Índios e sua educação religiosa, navegação dos rios e cultura dos terrenos*; a de 05 de novembro do mesmo ano e de 1º de abril de 1809 sobre a povoação dos campos de Guarapuava e Curitiba, e a civilização de *índios bárbaros que infestam aquelle território*; à Carta Régia de 05 de setembro de 1811, criando uma sociedade de comércio entre as capitânicas de Goiás e do Pará, e outra agosto de 1813. Cf. Ribeiro, 1841: 311; e Ribeiro, 1848: 77..

⁹As medidas propostas por Paula Ribeiro para a “redução” dos *Capiekran* foram as seguintes: 1) Levá-los ao conhecimento do sistema social dos colonizadores, suas leis e as penalidades aos que a infringiam; 2) estabelecer limites territoriais de tres léguas, dentro dos quais deveriam os *Capiekran* fazer as suas roças e caçadas, *sem que pôr motivo algum pudessem sair deles, enquanto não fossem bem instruídos no nosso idioma, usos e costumes bons, em que deveriam ser prontamente encartados pôr homens dignos, que para esses fins se lhes designassem*; 3) da mesma forma deveriam ser fornecidos pelo Estado os meios de sua subsistência enquanto não pudessem ter os frutos do seu trabalho; 4) *Finalmente fazê-los temer aos primeiros delitos cometidos, e ainda muito mais se reincidissem*. Cf. Ribeiro, 1841: 307-308.

...e suposto que isso não bastasse sendo até preciso destruí-los pela sua reincidência seria nesse caso melhor fazê-lo antes, do que depois que eles assolassem o distrito, porque na ocorrência de dois males sempre o menor é considerado como bem. (Ribeiro, 1841: 308)

A avaliação das crônicas e documentos relativos à conquista dos timbira na primeira metade do século XIX revela, ainda, as diferentes perspectivas dos agentes coloniais em relação ao processo de sujeição dos “Timbiras Matteiros”. Como foi apontado, Paula Ribeiro avalia em seus escritos, com certa indignação, os procedimentos adotados pelos chefes de bandeira diante dos *Sakamekran* e outros grupos timbira, onde as promessas de aliança e de convivência pacífica davam imediatamente lugar às traições, matanças e à escravização dos grupos que se apresentavam pacificamente às bandeiras (Ribeiro 1841: 301-302).

Em relação a esses mesmos fatos, e assumindo perspectiva contrária à de Paula Ribeiro, o Governador da Capitania do Maranhão expressava, em ofício enviado ao Juiz de Fora de Caxias, em agosto de 1815, a sua satisfação pela

entrada feita aos índios “Timbira da Mata”, os quais foram destruídos e rendidos depois que não quiseram receber a aliança e amizade, que o comandante da bandeira lhes ofereceu (APEM, 1997: Doc. 468, p.168)

No mesmo documento o Governador incentivava o prosseguimento dessas expedições para a conquista das terras, e ordenava ao Juiz de Fora de Caxias *suspender sua aprovação ou reprovação* sobre a venda de índios prisioneiros, até que o Governo Real se pronunciasse a respeito, tendo em vista as Cartas Régias de 11 de agosto e de 05 de setembro de 1811. De outro lado, comunicava ao tenente Francisco Germano de Moraes, que havia comandado a referida bandeira, a aprovação do seu procedimento na diligência contra os “Timbira da Mata”, e a recomendação para não fazer uso de violência contra esses índios, incentivando-o ainda, a continuar desempenhando seus *deveres* no comando de tal diligência¹⁰ (APEM, 1997: Doc. 469, pp. 168-169).

De outro lado, e contraditoriamente ao acima exposto, a administração colonial no Maranhão procurava, em certos casos, limitar ou coibir a ação de chefes de bandeira e de outros agentes pela venda de índios aldeados como escravos. Nesse sentido, o Juiz de Fora de Caxias, autoridade com jurisdição sobre todo o território situado entre o Parnaíba e o Tocantins, era

¹⁰ Uma das recompensas a que a administração colonial oferecia aos comandantes de bandeiras e de aldeamentos indígenas no Maranhão era o pagamento em terras. Assim, os comandantes Francisco Germano e Antonio Martins, que chefiaram respectivamente bandeiras contra os “Matteiros” e grupos do alto Grajaú foram autorizados a requerer, cada qual uma *data de sesmaria* no distrito de Caxias (APEM, 1997: Doc. 476, 171).

informado em janeiro de 1816 sobre o procedimento do comandante da povoação de São Pedro de Alcântara, então vinculada à Capitania de Goiás, capitão Francisco Pinto de Magalhães, o qual realizara incursões pelo interior da Capitania do Maranhão arrebatando índios aldeados para vendê-los no Pará.¹¹ O Governador do Maranhão afirmava que não toleraria esse procedimento, e que levaria tais denúncias ao Príncipe Regente, que decidiria “acertadamente” sobre esse problema (APEM, 1997: Doc. 474, pp. 170-171).

Os conflitos de interesses entre os próprios agentes coloniais acabavam pôr constituir objeto de consideração da alta cúpula da administração colonial no Maranhão. Assim, o próprio processo de conquista e submissão dos “Timbira da Matta”, acabaria pôr determinar a criação de um novo *aldeamento* ou *povoação de índios*, nas margens do Itapecuru, na localidade denominada “Almeida D’El Rei”. Essa povoação teve como responsável pôr sua implantação e comando o tenente Francisco Germano de Moraes que havia encabeçado a bandeira “vitoriosa” sobre os *Sakamekran* em 1815, em “aliança” com os *Capiekran*.

Pôr solicitação deste comandante, o Juiz de Fora de Caxias foi comunicado em ofício da decisão da Capitania do Maranhão favorável à transferência do Destacamento de Tropa de Linha do Alpercatas, então sediado no “Arraial do Príncipe Regente” para a Fazenda Grande, no Itapecuru, onde se estabeleceria o aldeamento de “Almeida d’El Rei”, justificada pela necessidade de dar apoio militar às novas fazendas e povoações que se abriam sobre partes conquistadas do território dos Matteiros. Nesse “novo” território deveria o comandante Germano dividir terrenos e conceder datas de sesmaria às famílias ou colonos que ali pudessem se estabelecer e prosperar, assim como evitar a intromissão de colonos nos terrenos *designados para as nações de índios* procurando favorecer o rápido povoamento desse “longo terreno”¹² (APEM, 1997: Doc. 477, pp. 171-172).

Se as expedições movidas pelas bandeiras organizadas em Caxias e Pastos Bons foram com o tempo minando a resistência dos Timbira, os quais gradativamente aceitariam as

¹¹ No Capítulo anterior apresentamos dados, extraídos da “Memória” de Paula Ribeiro, que comprovam essas informações, quando o capitão Pinto de Magalhães se utilizava de uma “aliança” junto aos *Macamekran* para combater e escravizar outros grupos timbira situados nas vertentes do Tocantins. Cf. Ribeiro, 1848: 99-104.

¹² Essa transferência de tropas de linha do *Arraial do Príncipe Regente* situado na foz do Alpercatas para o *Porto D’Almeida*, ou *Almeida d’El Rei*, no Itapecuru seria objeto de repúdio do Major Francisco de Paula Ribeiro. Estabelecido em 1807 pelo próprio Paula Ribeiro, o Arraial teria revertido os ataques sistemáticos dos *Sakamekran* e *Capiekran*, e permitido o retorno das fazendas destruídas e a implantação de novas ao longo do Alpercatas e Alto Itapecuru. Com a transferência dessa tropa em 1817, os “Timbira Matteiros” voltaram a destruir inúmeras fazendas e núcleos de povoamento estabelecidos na ribeira do alto Itapecuru. Segundo Ribeiro essa transferência se deu apenas para beneficiar “um tal Francisco Germano de Moraes”, e em prejuízo dos demais moradores. Cf. Ribeiro, 1848, 53.

condições de “paz” impostas pelo colonizador, a sociedade colonial também passou a sofrer as consequências da própria dominação impingida a esses grupos. Assim considerando as transferências forçadas dos grupos timbira de seus antigos territórios para os *aldeamentos* implantados pelos agentes coloniais, os documentos oficiais passaram a abordar sobre os perigos e incômodos que essa nova situação criava aos próprios “moradores”.

As correspondências do Governo da Capitania do Maranhão com as autoridades locais expressam os temores e apreensões em torno dos aldeamentos indígenas que iam se estabelecendo nos distritos de Caxias e Pastos Bons, à medida em que as forças coloniais quebravam a autonomia desses grupos. Assim, o Juiz de Fora de Caxias era informado sobre as providências acerca das guarnições militares espalhadas pela Capitania; lamentava-se, pôr outro lado, *os funestos sucessos, ações e pilhagens dos índios aldeados na nova povoação de que é comandante Antonio Martins Jorge*, causados, segundo esse documento, pelo desleixo do comandante e dos soldados do destacamento, os quais deveriam ser punidos.¹³

De outro lado afirmava-se o receio de que esses aldeamentos não corresponderiam à *prosperidade dos seus princípios* devido

a índole e barbaridade desta gente de tão fácil chamamento e tão inconstante perseverança, exigindo para o seu florescimento e conservação muita atividade, vigilância e arte para os suster na ordem social (APEM, 1997: doc. 483, p.175).

O Governador da Capitania, considerava infrutífero e perigoso enviar “índios guerreiros” sob o pretexto de ajudar nova bandeira contra os Timbira, e depois conduzir o resto do grupo a São Luís, para serem aldeados em Vinhais ou Paço do Lumiar, o que poderia provocar a desconfiança das “nações selváticas” resultando na sua fuga às matas, e posterior retorno para se vingar¹⁴. Autorizava, ainda, a procura de religiosos que aceitassem o trabalho de catequizar índios para serem nomeados ressaltando, entretanto, as dificuldades encontradas em conseguir religiosos dispostos a tal ministério. Finalmente recomendava cuidado e vigilância sobre a *perigosíssima precisão de administrarem armas a sua escravatura*, o que pretendiam os fazendeiros desse distrito para combater os ataques dos índios, e informava sobre o envio de

¹³ Refere-se, provavelmente, aos fatos envolvendo os *Capiekran*, acusados de pilhar as roças e o gado dos moradores, o que resultou posteriormente na prisão, mortes e contaminação desses índios pôr varíola, em 1815.

¹⁴ Trata-se de dois antigos aldeamentos de índios – São José dos Vinhais e São José dos Índios – estabelecidos no interior da Ilha de São Luís, ainda nos tempos das missões jesuíticas.

soldados para se unirem ao destacamento do Arraial do Príncipe Regente.¹⁵ (APEM, 1997: Doc. 483, 175)

Avaliando os resultados do aldeamento dos *Capiekran*, iniciado em 1814, decorrente da “aliança de paz” junto à bandeira de Joaquim Álvares Picalula, o Governador da Capitania do Maranhão informava ao Juiz de Fora de Caxias não estranhar os procedimentos dos índios “Canela Fina”, aldeados há mais de dois anos, mas repreendia as omissões e desmandos de comandantes e soldados dos destacamentos em relação aos seus deveres. De outro lado tecia considerações sobre o modo de tratamento a ser dispensado aos índios tendo em vista seu regime de vida devendo utilizar-se de

meios análogos aos seus presentes sentimentos e proficuos de os congregar, domesticar e familiarizá-los, até se conseguir fazê-los bons súditos de Portugal.
(APEM, 1997: Doc. 487, pp. 177-178)

Lembrava, ainda, que muitas povoações antigas de índios foram extintas ou minguadas, e que o melhor método para a sua “civilização” seria aldeá-los nos “terrenos das suas habitações”, ou da sua própria escolha, deixando-os viver de acordo com o “seu regime”, e conduzindo-os habilmente à congregação com os civilizados. (APEM, 1997: Doc. 487, pp. 177-178)

Conforme se pode depreender desses documentos, o processo de conquista e aldeamento dos grupos indígenas no vale do Itapecuru e no “sertão de Pastos Bons” não correspondia às expectativas das autoridades coloniais. O aldeamento dos “Canela Fina”, que era uma das maiores demandas dessas autoridades constituía fonte de discórdias entre as autoridades locais e os “moradores”, em função principalmente da alegação dos saques às lavouras e do abate de gado praticados pelos índios. Ao que parece, estes passaram a constituir os novos “problemas” no equacionamento das relações intersocietárias nas primeiras décadas do século XIX. Diante desses problemas, entendiam as autoridades que o melhor método de aldeamento dos *Capiekran* e de outros grupos timbira seria deixá-los viver em seu território, de acordo com seu próprio “regime”.

Entretanto, numa avaliação posterior, as autoridades da Capitania do Maranhão, não demonstrariam a mesma compreensão da questão do aldeamento desses mesmos *Capiekran* e de

¹⁵ Refere-se à atitude de fazendeiros do alto Itapecuru que, no objetivo de defender suas propriedades dos ataques dos *Gamella*, *Matteiros* e outros grupos armavam seus escravos colocando em risco a “ordem social”, com a possibilidade da fuga de escravos armados. Sabe-se que alguns grupos de negros escravos fugidos das fazendas algodoeiras do distrito de Caxias se abrigaram, nesse período, entre os *Gamella* de Codó.

outros grupos. Diante da solicitação feita pelo Juiz de Fora de Caxias, de recursos para a realização de novas “entradas” contra os timbira, e para a manutenção dos aldeamentos implantados, as autoridades centrais lembravam não estar o referido Juiz autorizado a fazer novas despesas para esses fins, nem *impor a contribuição dos povos*, mas conforme experiências anteriores deveriam os lavradores – diga-se fazendeiros – se unir e fornecer comandantes, subsídios de *tropa de linha*, munição e armas para tais “entradas”. De outro lado, reafirmava não poder ampliar as contribuições para a sustentação dos índios alegando que os mesmos índios haviam recebido dois anos antes, ferramentas para o cultivo, e deveriam já produzir para o seu sustento. Do contrário, concluíam, seria melhor esses índios habitarem as “brenhas”, ou ficarem aldeados em seus “domicílios”, sendo obrigados a cumprir o que prometeram num pacto recíproco, até que *algumas dessas nações estejam no estado de se poderem recolher entre nós* (APEM, 1997: Doc. 494, p. 180).

Refletindo as contradições inerentes ao avanço das fronteiras coloniais sobre os territórios e os grupos timbira, nas primeiras décadas do século XIX, lembrava a autoridade colonial do Maranhão em fins de 1816, não estranhar que os “Canella fina” tivessem desertado da sua nova *aldeação* considerando ser impossível a um “selvagem” uma mudança repentina e total de costumes, e lembrando que durante mais de dois séculos, *mal se tem podido civilizar frouxamente um punhado de índios selvagens* (APEM, 1997: Doc 495, pp.180-181).

Dois anos depois, um grupo de *Sakamekran*, que se acha aldeado e em paz na povoação de Almeida d’el Rei, nas margens do Itapecuru, através de seu comandante, o capitão Francisco Germano de Moraes, recebia instrumentos para o “tráfico rural” destinados às povoações dos “Timbira da Matta” e do “CroatCam”¹⁶, e uma caixa de medicamentos para o curativo do destacamento de tropa de linha e dos índios aldeados. (APEM, 1997: Doc 515-516, p. 189). Esses dados remetem a uma possível situação de aldeamento envolvendo índios “Matteiro” e “Canella Fina” na povoação de “Almeida d’El Rei”, os quais possivelmente estariam sendo atingidos pelas epidemias de varíola e sarampo que grassaram o vale do Itapecuru, nas primeiras décadas do século XIX.¹⁷

¹⁶ Não foi encontrada referência para o termo “CroatCam”, mas referências posteriores indicam a presença de um grupo de “Canellas Finas” juntamente com um grupo de “Matteiros” no aldeamento “Almeida d’El Rei”.

¹⁷ A esse respeito é digno de nota as observações de Paula Ribeira sobre as condições de insalubridade da ribeira do Alto Itapecuru, especialmente no período chuvoso, onde as águas estacionadas constituíam fontes de “febres” e outras doenças. Documentos oficiais desse período confirmam a existência de uma epidemia de varíola e sarampo entre as populações do Piauí e do Vale do Itapecuru. Cf. Ribeiro, 1848:18 e APEM, 1997:Doc.167 e181,73-74 e 81.

No ano de 1819, o Desembargador Luiz Figueiredo de Oliveira e Almeida, Juiz de Fora da Vila Nova de Caxias, desde a sua criação oficial em 1812, e um dos principais agentes da administração colonial no Alto Itapecuru e nos “sertões de Pastos Bons” deixava o cargo, e o transmitia a seu sucessor. Trata-se de uma autoridade da maior importância no processo da dominação dos Timbira em geral, e dos *Capiekran* e *Sakamekran* em particular. Pôr esse agente colonial e ator social passaram algumas das principais decisões vindas do Governo da Capitania, e da própria Corôa Portuguesa, as quais teria a responsabilidade de implementar. Participou ativamente da organização das *bandeiras* e de expedições oficiais contra os “Canella Fina”, “Matteiros”, *Gamella* e Timbira do Alto Grajaú e Mearim, e do aldeamento de alguns desses grupos. Entretanto, não encontramos provas documentais de sua participação nos eventos que resultaram na contaminação pôr varíola e no massacre dos *Capiekran* ocorridos em 1815, na vila de Caxias (APEM, 1997: doc 517, p.189).

Nesse mesmo ano, o então sargento-mor Francisco de Paula Ribeiro, na condição de Comandante do Destacamento e Pastos Bons solicitava ao frei guardião do Convento de Santo Antonio, na sede da Capitania, a nomeação de um religioso a fim de “catequizar, doutrinar e domesticar” os “índios bárbaros” que estivessem aldeados ou que vissem a sê-lo junto às fazendas e núcleos de povoamento no “sertão de Pastos Bons”, bem como para

acompanhar as entradas que se fizerem aos mesmos índios selvagens, ou para os angariar a descerem, ou para repelir as suas hostilidades
(APEM, 1997: doc 529, p. 193).

Nota-se aqui a permanência de estratégias similares de sujeição dos grupos timbira, àquelas aplicadas dois séculos atrás, junto aos grupos indígenas mais próximos ao litoral do Maranhão.

No início dos anos 20 do século XIX, o processo de dominação dos timbira pelos agentes coloniais avançava geograficamente além dos limites do Maranhão, atingindo as capitanias de Goiás e do Pará. De outro lado, e contraditoriamente ao seu papel histórico, a administração colonial no Maranhão passou a manifestar preocupação com o destino dos grupos “pertencentes” a essa capitania, enquanto fechava o cerco aos grupos autônomos. Assim, o citado sargento-mor Francisco de Paula Ribeiro, ainda na condição de comandante-geral de Pastos Bons era desautorizado a abrir comunicações com a capitania de Goiás sendo ainda solicitado a esse agente toda a proteção possível aos índios Timbira a fim de evitar a ação de povoadores e de outras nações indígenas (APEM, 1997: Doc. 540, p.197).

De outro lado, eram recomendadas medidas preventivas para sustar os possíveis ataques dos *Sakamekran* à povoação “Almeida d’El Rei”, e estimulada a promoção do aldeamento do “resto dos Canellas Finas”, em função da “boa disposição” que esses índios apresentavam, para o qual eram enviados machados e enxadas com vistas ao seu “estabelecimento rural”¹⁸. Solicitava-se, ainda, ao comandante de Pastos Bons, tomar medidas contra as constantes investidas de índios *Chavante* às fazendas da região, e a abertura de uma estrada entre a sede desse distrito e a povoação Leopoldina, ou com o Mearim¹⁹ (APEM, 1997: Doc. 540, p.197).

Os temas e situações até aqui apresentados mostram como as duas primeiras décadas do século XIX foram cruciais no desencadeamento do processo de dominação dos grupos timbira em geral, e dos *Capiekran* e *Sakamekran* em particular. Ressalta-se, aqui, a ação e as estratégias da administração colonial na sujeição desses grupos através das expedições de guerra, especialmente da continuidade das “bandeiras”, e do aldeamento dos grupos dominados.

De acordo com os dados apresentados, enquanto os “Canella fina” optaram pela “aliança” decorrente da aceitação dos termos de paz junto aos agentes coloniais, firmada em 1814, e a sua consequente sujeição nos aldeamentos, os “Matteiro” permaneceram autônomos por toda essa década e as seguintes, embora alguns grupos locais derrotados pelas bandeiras de Caxias e Pastos Bons tenham também se submetido nos aldeamentos. Nesse sentido, a povoação “Almeida d’El Rei”, implantada no alto Itapecuru em 1817, passou a receber índios “Matteiro” e o “resto dos Canella Fina”, o que supõe que totalidade dos *Capiekran*, aldeados anteriormente na fazenda Buritizinho, foi transferida para essa povoação de índios.

¹⁸ Essas considerações em torno da “boa disposição” dos *Capiekran* ao trabalho agrícola indicam que esse, como outros grupos timbira, conheciam e praticavam modalidades de agricultura, antes mesmo da sua inserção na dominação colonial. Paula Ribeiro observou essa prática entre grupos autônomos. Cf. Ribeiro, 1841: 187.

¹⁹ Conforme descrito no capítulo anterior, os *Chavante* costumavam atacar, nas primeiras décadas do século XIX, as fazendas que iam se estabelecendo ao longo do rio Manoel Alves Grande e seus afluentes pelo lado maranhense, tendo sido expulsos posteriormente pelos *Macamekran* para o sul dessa área. De outro lado, a povoação Leopoldina havia sido criada junto a um presidio militar, para submeter grupos timbira do alto Grajaú e alto Mearim que perambulavam e atacavam as fazendas que iam surgindo nesses cursos. APEM, 1997: Doc. 731,732,733 e 734, pp 245-246. Essa povoação focou conhecida, posteriormente, como “Tapera da Leopoldina”.

2.2 A Independência no Maranhão e as Revoltas no Sertão

Os processos políticos ocorridos nos anos 20, tanto a nível do Brasil como um todo, como do Maranhão em particular afetaram o desenvolvimento das relações intersocietárias. A vila de Caxias, principal núcleo urbano e econômico do interior da então Capitania constituiria o centro de dois importantes processos de ruptura política ocorridos nessa Capitania: a “Adesão à Independência” ocorrida no ano de 1823, e a revolta da “Balaiada”, nos anos de 1838 a 1841. Entre esses dois processos ocorreria um outro movimento que envolveria os segmentos dominantes do alto-sertão maranhense, o qual ficou conhecido como “República de Pastos Bons”.

A proclamação da Independência do Brasil em setembro de 1822 não encontraria correspondência imediata em todas as antigas capitanias, especialmente as do norte e extremo norte do Brasil, historicamente vinculadas ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, o qual durante os três primeiros séculos da colonização formaria uma administração colonial diretamente vinculada à Corôa Portuguesa. Durante o período pombalino seria extinto dando lugar ao Estado do Grão-Pará e Maranhão formado pôr quatro capitanias, o qual seria posteriormente desmembrado a partir de 1772, dando origem aos Estado do Maranhão e Piauí e ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro.²⁰

Apenas a partir de 1808, com a transferência da família Real ao Brasil, o Maranhão se tornaria parte da comunidade política brasileira. Entretanto, nos primeiros anos da Independência manteria ainda vínculos junto à administração colonial portuguesa. (Cabral, 1992: 89-90).

Em 1823 tropas nacionalistas vindas do Piauí ocuparam as principais vilas do vale do Parnaíba e Itapecuru desencadeando os momentos iniciais das lutas contra a administração colonial lusitana no Maranhão, que resistia ao processo de Independência. Esse movimento teve como cenário principal de lutas as prósperas vilas do vale do Itapecuru, especialmente Caxias e Itapecuru-Mirim. Em Caxias, após um longo cerco dos nacionalistas seria finalmente proclamada em 18 de julho de 1823 a adesão da Província do Maranhão ao Império do Brasil.

²⁰ A criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em meados do século XVIII compreendeu as Capitanias do Maranhão, Grão-Pará, São José do Rio Negro e São José do Piauí, sendo transferida a capital dessa colônia de São Luís para Belém. Com sua extinção em 1772 surgiram os Estados do Maranhão e Piauí e do Grão-Pará e Rio Negro envolvendo as mesmas capitanias. Os dois Estados seriam extintos, definitivamente, em 1808.

Durante as lutas no alto-sertão maranhense entre os partidários da Independência vindos do Piauí e as forças da administração colonial portuguesa no Maranhão seria tomada a vila de Pastos Bons, então o principal núcleo colonial nesse vasto território. Exercendo nessa época a função de Comandante Geral do Distrito de Pastos Bons, o Major Francisco de Paula Ribeiro, português de nascimento e fiel à administração lusitana comunicara à Junta de São Luís sobre a interceptação de repetidas “mensagens revolucionárias” mandadas do Piauí para a Manga e o Arraial do Príncipe Regente²¹.

Em pouco tempo grupos armados vindos do Piauí atravessavam o Parnaíba para o lado do Maranhão; um desses grupos ocuparia a povoação da Manga de Passagem Franca, no Distrito de Pastos Bons, enquanto os outros se dirigiriam ao distrito de Brejo, e a São José dos Matões. Na sequência, um grupo de 700 homens liderados pelo Capitão-mor João Caminha marcharia contra a vila de Pastos Bons declarando a sua adesão ao Império em 12 de maio de 1823.

Naquele momento o Major Francisco de Paula Ribeiro se encontrava com pequeno destacamento, na Cachoeira das Três Barras, às margens do Tocantins, onde lutou e foi derrotado pôr José Dias de Matos, um fazendeiro goiano que levantou-se em armas, e se intitulava “presidente da Independência”. Paula Ribeiro e seu destacamento teriam se retirado rumo a povoação de São Pedro de Alcântara (Carolina). Seria novamente vencido na Ilha da Botica, onde foi ferido e feito prisioneiro. Levado depois para Pastos Bons seria barbaramente assassinado durante a viagem, a mando de José Dias de Matos, juntamente com o capelão de sua tropa.²² (Meirelles, 1972: 82-83)

Esse brutal assassinato acabaria com a vida de um dos maiores conhecedores do sertão maranhense durante o século XIX, ator e testemunha das atrocidades cometidas pelos agentes coloniais em relação aos Timbira, Gamella e outros grupos indígenas, nos últimos anos da colonização portuguesa no Maranhão. Paula Ribeiro teria chegado muito jovem ao Maranhão, como oficial de primeira linha do Real Exército, para servir no regimento sediado na província, onde desempenharia sua brilhante e curta carreira militar. Dedicou-se ao estudo da realidade da colônia, especialmente do vasto território ao sul habitado pôr muitos grupos indígenas, na sua

²¹ Refere-se à “passagem da Manga”, um importante ponto de travessia do rio Parnaíba, entre o Maranhão e o Piauí.

²² C. Carvalho considera que Paula Ribeiro foi morto pôr ordem de Antonio Moreira da Silva. Cf. Carvalho, (1924) 2000: 83-84.

maioria timbira, o qual ficou conhecido como “sertão de Pastos Bons”, e sobre o qual deixou os mais importantes escritos da fase de sua conquista, nas duas primeiras décadas do século XIX.²³

2.2.1 A “República de Pastos Bons”

Anos após a “Adesão”, mas em pleno processo de renovação institucional do Maranhão eclodiu, em 1827, um movimento político conhecido como “República de Pastos Bons”. Em locais públicos da vila de Pastos Bons surgiram impressos que conclamavam a população a levantar-se contra o Império tornando a região independente e proclamando o regime republicano. Os líderes desse movimento - João da Costa Alecrim e Militão Bandeira de Barros - haviam participado das lutas pela Independência, e ao que parece, expressavam as insatisfações dos setores dominantes locais contra a administração provincial

Na realidade esse movimento, inspirado em ideais republicanos, teve maior notoriedade por inserir-se num quadro de levantes semelhantes, especialmente ocorridos em Pernambuco, o que levou o poder central a realizar investigações locais e a suspender temporariamente as garantias constitucionais em Pastos Bons.

2.2.2 A “Balaiada”

Essas insatisfações e tensões expressaram-se de maneira mais intensa no movimento político que ficou conhecido como “Balaiada”, cuja duração foi de 1838 a 1841. Essa foi uma rebelião de grande repercussão no Maranhão oriental, nos sertões de Pastos Bons e no Piauí tendo se originado como uma reação às medidas fortalecedoras do poder regional representado pelos presidentes de província. Nos “sertão de Pastos Bons” a “Balaiada” parece ter assumido feições diferentes e específicas em relação ao movimento como um todo.

Fruto da desorganização política e administrativa que se implantou no Maranhão após a Independência, a “Balaiada” teve como motivo inicial ao seu desencadeamento, as tensões partidárias e conflitos de interesses que se verificavam na Capital da Província, onde se degladiavam os partidos “Cabano”, governista, e “Bemteví”, de cunho liberal. Indignados com a lei que o presidente da província conseguiu aprovar em 1838, no sentido de ampliar os poderes dos prefeitos e sub-prefeitos municipais - indicados pelo próprio presidente de província - em

²³ Além dos “clássicos” amplamente utilizados nessa dissertação – “Memória sobre as Nações Gentias...”, o “Roteiro da Viagem...” e a “Descrição do Território de Pastos Bons...” - Paula Ribeiro deixaria dois outros trabalhos: “Viagem ao Rio Tocantins...” e o “Mappa Geográfico da Capitania do Maranhão...”, de 1819, que juntos formam o mais completo estudo sobre o sul do Maranhão à época de sua conquista. No início de 1818, Paula Ribeiro foi promovido ao posto de Sargento-Mor, Adido ao Estado Maior do Real Exército e nomeado Comandante Geral do Distrito de Pastos Bons, cargo que ocupava quando eclodiram as lutas pela “Adesão”, em função da qual foi capturado e morto.

detrimento dos juizes de paz - escolhidos pelo voto a nível local - os “Bemteví” articularam-se aos remanescentes da luta pela Independência, os quais se organizaram em bandos armados que passaram a atacar as vilas dos vales do Itapecuru e Parnaíba.

Conta a história heróica do movimento, que a revolta foi iniciada na Vila da Manga, atual município de Vargem Grande, em dezembro de 1838, quando o vaqueiro Raimundo Gomes e outros acompanhantes, em resposta à prisão arbitrária de um de seus companheiros atacaram a cadeia pública, exterminaram a força policial, e passaram a realizar crimes contra o patrimônio e contra a honra. A partir desse fato, o movimento ganhou corpo desdobrando-se em várias frentes.

Unificados em torno da oposição ao presidente da província Vicente Camargo, grupos armados de diversas procedências sociais - vaqueiros, soldados, escravos, “vadios”, fazendeiros, etc - organizaram-se em milícias promovendo a desordem, saqueando as vilas e fazendas e cometendo outros crimes. O caudilhismo rural, expresso na arrogância dos fazendeiros foi um elemento importante na disseminação do movimento.

No “sertão de Pastos Bons” o movimento teve a participação de ricos fazendeiros e seus dependentes, dentre os quais Militão Bandeira de Barros, que mantinha sob seu controle um grande número de homens, na maioria seus dependentes: vaqueiros, agregados, afilhados, parentes. Nessa vila pioneira da ocupação pastoril teria se formado *a vanguarda dos sertanejos que estenderam vitoriosamente a insurreição além das margens do Araguaia*²⁴ (Abranches, 1959,125). Nas suas fazendas, Militão deu abrigo aos “bemtevis” que fugiam das forças repressoras, enviadas pelo poder provincial.

Dentre as exigências apresentadas pelos revoltosos estava a revogação da lei que criava os prefeitos, indicados pelo poder provincial, e limitava o poder dos juizes de paz, escolhidos pelo poder local.

O movimento da “Balaiada” ocupou quase todo o território oriental da província situado entre os Rios Parnaíba e Itapecuru e algumas áreas do Piauí. Após o domínio de várias localidades e fazendas, os rebeldes concentraram-se no cerco a Caxias, a mais importante vila do

²⁴ Militão Bandeira de Barros, além de líder sertanejo e representante do poder político local, também constituiu importante agente nas relações intersocietárias no sertão maranhense tendo desempenhado a função de diretor dos índios Canela na Diretoria do Alpercatas. Na definição de limites entre Maranhão e Goiás, Militão Barros, então Juiz de Paz da vila da Chapada (atual Grajaú) teria elaborado três representações contra a ocupação goiana de terrenos situados na margem direita do rio Manoel Alves Grande, o que teria garantido, em respeito à Resolução de 11 e agosto de 1813, a posse maranhense desse território. Cf. Carvalho, 1924: 38.

interior maranhense. Desguarnecida pelas tropas oficiais que deveriam dar-lhe apoio, a população de Caxias desdobrou-se para resistir ao cerco, o que foi inviabilizado pelo esgotamento dos recursos alimentares e pelo abandono dos escravos que juntaram-se aos “balaios”. Na noite de primeiro de julho de 1839 Caxias foi invadida e praticamente destruída pelos revoltosos. A Câmara, os arquivos e cartórios foram consumidos pela fogueira.

Diante da situação alarmante que se verificava na província, o governo imperial designou para presidir o governo do Maranhão e comandar as armas, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, que chegou à São Luís em fevereiro de 1840, na tentativa de obter a pacificação unificando-se o comando político e militar da província através de um oficial superior isento das disputas partidárias. Após apresentar um vibrante manifesto aos políticos, o coronel Lima e Silva passou a comandar pessoalmente as tropas oficiais na repressão ao “balaios” fechando as fronteiras da província e atacando através de companhias volantes.

Os “balaios” sentiram a força de uma tropa poderosa, organizada e implacável. A vila de Caxias foi logo abandonada em ruínas e ocupada pela força oficial. O comandante-geral combateu pessoalmente em muitas frentes, inclusive num ataque para retomar Itapecuru-Mirim, tomada por um grupo de soldados revoltosos. Realizou perseguições implacáveis aos grupos rebelados, inclusive no Piauí. Os revoltosos entregaram-se às centenas, e um indulto debelou os últimos focos de resistência.

Em agosto de 1840 seria anunciada a maioria de Dom Pedro II, e sua ascensão ao trono do Império. Numa hábil manobra, o futuro duque de Caxias conseguiria unificar os partidos até então inimigos em torno da posse do novo imperador publicando uma anistia concedida pelo monarca brasileiro. Estava encerrada a revolta da “Balaiada” e afirmado o poder do Império nas terras do Itapecuru e do Parnaíba.

A Balaiada ainda hoje é considerada por muitos autores como o mais violento movimento social verificado no Brasil. Conforme aponta Alencastre, essa revolta colocaria em evidência os dois grandes segmentos políticos que se antagonizavam no Maranhão recém aderido à Independência: de um lado, a autoridade política central (presidente de província), a “burguesia compradora” (grandes comerciantes portugueses) e os “brancos em geral”; de outro, os políticos provincialistas vinculados aos partido “Bemtevi” – como João Francisco Lisboa – os políticos interioranos e defensores do municipalismo (implantado pelo Código de Processo Criminal, de 1832), e o “povo”, cuja ponta de lança seriam os vaqueiros do sertão, artesãos e outras categorias

de trabalhadores livres e pobres. No desenrolar do movimento novas contradições emergiriam entre os próprios revoltosos, especialmente com a explosão da revolta de escravos comandada pelo “negro Cosme”, a qual revelaria o antagonismo entre mulatos e brancos (Alencastro, 1989: 10-11).

Dentre as múltiplas facetas apresentadas pelo movimento da “Balaiada”, a que envolve os segmentos sertanejos tem importância especial a esse trabalho. O Tenente-Coronel da Guarda Nacional e Juíz de Órfãos da Comarca da Chapada, Militão Bandeira de Barros levantou-se em armas contra o governo provincial, após ter sido vetada a sua participação na escolha para “juíz de fato”, ao ser acusado de haver nascido escravo, condição da qual fora liberto por seu pai e chefe político local na Chapada. Preso pôr encomendar a morte do ofensor, um pároco local, Militão, poderoso fazendeiro e chefe político da Chapada, foi transferido para Pastos Bons, de onde um séquito formado por familiares, amigos e agregados o libertou e a outros presos, aderindo, então, à causa dos “Balaios” (Alencastre, 1989: 11; Magalhães, 1989: 31).

A despeito disso, não foram encontradas evidências documentais da participação de grupos timbira, e especialmente dos “Canelas” e “Matteiros” nesse e nos movimentos da “Adesão” e a da “República de Pastos Bons”²⁵. Entretanto, sabemos que, pelo menos um dos líderes da “Balaiada”, Militão Bandeira de Barros teria grande ascensão junto aos “Canela da Chapada”, dos quais teria sido, posteriormente, diretor-parcial. Na condição de Juíz de Órfãos teria, ainda, responsabilidades em relação às populações indígenas na Chapada.

De outro lado foram tomadas algumas providências pelo então presidente da Província do Maranhão, Coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro “Duque de Caxias”, em relação às populações indígenas no Maranhão. Uma dessas seriam instruções para o estabelecimento de uma colônia indígena no rio Pindaré, para o qual havia trazido à Capital o chefe Guajajara Maracapé, apoiado pelos “quatrocentos arcs” que o acompanhavam. Informava, ainda, ter criado uma “companhia de caçadores de montanha”, na vila de Viana, onde *as fazendas sem esse apoio sofreriam os ataques das hordas indígenas*, e estabelecido uma companhia de caçadores na vila de Codó para explorar as matas daquele distrito, *onde em todos os tempos se aquilombam os escravos fugidos*. Além dessas medidas, teria dispensado o recrutamento militar a um cidadão que pretendia estabelecer uma fazenda agrícola no alto Mearim, e fundar uma

²⁵ Charles Wagley, na sua apresentação à importante monografia de Crocker sobre os Canela, afirma que os *Ramkokamekra*-Canela teriam participado das batalhas da “Balaiada” (1838-40), assim como nas lutas que levaram à dominação dos Gamella, em 1850 sem, entretanto, apresentar as fontes históricas. Cf. Crocker, 1990: xiii.

*povoação livre, a fim de domesticar os índios ou impedir suas correrias, além de facilitar a navegação pôr aquele rio.*²⁶

As decorrências dessas confrontações políticas no vale do Itapecuru e no “sertão de Pastos Bons” nos anos que se seguiram à Independência, e as conseqüentes transformações nas relações entre o estado imperial e o governo da província; entre a administração provincial, a sociedade regional estruturada a partir das frentes de expansão agrícola e pastoril, e os grupos timbira de maneira geral e, especialmente, os grupos formadores dos atuais *Ramkokamekra-Canela*, se manifestariam nas décadas seguintes.

2.3 A Legislação Indigenista do Império e os Índios no Maranhão

Conforme foi apontado, a “questão indígena” nas primeiras décadas do século XIX esteve vinculada, sobretudo, à conquista dos “espaços vazios”. Tratava-se, portanto, de uma questão de *territorialização*. Nas áreas de predominância de “índios bravios” ou “selvagens”, as ações oficiais voltaram-se para seu controle concentrando-os em “aldeamentos”, o que em termos práticos significava, de um lado, a desocupação dos “sertões”, especialmente nas áreas requeridas para a expansão das fronteiras agrícola e pastoril; de outro o confinamento desses grupos em áreas “concedidas” pela administração colonial, e a sujeição dos mesmos, com a quebra da sua autonomia étnica. Pôr fim significava a possibilidade de transformar essas populações em força-de-trabalho útil ao projeto expansionista imperial.

Com a abolição do “Diretório dos Índios” (1798), a “questão indígena”, como foi visto, passaria a ser regulamentada através de Cartas Régias, Avisos e outros documentos promulgados pontualmente, e direcionados a grupos e situações de contato específicos. Os grupos indígenas passaram a ser classificados, no início do século XIX, em “bravios” ou “selvagens” - tal qual aparecem nos documentos oficiais no Maranhão - de um lado, e “domésticos” ou “mansos”, de outro. Na categoria dos índios “bravos” foram incorporados os grupos presentes nas fronteiras da ocupação econômica, e contra estes eram movidas expedições punitivas e de sujeição respaldadas nesses documentos régios (Carneiro da Cunha, 1992: 4-7)

²⁶ Nessa exposição, em que transmitia a Presidência da Província ao Dr. João Antonio de Miranda, o Coronel Lima e Silva apresentava algumas decisões pôr ele tomadas durante sua administração na Província do Maranhão. Cf. Magalhães, 1989: 64-65.

Assim, no Maranhão foram organizadas, nas primeiras décadas desse século, um grande número de expedições oficiais e de “bandeiras” voltadas à sujeição e ou ao extermínio dos diversos grupos indígenas ainda autônomos, especialmente aqueles localizados nos cursos dos rios centrais da Capitania, pôr onde se desenvolvia a fronteira agrícola, e em toda a extensão do “sertão de Pastos Bons”, devassado pelos agentes da frente pastoril. Os alvos preferenciais dessas bandeiras foram os diversos grupos timbira, mas também os *Gamella* de Viana e de Codó, além dos *Tenetebara*, que em pequenos grupos deslocavam-se do alto Pindaré para os vales do alto Mearim e Grajaú.

Os documentos provinciais relativos aos índios do Maranhão nesse período, corroboram a política geral de sujeição – e em alguns casos, de extermínio – dos grupos autônomos em aldeamentos, especialmente aqueles que correspondiam ao modelo de “índios bravios”, cuja principal referência, a nível do Império como um todo eram os “Botocudos” do vale do Rio Doce e Mucuri. Assim, boa parte dos documentos régios publicados em relação a esse grupo foram diretamente aplicados aos *Gamella* e a diversos grupos timbira vistos como pertencentes à mesma categoria, cuja principal imagem histórica seria a de “tapuias”²⁷.

A respeito das várias estratégias de extermínio e submissão dos Timbira desenvolvidas pelas forças oficiais e também pelas bandeiras organizadas em conjunto com os grandes fazendeiros do vale do Itapecuru e dos criadores de Pastos Bons, durante o reinado de Dom João VI, coloca Carlos Moreira Neto:

Ao contrário do que as vezes se declara em textos históricos, o caráter fortemente repressivo da legislação e dos atos concretos dos anos que antecederam imediatamente a Independência não cessou com esta. As medidas, a adoção da força armada e de outros processos violentos de dominação dos grupos indígenas arrediões e hostis, a submissão destes a um regime de plena servidão, e a apropriação mais ou menos franca de terras e outros bens indígenas, e outros dados característicos da situação anterior, continuaram presentes em todo o regime imperial (Moreira Neto, 1971: 13-b).

O processo de sujeição dos timbira em geral, e dos “Canela”²⁸ e dos “Matteiros” em particular avançaria na segunda metade do século XIX, quando esses e outros grupos indígenas

²⁷ A esse respeito, o Capitão Francisco de Paula Ribeiro expôs em seus textos, a necessidade de aplicação dos dispositivos das Cartas Régias expedidas entre 1808 e 1813, sobretudo as relacionadas à submissão dos Botocudo de Minas Gerais e Espírito Santo, aos *Gamella* e aos diferentes grupos timbira, especialmente aos *Sakamekran* e *Capiekran*, e aos *Piöbgés*. Cf. Ribeiro, 1841: 406-407, 408.

²⁸ Ao contrário do que ocorria no período anterior, os documentos provinciais não designam o grupo ancestral dos *Ramkokamekra* como *Capiekran*, ou “Canellas Finas”, mas utilizam um critério de localização de suas aldeias. Surgem, então os “Canela do Alpercatas”, “Canela da Chapada” ou “Canela do Grajaú”, e “Canela do rio Corda”.

do Maranhão estiveram sob o controle da administração provincial, através do seu aparato jurídico-administrativo, que ficou conhecido como “sistema de diretorias e colônias indígenas”. Implantado durante o Segundo Império, com a promulgação do “Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios” (Decreto 426, de 24 de julho de 1845), através desse instrumento legal tentou o governo imperial estabelecer diretrizes mais gerais e duradouras para a administração dos índios²⁹.

Antes da promulgação desse Regulamento, apenas a Lei de 27 de outubro de 1831, que revogava as Cartas Régias de 1808 e subsequentes e instituiu o *estatuto de órfãos* aos índios; e a legislação de 1834, que determinava às Assembléias Provinciais e aos respectivos Governos para que cuidassem da “catequese e civilização” dos índios, constituíam o conjunto das leis imperiais acerca da “questão indígena”. A Lei de 1831, especialmente, estabelecia algumas garantias formais às populações indígenas, na medida em que colocava os índios sob a tutela dos *juizes de paz*, declarava a liberdade dos índios, e extinguiu formalmente as modalidades de servidão, além de propor a vigilância contra os abusos cometidos contra essas populações.

Na ausência de uma legislação consistente que apresentasse as diretrizes gerais sobre a política indigenista, as províncias passaram a legislar por conta própria. Nesse sentido, o governo provincial do Maranhão promulgaria em 1839 um Regulamento detalhado voltado para a criação de três missões indígenas.³⁰ De outro lado, mesmo oficialmente abolido, o “Diretório dos Índios” do período pombalino ficaria oficiosamente em vigor em várias províncias, como no caso do Ceará, onde foi oficialmente restabelecido, ou tornaria um parâmetro oficial de referência, como ocorreu no Rio de Janeiro (Carneiro da Cunha, 1992: 10-11).

Promulgado em 1845, o “Regulamento das Missões...” seria o único documento indigenista geral do Império, embora de caráter mais administrativo do que político, cujo aspecto principal seria o prolongamento do *sistema de aldeamento*, apresentado como uma forma de transição para a assimilação completa dos índios. (Carneiro da Cunha, 1992: 11). Esse documento estabeleceu a criação, em cada província, de uma Diretoria Geral de Índios, cujos diretores, nomeados diretamente pelo Imperador, ficariam encarregados de criar diretorias parciais para cada aldeia, ou conjunto de aldeias favorecendo a concentração e a “catequese e

²⁹ A íntegra desse documento encontra-se em Carneiro da Cunha (Org), 1992: 191-199.

³⁰ Essas colônias indígenas seriam criadas pelo governo provincial em plena eclosão da “Balaiada”, o que demonstra a preocupação do poder provincial em manter essas populações sob controle. Uma destas colônias seria a do Pindaré, criada pelo Cel. Luís Alves de Lima e Silva,

civilização dos índios”, e proibindo a servidão e os maus tratos. De outro lado, obrigava-os ao serviço público e militar, mediante o pagamento de salários, e estabelecia a prisão correccional em caso de infrações (Gomes, 1988: 80).

O “Regulamento das Missões...” constituiria, portanto, o documento básico do Império para a questão indígena, embora pequenos aditivos, na forma de avisos e ofícios fossem produzidos alertando os diretores gerais sobre questões específicas das províncias, ou determinando novos procedimentos gerais. A política da “catequese e civilização” de índios retomaria a religião como meio de transformação dos índios, e para isso foram trazidos ao Brasil frades Capuchinhos, muitos dos quais, a despeito das restrições legais, foram colocados como diretores parciais ou das colônias indígenas criadas para apressar seu processo de integração.

A promulgação da Lei de Terras de 1850 constituiria no fator determinante da política indigenista do Império. Oficializando o latifúndio no Brasil, essa lei seria responsável pelo desaparecimento da pequena propriedade rural, e pela extinção de inúmeras aldeias tornando devolutas as terras habitadas pelas populações indígenas. No Ceará, em um único ato, o presidente da província extinguiria todas as aldeias indígenas, enquanto que no Maranhão isso ocorreu em casos específicos tendo, de maneira geral, seguido a legislação indigenista do Império. Grande parte das decisões mais importantes relativas às populações indígenas eram tomadas a nível central cabendo às províncias executá-las (Gomes, 1988: 80-81).

2.3.1 A Sujeição dos “Canela” e “Matteiros” nos Documentos Provinciais

Apesar da escassez de informações acerca da expansão da dominação colonial sobre os grupos indígenas no Maranhão, especialmente nas décadas de 30 e 40 do século XIX, alguns documentos oficiais permitem uma visualização sobre a dinâmica das relações entre a administração provincial, os agentes das frentes de expansão e os grupos timbira, objeto desse trabalho. Após um vazio de informações oficiais de cinco anos (1822 a 1827), período em que provavelmente as instituições coloniais tiveram que se reestruturar em termos do novo regime provincial, uma série de ofícios foram enviados pelo presidente da Província do Maranhão a outras autoridades civis e religiosas, comandantes de tropas, e de distritos, informando e determinando ações concretas em relação aos grupos indígenas.

Entre março e outubro de 1827, o presidente da província do Maranhão informava à uma autoridade militar sobre as hostilidades havidas entre “índios selvagens” da ribeira do Grajaú

e moradores das margens deste rio e do Mearim. Solicitava, ainda, a presença de um sacerdote para a catequização desses índios. (APEM, 1997: Doc. 247-252; pp. 203-204). À medida em que a fronteira agrícola avançava em direção ao alto curso desses rios, o confronto entre índios e moradores tornava-se inevitável. De outro lado, a catequese continuava a ser vista como o método de sujeição ideológica dos índios pelo poder imperial.

Nos aldeamentos já consolidados, a presença de tropas e munições continuava a ser um meio para manter a sujeição de índios aldeados, e de se contrapor às tentativas de ataques pelos grupos autônomos. Assim, em março de 1830 o capitão-mor da vila de Pastos Bons era comunicado sobre a necessidade de manutenção de pólvora na povoação de Almeida³¹, onde se concentravam índios “Matteiros” e “Canellas” aldeados, a fim de se evitar ataques de índios “hostis” (APEM, 1997: Doc.556, p.205).

Nesse período a condição de sujeição dos *Capiekran* se diferenciava, em relação ao conjunto dos *Sakamekran* e dos grupos timbira do alto Grajaú e alto Mearim. Enquanto esses grupos, em sua maioria permaneciam autônomos e sofriam, pôr isso, expedições repressivas regulares, os “Canela” encontravam-se, em parte, *aldeados* sob o controle de comandantes militares e de tropas de linha. Nessa condição, esses grupos, anteriormente autônomos, tornavam-se objeto de espoliação física, e de usurpação das áreas em que habitavam pelos chamados “moradores”

Nesse sentido, alguns documentos emitidos pela presidência da província em outubro de 1832 informavam sobre a indicação do tenente Manoel das Chagas Pereira de Brito para a função de diretor dos índios “Canela”, ao qual era determinado instruí-los na “civilização” e na “religião católica” (APEM, 1997: Doc. 589-590, p. 212). Posteriormente, em 1833, esse mesmo agente era ordenado a permanecer dirigindo os “Canela do Grajaú”, aos quais seriam destinados recursos para a compra de gêneros, determinada a demarcação das terras dessa povoação, e a vigilância contra a escravização desses índios (APEM, 1997: Doc. 592-593, pp. 212-213).³²

A atitude “protecionista” de parte da autoridade provincial reflete, como foi visto, a mudança legal em relação às populações indígenas nesse período. O advento da Regência e a

³¹ Trata-se da povoação “Almeida d’El-Rei” ou “Porto d’Almeida”, criada como um núcleo de defesa para as fazendas do alto Itapecuru, e onde se realizou o “aldeamento” de parte dos *Sakamekran*, ainda em 1819. Posteriormente, um grupo de índios “Canela” (*Capiekran*) foram também aldeados nesse local.

³² Provavelmente se referia a um grupo local citado pôr Paula Ribeiro em 1819, como um dos grupos remanescentes da grande mortandade imposta aos *Capiekran* em meados de 1815, quando teriam sido contaminados pelas “bexigas” (variola) em Caxias. Cf. Ribeiro, 1841: 312-131, 60.

promulgação das primeiras leis do Império relativas às populações indígenas. (Leis de 1831 e de 1834) reinstituindo a “orfandade” aos índios, e colocando-os sob a tutela dos juizes de paz pretendia proteger essas populações das espoliações perpetradas pelos moradores. Na prática, porém, os agentes coloniais, especialmente os vinculados aos segmentos agrícola e pastoril encontrariam sempre modos de burlar a legislação dando continuidade às históricas formas de exploração desses grupos.

Os documentos provinciais refletiriam essa nova “atitude” da lei perante os índios. Ainda em 1834, era ordenado ao Inspetor Interino do Arsenal da província do Maranhão, o retorno de índios “Carahús” e “Canela do Alto Grajaú” para suas aldeias munidos de mantimentos, artigos de vestuário e utensílios de trabalho (APEM, 1997: Doc. 594, p 213). Posteriormente, se determinava ao Almojarife dos Armazéns, a entrega ao chefe dos índios “Canela do Alpercatas”, jurisdicionados à vila de Pastos Bons, de armamentos e suas respectivas munições (APEM, 1997: Doc. 596-597, p. 213).³³

A política de proteção à “orfandade” dos índios durante essa etapa do regime provincial substituiria a sujeição pura e simples dos Canela pôr uma ação pautada, dentre outras coisas, no fornecimento de “gêneros” manufaturados, do interesse desse grupo, e da própria administração colonial. Esse passaria a ser um dos fundamentos da “aliança” dos Canela junto à administração provincial, especialmente como contrapartida ao fornecimento de “guerreiros” às expedições destinadas à neutralizar outros grupos indígenas.

O processo de sujeição dos “Canela” nos *aldeamentos* da província persistiria nesse período. A referência feita pelos documentos provinciais a esse (s) grupo (s), tanto na *povoação* de Almeida d’El Rei, como nas *aldeias* no Alto Grajaú e do Alpercatas indica que grande parte desse grupo timbira, senão a sua totalidade se encontrava sob a “proteção” da administração provincial, isto é, aldeados sob o controle desses agentes. Nesse sentido, o próprio capitão-mor da vila de Pastos Bons, Antonio Rebelo Bandeira seria repreendido pelo presidente de província, *pôr haver cometido abusos contra os índios Canela da mesma vila* (APEM, 1997: Doc. 598, p. 213). De outro lado era colocado à disposição desse comandante 10 praças e um cabo de Companhia de

³³ A partir das informações contidas nesses documentos começa a se delinear “novos” grupos ou novas identidades atribuídas aos “Canela”. Dada a vinculação com os “Carahús” – já apontada pôr Martius durante sua passagem pôr Caxias, em 1809 – torna-se bastante provável que o grupo designado como “Canelas do Alto Grajaú” fosse, na realidade, os mesmos *Aponejikräs*, de que fala Martius, ou *Ponecrá*, a que se referia Paula Ribeiro, cuja atualização remeteria aos *Apaniekra*-Canela.

Ligeiros para reprimir ataques de índios naquele distrito, além de uma remessa de munições (APEM, 1997: Doc. 599, p. 214).

A “nova” aliança dos “Canela” com os agentes da política indigenista provincial implicou, dentre outras coisas, na sua utilização como força auxiliar na sujeição de outros grupos indígenas, e na desintrusão de territórios de interesse dos *moradores* e da administração provincial. Dessa forma, em 1837 era recomendado ao diretor dos “Canela do Alto Grajaú”, a utilização dos índios sob sua jurisdição no auxílio ao estabelecimento da povoação da Beira do Rio Corda dirigida pôr Manoel Rodrigues de Melo Uchôa (APEM, 1997: Doc. 605, p.215).

Cerca de um mês depois, já havia sido criada uma aldeia de índios Canela na barra do rio Corda, com *diretor* estabelecido, ao qual se autorizava fazer *entradas* contra índios do alto Grajaú, que teriam cometido hostilidades contra *moradores* daquela ribeira. Para firmar aos Canela o caráter de tropa assistente às expedições oficiais na sujeição de índios e de povoamento, o alferes de 2ª linha de Pastos Bons, Félix Manoel Jorge Martins foi nomeado *diretor* dos “Canela da beira do rio Corda”, e destinado a esses índios a quantia de 565 mil réis para a compra de “gêneros” (APEM, 1997: Doc. 607-608, pp. 215-216).

O sentido dessa aliança ficaria assim definido: enquanto os Canela auxiliavam as forças oficiais com o envio de “guerreiros” na luta contra outros grupos indígenas, as autoridades provinciais retribuíam com produtos manufaturados e, como se verá, com a “concessão” de áreas para o estabelecimento de suas aldeias.³⁴

No processo de fundação da povoação Missões – núcleo formador da futura vila de Barra do Corda, estrategicamente localizada na junção dos rios Corda e Mearim, entre a vila da Chapada, nas margens do Grajaú, e a vila de Caxias, no Itapecuru, a qual seria resultado de um “planejamento estratégico” da administração provincial - Melo Uchôa teria, com o auxílio dos “Canela”, investido na “pacificação” de grupos considerados “bravios”, como os *Caracategê*, localizados no alto Grajaú. A participação dos Canela nesse processo levaria, mais tarde, à

³⁴ Baseado na “tradição dos *Ramkokamekra*”, Nimuendajú faz referência a um período em que os antigos *Capiekran* teriam vivido na floresta úmida, no ângulo formado pelo Rio Corda e o Ribeirão dos Porcos, época em que os Canela teriam negociado um “novo” tratado de paz junto aos agentes coloniais. Isso teria se dado após os acontecimentos de Caxias, que resultariam na dispersão e quase extinção desse grupo. Esse “novo tratado” de paz pode ter reintroduzido a participação dos Canela nas expedições oficiais e bandeiras voltadas para a sujeição de outros grupos indígenas. Cf. Nimuendajú, 1946, 32-33.

absorção dos remanescentes dos *Caracategê*, que seriam amalgamados junto aos “Canela do Alpercatas”.³⁵

Nesse período foram organizadas, ainda, expedições punitivas contra outros grupos situados no alto Mearim e alto Grajaú. O avanço da fronteira agrícola e sua interseção com a frente pastoril, que teria motivado a fundação da povoação de Barra do Corda, em 1835 criava uma nova rota de comunicação com o “alto-sertão”, e novas terras eram gradativamente incorporadas à sociedade e economia do Maranhão pós-colonial. Assim, a administração provincial liberaria recursos para a realização de diligências contra vários grupos autônomos, como os Guajajara (*Tenetehara*), que se espalhavam em várias aldeias entre o alto Grajaú e o alto Mearim³⁶ (APEM, 1997: Doc. 610-611, pp.216).

Ao contrário dos *Gamella* e dos diversos grupos timbira, tidos como “selvagens”, e aos quais a ação das milícias era direcionada para a extinção ou “redução”, os Guajajara, em função de sua longa experiência junto às missões jesuíticas no vale do Pindaré durante os séculos XVII e XVIII se adequavam melhor às demandas da sociedade pós-colonial pôr mão-de-obra, sobretudo agrícola. À medida em que avançava a ocupação desses vales, os *Tenetehara* eram requisitados como remeiros e agricultores, e também na abertura de estradas. Assim, em fins de 1844, Melo Uchôa, na condição de comandante da povoação de Barra do Corda era autorizado a dar início à construção de uma estrada ligando esse núcleo à fazenda Pedreiras, para a qual deveriam ser utilizados índios Guajajara e Matteiro, *que deveriam ser chamados à domesticação e povoação* (APEM, 1997: Doc. 637, p. 222).

Nesse sentido foram enviados ferramentas e medicamentos aos Guajajara de uma colônia estabelecida no rio Pindaré, além de um intérprete a fim de realizar “missão de paz” entre esses índios e os “Matteiros de Codó”. Ordenava-se ao diretor da colônia combater os abusos

³⁵ Novamente Nimuendaju observa na “tradição *Ramkokamekra*”, que os remanescentes dos *Caracategê* teriam, possivelmente, se amalgamado aos “Canela do Alpercatas” em meados do século XIX. Essa junção se expressaria na cerimônia dos *Tamha k*, onde os Canela se apresentam segundo sua ascendência tribal. A localização de um pequeno grupo a norte-noroeste da praça central da aldeia seria indicativo de sua provável origem no alto Grajaú. Cf. Nimuendajú, 1946: 35. Nimuendaju considera, também, a possibilidade de que os *Caracategê* do rio Grajaú constitua o grupo que deu origem aos *Krepunkateyê*, que vivem atualmente amalgamados com Guajajara e com a população regional na Terra Indígena Geralda, no rio Grajaú. Cf. Nimuendaju, 1946: 35.

³⁶ É provável que os *Tenetehara* ou “Guajajara” tenham iniciado seus deslocamentos do alto Pindaré e Carú rumo ao Grajaú, e posteriormente ao alto Mearim, na segunda década do século XIX. Cf. Gomes, 1977: 102-103. Nesse movimento teriam ocupado áreas de floresta que haviam sido anteriormente ocupadas pôr grupos com os *Gamella*. Mais tarde ocupariam territórios como os *Caracategê*, no alto Grajaú, que foram objeto de ação das *bandeiras* e expedições oficiais, como as organizadas pôr Melo Uchôa com a participação dos Canela.

comuns contra os índios, como o uso e a venda de seus filhos como escravos. Esse documento revela duas práticas comuns nas relações intersocietárias no Maranhão, durante o século XIX: a utilização de índios “mansos” na atração de índios “bravios”, para a sua *sujeição* nos *aldeamentos*; e a continuidade histórica da escravização de índios, especialmente crianças, a despeito da existência de legislação que proibia tal prática (APEM, 1997: Doc. 644-645, p.224).

Em novembro de 1845 seria iniciada uma campanha visando neutralizar e submeter de vez os “Mateiros do Codó”³⁷, os quais, do mesmo modo que os “*Gamella* de Codó” permaneciam como grupos autônomos, e realizavam ataques constantes às fazendas e núcleos de povoamento que surgiam entre os vales do Itapecuru e Mearim. Para comandar essa expedição fora convocado em novembro de 1845, José Bento de Barros, intérprete da Colônia Pindaré, o qual deveria se fazer acompanhado de “índios mansos” dessa Colônia e de soldados da Companhia de Pedestres, além de mais doze homens ligados a esse comandante, com duração prevista de 60 dias, *até que se firme a paz com os ditos índios do Codó* (APEM, 1997: Doc. 648, p.225).

Ao final de janeiro de 1846 era louvado o êxito dessa expedição e garantido ao organizador da mesma, o cidadão Luiz José Henriques, o pagamento das despesas realizadas em tal empreitada. Informava, ainda, o presidente de província, que recomendaria os nomes deste agente e o do intérprete da referida colônia indígena ao Imperador. De outro lado encaminhava trinta e seis índios “Matteiros do Codó” para serem estabelecidos naquela colônia. (APEM, 1997: Doc. 650-651, pp.225-226). Esses *Matteiros* seriam, entretanto, distribuídos entre diferentes agentes, sendo alguns estabelecidos na Marinha de Guerra, outros entre famílias da Capital da Província, e os demais destinados à Colônia Pindaré. Pelo envio dos índios à Marinha, o diretor da Colônia Pindaré deveria receber do Tesouro a quantia de 245 réis. (APEM, 1997: Doc. 652-653, p.226)³⁸.

Cerca de sete meses depois, o vice-diretor dessa Colônia era informado que os índios *Matteiros* ali estabelecidos desejavam deixar a colônia em função dos maus tratos praticados contra eles e os Guajajara. Informava, ainda, sobre a fuga de alguns *Mateiros* dessa colônia em

³⁷. “Mateiros do Codó” é a designação nos documentos provinciais para os *Sakamekran* ou “Timbiras da Matta”, referidos pôr Paula Ribeiro e nos documentos coloniais.

³⁸ Consistia procedimento comum na prática indigenista do Século XIX, o envio de índios “bravios” capturados para serem recrutados junto a Marinha, os quais se acreditava ter aptidões naturais para a navegação. No caso citado foram selecionados jovens “Matteiro” recém capturados pela expedição organizada pelo citado Luiz Henriques. Cf. Carneiro da Cunha, Op. Cit, 28.

função dos citados maus tratos, os quais teriam sofrido inclusive espancamentos. (APEM, 1997: Doc. 654-655, pp. 226-227). De outro lado, ao final de setembro de 1846, o cidadão Luiz José Henriques seria agraciado com o título de *Oficial da Ordem da Rosa*, concedido pelo Imperador Pedro II pela condução da diligência que levaria à “civilização” dos *Matteiros* de Codó (APEM, 1997: Doc. 656, p.227).

A campanha de neutralização dos *Matteiro* prosseguiria nos anos seguintes. Em 1852 e 53, o mesmo Luiz José Henriques, um proprietário de terras no vale do Itapecuru, organizaria nova “entrada” para combater os índios das matas de Caxias e do Mearim, sob a alegação de que atacavam as lavouras e ameaçavam a segurança dos moradores, e também para *repelir uma horda de índios selvagens e destruir os quilombos de escravos fugidos* no termo do Codó.³⁹ (APEM, 1997: Doc. 665 e 675, pp.229 e 231).

A campanha contra os *Matteiro* seria continuada, ainda sob o comando de Luiz Henriques, o qual entraria em conflito com índios e negros fugidos resultando na morte de dois índios e três negros. Os prisioneiros foram remetidos para a Capital, a fim de que lhes fossem dados o “devido” destino. De outro lado, Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, o comandante da povoação da Barra do Corda era, também, encarregado de realizar campanha contra os *Gamella* e *Matteiro* sendo-lhe garantido o envio de sustento para os índios “que entrarem em paz”⁴⁰ (APEM, 1997: Doc. 711-712, p.240).

Nesse mesmo período, em 1854, os Canela da comarca da Chapada e os *Matteiros* eram colocados sob uma mesma administração, para a qual criava-se uma diretoria-parcial sob o comando do coronel Diogo Lopes de Araújo Sales, ao qual era apresentada a conveniência da reunião desses dois grupos em uma só aldeia.⁴¹ (APEM, 1997: Doc. 714, p. 241).

As ações de sujeição aos *Matteiros* prosseguiriam com a nomeação do major Antonio de Sousa Carvalhedeo para diretor-parcial, o qual era orientado sobre a necessidade de reunir em uma só aldeia os diversos grupos desses índios espalhados, uns pela margem esquerda do

³⁹ Essa “campanha” provavelmente incluía ações repressivas contra os *Gamella* de Codó, os quais eram acusados, de atacar e destruir estabelecimentos, como de dar abrigo a escravos fugidos das fazendas na região de Codó.

⁴⁰ Essa expedição comandada por Melo Uchoa contra os *Gamella* e *Matteiro* contou, provavelmente, com a participação de índios Canela. Cfe. Nimuendaju, 1946, 150.

⁴¹ No final da primeira metade do século XIX seriam criadas as primeiras diretorias parciais de índios no interior do Maranhão. Assim, afim de reunir todas as aldeias Canela situadas na comarca da Chapada em uma só diretoria seria criada a Diretoria Parcial da Chapada, a qual envolveria, ainda, os grupos de “*Matteiros*” autônomos. A sugestão de reunir todos os grupos Canela – do Alpercatas, do rio Corda e alto Grajaú – e os *Matteiros* numa única aldeia demonstra as estratégias da administração provincial em expropriar os territórios residuais desses grupos, e através desse processo de territorialização consumir a dominação étnica desses grupos.

Mearim, outros próximos ao morro Pico, na margem esquerda do Itapecuru, e outros ainda, nas margens do riacho Flores.⁴² (APEM, 1997, Doc. 716, p. 241). É provável que esse projeto estivesse associado à criação de uma colônia de estrangeiros na região de Codó, a qual foi implantada em 1855, com cerca de 88 colonos (Coelho, 1990: 138).

Essas informações documentais corroboram os dados apresentados pôr Nimuendajú, que afirma, ainda, que cerca de quarenta *Matteiros* foram viver em 1854-55 no Morro do Bezerra, onde vários índios viriam a morrer em decorrência de febres nos dois anos seguintes, enquanto outros deslocaram-se para o rio das Flores, na área de seu antigo território. Diante das pressões tanto das expedições repressivas, como do avanço da ocupação do seu território por colonos, esse grupo deslocou-se, no início dos anos 60, do Morro do Bezerra, junto ao Itapecuru, para o encontro dos seus vizinhos e antigos inimigos, os Canela do Alpercatas. Entretanto, essa junção entre os dois grupos seria temporária, em função de novos surtos de doença. Assim, essa fração dos *Matteiros* voltaria ao seu antigo território, na região do alto Rio das Flores, de onde retrocederiam mais ao sul, antes da chegada de novos povoadores.⁴³ (Nimuendaju, 1946: 34)

O aldeamento conjunto de grupos atomizados seria um procedimento adotado pela administração provincial em relação aos grupos do alto Grajaú e alto Mearim. Ainda em 1854, nomeado o capitão Lourenço Martins Jorge como diretor-parcial índios Gavião e *Caracategé*, que se achavam reunidos na margem esquerda do Grajaú, nas imediações da vila da Chapada, esse agente era alertado sobre a conveniência de manter os índios sob sua direção reunidos em uma única aldeia (APEM, 1997: Doc. 715, p.241).

Pelo que se pode depreender, a unificação de grupos indígenas diferenciados em um mesmo aldeamento passou a se constituir numa das estratégias de sujeição dos timbira pela política indigenista provincial, e teria, no mínimo dois objetivos: segregare grupos hostis em pequenas porções de seu território liberando a maior parte à ocupação aos agentes das frentes de expansão; concentrar essas populações de índios “bravios” em situação de “aldeamento”, onde além do seu efetivo controle social – garantido pela presença de tropas militares – encaminhava-se esses grupos à “civilização”, com a introdução de ferramentas, tecidos e outros produtos, além

⁴² Nimuendaju afirma que em 1854 os *Matteiros* encontravam-se distribuídos em várias hordas espalhadas pelas margens do Mearim e Itapecuru, entre os morros do Cocal Grande e Bezerra. Nimuendaju, 1946: 34.

⁴³ Apenas na década de 90 do século XIX ocorreria o amálgama definitiva dos “*Matteiros*” junto aos “Canela da Chapada”. Nimuendaju, 1946: 34.

da catequese religiosa. Precedido pelas “entradas”, verdadeiras expedições de sujeição sobre grupos ainda autônomos, a junção desses diferentes grupos timbira em aldeias comuns responderia às demandas da dominação colonial estabelecida pela administração indigenista do Império.

O aldeamento de índios no Centroeste Maranhense, durante o século XIX obedeceria, assim, a várias conveniências: além de confinar os grupos timbira em pequenas parcelas de seus territórios, geralmente situados nas regiões disputadas pelas frentes agrícola e pastoril, e de deslocar esses grupos para locais onde seriam “úteis”, como nas rotas fluviais, ou junto a instalações militares, os aldeamentos serviam como infra-estrutura e fonte de abastecimento e reserva de mão-de-obra a outros empreendimentos. Além desses interesses regionais, os aldeamentos também atenderiam os interesses locais dos moradores (Carneiro da Cunha, 1992: 18-19).

No caso específico das diretorias-parciais, em muitos casos a concentração de índios aldeados era explorada privadamente pelos diretores, especialmente nas atividades agrícolas e extrativas transformando essas unidades da política indigenista provincial em instrumentos de reforço do poder pessoal dos chefes locais e instituindo a exploração local dos grupos indígenas.

2.4 Diretorias e Colônias Indígenas no Alto Grajaú e Mearim

No Maranhão, antes mesmo da promulgação do “Regulamento das Missões” (Decreto 426, de 27/04/1845) estabeleceu-se a nível da província um plano de “catequese e civilização” de índios. A criação e a administração de missões ou colônias indígenas seria regulamentada através da Lei no. 854 de 02 de julho de 1839, a qual autorizava a criação de três missões ou “aldeias” indígenas, duas no alto Mearim e uma no alto Grajaú. Essas “missões” seriam assentadas em “terras próprias” para o cultivo exclusivo dos índios, e demarcadas pelo presidente da província. (Coelho, 1990: 92)

A administração dessas “missões” seria atribuída à autoridade leiga de um diretor, e contaria com o trabalho de um missionário, cujas principais atribuições seriam: “a catequese e direção espiritual”, tanto dos indígenas, como de não-índios que ali se aldeassem; o chamamento dos mesmos índios no “amor ao trabalho e à vida social”; a admoestação para que cumprissem seus “novos deveres”, e o ensino da “língua vulgar e das primeiras letras” aos filhos dos índios.

Ao diretor caberia prover os meios de subsistência e ensinar aos indígenas a lavrar a terra “à maneira do paiz” e a criar animais domésticos para o consumo da missão; distribuir instrumentos, arados e animais, alimentos, etc, comprados pelo presidente de província; resolver conflitos que viessem a ocorrer entre os índios; evitar a entrada de estranhos nas missões que “pôr mau comportamento” pudessem “dar aos selvagens uma má impressão da vida social”; empregar meios coercitivos, depois de esgotados os “meios brandos” para corrigir os dirigidos, os quais variavam da repreensão, privação de objetos agradáveis, prisão pôr um a três dias, expulsão temporária ou “perpétua” do território das missões, e emprego de força (Coelho, 1990: 93-94).

O regulamento dessas missões sugere que seus objetivos principais seriam a segregação de grupos indígenas em áreas restritas de seu território, onde se realizaria seu controle social e, simultaneamente, a liberação de extensas áreas à ocupação por colonos vinculados à expansão da frente agrícola. De outro lado, o aproveitamento da sua mão-de-obra tanto na agricultura e no extrativismo, seja em atividades de apoio à ocupação colonial, como remeiros, ou em atividades semelhantes, ou ainda como tropas de enfrentamento e atração de “índios bravos” às missões. A catequese religiosa seria a estratégia necessária à transformação cultural desses grupos impondo-lhes pelo isolamento étnico e a introdução de técnicas agrícolas usuais, e das letras, os valores da “civilização”.

2.4.1 Os Timbira nas Colônias Indígenas no Alto Mearim

A implantação dessas missões ou colônias indígenas iniciou-se em 1840 com a fundação da Colônia São Pedro do Pindaré, a qual se justificava em termos de

facilitar a navegação pelo rio Pindaré que os índios tornavam arriscadíssima, pela guerra que faziam à tripulação dos barcos ... como também de melhorar a segurança da vida e a propriedade dos fazendeiros estabelecidos nas margens desse rio, e mesmo para dar novo impulso à civilização dos índios (Antonio Mello, 1862, in Coelho, 1990: 95).

A autorização para a fundação dessa colônia seria dada pelo presidente da província, coronel Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias.⁴⁴ As colônias indígenas criadas

⁴⁴ Como foi visto, estava em curso no interior do Maranhão nesse período, a revolta da “Baiaíada”, para cujo controle havia sido designado comandante das armas e presidente da província o coronel Luis Alves de Lima e Silva, o qual em função de seus feitos receberia o título de Marquês de Caxias, em referência à “libertação” daquela importante vila do domínio dos *baiaios*. É possível que com a criação da Colônia de São Pedro do Pindaré se pretendesse também evitar a associação desses índios aos revoltosos mantendo-os atrelados à administração provincial..

posteriormente no Maranhão, a partir de meados desse século, já obedeceriam os critérios do “Regulamento das Missões” estando, portanto, organicamente ligadas ao sistema de diretorias e colônias indígenas.

Assim, em 1854 duas novas colônias seriam criadas na Província do Maranhão: a Colônia Januária, situada nas margens do Pindaré, na confluência com o Carú; e a Colônia Leopoldina, no alto Mearim, junto a paragem denominada Bacabal.⁴⁵ O regulamento expedido para essas missões determinava que seriam regidas pôr missionários, os quais exerceriam também as funções de diretor sendo suas atividades reguladas pela Lei Provincial no. 85. Dentre as principais funções do missionário-diretor encontravam-se o ensino da língua portuguesa aos índios, a explicação da doutrina cristã e o fornecimento de ferramentas ou quaisquer outros objetos necessários para sua aplicação na lavoura.

A produção agrícola e extrativa dessas colônias seria destinada, em parte, à alimentação das respectivas populações pôr um ano, e o excedente remetido à capital à disposição do presidente da província, o qual nomearia um agente encarregado de comercializar os produtos remetidos revertendo o lucro para o custeio das colônias. De outro lado, os missionários-diretores receberiam como pagamento pelo seu trabalho, cerca de 10% do produto líquido das rendas dessas colônias, sendo o restante desse produto aplicado exclusivamente na melhoria da “condição física e moral dos indígenas”, e na introdução de melhorias que se fizessem necessárias às aldeias (Coelho, 1990: 95).

O regulamento que criou as colônias São Pedro, Januária e Leopoldina dispunha, ainda, sobre o arranjo espacial das aldeias, cujas casas e cercas deveriam observar o alinhamento traçado pelos missionários. Estes deveriam, pôr sua vez, atrair a essas colônias o maior número possível de índios “selvagens” utilizando para isso, índios “domesticados”, os quais deveriam buscá-los em suas aldeias seduzindo-os á “amizade e benevolência” através de brindes. De outro lado deveriam impedir, sob qualquer pretexto, que índios dessas colônias se empregassem em serviços particulares (Coelho, 1990: 96).

Além destas, outras colônias indígenas seriam criadas no Maranhão. Na região do Alto Mearim, a diretoria-parcial Palmeira Torta situada entre a vila da Chapada (atual Grajaú) e a vila da Barra do Corda seria elevada, em 1871, à categoria de colônia recebendo o nome de “Arathauy Grande”, enquanto a diretoria-parcial de Barra do Corda daria lugar á colônia “Dous

⁴⁵ Vide Quadro 03: Colônias Indígenas no Maranhão – 1850-1888, em Apêndices.

Braços” (1873). A justificativa para a implantação dessas colônias indígenas seria a necessidade de reunir índios Guajajara que viviam dispersos em aldeias distantes umas das outras, nas margens do Mearim atraíndo-os para o “trabalho em comum e aos hábitos sociais” (Leis da Província do Maranhão, in Coelho, 1990: 96).

Já no final do Império seria criada mais uma colônia indígena no Maranhão, denominada Nova Olinda. Estabelecida em 28 de julho de 1884 totalizaria com as anteriores, sete colônias indígenas durante o período provincial. Essas colônias seriam, em sua maioria, povoadas pôr índios Guajajara, os quais se acreditava aptos aos ofícios próprios à “civilização”, como trabalhos agrícolas e extrativistas, e como remadores nas barcaças que subiam o Mearim e o Grajaú, além de exercerem trabalho de vigilância e segurança contra as “hordas de selvagens” que se espalhavam pôr esses rios. Essas colônias revelam, portanto, a estratégia de utilização compulsória da força-de-trabalho indígena nos empreendimentos públicos e privados no Maranhão provincial.

2.4.1.1 A Colônia Leopoldina

Uma consideração especial se faz necessária em relação à Colônia Leopoldina, uma vez que sob nessa unidade foram reunidos diversos grupos timbira da região do Alto Mearim. Os documentos provinciais, e mesmo os do final do período colonial no Maranhão, apontam para a presença de grupos timbira, que nas primeiras décadas do século XIX percorriam os cursos do Mearim e Grajaú, investindo contra fazendas e povoados situados nas suas margens, e cuja área de expansão abrangia todo o alto e baixo curso desses rios estendendo-se até a vila de Cantanhede, no Itapecuru.

Tratá-se aqui dos grupos que Paula Ribeiro arrolou como “timbiras do baixo Mearim”, os quais Nimuendaju identificou posteriormente como sendo os “*Kreyê* de Bacabal”, os *Kukoekamekra* e os “*Pobzé*”, os quais costumavam se deslocar até as vizinhanças da atual Barra do Corda, a fim de visitar o “grande local das canas de flecha” situada na cachoeira da Cana Brava do Mearim, onde ocasionalmente tiveram encontros hostis com os *Ramkokamekra* “Canela” e os *Ca’kamekra* (“Matteiros”) ⁴⁶ (Nimuendaju, 1946: 15).

⁴⁶ Nimuendaju cita, a partir da “tradição” dos *Ramkokamekra*, que vários grupos timbira e tenetehara se dirigiam a essa reserva natural, a fim de munir-se de “canas de flecha”, uma espécie de bambú adequado à confecção de flechas, e onde eventualmente ocorreriam conflitos entre esses grupos. É provável que essa reserva se localize na atual área da Terra Indígena Canabrava-Guajajara, no município de Barra do Corda. Nimuendaju, 1946: 15.

Até a metade desse século esses timbira mostravam-se “inacessíveis” a aproximação com os agentes coloniais, mas a partir desse período foram gradativamente, e em número considerável se aproximando dos moradores do Bacabal do Mearim, e finalmente o governo provincial reuniu esses grupos na Colônia Leopoldina, a partir de 1853. Atingidos nessa Colônia pôr uma epidemia de febre (1855-56), muitos desses timbira morreram enquanto outros retornaram à floresta. Pôr volta de 1862, a Colônia Leopoldina contava com apenas 336 índios sendo 158 “timbiras” (*Kukoekamekra*), 87 *Kreyê* e 91 “*Pobzê*”, os quais seriam dados posteriormente como extintos (Nimuendaju, 1946: 15).

A história desses grupos na Colônia Leopoldina repete, em termos gerais, a trajetória de muitos grupos indígenas submetidos ao sistema de colônias e diretorias parciais, no período provincial. Quando da sua fundação, os documentos oficiais revelam as ações e estratégias da administração provincial e dos agentes locais voltadas para o controle e a sujeição desses grupos timbira. Assim, no final do ano de 1854, o diretor-parcial dos índios do alto Mearim recebia ordens para iniciar com brevidade a fundação da Colônia Leopoldina, e as medidas necessárias para tal: o aumento do destacamento de soldados da povoação Bacabal, a contratação de um intérprete, o qual deveria se “engajar” entre os índios “selvagens”, e de um ferreiro para o conserto e manutenção dos instrumentos de lavoura doado aos índios (APEM, 1997: Doc. 731 a 734, pp. 245-246).

Em março de 1855, o mesmo diretor-parcial do alto Mearim, ao qual esteve vinculada, no seu início, a Colônia Leopoldina, era comunicado sobre o conhecimento das autoridades provinciais acerca da implantação dessa colônia indígena. O referido diretor era aconselhado a utilizar “meios brandos no trato com os índios” levando-os a sentir a necessidade de “trabalhar” abandonando a vida “errante e selvagem”. (APEM, 1997: Doc. 745, pp. 249). Como se vê, as estratégias de sujeição poderiam variar entre a cordialidade e os “meios brandos” até possibilidade de uso da repressão armada, em caso de insubordinação desses índios.

Posteriormente, em outubro do mesmo ano, o diretor da Colônia Leopoldina seria solicitado a prestar informações sobre o fornecimento de objetos e o destino que vinha sendo dado aos índios que alí se apresentavam (APEM, 1997: Doc. 757, p. 251). Determinava que se fizesse o aldeamento dos índios novos que se apresentassem à Colônia e se mostrassem dispostos “à vida civilizada”, para os quais haveria um comerciante encarregado de fornecer alimentação, vestuário e instrumentos de trabalho agrícola (APEM, 1997: Doc. 761, pp. 252-253).

No final de 1855 ocorreria um conflito entre os “timbira” da Colônia Leopoldina e índios Guajajara situados na margem do Grajaú. O diretor da colônia foi então orientado a conter os índios em seus aldeamentos mantendo-os no trabalho das roças, a fim de onerar menos a Província. Nessa ocasião foram também fornecidos aos índios instrumentos agrícolas (APEM, 1997: Doc.762, p.253).

Essa não seria a única situação de conflito entre os timbira das matas do Grajaú e Mearim e grupos Guajajara, os quais encontravam-se num processo de reassentamento territorial deslocando-se, desde as primeiras décadas do século XIX, das matas do alto Pindaré e Carú para o alto curso desses rios. A grande mobilidade dos timbira, especialmente dos grupos autônomos ou “selvagens” produziria conflitos ocasionais entre esses dois grupos étnicos, o que constituiria um, senão o principal fator da sua propagada rivalidade com os *Tenetebara*.

Conforme foi citado, uma epidemia de febre ocorrida em 1855-56 teria eliminado, em grande parte, a população dos timbira Kreyê e Pobzé aldeados na Colônia Leopoldina. Nimuendaju aponta uma queda acentuada dessa população no período, o que indicaria, ainda, uma grande dispersão desses grupos abandonando os aldeamentos e retornando a vida na floresta. Essa depopulação e a transferência da administração da Colônia para um missionário, em 1857, levariam a novas transformações na mesma. Vindo de experiência anterior na Colônia Januária, o padre Carlos Winkler procuraria dinamizar as relações dos índios da Leopoldina com os agentes coloniais. Um dos sinais dessa mudança seriam as suas constantes solicitações à administração provincial, como a da substituição do feitor pôr um intérprete, e especialmente, a transferência da colônia para a margem esquerda do rio Mearim, em terras devolutas que seriam compradas para tal.

As tentativas de fazer *prosperar* a Colônia Leopoldina esbarravam na administração provincial que alegava o *caráter provisório dessa colônia*⁴⁷ para a recusa às propostas do novo diretor. Entretanto, em fins de 1858 um grupo de índios que havia abandonado a Leopoldina dois anos antes, em função da epidemia de febre retornava reiniciando suas roças. Pela terceira vez foi tentada a transferência da colônia para as margens do Mearim, sem haver, entretanto, a concordância da administração provincial. No início dos anos 60 vários “timbira” abandonaram

⁴⁷ Esse argumento expressa a ideologia neocolonialista que orientava o sistema de diretorias e colônias indígenas, e a legislação indigenista do Império, onde os aldeamentos indígenas eram vistos como uma etapa para assimilação ou desaparecimento étnico dessas populações. Essa visão originada nos tempos coloniais alcançaria o século XX.

novamente a Colônia e tentariam instalar-se em nova área, a qual foi considerada “inadequada” pelo diretor, em função da grande proximidade com fazendas e “moradores” da região.

Essa iniciativa dos “timbira” foi logo respondida pela administração provincial, a qual organizou uma expedição a fim de impor a sujeição a esses índios, e o seu retorno à colônia Leopoldina. Assim, o presidente da província encarregaria o intérprete José Bento de Barros para comandar dessa “entrada”, para a qual foi convocada, através dos comandantes da Chapada, a participação dos índios Canela, sob a supervisão de seu diretor parcial, e um grupo de “praças” disponíveis, a fim de impor aos “timbira” o retorno à Colônia Leopoldiana. (Coelho, 1990: 164-165)

Através dessas ações da administração de índios é possível identificar dois elementos: de um lado, a situação de “aldeamento” nas colônias indígenas constituía uma forma de sujeição da qual os grupos indígenas não poderiam prescindir. Assim, os índios da Colônia Leopoldina, que ali chegaram voluntariamente teriam se transformado em *reclusos* dessa unidade administrativa, o que demonstra que os objetivos dessas colônias eram voltados não para os “catecúmenos” mas para os “moradores”. Tratava-se de uma estratégia de sujeição social e de expropriação territorial desses timbira. De outro lado, a participação dos Canela nesse processo apenas reafirma as condições da “aliança” formalizada junto às instâncias e aos agentes da sociedade colonial e pós-colonial, onde serviriam mais uma vez como elementos de afirmação da dominação colonial sobre outros grupos timbira.

Dentre as experiências de colonização indígena no Maranhão, a da Colônia Leopoldina seria a que “melhores resultados” traria, especialmente em termos econômicos. Na década de 60, mesmo com a grande depopulação sofrida em função das epidemias que em anos anteriores atingiram essa colônia, a sua produção de algodão manteria certa estabilidade que permitia a comercialização do excedente, entre 10 a 30 sacas pôr safra. Os recursos gerados pela venda dessa produção seriam reinvestidos na colônia, com a compra de equipamentos como forno de cobre e outros instrumentos para a produção de farinha, serra para o desencarouçamento de algodão, e outros.

A concentração e a disponibilização de mão-de-obra indígena às demandas da sociedade pós-colonial que caracterizaria as colônias indígenas, também ocorreria em relação aos “timbira” da Colônia Leopoldina. Em 1867, quando se desenvolveram trabalhos de desobstrução do rio Mearim, foi solicitado ao diretor dessa colônia que prestasse auxílio ao encarregado da

obra fornecendo índios para esse trabalho. Um pouco mais tarde, o presidente da província desautorizaria a contratação de um professor de primeiras letras à Colônia alegando *disposições legais que impediriam tal ato*.

As tensões e conflitos presentes nas relações intersocietárias no alto Mearim seriam traduzidos novamente em termos de conflitos envolvendo os índios da Colônia Leopoldina com outros grupos indígenas. Assim, em 1877 vivia-se uma situação de tensão entre os moradores da região decorrente das “correrias” praticadas principalmente pelos grupos considerados “selvagens”. Nesse momento, os “timbira” da Leopoldina juntamente com índios Guajajara teriam entrado em conflito com um grupo de índios “Gavião” (Pukobyê?), os quais teriam sido por estes dispersados. Muitos moradores teriam abandonado suas casas e roças em função desses conflitos (Coelho, 1990: 165).

No início dos anos 80, a Colônia Leopoldina contava com 226 índios e mantinha seu custeio através da produção agrícola, situação que se estendeu até o início dos anos 90, quando seria a única das colônias indígenas então existentes no Maranhão a manter certa autonomia econômica. De outro lado, as “correrias” constantes de índios “selvagens” pelas fazendas e por outros estabelecimentos às margens do Mearim faria com que o presidente da província solicitasse ao diretor dessa colônia apoio ao subdelegado de polícia do Alto Mearim no sentido de conter ou afugentar esses índios.

Assim, os “timbira do baixo Mearim”, em três décadas passariam da vida autônoma nas matas do Mearim e Grajaú para a condição de dominação na Colônia Leopoldina. Reclusos em uma pequena porção de seu antigo território e sujeitados a se transformar em produtores agrícolas e em mão-de-obra para diferentes demandas da sociedade pós-colonial, esses timbira tiveram destino semelhante a muitos outros grupos indígenas que optaram pela convivência junto à sociedade nacional, sobretudo pela condição de dominação étnica a que foram colocados.

Na primeiras décadas do século XX, foram apontadas a existência de duas aldeias desses “timbira”: Cajueiro, com 43 *Kreyê*, e Santo Antonio, com 120 *Kukoekamekra* situadas próximas uma da outra, numa região florestal entre o Mearim e o Grajaú. Nesse período, os “*Pobzé*” já eram dados como extintos ⁴⁸(Nimuendaju, 1946: 15).

⁴⁸ Alguns “remanescentes” dos “timbira do baixo Mearim” se encontravam, até recentemente, entre os Tenetehara da Terra Indígena Pindaré; outros haviam se refugiado nas matas do Gurupi na segunda metade do Século XIX, e foram designados por Nimuendaju como “Timbira do Araparityua”. Atualmente seus descendentes vivem na Terra Indígena Alto Turiaçu, às margens do Rio Gurupi, onde compartilham território com os Urubú-Kaapor e Tembé. Cf. Nimuendaju, 1946: 13-14.

2.4.2 As Diretorias de Índios no Maranhão

O chamado “sistema de diretorias e colônias indígenas” corresponde à criação de estruturas que viabilizaram a execução da política indigenista elaborada sobretudo pelo Segundo Império, mas que refletem mudanças e persistências legais e concretas de períodos anteriores. De acordo com o Decreto 426 seriam criadas em cada província, uma “diretoria geral de índios”, à qual estariam vinculadas uma série de “diretorias parciais”, localizadas nas regiões de maior concentração de aldeias e populações indígenas, além das “colônias indígenas”. Essa estrutura regional seria comandada por um “diretor geral de índios” diretamente vinculado ao poder central, e ao qual estariam subordinados os “diretores parciais” e das “colônias indígenas”.

As “diretorias parciais” poderiam circunscrever-se a uma vasta área, como por exemplo, as vertentes de um ou mais rios abrangendo os grupos indígenas ali situados, ou a áreas mais restritas abarcando apenas uma ou algumas aldeias. Ao contrário das “colônias indígenas” que se situavam em áreas geográficas definidas, as diretorias parciais por abranger um vasto território, não se prestavam a tal. Ao que parece, as colônias indígenas formavam unidades vinculadas diretamente às diretorias gerais, estando, portanto, seus diretores subordinados ao diretor geral de índios da respectiva província⁴⁹.

Em termos gerais, ao diretor geral de índios caberia, dentre outras, as seguintes funções: decidir sobre a manutenção ou remoção de aldeias, e sobre a permanência de grupos ou indivíduos indígenas que relutassem à transferência; identificar e arrolar os grupos indígenas aldeados e os que viviam em “hordas errantes” e indicar missionários para sua conversão religiosa; distribuir aos diretores parciais os objetos destinados aos índios pelo governo provincial; propor ao presidente de província a demarcação dos distritos das aldeias, e fazer demarcar as terras doadas aos índios⁵⁰; identificar as aldeias que pudessem “pelo seu

⁴⁹ Essa não era, entretanto, a sua condição inicial. As três colônias indígenas criadas na Província do Maranhão, a partir de 1854 – São Pedro de Pindaré, Januária e Leopoldina – estiveram vinculadas à uma diretoria de colonização até 1859, quando esta foi extinta. A essa diretoria ligavam-se, ainda, as colônias de estrangeiros e as colônias militares, as quais em seu conjunto expressavam a política expansionista do Império, e os interesses dos proprietários de terra preocupados com a escassez de mão-de-obra escrava. As colônias indígenas passariam, então, para o âmbito da Diretoria Geral de Índios. Cf. Coelho, 1990: 136.

⁵⁰ Na realidade a unidade física passível de demarcação não eram as colônias indígenas, nem tampouco as diretorias parciais, mas as *aldeias*, de modo que no âmbito de uma mesma diretoria parcial ou colônia poderiam haver aldeias demarcadas, e outras não. O próprio sentido da palavra “aldeia” estava mais relacionado a uma continuidade da tradição colonial dos “aldeamentos” jesuíticos, ou seja de populações indígenas “descidas” e concentradas em locais definidos pela autoridade religiosa ou civil, do que às aldeias tradicionais dos grupos autônomos.

adiantamento” aforar terras para “casas de habitação”; dar licença para o ingresso de pessoas que desejam negociar nas aldeias, e retirá-las quando julgar conveniente; propor à Assembléia Legislativa Provincial a criação de escolas de primeiras letras; cuidar de vacinação nas aldeias em situação de epidemia, etc.

Aos diretores parciais estabelecidos em cada aldeia ou conjunto de aldeias caberia informar ao diretor geral de índios, sobre a necessidade em desenvolver trabalhos em conjunto; designar terras para as plantações e inspecioná-las, nomear índios para trabalhos em comum; aplicar recursos e instrumentos segundo as determinações do diretor geral; manter sob suas ordens a força militar que fosse mandada colocar na aldeia; alistar índios na prestação de serviço militar; providenciar a demarcação das terras dadas aos índios⁵¹; prestar contas trimestralmente sobre as atividades e acontecimentos em cada aldeia, bem como elaborar relatório anual sobre o estado em que se encontram, servir de procurador dos índios, e outras funções (Decreto 426, 24/07/1845, in Coelho, Op. Cit, 86-90).

Além do diretor parcial, sobre cuja responsabilidade recairia a totalidade das aldeias e da população indígena sob sua jurisdição, deveria haver, em cada aldeia tesoureiro, almoxarife e um cirurgião, caso se fizesse necessário. Nas aldeias recentemente estabelecidas haveria, ainda, um missionário a fim de instruir os índios na religião católica, e de ensinar leitura e escrita aos índios mais jovens, e também aos adultos, que voluntariamente se dispusessem a tal. O diretor geral e o diretor parcial, enquanto investidos de suas funções, seriam chamados respectivamente por “brigadeiro” e “tenente-coronel”, e o tesoureiro por “capitão”, e todos esses agentes se apresentariam vestidos com uniformes militares do Estado Maior do Exército. (Decreto 426, 24/07/1845; in Coelho, 1990: 86-96).

Evidentemente a realidade escapava totalmente às determinações legais. Como regra, o descompasso entre as propostas contidas nos documentos legais e a realidade concreta nas diretorias parciais e colônias indígenas era acentuado. Nestas vigoravam formas de abuso e exploração que antecederam ao “Regulamento das Missões”, as quais eram frequentemente apontadas nos relatórios do diretor geral de índios, e dos presidentes de província. A respeito da exploração a que os grupos indígenas eram submetidos, muitas vezes pelos próprios diretores parciais e das colônias indígenas afirmava Perdígão Malheiros:

⁵¹ No Maranhão, as aldeias estabelecidas no alto Mearim e Grajaú, a partir de 1839 deveriam ter uma légua de frente por duas de fundo. Cf. Lei Provincial no. 85, in Carneiro da Cunha, 1992 (Org): 20 e 175.

Os diretores cuidam em tirar dos índios o maior proveito possível, não em bem dos mesmos índios, das aldeias e do país, mas em seu próprio; pouco ou nada se importam com o bem-estar desses infelizes, seu desenvolvimento, civilização e progresso; enlevam-se nas honras militares que lhes dá a graduação conferida pelo citado Regimento, em discutir se devem ter o tratamento de Senhora ou Excelência, e em outras futilidades semelhantes (Perdigão Malheiros, 1976: 224; in Coelho, 1990: 90-91).

A condição de isolamento da maioria das aldeias indígenas no Maranhão, a ausência de remuneração ao trabalho dos diretores parciais, e a falta de pessoal qualificado para o exercício dessa função constituíam condições propícias à extorsão e exploração das populações indígenas aldeadas. Essas questões eram assim relatadas pelo diretor geral de índios do Maranhão em 1854:

O diretor-geral não podendo visitar pessoalmente as aldeias, que se acham disseminadas pelos lugares mais remotos da Província, tem de necessariamente confiar-se nos diretores parciais, que pela maior parte não cumprem os seus deveres, e longe de serem protetores dos índios alguns tem havido que são seus maiores perseguidores. (Dr. José Maria Barreto Dias Jr., Relatório dirigido pelo Exmo. Presidente da Província do Maranhão Honório de Azevedo Coutinho...1850, pp 57-61).

De modo geral, a legislação indigenista no Maranhão provincial seguiu as determinações e orientações advindas do poder do Império. Na maioria das vezes, as decisões cruciais à vida das populações indígenas eram tomadas a nível central, cabendo às províncias executá-las. Mas, a despeito do caráter mais geral dessa legislação, muitas vezes predominaram as peculiaridades regionais na aplicação dessas leis e regulamentos. Um exemplo dessa permanência seria o fato de que, antes mesmo do advento do “Regimento das Missões” foram criadas leis locais pelos governos provinciais, como a Lei no. 85, de 02/07/1839 que levou ao estabelecimento das três missões indígenas no Pindaré, Mearim e alto Grajaú.

2.4.3 Os Timbira nas Diretorias Parciais no Alto Mearim e Grajaú

Durante a segunda metade do século XIX foram criadas na Província do Maranhão 26 diretorias parciais de índios e 7 colônias indígenas seguindo-se os dispositivos do Decreto Imperial 426, de julho de 1845.⁵² Essas diretorias parciais foram implantadas em áreas de grande concentração de aldeias, e de expansão das fronteiras econômicas, com o objetivo de estabelecer

⁵² Vide Quadro 02 referente às Diretorias Parciais de Índios do Maranhão – 1847-1888, em Apêndices.

o controle do Estado sobre esses grupos, e possibilitar a ocupação dos territórios contíguos às áreas reservadas às aldeias pelos agentes das frentes expansionistas.

O cronograma de implantação das diretorias parciais de índios na província do Maranhão demonstra a repercussão do Decreto 426, de julho de 1845. Entre 1847 e 1868 seriam criadas 18 diretorias parciais segundo os critérios estabelecidos no “Regulamento das Missões”, e mais 8 diretorias até 1888⁵³. O maior número de diretorias parciais seria criado em 1854 sendo quatro na região do rio Pindaré, o que reflete o interesse da Província em estabelecer o controle das populações indígenas, especialmente dos grupos timbira, que vinham atacando fazendas e embarcações naquela região. Nesse ano foi expedido, também, um regulamento disciplinando as ações dos diretores parciais de índios.

Ainda em 1854 foi expedido um regulamento pelo presidente da Província Olímpio Machado dispendo sobre a abertura, concerto e conservação de três estradas, para a qual criava um corpo de trabalhadores indígenas, formado por índios fixados em aldeias próximas à povoação de Barra do Corda. Esse Regulamento previa o alistamento de todos os índios aptos aos serviço de abertura de estradas, os quais seriam divididos em turmas de 30 a 40 indivíduos. Tratava-se de um ambicioso projeto da administração provincial que pretendia a construção e manutenção de estradas comunicando Barra do Corda à vila da Chapada, à vila de Caxias, e aos campos de Anajatuba, situados junto ao litoral do Maranhão (Regulamento de 27/07/1854, in Carneiro da Cunha, 1992: pp 230-234).

Esse documento reflete a postura da administração provincial em relação às populações indígenas aldeadas e a utilização de sua mão-de-obra, as quais seriam compulsoriamente engajadas nesse projeto recebendo salários pagos em “mercadorias e gêneros”, além de uma ração diária de carne e farinha. Expressam, também, a intensidade da exploração do trabalho indígena, cuja remuneração corresponderia a 7% do salário de um diretor de obras, e a quase metade do salário de um cabo, função imediatamente superior (Coelho, 1990: 98). De outro lado as “mercadorias e gêneros” seriam sempre superfaturados, acentuando ainda mais essa exploração.⁵⁴

⁵³ Em 1847 foram criadas as quatro primeiras diretorias parciais; em 1855 foram criadas mais duas diretorias; mais uma a cada ano respectivamente entre 1859 e 1864; duas em 1871; quatro em 1873, e mais uma em 1884 e 1888, totalizando vinte e seis diretorias parciais. Cfe. Coelho, Op. Cit, 97.

⁵⁴ As primeiras referências à utilização da mão-de-obra indígena na construção de estradas, na região do Alto Mearim datam de 1844, quando Manoel Rodrigues de Melo Uchôa foi autorizado à construção de uma estrada entre a vila de Barra do Corda e a fazenda Pedreira, no Mearim, utilizando para isso, índios Guajajara e Matteiro, que

2.4.3.1 Caracategé, “Gavião” e Guajajara⁵⁵

As primeiras diretorias parciais de índios no Maranhão seriam criadas ainda em 1847, na região do alto Grajaú e alto Mearim. A ocupação progressiva das terras agricultáveis dos vales desses importantes rios centrais do Maranhão pôr agentes da frente agrícola, e a ação das bandeiras de Caxias e Pastos Bons nas décadas anteriores constituíram fatores de conflitos entre os “moradores”, os grupos timbira e outros grupos que ainda não haviam sido neutralizados. Acossados, ainda, pela frente de expansão pastoril que avançava na ocupação das terras do alto Grajaú, esses grupos deslocavam-se constantemente espalhando-se pelas fazendas e causando inquietação aos moradores.

Em seu relatório de 1854, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, o Presidente da Província do Maranhão, Eduardo Machado avaliava assim esse problema:

Seja pelo acometimento de outras tribos selvagens, seja pela falta de mantimentos resultante da escassez de terrenos abundantes de pesca e caça, seja enfim pôr outro qualquer motivo, o certo é que de outubro do ano passado para cá, depois de uma intermitência de alguns anos, tem-se operado nessa Província, em grande escala, notável emigração de índios selvagens, os quais, deixando as cabeceiras dos rios Grajaú e Mearim e os centros das comarcas da Chapada e Viana, tem vindo derramar-se pelas fazendas situadas às margens dos ditos rios... (Relatório com que o Presidente da Província Eduardo Machado...1854, 31).

A despeito de que esses índios apresentassem “disposições benévolas e pacíficas” e não tivessem cometido qualquer ato de hostilidade, argumentava essa autoridade que a sua presença estaria assustando os moradores das fazendas situadas nas margens do Grajaú e do Mearim, podendo a menor imprudência dar lugar a sérios e desastrosos conflitos. Continuava o presidente de província em seu discurso:

...A massa total dos imigrantes, segundo informações que pude colher eleva-se a cerca de duas mil pessoas as quais enquanto não forem regularmente aldeadas, continuarão, como até agora, a viver a custa do governo e dos lavradores do Alto Mearim, que se acham tomados de tamanho susto que até chegam a falar em mudança para outras paragens menos sujeitas às correrias dos selvagens (Relatório...1854, 31).

deveriam “ser chamados à domesticação e povoação”. Cf. APEM, 1997: Doc. 637, p. 247. Em Ofício enviado ao Diretor do Corpo de Trabalhadores Índios de Barra do Corda no final de 1854, foram solicitadas providências em relação aos trabalhos de construção dessa estrada, dentre as quais o “aumento do preço das rezes e cavalgadas”, e a diminuição do número de trabalhadores índios de cada turma. Cf. APEM, 1997: Doc. 736, pp. 246-247.

⁵⁵ Os Guajajara (Tenetehara) constiuem um grupo de língua e cultura Tupi, não se enquadrando, portanto, entre os grupos timbira. Entretanto, são aqui considerados pôr participarem do campo intersocietário da região do Grajaú e Alto Mearim, e pelas históricas relações mantidas junto a esses grupos timbira, e especialmente com os *Ramkokamekra-Canela*.

Em função dessa situação, o presidente da província do Maranhão teria determinado o envio de um destacamento militar para a freguesia de São Luís Gonzaga, e dado ordens para que os “selvagens” fossem aldeados a algumas léguas do centro do Mearim. Nessas circunstâncias, a Assembléia Legislativa provincial teria autorizado a criação de duas colônias indígenas, e de várias diretorias parciais, a fim de resolver a situação de tensão que se desenvolvera na região do Mearim⁵⁶.

Assim foram criadas duas diretorias parciais de índios às margens do Mearim, para aldear os índios *Caracategê*, que vagavam pela margem esquerda desse rio, e uma horda de “Gaviões”. Inicialmente foi criada em 1853 a 2ª Diretoria Parcial, denominada “Jussaral”, a qual deveria, dentre outras coisas, coibir os conflitos entre os *Caracategê* e grupos Guajajara, assim como impedir suas “correrias” pelas fazendas da região. Ao que parece, essa diretoria teve curta duração, uma vez que não surge nos quadros referentes às diretorias parciais publicados nos Relatórios dos Presidentes de Província, especialmente no final dos anos 80.

Com o mesmo objetivo de aldear “hordas selvagens” de índios “Gavião”⁵⁷ e *Caracategê* que vagavam pela margem esquerda do rio Grajaú seria criada, ainda em 1851, a 6ª Diretoria Parcial, chamada “Tapera da Leopoldina”, no local onde havia existido anteriormente um presídio militar fundado para coibir os ataques desses grupos timbira às fazendas da região.

Conta Nimuendaju que, em 1858 foram listadas 14 aldeias “pacificadas” de “Gaviões” e *Caracategê*, no âmbito dessa diretoria, uma das quais creditando a presença de 1000 índios, incluindo aí 600 guerreiros, e um chefe que se autodenominava “o Governador”. Mais tarde essa mesma aldeia teria cerca de 800 índios, incluindo 350 aptos a pegar em armas sob o chefe Belizário. Na década de 70, teria “o Governador”, antes da sua morte, advertido seu povo para se manter em paz com os “cristãos”, e evitar o roubo de gado. Ele próprio havia cedido aos “neobrasileiros” diversas porções de seu antigo território pôr insignificantes compensações (Nimuendaju, 1946: 18).

⁵⁶ Essa decisão do presidente da Província do Maranhão teria repercussão na esfera central da política indigenista. Através de um Aviso, o Ministério do Império informava que o Imperador aprovava as medidas tomadas para conter os “índios selvagens” do Grajaú, e recomendava que as ações se limitassem a proteger as fazendas e moradores do Mearim, empregando a força “em caso de absoluta necessidade”, e que “as tribos selvagens dessa Província” fossem reunidas nas aldeias já existentes. Cf. Aviso no. 4, Ministério do Império; in Carneiro da Cunha, 1992 (org): pp 234.

⁵⁷ Provavelmente trata-se dos *Pukobyê*, cujo território situava-se no alto Grajaú, nas terras banhadas pelo riacho Santana. Como foi visto, trata-se de um dos grupos timbira mais aguerridos, cuja sujeição ocorreria apenas na segunda metade do século XIX. Entretanto sob o nome de “Gaviões” eram designados, também, outros grupos culturalmente próximos àqueles, como os *Krikati*, e os *Parkateyê*, que teriam se desmembrado dos *Pukobyê* nesse período.

Dados de 1862 atestam a presença de cerca de 4000 índios no âmbito dessa diretoria. Mesmo após seu aldeamento esses índios continuariam com suas “correrias”, e seriam acusados de roubo de gado nas fazendas da região. Nesse período teria sido solicitado a nomeação de um intérprete para se tentar a “pacificação” desses índios que habitavam o interior das matas e se recusavam a estabelecer relações com os agentes coloniais. Dados de 1867 indicam que os índios dessa diretoria encontravam-se distribuídos pôr mais de 14 aldeias, algumas “pacificadas” e “muitas outras em estado de barbaridade” totalizando 2200 índios dentre as aldeias mais conhecidas (Relatório do Presidente de Província do Maranhão...1867). Em 1870 a população dessa diretoria havia caído para cerca de 2000 índios, o que indica um decréscimo de 50% em relação à de 1862.

Os conflitos entre os *Caracategé* e “Gavião” da Tapera Leopoldina e os moradores das fazendas do Grajaú e Mearim se estenderam à segunda metade do século XIX. Em 1873 teria havido um sangrento confronto entre esses índios e uma força de 47 homens enviados pelo diretor da 10ª Diretoria Parcial “Alto Pindaré”, em decorrência do qual os “Gaviões” ficaram “sublevados”, e os moradores receosos de ataques desses índios. Isso levou o presidente da província a solicitar providências, dentre as quais a demissão o citado diretor parcial.

Para dar fim às “correrias” desses índios foi restabelecido o destacamento militar dessa diretoria, mas em 1879, os timbira da Tapera da Leopoldina entrariam novamente em confronto com os moradores na fazenda São Félix, resultando em mortes e feridos, o que levou à solicitação de um reforço de tropas para conter esses índios.

As tentativas de aldeamento dos “Gavião” e dos “Caracategé” situados entre o rio Grajaú e o alto Pindaré na segunda metade do século XIX demonstram que esses grupos não haviam ainda sido submetidos pelos agentes coloniais nesse período. Os constantes ataques às fazendas de gado do alto Grajaú, e os conflitos com os “moradores” indicam que esses grupos procuravam manter sua autonomia étnica e territorial, para o desespero dos habitantes das fazendas que se estabeleciam nessa região. De outro lado, outras três diretorias parciais eram criadas, com o objetivo de aglutinar as populações indígenas em pequenas porções de seus antigos territórios possibilitando o avanço das frentes de expansão na região do alto Grajaú e alto Mearim, bem como para conter as “correrias” e conflitos desses grupos entre si, e com os “moradores” das margens desses rios. Essas diretorias seriam implantadas, sobretudo, para o

controle de grupos “Guajajara” (*Tenetebara*), os quais ocupavam essas terras, à medida em que os grupos timbira eram reduzidos nas aldeias e colônias indígenas.

No âmbito da comarca da Chapada (atual município de Grajaú) seria criada, ainda em 1847, a 1ª Diretoria Parcial de Índios, denominada Barra do Corda, a qual abrangeria sete aldeias de índios “Guajajara”, que habitavam as margens dos rios Corda e duas aldeias de “Matteiros”, que situavam-se nas margens do Mearim, desde as vertentes do riacho Engeitado até a foz do rio das Flores totalizando 1270 índios. Essa diretoria parcial havia sido criada, inicialmente, para administrar os índios Canela que se situavam no rio Corda, os quais teriam se estabelecido nas proximidades da povoação de Barra do Corda, por determinação de agentes coloniais, a fim de participar das expedições realizadas para sujeitar os *Caracategé* e outros timbira do alto Mearim, e dar suporte à criação da referida povoação.

Além destas seriam criadas outras diretorias parciais na região do Grajaú voltadas para o controle dos “Guajajara”: em 1847 foi criada a 4ª Diretoria Parcial na Foz do Grajaú abrangendo 6 aldeias, as quais somavam cerca de 500 índios, e situadas nas margens do rio Grajaú, desde a sua foz até o lugar denominado Palmeira Torta. Essa diretoria se somaria posteriormente à 5ª Diretoria nomeada Palmeira Torta, a qual estaria situada entre as vilas da Chapada e da Barra do Corda. Quando foi “elevada” à Colônia, em 1870, essa diretoria contava com 3.500 índios, distribuídos por 53 aldeias.

Após o aldeamento dos “Guajajara” continuaram a haver conflitos na região da Palmeira Torta, como ocorreu em 1856, devido aos assassinatos ocorridos no interior dessa colônia, tanto de um branco, como posteriormente de um índio, os quais não foram esclarecidos pela direção da aldeia. Em 1866 índios da Palmeira Torta e da 4ª Diretoria Parcial (Foz do Grajaú) se sublevaram, o que levou habitantes das margens do Grajaú a abandonar suas propriedades temendo ataques desses índios, e o juiz do Mearim a solicitar providências, pôr considerar que essas ocorrências colocavam em risco o comércio e a navegação para a vila da Chapada.

Em 1886, o presidente da província solicitou ao prelado diocesano, alguns missionários capuchinhos para se dirigirem à Palmeira Torta e ao alto Pindaré, a fim de levar os índios sublevados à paz. No ano seguinte foram designados 100 praças da Guarda Nacional a fim de impor a “paz” a esses “Guajajara”. Ao final desse ano o subdelegado de Monção comunicava

que esse objetivo teria sido atingido, com o auxílio de “capitães de maloca” que não haviam aderido ao levante.

Ao que parece, esses levantes “Guajajara” resultaram das doenças que atingiram as aldeias, e do relacionamento entre diretores dessa colônia e os índios. Isso foi objeto de consideração no relatório do presidente da província, Antonio Alves de Sousa Carvalho apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 04 de abril de 1867, no qual considerou que os ataques praticados pelos índios do Grajaú e Pindaré teriam sido incitados pôr indivíduos imprudentes, e que não encontrando apoio por parte dos respectivos diretores teriam dado seu grito de vingança. O presidente teria tomado providências para “pacificar os índios”, investigar as causas do levante e punir os culpados (Coelho, 1990: 172).

Assim, da mesma forma como procedia diante dos grupos timbira, o sistema de diretorias e colônias indígenas se utilizaria de diferentes métodos para levar os “Guajajara” à sujeição. Vistos como mais aptos ao desenvolvimento de atividades “produtivas”, esses índios tiveram sua força-de-trabalho explorada em diferentes empreendimentos, tanto públicos - como na construção e manutenção de estradas, como privados - nas embarcações que trafegavam pelo Grajaú e Mearim, e no trabalho agrícola, nas fazendas da região. De outro lado, as tentativas de recuperar parte de sua antiga autonomia foram violentamente interrompidas pela ação de tropas militares, estrategicamente situadas nessas regiões, ou para lá enviadas.

Os conflitos entre os “Guajajara” e os agentes ligados às diretorias parciais e colônias indígenas no alto Grajaú e alto Mearim inaugurariam um campo intersocietário envolvendo esses grupos, os agentes tutelares e segmentos da sociedade regional que se organizava nessas regiões de ocupação mais recentes pelas frentes de expansão. Decorrente da situação de dominação a que foram submetidos os *Tenetebara*, esses conflitos entre índios, agentes das diretorias e colônias indígenas, e segmentos agrícolas se estenderia por todo o século XIX e início do século XX, quando ocorreu o principal confronto entre índios e brancos em toda a região do Grajaú e Alto Mearim, conhecido como “massacre do Alto Alegre”⁵⁸. Renovados e adaptados a novas circunstâncias, esses conflitos intersocietários teriam continuidade durante todo o século XX.

⁵⁸ O “massacre do Alto Alegre” constitui o desfecho de uma situação histórica de sujeição a que foram submetidos os *Tenetebara*-Guajajara, e será abordado no capítulo 3 dessa dissertação.

2.4.3.2 “Canela” e “Matteiro”

A preocupação da administração provincial em estabelecer o controle sobre os grupos timbira resultaria, logo após a expedição do “Regulamento das Missões” (1845), na criação das primeiras diretorias parciais de índios no Maranhão, as quais seriam concentradas na região do alto Grajaú e alto Mearim. Já em 1847 seriam fundadas duas diretorias parciais voltadas para a administração dos índios “Canela” e “Matteiro”, o que reflete a importância desses grupos no equacionamento da política indigenista do Império no Maranhão.⁵⁹

Com o objetivo de aldear algumas “hordas” de índios “Matteiro” que se achavam dispersos pelas margens do Alto Mearim, entre os morros Cocal Grande e Bezerra, assim como outros grupos que habitavam a montanha Pico, à margem esquerda e quase nas cabeceiras do Itapecuru, além de índios Guajajara situados às margens do rio Corda seria estabelecida a 1ª Diretoria Parcial de Índios, denominada Barra do Corda. Essa diretoria seria implantada para estabelecer o controle sobre esses dois grupos “Matteiro” ainda autônomos, os quais em meados da década de 40 promoviam ataques às fazendas e estabelecimentos situados entre o Itapecuru e o Alto Mearim, e a sete aldeias Guajajara situadas ao longo do rio Corda, que totalizavam cerca de 1270 índios.⁶⁰

O diretor parcial desde a criação dessa diretoria foi Manoel Rodrigues de Melo Uchôa, considerado o “fundador” da povoação de Barra do Corda, que permaneceu no cargo até 1857, quando foi substituído por João da Cunha Alcanfor.

Em 1854 seria criada a 12ª Diretoria Parcial, do Alto Mearim, abrangendo quatro aldeias dos “Matteiro” situadas entre o alto Mearim e o alto Itapecuru, as quais totalizavam cerca de 671 índios (Relatório do Presidente de Província do Maranhão, 1867). O seu diretor parcial, Frederico Augusto de Sousa, nomeado em 1856, teria contactado mais de 40 “Matteiro” próximo ao Morro do Bezerra, *tendo encontrado esse grupo drasticamente reduzido pelas “febres malignas” que assolaram suas aldeias*. Os poucos sobreviventes dessa epidemia teriam se

⁵⁹ Os documentos provinciais se referem aos *Capiekrân* ou “Canella Fina” citados por Paula Ribeiro, em função da sua localização geográfica, e da *situação de aldeamento* em que estavam inseridos. Assim, surgem nesses documentos os “Canelas da Chapada”, “Canelas do Alpercatas”, “Canelas do Grajaú” e “Canelas do rio Corda”, indicando as respectivas “aldeias” controladas, de alguma forma, por agentes ligados à administração provincial. Os “Canela do Grajaú” seriam, provavelmente relacionados aos “Ponecrá” citados por Paula Ribeiro, ou aos “Aponijecrãs”, de que fala Martius. Da mesma forma, os *Sakamekrân* ou “Timbiras da Matta” são referidos, agora, como “Matteiro”.

⁶⁰ A Diretoria Parcial da Barra do Rio Corda abrangia, em 1850, 07 aldeias Guajajara, duas aldeias de “Matteiro” e 3 “hordas” de *Cramgês* (Kreyê) autônomos, e localizava-se nas margens do rio Corda e Mearim, entre a foz do rio Flores e a embocadura do riacho Engeitado.

estabelecido nas margens do rio das Flores. Como persistiu esse mal, o diretor parcial os transferiu para a margem direita do Mearim, no local conhecido por Itans, para onde seriam enviados pelo governo provincial tecidos, ferramentas agrícolas, além de um forno de cobre para torrar farinha.

Dez anos antes (1845-46), os “Matteiro”, que até esse período formavam, junto aos Gamella de Codó, o grupo indígena que maior resistência oferecia ao avanço das fronteiras coloniais pelo vale do Itapecuru até o alto Mearim, tendo destruído inúmeras fazendas e aniquilado ou afugentado a maior parte das “bandeiras” que contra estes se organizou. Nesse período foram alcançados pela expedição organizada por Luís José Henriques, cujo objetivo era a neutralização e sujeição desse grupo timbira favorecendo, assim, a ocupação colonial das terras situadas entre os vales desses rios.

Como resultado dessa “entrada”, 36 “Matteiro” aprisionados teriam sido levados para São Luís, mas apenas 25 desses índios chegariam à Capital da Província, ocorrendo a morte de seis índios nesse trajeto, e ficando outros impossibilitados de seguir viagem.⁶¹ Da Capital, a maioria desses índios seria enviada à Colônia São Pedro de Pindaré, junto a um grupo de índios de Guajajara que havia participado da sua sujeição, enquanto que alguns foram “convocados” a ingressar na Marinha.⁶² A despeito de serem considerados “alegres e trabalhadores” muitos “Matteiro” fugiriam dessa Colônia, vítimas de “maus tratos”, inclusive espancamentos, e na tentativa de reencontrar seus parentes e pares.

Os grupos que permaneceram no território ancestral foram, aos poucos, sendo destruídos pôr doenças e por confrontos com moradores. Conforme atesta Nimuendajú, após uma série de deslocamentos dentro de seu antigo território, parte dos timbira “Matteiro”, por volta de 1860, teria se estabelecido junto aos “Canela da Chapada”, seus antigos inimigos, localizados próximo ao rio Alpercatas. Entretanto, essa junção seria temporária, retornando esse pequeno grupo às matas banhadas pelo rio das Flores, onde procuraram abrigo no brejo da Mucura, junto às nascentes mais isoladas do Flores (Nimuendaju, 1946: 34).

Conforme apontam os documentos, essa diretoria parcial teria ficado acéfala, a partir de 1860 até o ano de 1862, uma vez que seu diretor solicitou demissão do cargo alegando que os

⁶¹ Os motivos dessas mortes e “impossibilidades” não foram abordados nos documentos consultados.

⁶² Era relativamente comum no século XIX o envio de índios “selvagens” recém-capturados para serem “alistados” à Marinha, baseado na crença de que teriam esses índios “aptidões naturais para a navegação”. Carneiro da Cunha, (org) 1992: 28.

Matteiros teriam abandonado seu local de aldeamento para se *juntar* aos Canela. Dados de 1867, da Secretaria de Estado da Província indicavam uma população de 671 “Matteiro” no alto Mearim. Em 1871 essa diretoria parcial era dada como totalmente abandonada. Em 1888, era apresentada uma estatística, onde foram computados cerca de 70 “Matteiro” no alto Mearim. A acentuada depopulação do grupo decorria tanto dos surtos epidêmicos que atingiram esses índios, como da ocupação intensiva de seu território pôr agentes da frente agrícola.

Incapazes de manter sua autonomia diante da progressiva e inexorável ocupação de seu território e da grande perda demográfica decorrente das epidemias, os “Matteiro” teriam, no final da década de 90, procurado abrigo junto aos seus antigos inimigos, os “Canela” juntando-se a estes e, com isso, terminando sua existência como grupo étnico autônomo (Nimuendaju, 1946: 34-35).

Assim como ocorreu em relação aos “Matteiro”, os “Canela” foram envolvidos pelo sistema de diretorias parciais implantado no Maranhão. Conforme o citado, já em 1847 fora criada na Comarca da Chapada, a 3ª Diretoria Parcial de Índios denominada “Alpercatas” envolvendo 03 aldeias de índios “Canela” “pacificados” totalizando 600 índios. Essas aldeias encontravam-se localizadas, respectivamente no rio Alpercatas, nas cabeceiras do Corda, da Estiva e na Serra Branca. A essa diretoria se vinculou, posteriormente, o grupo de índios “Matteiro”, que em 1860 havia se reunido aos Canela. (Relatório do Diretor Geral de Índios, 1862)

Pouco antes da fundação dessa Diretoria, o cidadão João Estevão Serraine havia apresentado um relatório ao presidente da província, abordando a situação dos índios “Canela”. Informava que esses índios se encontravam distribuídos pela Aldeia Águas Claras, com 171 moradores, “sendo 119 de bom serviço, 49 crianças e 03 mulheres prenhas”, e por outras duas aldeias. Conforme informava Serraine, todos os índios dessa aldeia andavam nus, como também os da aldeia do riacho do Ponto, e expôs sobre a “necessidade” de organizar esses índios para o trabalho, para o qual seriam necessárias terras boas e férteis, que haveria a três léguas do riacho do Ponto. Tendo visitado as roças desses “Canela”, Serraine considerou-os “desprevenidos” de ferramentas, e outros utensílios, os quais solicitou ao presidente da província.

Afirmou esse agente que os “Canela” mostravam-se satisfeitos pôr contarem com a “proteção” do governo, e atendendo a um pedido desses índios, indicava o nome do padre Fernando de Freitas Costa d’Oliveira, coadjutor da Freguesia, para a catequização dos mesmos.

Concluiu seu Relatório afirmando que uma vez fornecidas as ferramentas necessárias, jamais faltaria aos “Canela” alimentos, e solicitou a presença de um destacamento para permanecer na área, uma vez que o local era muito frequentado por “malvados”.

Serraine seria o primeiro diretor parcial dos “Canela do Alpercatas” tendo permanecido no cargo até 1854, quando foi substituído pelo coronel Diogo Lopes de Araújo Sales. Em 1850 a população dessa diretoria já havia aumentado para 703 índios, e em 1854 eram vistos pelo diretor geral de índios, como “...muito trabalhadores, e conquanto guerreiros tem boa índole...” (Relatório da D.G.I. José Maria Barreto, 1854). Em 1856, o novo diretor parcial do Alpercatas seria autorizado pelo presidente da província a realizar um “ensaio de colonização” *reunindo todas as aldeias Canela numa só povoação*. Os resultados dessa tentativa não foram objeto de consideração nos relatórios posteriores, o que leva a crer no seu insucesso.

A “aliança” dos “Canela” com a administração colonial se manteria ao longo da segunda metade do século XIX: de um lado fornecendo “guerreiros” às expedições contra outros grupos indígenas, colaborando firmemente na sujeição desses grupos; e em contrapartida, obtendo benefícios junto ao governo da província, na forma de instrumentos agrícolas, tecidos, mantimentos e armas de caça. Assim, em 1861, 17 índios dessa diretoria participaram, junto ao intérprete da Colônia São Pedro de Pindaré, João Bento de Barros, e de uma tropa de destacamento, de uma expedição à Colônia Leopoldina, a fim de impor aos *Cramzé e Pobzé* que haviam deixado essa Colônia, o retorno à mesma. De outro lado, os “maiorais” dos “Canela” eram agraciados com visitas à Capital da Província, de onde retornavam sempre com fornecimento de “gêneros”, como tecidos, armamentos, miçangas e instrumentos de trabalho agrícola.

Como foi visto, em 1860, os “Canela” vinculados à 3ª Diretoria Parcial do Alpercatas receberiam cerca de 40 índios “Matteiro”, os quais abandonaram suas aldeias às margens de um afluente do Mearim, a fim de reunir-se junto aos “Canela do Alpercatas”. Conforme atesta Nimuendaju, essa junção seria temporária tendo retornado esses “Matteiro” em pouco tempo, ao seu território situado nas vertentes do rio das Flores, no alto Mearim, ao norte do território Canela. Mais tarde, em 1878, o presidente da Armada forneceria patentes da Guarda Nacional a

três índios “Matteiro”, antigos inimigos dos “Canela”, que a eles se agregaram⁶³ (Coelho, 1990: 177-178).

Nesse período, como foi visto, os Matteiro, vítimas de muitas epidemias e das ações militares, abandonaram definitivamente o seu território ancestral tendo se amalgamado junto aos “Canela da Chapada” Conforme sugerem os documentos provinciais, a junção desses grupos correspondeu também, ou talvez, antes de tudo, ao resultado das estratégias de sujeição desses índios pela administração provincial, e do interesse na ocupação de seus territórios pelos agentes das frentes de expansão.

Assim, ao contrário do que acontecia com a maioria dos grupos indígenas que foram submetidos pelo sistema de diretorias e colônias indígenas no Maranhão, em 1890, a Diretoria do Alpercatas contava com 821 índios, entre “Canela” e “Matteiro”, indicando uma ilusória perspectiva de crescimento demográfico. Na realidade esses grupos anteriormente autônomos e populosos teriam que se refazer das trágicas consequências da dominação colonial a que foram submetidos.

2.4.3.3 Uma Situação Social no Sertão Pastoril

Os dados apresentados no presente capítulo foram, em sua maior parte, extraídos de documentos provinciais, como os Ofícios, Avisos e Resoluções de autoridades regionais e do Império, além dos relatórios dos presidentes de província e dos diretores gerais de índios, que procuravam descrever e avaliar a situação das aldeias situadas no âmbito das diretorias e colônias indígenas espalhadas pela província. Esses documentos, ainda que informativos, permitem apenas uma visão distanciada das relações intersocietárias que se desenvolviam nos “sertões” do Maranhão.

Uma correspondência enviada por João Estevão Serraine em 1846, ao presidente da província do Maranhão, apresenta uma situação mais próxima da realidade cotidiana das relações entre os “Canela da Chapada” e seus vizinhos sertanejos, grandes e pequenos criadores, e os conflitos decorrentes da ocupação do território indígena pelo gado desses fazendeiros.

Consta nesse relatório, que em 11 de agosto de 1846, o morador Antonio Caetano dirigiu-se aos diretor dos “Canela da Chapada”, sr. Serraine, reclamando contra o fato de que esses índios teriam abandonado suas terras para formar uma aldeia no meio dos pastos utilizados

⁶³ Curiosamente, um dos últimos líderes tradicionais dos *Ramkoakemekra*-Canela, seria um *Ca'kamekra* ou “Matteiro”, que até a sua morte em 1993 carregaria consigo o título de “Major”.

pelo gado desse cidadão. Alegava o morador, que esse fato estava a lhe gerar uma série de prejuízos, inclusive a fuga do seu rebanho. Teria solicitado, então, enérgicas providências contra esse estado de coisas alegando, inclusive, o fato de alguns fazendeiros da região estavam sendo ameaçados de morte pelos índios.

Um dos fazendeiros ameaçados, Thomaz José de Barros, dirigiu-se também ao diretor dos Canela relatando a “tocaia” que os índios teriam preparado para matá-lo, e da qual escapara, graças à “precisão” de dois amigos que com ele se encontravam. Thomaz José de Barros repetiu as mesmas queixas feitas por Antonio Caetano acrescentando que tentou por todos “os modos brandos” fazer com que os índios voltassem para suas terras, mas estes não lhe davam ouvidos, e ao serem ameaçados com a intervenção da Justiça, alegou esse fazendeiro, disseram os “Canela” não temê-la, porque possuíam um amigo, “Militão”, que lhes daria guarida.

O próprio sr. Thomaz solicitou que o diretor o acompanhasse até a sua fazenda a fim de ajudá-lo a demover os índios, tendo Serraine travado o seguinte diálogo com o “Major”, líder dos Canela:

Diretor: *Você pode dizer se conhece os rumos das terras da sua aldeia?*

Major: *Sim, conhece os rumos que ajudei a marcar, que os demarcou o capitão-mor Bandeira e indicou-me onde passa o vão.*

Diretor: *Vocês consentão (consentem?) que os cristãos abrissem roçados nas suas terras?*

Major: *Não.*

Diretor: *Por que vocês estão abrindo suas roçadas sobre as terras do sr. Thomaz José de Barros?* Major: *Porque ele é cabano, nosso irmão Militão nos mandou dizer que abrissemos roçado nas terras do Thomaz⁶⁴*

Diretor: *Vocês querem retirar-se das terras do Thomaz?*

Major: *Não, porque o serviço que já fizemos seria perdido para nós.* Diretor: *Não seria de todo, se vocês consentem a retirar-se farei dar a vocês bois de matalotagem, um pela senhora Dona Margarida, outros pelo senhor Thomaz, para voz ajudar em abrir outras roçadas.*

⁶⁴ Essas representações “Canela” em relação a Militão Bandeira de Barros, referido pelo líder indígena como “capitão-mor Bandeira” e depois como “nosso irmão Militão” podem indicar um vínculo duradouro com esse líder político local, e sugerir a possibilidade de que alguns anos antes os “Canela” viessem a participar das lutas na “Balaiada”, na mesma condição da “aliança” com o “branco”, ou seja, com os estratos dominantes da sociedade neobrasileira no sertão maranhense. *Cabano*, como foi visto, refere-se aos partidários do governo provincial durante a “Balaiada”.

Após essa sugestão, os índios consentiram em retirar-se. (João Serraine, 1846, [manuscrito]; in: Coelho, 1990:178-179).

Da mesma forma como os fazendeiros queixavam-se dos “Canela” pela invasão das áreas de pastagem, ou pelo roubo de gado, os índios reclamavam sobre as invasões do gado dos criadores sobre suas terras, o que levava frequentemente à destruição de suas roças. Assim, em abril de 1856, o líder dos “Canela da Serra Branca” vinculados à 3ª Diretoria Parcial / Alpercatas teria denunciado ao diretor geral de índios que alguns moradores das vizinhanças de suas roças costumavam soltar “boi de carro” e até “gado de criar” dentro das referidas roças, apesar destas estarem cercadas. Ao tomar ciência desses fatos, o presidente de província teria recomendado ao delegado da Chapada providências a fim de cessar esses abusos.

Esses conflitos, entretanto, não permaneceriam apenas no nível das reclamações e pequenos prejuízos mútuos; antes, poderiam eclodir na forma de episódios sangrentos. Assim, em 1879 teria ocorrido uma chacina de índios “Canela” da região do Alpercatas, a qual reflete as tensões e a violência presentes nos processos políticos envolvendo esse grupo étnico e os segmentos rurais do sertão pastoril. Moradores de São Félix, próximo ao lugar Serra Branca reuniram-se e amarraram 4 índios que por lá se encontravam “a passeio”, e seguiram com esses para a sua aldeia, a qual atacaram e se apoderaram dos menores, assassinando além dos quatro, todos os demais. homens e mulheres.

O presidente da província teria sido comunicado sobre esse fato através de ofício do chefe de polícia, que fora informado pelo delegado de polícia da Chapada, o qual procedendo ao inquérito policial sobre o fato descobriu os mandantes do crime: João Craveiro Ferraz e Antonio Perez Nunes. Como nesse inquérito não constava informações referentes ao destino desses criminosos, o chefe da polícia teria recomendado ao delegado da Chapada, o envio dos autos à autoridade competente, para “os fins convenientes”, e para proceder à captura dos autores dessa chacina. Ao que parece o crime teria ficado impune, e excluído da crônica sobre os conflitos interétnicos na região. (Coelho, 1990: 179).

A partir da segunda metade do século XIX começava, portanto, a se definir novos padrões de relacionamento entre os “Canela” e os segmentos de vida pastoril da sociedade brasileira que avançava pelo Centroeste Maranhense. A dominação dos timbira em geral, e a sua limitação a pequenas porções de seu território tradicional não resolveriam pôr sí, os problemas da sociedade regional, que se estruturava a partir de suas frentes expansionistas. O dinamismo ainda que restrito, da frente pastoril, levava ao seu *crescimento endógeno*, com a multiplicação do

número de criadores e o aumento constante dos rebanhos, o que significava uma pressão crescente sobre os territórios que haviam sobrado aos Canela e a outros grupos timbira.

Essa tensão entre o crescimento dos rebanhos e do número de proprietários, de um lado, e a restrição territorial dos Canela e de outros grupos indígenas da região, de outro - com a consequente escassez de proteína animal (carne) obtidas pelos índios, anteriormente, através das caçadas, e a invasão das roças indígenas pelo gado dos “cristãos” - constituiria a partir daí, no elemento central dos conflitos entre os “Canela”, e os agentes da frente pastoril no Centroeste Maranhense. Como se verá, esse seria um dos conflitos constitutivos do campo intersocietário no Centroeste Maranhense, e foco das maiores tensões entre os “Canela” e outros timbira, e os agentes da frente pastoril

2.4.3.4 Os Timbira no Tocantins e Gurupi

A efetivação da dominação colonial sobre os grupos indígenas do Maranhão, especialmente os Timbira, teve no sistema de diretorias e colônias indígenas uma estrutura coercitiva que atingiria até os grupos mais distantes, populosos e autonomamente organizados. No sudoeste do Maranhão, onde se juntam os cerrados e campos naturais e a densa floresta amazônica, a frente de expansão pastoril procedente de Pastos Bons se mesclaria com a frente agrícola, que subindo ao alto curso de rios como o Grajaú e Pindaré, e também, partindo das imediações de Belém atingiria o alto e médio Tocantins envolvendo os grupos indígenas ali situados (Mellati, 1967:23).

O encontro entre essas duas frentes expansionistas, e o estabelecimento regular da navegação pelo Tocantins e Araguaia possibilitaria, no início do século XIX, uma grande movimentação de embarcações, especialmente os chamados “regatões”, e com isso, o estabelecimento de relações permanentes dos grupos indígenas dessa região, com esses agentes da sociedade colonial. No capítulo anterior foi abordado o estabelecimento dessas relações junto aos grupos timbira situados nas margens e nos rios tributários ao Tocantins, e as suas consequências imediatas levando muitos desses grupos à escravização e à destruição de suas unidades étnicas.

Para impor a sujeição aos grupos mais resistentes à ação das “bandeiras”, como os *Pukobyê*, e também aos mais isolados – como os grupos situados no vale do Gurupi – a administração colonial realizaria, a partir de meados do século XIX, a implantação de colônias militares e de diretorias parciais, seguindo os critérios definidos pelo Decreto 456, ou

“Regulamento das Missões”, de julho de 1845. Ao contrário das colônias indígenas criadas para “aldear” determinados grupos e desenvolver, com a inclusão de não-índios, uma política de produção agrícola, as colônias militares seriam implantadas em áreas isoladas a fim garantir o seu domínio territorial à província, atrair o povoamento, estabelecer o controle físico de grupos autônomos, além de favorecer a navegação fluvial e possibilitar a exploração dos recursos naturais das florestas. (Relatório do Presidente de Província...1854, 32).

Assim, foi criada pelo governo provincial do Maranhão a Colônia Militar do Gurupi em meados do século XIX, a qual pretendia colocar sob controle colonial os grupos “selvagens” situados no vale do Gurupi – Tembê, Timbira e Gamella – e favorecer a ocupação e exploração econômica dessa região, além de garantir à província do Maranhão os direitos e a posse sobre esse território, contestado pelo governo da Província do Pará. Além dessa seria criada, pelo governo do Pará, em 1848, a Colônia Militar de Santa Tereza, a qual serviria como instrumento para a sujeição dos grupos timbira situados entre o Grajaú e o Tocantins, especialmente os “Caracategê”, “Caracaty”, (*Krikati*) além dos “Cragé” (*Kreyê* de Cajuapara).

A decadência dessa colônia militar, em meados do século XIX, e a transformação de seu núcleo de povoamento em vila, tornaria a ocupação colonial nessa região vulnerável à presença desses grupos timbira. Assim, para restabelecer o controle sobre esses grupos seria criada em 1859, a 15ª Diretoria Parcial denominada Santa Tereza abrangendo um território situado entre essa vila e a embocadura do rio Gurupi, e totalizando 700 índios, o que incluía provavelmente, apenas os “pacificados”. Apesar de escassos, os dados referentes a essa diretoria informam sobre a ocorrência de uma “rebelião” de índios “Caracaty” em 1866 tendo sido enviados 12 guardas nacionais para a sua contenção. Em 1871 essa diretoria estava praticamente abandonada e sem diretor.

A fim de estabelecer o controle sobre os “Caracaty” e outros grupos timbira do Tocantins seria criada, ainda em 1866, a 17ª Diretoria Parcial, chamada Imperatriz, situada no “alto sertão do Gurupy”, próxima à vila de Imperatriz, na comarca de Carolina. Os relatórios do diretor geral de índios de 1867 e 1870, não fazem referências à população nem aos diretores parciais dessa diretoria, o que sugere que a mesma tenha ficado acéfala até 1880, quando foi nomeado como diretor, o padre Baldoíno Maya.

O avanço do controle sobre os grupos indígenas do Gurupi seria efetivado com a criação, também em 1866, da 18ª Diretoria Parcial intitulada Gurupy. Essa unidade da administração indigenista provincial viria para ocupar o espaço da Colônia Militar do Gurupy, com o objetivo de garantir a ocupação neobrasileira nessa vasta região florestal e realizar o controle militar da mesma, especialmente contra grupos indígenas considerados “hostis”. Nessa diretoria parcial foram colocados sob controle grupos timbira, provavelmente Kreyê vindos do Pindaré, e “Amanajó” (*Amanayê*). O Relatório de 1870 refere-se ainda à presença de índios Tembê e Guajajara no âmbito dessa diretoria.

Em 1888 a 18ª Diretoria contava com uma extensa população indígena, o que levou o presidente da província a optar pela sua divisão alegando as dificuldades em exercer a inspeção e o controle sobre um território tão vasto. Essa divisão daria origem à 25ª Diretoria Parcial, denominada José Bento de Araújo. Em 1890, a Diretoria Parcial do Gurupy apresentaria dados populacionais totalizando mais de 3600 índios distribuídos entre as cabeceiras do Gurupi e os afluentes Tucumandina, Cajuapara e Sapucaia.⁶⁵ Dentre esses haviam alguns grupos timbira, provavelmente vinculados aos Kreyê de Bacabal, que em parte, teriam migrado para essa região (Relatório do Presidente da Província do Maranhão...1890)

2.5 A Efetivação da Dominação dos Timbira

À medida em que o processo de ocupação das fronteiras a sudoeste, oeste e noroeste da Província do Maranhão se desenvolvia, os povos indígenas ali situados tornavam-se, gradativamente, objeto de ação da administração colonial e, depois provincial, através unidades e estruturas administrativas estabelecidas. Assim, o conjunto de leis promulgadas nas primeiras décadas do século XIX, e posteriormente, o chamado “Regulamento das Missões”, o qual estabeleceria o sistema de diretorias parciais e colônias indígenas constituiriam os instrumentos legais e administrativos para impor dominação sobre os grupos indígenas no Maranhão, e especialmente sobre os Timbira, e a espoliação dos seus territórios.

⁶⁵ Nas cabeceiras do Gurupy contava-se 300 índios Tembê e 100 Timbira; nos afluentes Tucumandina, Cajuapara e Sapucaia, 600 Tembê e 100 Amanagé, além de “alguns poucos timbiras errantes”; além desses, outros 150 Tembê, 500 índios não especificados, 40 Timbira e outros 80 não especificados totalizando 2270 índios aldeados. Esse relatório informa, ainda, sobre a existência de outros 600 Timbira, 600 Urubu (Kaapor) e cerca de 200 Guajá e Guajajara não aldeados, “que se aproximam, às vezes, das margens do Gurupy”, no âmbito dessa Diretoria.

Pode-se considerar que o processo que levaria à dominação colonial dos timbira e dos outros grupos indígenas no Maranhão avançaria substancialmente durante o século XIX e, particularmente, na sua segunda metade. Envolvendo grande número de aldeias e grupos indígenas, o sistema de diretorias e colônias indígenas atuando em consonância com a política de terras definida pelo Segundo Império, através especialmente da Lei de Terras de 1850, levaria ao estabelecimento das “aldeias” e colônias indígenas, as quais através das estratégias de restrição territorial e de colonização acabariam pôr gerar a expropriação da maior parte dos territórios efetivamente ocupados pelos diferentes grupos indígenas nesse período⁶⁶.

Apenas na região do Alto Grajaú e Alto Mearim, a política indigenista do Império e sua viabilização pelas sucessivas administrações provinciais no Maranhão levariam os grupos indígenas à perda da maior parte dos seus territórios ancestrais e a tornarem-se minorias em seu próprio território, e sujeitos à ação das tropas estacionadas nas próprias aldeias ou mobilizadas para esse fim. O aldeamento nas colônias indígenas, de condição voluntária em seu momento inicial tornar-se-ia um vínculo permanente, onde os grupos ou indivíduos “desertores” eram perseguidos, capturados e obrigados a retornar às “aldeias”, tornando-se a política de colonização indígena num modo de reclusão desses grupos em pequenas parcelas de seu antigo território, e sob um regulamento a que compulsoriamente teriam que se submeter.

Nesse quadro, os grupos mais renitentes e autônomos, como os “Matteiros” (*Sakamekran*) foram objeto das mais violentas perseguições organizadas muitas vezes por particulares, mas amplamente apoiadas pela administração provincial. Ao mesmo tempo em que se fechava o cerco a esse grupo, aos *Pukobyê* e outros, seus territórios eram destinados a particulares e a projetos de colonização, os quais rapidamente obtinham seus títulos legais de propriedade dentro do território indígena. A saga dos “Matteiros”, que passaram a perambular dentro dos limites de seu território cada vez mais intensamente ocupado expressa bem as estratégias e as ações da administração colonial no Maranhão em relação aos grupos indígenas.

⁶⁶ Nesse sentido, foi enviado ao presidente da província do Maranhão, pelo Ministério dos Negócios do Império, um exemplar do Aviso remetido ao Presidente da Província do Ceará mandando sequestrar e incorporar aos “próprios nacionais”, todas as terras concedidas aos índios que já não viviam aldeados, as quais deveriam ser consideradas como devolutas, e aproveitadas na forma da Lei no 601, de 19/09/1850. Esse documento seria remetido em 21/10/1850, cerca de um mês após a expedição dessa Lei. Cf. APEM, 1997: Doc. 927, pp. 305-306.

Numa ação desesperada para fugir à submissão, os *Sakamekran* passaram a perambular pelo seu território tradicional buscando os últimos refúgios junto às nascentes dos riachos tributários do Mearim. De maneira oportunista, os agentes coloniais procuravam “aldear”, ou reunir numa mesma povoação, os grupos “Matteiro” remanescentes das epidemias e confrontos armados sistemáticos a que foram submetidos. Reduzidos drasticamente em sua população, cerceados dentro de seu antigo território e pressionados pelos agentes da administração provincial e das frentes de expansão, a esse grupo timbira não restou outra alternativa que não fosse o amálgama junto aos seus antigos inimigos, os “Canela da Chapada”. Essa fusão, de um lado, permitiria a sobrevivência física dos remanescentes desse aguerrido grupo timbira, de outro selaria o final de sua existência como grupo independente.

Aos “Canela” caberia, ainda, um triste papel na história das relações intersocietárias do Maranhão. Assim como seus congêneres “Matteiros”, os *Capiekran* do tempo de Paula Ribeiro formavam um poderoso grupo que resistiu durante várias décadas à ocupação de seu território e à submissão de sua sociedade, a ponto de ter-se definido uma política oficial da administração colonial voltada à sua pacificação. Tendo optado pela estratégia de “aliança com o dominador”, assim como o fizeram os *Makamekran* (Krahô) em relação aos “conquistadores” do Tocantins, os “Canela fina”, após os incidentes de Caxias em 1815, que levaram à drástica redução de sua população e evidenciaram as reais disposições das autoridades e agentes coloniais em relação à sua sociedade, teriam mantido o mesmo posicionamento em relação aos “cristãos”, permanecendo, em parte, nos aldeamentos estabelecidos, e refazendo, posteriormente, essa “aliança”.⁶⁷

Após um período de reclusão voltado para a reconstituição de seus grupos locais, os “Canela” seriam novamente envolvidos nas estratégias de neutralização de outros grupos indígenas levadas a cabo pelos agentes coloniais no Maranhão. Essa postura se manifestou durante o processo que levaria à fundação da povoação de Barra do Corda, quando um dos grupos locais instalados no alto rio Corda foi transferido para as proximidades da povoação, de onde passou a dar apoio às expedições de afugentamento e de sujeição contra outros grupos indígenas do alto Grajaú e alto Mearim.

⁶⁷ Essa “nova aliança” seria estabelecida na década de 20 ou 30, quando parte dos *Capiekran* estabeleceram aldeia numa região de matas, entre o rio Corda e o ribeirão dos Porcos. Cf. Nimuendaju, 1946: 33.

Assim, os “Canela” estiveram presentes nas “entradas” contra os *Caracategé*, que levariam ao seu aldeamento. Teriam, também, participado de uma expedição de repressão aos timbira da Colônia Leopoldina, que haviam abandonado essa “aldeia”, na tentativa de recuperar sua autonomia étnica. Finalmente os “Canela” estiveram ao lado da expedição comandada pelo “fundador” de Barra do Corda, Melo Uchôa, a qual realizaria a “pacificação” dos “Matteiro” e a destruição dos *Gamella* de Codó. Nessa condição de “aliado” dos agentes coloniais, e de instrumento da dominação e da destruição de outros grupos timbira, os “Canela” obteriam “vantagens” junto à administração colonial, como a “demarcação” das terras de suas aldeias, e a concessão de “presentes” em constantes viagens à Capital. De outro lado, essa “aliança” não livraria esse grupo das contradições inerentes a esse campo intersocietário.

Assim, conflitos com os criadores do sertão cordino foram frequentes após a ocupação de seu território pelos agentes da frente pastoril. Limitados a uma área residual de seu território ancestral, e sujeita às investidas constantes do gado sertanejo sobre suas roças, e ao afugentamento da caça, os Canela não escaparam à realidade vivida por outros grupos timbira, com a ocupação cada vez mais intensa das terras suas aldeias – e as áreas a elas subjacentes – decorrentes do crescimento endógeno da frente pastoril, que resultaria na multiplicação das fazendas de criação.

Entreveros com os criadores do sertão cordino tenderiam a se transformar em conflitos expressos, o que de fato se daria com mais constância, na primeira metade do século XX. Entretanto, alguns conflitos de maior densidade ocorreriam ainda nas últimas décadas do século XIX, como o que resultou na matança de quase toda a população de uma pequena aldeia dos Canela, próximo à Serra Branca, por moradores do sertão de Grajaú, em 1789. Quando cessaram os conflitos decorrentes da disputa territorial, os quais levariam à segregação dos grupos timbira em pequenas porções de seu antigo território, outros conflitos eclodiram, relacionados às formas de convivência entre os Canela e outros grupos timbira, e os criadores do sertão maranhense, em função dos novos limites territoriais entre aldeias e fazendas, e do controle dos recursos contidos, como roças e rebanhos.

Portanto, é no processo de territorialização que se efetiva a dominação colonial dos timbira em geral, e dos “Canela” em especial. Da situação de autonomia étnica e territorial verificada até a primeira década do século XIX, os timbira seriam gradativamente sujeitados

pelos agentes coloniais, tanto os diretamente envolvidos com a frente de expansão pastoril, como aqueles vinculados à administração colonial, os quais agiam, em geral, numa consonância de interesses e estratégias.

Nesse sentido, é no contexto da territorialização, ou seja, da imposição de limites territoriais e da sujeição étnica, que se estabelece a consolidação da dominação dos timbira, e em especial, dos Ramkokamekra-Canela. A continuidade da *política de aldeamento* implementada, agora, através das diretorias parciais e colônias indígenas revela a perspectiva da política indigenista elaborada a nível central, no II Império, e seguida com rigor pelas administrações provinciais. A implantação desse sistema no Centroeste Maranhense levaria alguns grupos ao desaparecimento enquanto unidades étnica, seja por processos “naturais”, como a disseminação de epidemias, seja pela matança e dispersão dos sobreviventes, seja, ainda, pelo amalgamento de “remanescentes” junto a grupos mais estruturados. Outros grupos sofreram a ação prolongada das tropas armadas, que aliadas a outras estratégias impuseram a sujeição étnica e territorial dos Timbira.

Entretanto, os Timbira também realizaram sua própria política junto aos agentes coloniais, voltada para a sua preservação étnica. Assim, os grupos que estabeleceram uma “aliança” explícita com os agentes coloniais – como os “Canela”, e os “Macamekran” – obtiveram vantagens, embora ao preço da destruição ou sujeição de outros grupos. Apesar do violento processo que quase levou a sua extinção em 1815, os “Canela” lograram, através de uma “nova aliança”, a continuidade de seus grupos locais em aldeias localizadas no âmbito de seu território tradicional, ainda que a maior parte desse território fosse gradativamente ocupada pelas fazendas de criação.

Inversamente, os “Matteiro”, que recusaram-se à sujeição dos aldeamentos e permaneceram lutando por sua autonomia étnica e territorial tornaram-se objeto sistemático da ação das “bandeiras”. Com o avanço da ocupação agrícola pelos vales do Itapecuru e Mearim tiveram seu território devassado e sua população reduzida pela ação das epidemias e dos confrontos armados. A final de uma prolongada resistência teriam que se sujeitar ao amalgamento junto aos seus antigos inimigos, os “Canela da Chapada”.

3. SOCIEDADE REGIONAL, OS CANELA E O REGIME TUTELAR

3.1 Da Frente de Expansão à Sociedade Regional

Assim como ocorreu em relação à grande propriedade açucareira no Nordeste, a pecuária, atividade dominante nos sertões do Maranhão desde o início do século XIX, acabou por determinar não somente sua organização produtiva, mas também a forma de ocupação do território. Na realidade a fazenda de criação constituiu a unidade de povoamento de toda essa região, absorvendo quase toda a população existente.

As fazendas de criação formaram, ainda, as unidades econômicas e sociais básicas, em torno das quais gravitaram os núcleos populacionais no sertão pastoril. Isso explica a pouca expressividade populacional desses núcleos, tanto em relação ao seu número, quanto de seu índice demográfico, mesmo após longos anos de seu surgimento. Assim, em 1820, em todo o território de Pastos Bons havia apenas a vila principal e algumas poucas povoações: São Félix das Balsas, Passagem da Manga, Passagem Franca, Príncipe Regente, Riachão, Chapada e São Pedro de Alcântara.

A grande fazenda de criação definiu, portanto, o caráter do povoamento e o modelo dominante de ocupação do solo, em todo o tradicional território timbira, posteriormente denominado “sertão de Pastos Bons”. Em consonância com o modelo de ocupação da área açucareira do litoral nordestino e, mesmo, com o das fazendas algodoeiras do vale do Itapecuru a ocupação pastoril no cerrado maranhense deu-se, em seus primeiros momentos, através da distribuição de datas de sesmaria a grandes proprietários de terras. Assim, ainda no início da ocupação pastoril, em fins do século XVII e início do XVIII, boa parte desse território já havia sido distribuída a seis potentados baianos.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, ainda foram distribuídos muitos títulos de terra em sesmaria no distrito de Pastos Bons, e nos territórios confluentes, dos quais quarenta e cinco datas apenas no rio Grajaú; vinte e cinco na ribeira do Itapecuru; doze na do Alto Mearim, além de outros não especificados. Em sua maior parte essas datas mediam três léguas de comprimento por uma de largura estendidas ao longo da “ribeiras”, o que demonstra o interesse da administração colonial portuguesa em ordenar essa ocupação, ainda que em grandes extensões de terra. (Cabral, 1992:146).

A distribuição de datas de terras na ribeira do Alto Itapecuru no início do século XIX teria sido tão abusiva e indiscriminada, que vários títulos de uma mesma área foram concedidos a diferentes sesmeiros causando discensões entre estes e a administração colonial. A despreocupação existente em relação ao tamanho das terras, abundantes e de fácil obtenção decorria da própria estrutura agrária dominante. De valor irrisório, uma grande fazenda poderia ter um preço atribuído em menos da metade do valor de um escravo. (Cabral, 1992: 147). Por outro lado, o baixo nível técnico da exploração e a extensão das pastagens impôs, provavelmente, essa tendência latifundiarista das fazendas pastorís. (Mott, 1985: 51-52).

A rusticidade era a marca das fazendas de criação. Além do gado e dos currais, toscas residências de palha abrigavam o vaqueiro e seus auxiliares, os chamados “fábricas”, geralmente variando entre dois e quatro, em função do tamanho da fazenda. Enquanto os vaqueiros eram recrutados entre os trabalhadores livres, nas funções subalternas, como a dos “fabricas”, encontrava-se a presença de escravos. Essa função poderia ser desempenhada, ainda, pelos próprios filhos do fazendeiro, caso em que constituiria no aprendizado do ofício de vaqueiro, e em medida de economia ao proprietário.

O índice da população escrava no sertão de Pastos Bons, já bastante inferior ao das fazendas algodoeiras do Vale do Itapecuru na virada do século XVIII para o XIX, decresceu ainda mais na segunda metade deste século. Assim, se em 1861 os escravos correspondiam a 13,5% da população total dos municípios de Carolina, Chapada, Riachão e Barra do Corda, em 1872 esse índice baixava para 7,3% (Cabral, 1992: 151). Essa dominância do trabalho livre na área pastoril contrastava com o predomínio do trabalho escravo na área agrícola, confirmando a formação social das fazendas de criação, com a sua reprodução baseada no trabalho livre e na unidade familiar.

Um aspecto fundamental da organização social nas fazendas de criação do sertão maranhense eram as relações entre criador e vaqueiro. Peça fundamental no empreendimento pastoril, o vaqueiro desempenhava árduas e numerosas tarefas. Além do acompanhamento do gado nos pastos, onde realizava o amansamento de bezerros, o cuidado das vacas paridas, o afastamento de animais nocivos, como cobras e onças, e o cuidado sanitário do rebanho contra doenças, cabia ainda ao vaqueiro as providências para a queima dos campos em tempo próprio para a renovação dos pastos naturais.

Tão exaustivas obrigações tinham como contrapartida a motivação decorrente do sistema de pagamento em espécie, baseado na partilha dos bezerros nascidos e criados, dos quais recebia um quarto da produção decorrente de um período de cinco anos. Dessa forma, o vaqueiro, paralelamente aos cuidados com o gado do criador, formava seu próprio rebanho podendo, mais tarde, tornar-se um novo criador.

Essa mobilidade social aproximava muito os interesses dos vaqueiros e criadores, apesar da grande distinção social que predominava entre essas categorias. Essas relações eram, entretanto, mais respeitadas do que nas áreas agrícolas e, não se distinguiam pelo modo de vida entre uns e outros. Conforme observou um viajante:

Usavam ambos roupas de couro ou de algodão...Tanto as esposas do criador como a dos vaqueiros fiam algodão por processos primitivos...Quando conduzem o gado, tanto o patrão como os vaqueiros dormem em cima de couros e comem a mesma carne-de-sol com as mãos. A única diferença que encontrei entre ambos foi a qualidade dos arreios, pois até as bestas que montavam eram do mesmo porte (Paternostro, J., 1945: 211-214; in: Cabral, 1992: 153).

Ao contrário do que observaram alguns historiadores econômicos em relação ao processo inicial da ocupação pastoril pelos sertões da Bahia e Piauí, onde predominava o chamado *absenteísmo*, isto é, a ausência dos proprietários nas fazendas de criação, os quais deixavam sob a responsabilidade de vaqueiros a manutenção de seus negócios, no sertão de Pastos Bons não se verificou essa ausência dos criadores. Desvinculando-se gradativamente da economia açucareira nordestina, a atividade pastoril no sertão maranhense adquiriu características próprias com o estabelecimento definitivo dos criadores e seus descendentes nas fazendas de criação.

Constituída basicamente pela família do criador - esposa filhos e demais parentes - e pelos trabalhadores - vaqueiros, “fábricas” e agregados - a grande fazenda pastoril era praticamente auto-suficiente: ali se produzia a alimentação básica, sob os cuidados de escravos e, posteriormente de “fábricas” e agregados, realizada nas matas úmidas situadas em torno de rios e riachos; produzia-se também os utensílios domésticos e para o manejo do gado, o vestuário, etc¹.

¹ O termo “fábrica” aparece nos textos históricos sobre a frente pastoril nordestina, para designar os auxiliares de um vaqueiro, que pôr sua vez era o principal responsável pela implantação e manutenção de uma fazenda de criação. Agregados eram formados por famílias ou indivíduos que habitavam em uma fazenda, mas que não teriam relação direta com a sua atividade principal, a pecuária. Em geral se dedicavam à produção de gêneros agrícolas de alimentação, como a plantação de mandioca, arroz e “legumes” e, em caso de conflitos, deviam fidelidade ao fazendeiro ou proprietário.

Conforme coloca Capistrano de Abreu implantava-se com o avanço da frente pastoril a “civilização do couro” (Abreu, 1998:133).

Além dessas categorias, muitos aventureiros, em grande parte criminosos e fugitivos da lei nas regiões mais policiadas do Maranhão, e em outras capitanias do Nordeste, se internalizaram pelo sertão de Pastos Bons, onde serviam individualmente ou em grupos, como milícia dos grandes fazendeiros. Considerados “vadios” pelas autoridades coloniais, eram originados de segmentos de trabalhadores livres e pobres, mestiços e escravos fugidos, aos quais não havia espaço para incorporação no sistema agro-exportador.² Conforme atesta Paula Ribeiro:

...A sua mais frequente ocupação é andar errantes, vestidos de peles curtidas, montados em cavalos ordinariamente furtados, seu trem é um saco à garupa com roupa, um bacamarte ou espingarda, e algumas cargas de pólvora. Assim andam de fazenda em fazenda, oferecendo a quem tem que lhes dar a fazer, próprio de seu ofício que é matar gente pôr dinheiro, não escapando nunca qualquer pessoa que é recomendada a seu cuidado... (Ribeiro, 1819: 81-82).

Na região do Alto Itapecuru alguns moradores, especialmente trabalhadores livres das fazendas, como os agregados, ou ainda, camponeses instalados em terras “devolutas”, cultivavam gêneros de subsistência - mandioca, cana-de-açúcar, cebola, alho, etc - e desenvolviam atividades artesanais de processamento, como moagens nos engenhos para produção de derivados de cana-de-açúcar, e o trabalho nas “casas de farinha”, o que reforçava o caráter auto-suficiente das fazendas de criação. A pequena lavoura de subsistência e de consumo local constituiu, portanto, uma atividade necessária e permanente nas fazendas de criação, isoladas das regiões agrícolas da capitania. Mesmo nessas regiões todo o esforço produtivo era canalizado para as culturas exportáveis, como o algodão e o arroz havendo grande escassez de outras culturas alimentares (Ribeiro, 1848: 64).

Enquanto na maioria das ribeiras do antigo sertão de Pastos Bons a pecuária permaneceu como atividade dominante, nas ribeiras do Alto Itapecuru e do Parnaíba, após as primeiras décadas do século XIX ocorreria uma reocupação do território com o avanço da grande lavoura algodoeira. Situadas entre a vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons, e conectadas desde o início desse século por duas estradas que permitiam a passagem de tropas e rebanhos, essas duas ribeiras, formadas, em parte, por extensas e férteis matas foram envolvidas pela frente agrícola, que atingia seu ápice nesse período, e a qual fez surgir povoações e depois municípios,

² A questão da “vadiagem” no Maranhão, durante o século XIX foi objeto de consideração de vários cronistas, e surge, também, nos documentos oficiais da administração colonial e provincial. Cf. Caldeira, 1993 (mimeo.).

como Picos e Mirador, e colocou em decadência outros, como Passagem Franca vinculados à antiga frente pastoril. (Cabral, 1992: 156).

Essa tendência à confluência da frente agrícola, que subia gradativamente o curso dos rios centrais da capitania e depois província do Maranhão, com a frente pastoril que avançava das margens do Parnaíba ao Tocantins em várias direções, se verificaria também nas terras circunscritas ao alto curso do Mearim e do Grajaú. Aqui, o surgimento de alguns núcleos de povoamento seria resultado das tentativas de articulação desses dois processos de ocupação territorial pelos agentes coloniais.

Assim, após algumas tentativas frustradas, conseguiu-se estabelecer em 1817, o Porto da Chapada, que rapidamente tornou-se o principal entreposto comercial de todo o alto sertão do Maranhão abastecendo de víveres as localidades extremas do norte de Goiás e do leste do Pará. A povoação de Barra do Corda criada mais tarde, teria a função de articular também essas duas áreas, a agrícola e a pastoril possibilitando aos núcleos de população situados a sudeste e sul do Maranhão uma via alternativa de comunicação à Capital da Província, com o transporte do gado sertanejo à área litorânea, de mercadorias “importadas” (tecidos, ferragens, etc) ao alto sertão maranhense e goiano.

A importância econômica da atividade pastoril no “sertão de Pastos Bons”, nos séculos XVIII e XIX pode ser constatada pelo crescimento do número de fazendas de criação e do rebanho nessa região. Assim, em 1751, na fase inicial da ocupação pastoril no sul do Maranhão, já haviam estabelecidas na região 44 fazendas de criação, o que correspondia a quase um quarto do total dessas fazendas no Maranhão (Abreu, 1998: 131). Nos momentos finais do *devassamento* do antigo território timbira, em 1815, já haviam mais de 120 fazendas nas ribeiras do Balsas, Grajaú, Farinha, Neves e Sereno. Vinte anos mais tarde, em 1836 o total de fazendas em todo o “sertão de Pastos Bons” era estimado em mais de 300 (Cabral, 1990:141).³

Durante a segunda metade do século XIX a criação de gado no sul do Maranhão seria proporcionalmente ainda mais relevante: em 1861 as fazendas de Pastos Bons totalizariam 131.200 cabeças de gado, e produziram anualmente cerca de 32.500 bezerros correspondendo, respectivamente, a 44, 5% do gado *vacum* e a 43,9% do total de bezerros produzidos na província do Maranhão. Em 1870 esses índices saltariam respectivamente para 78,2% e 64,2% da produção de gado e bezerros da província, considerando-se apenas a produção dos cinco maiores

³ Esses dados foram compilados pôr Cabral do trabalho de Candido Mendes de Almeida (1852, pp. 106-108 e 66-68)

municípios do sertão maranhense: Carolina, Passagem Franca, Riachão, Chapada e Barra do Corda (Cabral, 1992:142).

3.1.1 Formação e Desenvolvimento dos Núcleos Urbanos

Os primeiros núcleos populacionais criados pela frente pastoril, no processo e expansão das fazendas de criação acabariam por formar alguns dos principais municípios do alto sertão maranhense. Avançando a partir de Pastos Bons, seu núcleo mais antigo (1764), os agentes da frente pastoril tradicional estabeleceram pontos de hospedagem e pequenos entrepostos comerciais ao longo das estradas de boiada, os quais gradativamente formariam os primeiros núcleos de povoamento em torno dos quais se estruturaram alguns dos futuros municípios sertanejos.

No início do século XIX, Elias Ferreira de Barros descendo de sua fazenda Mirador, pelo Rio Manoel Alves Grande atingiria o Rio Tocantins estabelecendo um contato entre a frente pastoril nordestina, e outra formada por comerciantes vindos das regiões auríferas de Goiás, que descendo o Tocantins se estabeleciam nas margens desse rio, onde criaram pontos de abastecimento de “gêneros” (sal, tecidos, ferragens, etc), ocuparam terras e organizaram expedições de captura e escravização de índios. Nas margens de um ribeirão tributário do Balsas havia sido criado, em 1808, a povoação de Riachão dos Coelho, na época o núcleo mais avançado de apoio à ocupação pastoril.

Nesse movimento de ocupação das terras limítrofes ao Tocantins seria fundada pelo comerciante goiano Francisco José Pinto de Magalhães, a povoação de São Pedro de Alcântara, a três léguas abaixo da foz do Manoel Alves Grande, a qual formaria as bases do município de Carolina (1820), cuja criação esteve associada às contendas de demarcação de limites entre Maranhão e Goiás. Magalhães era morador do Arraial de Natividade em Goiás, de onde mantinha um fluxo comercial com Belém, através do Tocantins. Ao se fixar nas margens desse rio pretendia criar um entreposto para reabastecimento de “víveres” aos comerciantes que se utilizavam desse rio, e abastecer as fazendas de criação estabelecidas no “sertão de Pastos Bons”, uma rota de comércio alternativo ao então existente exclusivamente através de Caxias. Pretendia, ainda, cultivar algodão nas margens do Tocantins, e de maneira não explicitada, capturar índios para venda como escravos em Belém, e para uso em suas plantações (Melatti, 1967: 35)

Erguida na margem goiana do Tocantins, pelo fazendeiro Antonio Moreira da Silva, a povoação de Santo Antonio das Três Barras passaria, em 1825, a denominar-se Carolina, em homenagem à imperatriz brasileira. Elevada à categoria de vila em 1834, Carolina seria transferida para a margem maranhense do rio, onde se havia estabelecido São Pedro de Alcântara permanecendo sob domínio goiano até 1854, quando foi aprovado pelo Congresso Nacional o Auto de Demarcação favorecendo a província do Maranhão.

Da mesma forma, a fundação da vila de Santa Tereza de Imperatriz esteve associada a questões de limites entre Maranhão e Pará. Estabelecida por determinação do governo do Pará, como colônia militar, na margem direita do Tocantins, a povoação seria iniciada em 1848 pelo padre Manoel Procópio, com o objetivo de realizar trabalho missionário junto aos grupos indígenas do Tocantins, especialmente os *Caracaty* e os *Kreyê*. (Nimuendaju, 1946: 15 e 17). Nessa época foram também definidos os limites entre as províncias do Maranhão e do Pará, constatando-se que essa povoação situava-se em território maranhense. Elevada à vila em 1868, Imperatriz permaneceria decadente até o final da primeira metade do século XX, quando, então, experimentou grande crescimento.

Juntamente com Porto Franco, fundada em 1854, Imperatriz constituiu o limite físico da expansão pastoril no Maranhão. Situadas na margem do Tocantins, em área de transição entre os campos e cerrados e a floresta amazônica, com a predominância dos chamados “campos falsos”, esses municípios tiveram sua origem associada às questões de limites territoriais entre o Maranhão e o Pará. Imperatriz seria “*um dos símbolos do limite dessa expansão*”, e a sua fundação “*quase que um equívoco*”, uma vez que ao cruzar o Tocantins desapareciam os ‘campos naturais’ característicos da vegetação do cerrado, que possibilitaram o avanço da frente pastoril, dando lugar aos chamados ‘campos falsos’, ou seja, manchas de campos envolvidas pela densa floresta amazônica. Como observa Velho,

...o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais...formando...uma espécie de círculo vicioso, seu isolamento e sua baixa produtividade não permitiam investimentos maiores, cuja ausência, pôr sua vez, ajuda a perpetuar suas características (Velho, (1972) 1981: 28).

Imperatriz permaneceria estagnada até o final dos anos 50 deste século, mantendo relações comerciais quase que exclusivamente com Marabá; quando foi alcançada pela Rodovia Belém-Brasília, em 1958, sua população não iria além de 3 mil habitantes. A partir daí passou pôr um extraordinário crescimento. A vila do Tocantins maranhense que havia então experimentado

um “*crescimento contínuo e promissor*” antes da chegada da Belém-Brasília foi Carolina, para onde havia, inclusive sido preconizada a transferência da capital do Estado (Velho,1981: 28).

3.1.1.1 Do Porto da Chapada à Grajaú

Expandindo-se em outra direção, a frente pastoril, acompanhando os campos naturais contínuos atingiu as pastagens regadas pelo rio Grajaú, onde estabeleceu inúmeras fazendas. Conforme foi visto, em 1811 alguns membros de bandeira chefiada por Antonio Francisco dos Reis, que havia participado da grande expedição de conquista do território de Pastos Bons, entre o Parnaíba e o Tocantins, a partir de 1798, estabeleceram nas margens desse rio o Porto da Chapada, em território tradicional dos *Pukobyê*, e de outros grupos timbira.

Destruído violentamente pôr esses índios em 1814, que incendiaram o armazém desse porto causando a morte de quase todos os seus moradores, mais tarde a povoação seria reconstruída como São Paulo do Norte, em 1816, mas abandonada pôr falta de apoio da administração colonial. Restabelecido algum tempo depois o Porto da Chapada, a povoação prosperaria e seria elevada à vila em 1835, com o nome de Vila do Senhor do Bonfim da Chapada.

Em meados do século XIX, Grajaú tornou-se um dos mais prósperos núcleos urbanos do alto sertão do Maranhão constituindo uma rota alternativa de comércio entre a região pastoril, a fronteira agrícola que avançava pelos cursos dos Grajaú e Mearim, e a capital da província, deslocando, em parte, a antiga rota de Caxias, e tornando-se, assim, um centro de abastecimento de produtos manufaturados às longínquas povoações do alto-sertão maranhense e do norte de Goiás, e do gado sertanejo às áreas agrícola e litorânea do Maranhão (Cabral, 1992:114-119).

A importância econômica e estratégica da vila da Chapada seria confirmada em 1841, quando transformou-se na segunda comarca do alto-sertão, pela divisão da Comarca de Pastos Bons abrangendo, ainda, o município de Riachão, e abarcando um vasto território situado entre o Alpercatas e o Tocantins. Em 1869 era considerada a mais promissora das vilas do interior do Maranhão, apenas atrás de Caxias em importância comercial. Nesse período passa pelo rio Grajaú todo o comércio realizado com as vilas de Riachão, Carolina, Santa Tereza (Imperatriz) e São Félix de Balsas, além de Natividade em Goiás e São João das Três Barras, no Pará.

Em pouco tempo se organizaria uma companhia de navegação à vapor denominada “Progresso do Grajaú”, que intensificaria o fluxo comercial entre a Capital da Província e as vilas

do alto-sertão consolidando sua posição de importante entreposto comercial com o sul do Maranhão, norte de Goiás e sudeste do Pará (Coelho Neto, 1979: 178).

Conta Carlota Carvalho, que durante a disputa com Goiás pelo território situado a leste do Tocantins, o governo do Maranhão, “julgou-se obrigado a cortesias e conservou-lhe a categoria de sede de comarca, que o era de Goiás”. Assim, em 1855 a comarca da Chapada foi desmembrada para formar o município de Riachão, o qual ficaria vinculado à comarca de Carolina. O território da Chapada ficaria reduzido ao município de mesmo nome, que se estendia entre o Alpercatas e o Tocantins, da sua margem direita desde a junção do Araguaia até a afluência do Farinha, que formava o antigo limite com Riachão (Carvalho, 1924: 77).

Nesse mesmo período, com a criação dos municípios de Porto Franco em 1856, e da comarca de Imperatriz em 1871, a Chapada perderia todo o seu lado marginal com o Tocantins. Mais tarde, a vila de Barra do Corda, segundo distrito da comarca da Chapada, e a qual esteve vinculada como município até 1873, desta se separaria tornando-se comarca independente.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, os limites da Chapada, já então denominada Grajaú, eram a leste e nordeste o município de Barra do Corda; ao norte, o município de Vitória do Mearim; “por uma linha imaginária situada ao norte, a 75 léguas de Vitória, e ao sul a 75 léguas da Chapada” ; a oeste , o município de Imperatriz; a sudoeste, o de Porto Franco; e ao sul o de Carolina, na divisão de águas entre o Farinha e o Grajaú (Carvalho, 1924: 77-78).

3.1.1.2 Do Arraial do Príncipe Regente a Mirador

Da mesma forma como ocorreu com a criação dos primeiros municípios do sertão maranhense, surgidos nas décadas iniciais do século XIX pelo desmembramento do distrito e depois comarca de Pastos Bons, verificou-se em relação aqueles situados na região do Alto Itapecuru, localizados ao norte do chamado “sertão de Pastos Bons”, cujo estabelecimento se daria no contexto da comunicação entre a frente agrícola exportadora, cujo núcleo principal era a vila de Caxias e a frente pastoril tradicional.

Assim, poucos anos após a promulgação da lei que transformou a povoação de São Paulo do Norte na vila de Senhor do Bonfim da Chapada (1835), a qual daria origem ao município de Grajaú, foi também passada à condição de vila a povoação de Passagem Franca, em 1838, de cujo desmembramento seriam criados, posteriormente, os atuais municípios de Passagem Franca, Colinas, São João dos Patos e Buriti Bravo, situados entre o alto Itapecuru e o

Parnaíba. Durante o final do século XIX e início do XX teriam adquirido autonomia administrativa, os então distritos de Mirador (1870), Loreto (1873), Nova Iorque (1890), Alto Parnaíba (1881) e Benedito Leite (1919) ficando Pastos Bons restrito a uma pequena porção de seu antigo distrito.

O surgimento dos atuais municípios de Mirador e Colinas esteve associado historicamente à ocupação colonial da região do Alto Itapecuru, a qual inclui as vertentes do Alpercatas, e ao estabelecimento da comunicação entre as frentes agrícola e pastoril envolvendo, pelos lados leste e sudeste, o território tradicional do *Capiecran* e *Sakamecran*. Conforme foi visto no capítulo inicial desse trabalho, ainda no século XVIII foram realizadas as primeiras tentativas nesse sentido, mas a ocupação dessa região era sistematicamente rechaçada pelos “Timbiras Mateiros” e “Canellas finas”. Segundo um cronista histórico,

Muito antes de 1764 abriu-se uma estrada de Caxias para essas alturas, porém ficou inutilizada pela perseguição do gentio. (Marques, 1871: 91).

A fim de viabilizar a navegação pelo Alto Itapecuru e restabelecer as fazendas de gado outrora existentes na região, o então Governador e Capitão-General do Maranhão Dom Francisco da Câmara havia autorizado, em 1807, a fundação do Arraial do Príncipe Regente, pelo então tenente do Regimento de Linha do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro juntamente com 50 soldados. Em 1809 o Arraial já era habitado por 215 pessoas “tendo ruas, casas, quartel e capela”. Paula Ribeiro faz referências à existência de pelo menos uma grande aldeia Timbira abandonada há 2 léguas do Arraial encontrada nas perseguições que ele próprio comandara a esses grupos.

Localizado inicialmente na confluência do Rio Alpercatas com o Itapecuru, o Arraial do Príncipe Regente seria, ainda, um porto navegável, pelo qual se realizariam as trocas comerciais entre Pastos Bons e a sede da Capitania consumada, antes, a viagem de 52,5 léguas até vila de Caxias. Além das fazendas de gado estabelecidas principalmente ao longo do Alpercatas, muitas lavouras de arroz e algodão foram implantadas na barra de rios e riachos afluentes do Itapecuru caracterizando uma forma de ocupação simultaneamente agrícola e pastoril.

Tendo fornecido as condições para a ocupação colonial no alto Itapecuru pelas fazendas agrícolas e de criação, especialmente contendo os ataques dos grupos timbira, abrigo algumas “fazendas reais” estabelecidas ao longo do Alpercatas, e atraindo novos criadores para

essa ribeira, o Arraial do Príncipe Regente teria prosperado até 1838, quando irrompeu o movimento da “Balaiada” tendo sido abandonado pelos moradores na tentativa de evitar o confronto armado com as tropas oficiais.

Esse fato teria resultado na transferência física do povoado para outro local ao longo do alto Itapecuru, nas margens do riacho Corrente, onde os moradores puderam dedicar-se à criação de gado e às culturas de algodão e arroz. Até 1840 teriam existido aldeamentos indígenas próximos à sede. Jurisdicionado a Pastos Bons, apenas em 1870 obteria autonomia administrativa sendo elevado à categoria de vila. Em 1938 atinge ao status de município, com a denominação de Mirador.

3.1.1.3 Da Povoação Missões à Barra do Corda

Diante da ausência de uma bibliografia mais específica sobre a formação social do Centroeste do Maranhão, a reconstituição do processo de ocupação histórica da região fica condicionada à releitura de documentos da administração colonial e provincial, e dos textos elaborados pôr cronistas e historiadores locais, os quais apresentam visões contraditórias sobre esse processo.

Assim, tendo em vista a importância da formação de alguns desses municípios para esse estudo, e a sua relação com os grupos timbira, especialmente os grupos formadores dos atuais *Ramkokamekra*-Canela apresentamos um fragmento da história local, elaborado pela historiadora sertaneja Carlota Carvalho, a qual exprime sua visão sobre a origem de Barra do Corda:

Em 1831, Raimundo Maciel Parente, nascido no Baixo Mearim subiu este rio levando consigo muitos escravos africanos e fundou uma fazenda agrícola na confluência de um riacho que nominou Corda.

Este riacho já tinha o nome Capim fóra da mata, nos campos, nome que conserva produzindo confusão geográfica.

Sendo muito rendosa a cultura do algodão – o ouro branco - outro senhor de escravos pretos, Manoel Rodrigues de Melo Uchôa também veio para Barra do Corda e fundou seu estabelecimento duas léguas abaixo do de Maciel Parente.

Para esse lugar escuso, escondido na mata – onde o negro morria dilacerado pelo açoite ou quebrada a cabeça sem se ouvir fora um grito de dor e dentro uma palavra de clemência ou de justiça – afluiu muita gente timorata em 1839-40, tempo da revolta dos bemtivis ou liberais do Maranhão⁴.

Lã se foram ocultar famílias saquaremas (legais) e adversários dos bemtivis ou liberais do Maranhão.

⁴ “Bem-te-vis” era o termo pelo qual se conheciam os membros do Partido Liberal, que se opunha ao Partido Conservador, quando da eclosão da “Balaiada”, em 1838. Assim, pôr “bem-te-vis” ficaram conhecidos os revoltosos ou simpatizantes da causa liberal, enquanto que os governistas eram designados “Cabanos” ou “Saquaremas”.

Dos refugiados eram pessoas da maior importância social os membros da família Arruda.⁵

Raimundo Maciel Parente casou-se com uma refugiada, dona Maria Arruda, que o sobreviveu e viúva existiu até 1917 quando faleceu com 98 anos e em pleno gozo e uso das faculdades intelectuais.(76)

Por baixo da foz do Corda (Capim) edificaram uma povoação, que, aumentando sempre casas e população, foi erigida em 1849 sede de um distrito da Chapada. Então a jurisdição da Chapada (comarca) teve a sua maior extensão (Carvalho, 1924: 76-77).

Carlota Carvalho apresenta uma visão diferenciada e interessante sobre o surgimento de Barra do Corda relacionando-o à frente de expansão agrícola que se desenvolvia em direção ao alto Rio Mearim. A historiadora sertaneja mostra, também, como Melo Uchôa, um senhor de escravos encontrava-se associado a essa frente, ao contrário de outras versões locais, que o relacionam aos interesses e ao movimento da frente pastoril. De fato, caso esse agente fosse um criador, certamente não seria caracterizado como “*senhor de escravos pretos*”, nem se estabeleceria nas margens do Rio Mearim, em área envolvida por floresta úmida, propícia à grande lavoura, mas não à pecuária extensiva.

Portanto, de acordo com essa visão, o surgimento ou fundação dessa povoação estaria relacionada, inicialmente, aos movimentos de agentes da frente agrícola que avançavam rumo ao alto curso do rio Mearim, cujos interesses territoriais canalizaram-se para as vertentes desse importante rio central do Maranhão. Essa caracterização não invalida, de outro lado, o fato de que, diferentemente do Porto da Chapada, fundado pôr participantes da grande expedição organizada em Pastos Bons no final do século XVIII e início do XIX, a fundação de Barra do Corda tenha sido associada, ainda, a uma perspectiva de conexão entre as duas frentes de ocupação coloniais no Maranhão – a agrícola e a pastoril – e à necessidade de incorporação de novas terras à exploração neocolonial⁶.

De outro lado, a descrição acima, pautada, antes de tudo, na memória oral da região, afirma que Barra do Corda, em sua origem, teria sido ocupada, ainda, por *refugiados* políticos vinculados a *Balaiada* (1838-41) pertencentes a famílias ligadas a um dos partidos em confronto, os “*cabanos*” ou “*saquaremas*”. Dentre esses situa os membros da família Arruda, que se

⁵ Como se verá a seguir, a família Arruda estabeleceria uma grande fazenda de criação extensiva no sul da sede de Barra do Corda, em terras limitrofes às das aldeias Canela, as quais em tempos passados fariam parte de seu território. Um líder dessa família seria responsabilizado em 1913, pelo massacre e extinção dos *Kenkatayê* da Aldeia Chinela, um grupo local vinculado aos *Apaniekra*-Canela.

⁶ Usamos a expressão “neocolonial” para caracterizar um processo de exploração econômico e social que, embora ocorrido após o fim do era colonial no Brasil, mantinha as mesmas características básicas desse sistema sendo seus beneficiários, o Estado e os segmentos sociais dominantes, como os grandes proprietários rurais.

tornaram grandes criadores e proprietários de uma grande fazenda de pecuária extensiva situada ao sul do município, nos limites da Serra das Alpercartas, em território que até o início do século XIX se encontrava sob o domínio dos *Capiekrans*. Os membros dessa família eram tidos como refugiados “da maior importância social”. (Carvalho, Op. Cit, 77)⁷

Na versão apresentada pôr Carvalho, antes mesmo do estabelecimento por Parente e Melo Uchôa, de fazendas agrícolas às margens do Mearim, a partir das quais se criaria a povoação e depois vila de Barra do Corda estabeleceram-se, mais ao sul, na área de cerrados e campos que anteriormente delimitavam o território dos *Capiekrans* e *Sakamekrans*, indivíduos e famílias que haviam participado em Pernambuco e em outras províncias do Nordeste, da *Confederação do Equador* em 1823-24, os quais ingressaram no Maranhão no bojo do movimento da “adesão à Independência”, que ocupara as principais vilas do sertão maranhense⁸.

Perseguidos pelo regime imperial que se instalou no País com a Independência, esses revoltosos buscaram refúgio nos vastos sertões do Maranhão. Parte desses militantes estabeleceram povoação onde hoje seria o “baixo-sertão” de Barra do Corda, nos contornos da ocupação sertaneja sobre o território Canela. Conforme narra Carvalho, um dos locais onde se refugiaram foi o povoado Campo Largo, situado entre as vertentes do Alpercartas e do Corda:

Um dos muitos lugares em que os fugitivos se domiciliaram foi o Campo Largo, arraial e campo do mesmo nome entre os riosinhos Alpercata e Capim, este tributário do Mearim, no qual entra com o nome mudado em Corda, e o outro é o principal formador do Itapicuru (Carvalho, 1924: 92-93).

Refletindo o caráter ilustrado desses refugiados, entre os quais situavam-se seus próprios ancestrais, Carvalho coloca que

Em 1823-25 o povoado ou arraial Campo Largo já era populoso, e nele havia, para o sexo masculino, uma escola em que eram ensinadas leitura, escrita, aritmética, gramática e latim. A principal figura era Diogo Lopes de Araújo Salles, que foi chefe político da Chapada” (Carvalho, 1924: 92)⁹

⁷ Carlota Carvalho, que não esconde sua vinculação à causa dos “bem-te-vis” utiliza o termo *timorata* (= medrosa) para qualificar as famílias de “cabanos” ou “saquaremas” que se refugiaram no interior do que seria o futuro município de Barra do Corda durante a “Balaiada”.

⁸ A Confederação do Equador é considerada uma das principais revoltas ocorridas durante o I Império. Iniciada em Pernambuco em 1823-24 teria reflexos em várias províncias do Nordeste. Defendia a autonomia das províncias nordestinas, e sua organização nos moldes republicanos, inspirada na Revolução Norte-Americana. Sobre a “adesão à Independência” no Maranhão, vide o capítulo 2 desse trabalho.

⁹ O Coronel Diogo Lopes de Araujo Salles, a que se refere a Autora desempenhou, posteriormente, a função de diretor-parcial dos Índios Canela da Comarca da Chapada e dos Índios Mateiro, quando teria recebido a incumbência, em 1854, de reunir em uma única aldeia esses dois grupos. (APEM, 1997, Doc 714, p. 241)

Conforme sugere essa Autora, seu avô teria também se estabelecido nesse povoado. José Joaquim de Carvalho, natural da vila de Santa Rita do Rio Preto, comarca de Barra (Bahia), fundaria, no Campo Largo, uma escola no interesse de educar seus filhos. Em 1827 teria se mudado com a família para as proximidades da Chapada, onde fundou “com os escravos de sua propriedade a fazenda agrícola São Benedito”. (Carvalho, 1924:93).

Carvalho aponta a localização do Campo Largo, como próxima à de outro povoado sertanejo, o Leandro, fundado pôr agentes da frente pastoril e situado ao sul da vila de Barra do Corda, dentro do antigo território dos *Ramkokamekra*-Canela:

Na vizinhança de onde foi o arraial Campo Largo, do qual só existe a recordação histórica, há outro povoado, o Leandro, habitado por cearenses muito trabalhadores, mas que destróem os matos secando nascentes, esterelizando a terra e preparando a seca sem o propósito de fazerem o mal, somente por efeito da crassa ignorância e não da falta de escolas oficiais (Carvalho, 1924: 94).¹⁰

Esses fatos explicam, em parte, o caráter ilustrado da elite cordina, já em meados do século XIX, e suas manifestações pró-republicanas, muito antes da Proclamação e, ao mesmo tempo, seu conservadorismo na defesa dos interesses dos criadores em seus conflitos com índios, expressos, sobretudo, em reportagens e artigos jornalísticos, no início do século XX.¹¹

Outros autores associaram a fundação de Barra do Corda, a uma estratégia do governo provincial do Maranhão, o qual pretendia estabelecer um núcleo de povoamento entre as já consolidadas vilas de Caxias, no vale do Itapecuru, e da Chapada, no alto Grajaú. Nesse sentido seria publicado em um jornal da Capital, em 1834-35, informações de que o governo provincial estaria oferecendo recursos financeiros e outras garantias a quem “descobrisse” um local, no centro geográfico da província, “rico em águas, onde se pudesse fundar uma cidade” (Coelho Neto, 1979: 200).

De acordo com essa visão “heróica”, o cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, “em busca de aventura”, teria se deslocado rumo ao Maranhão, quando soube na vila de Urussuí, na Província do Piauí, às margens do Parnaíba, das “notícias” publicadas no jornal “A Gazeta”. Dessa povoação teria se deslocado à São Luís, onde manteria contatos com diversas autoridades,

¹⁰ O povoado Leandro, situado na rota do “baixo-sertão” cordino forma um dos núcleos de povoamento mais antigos desse município, e foi originado na frente pastoril tradicional. Como se verá, desse povoado partiu a iniciativa e a organização da repressão ao movimento messiânico Canela em 1963.

¹¹ Os posicionamentos dessa elite intelectual local foram expressos, sobretudo, no jornal “O Norte”, publicado em Barra do Corda, entre o final do século XIX e a década de 30 do século XX.

inclusive o presidente da província, com o qual assumiria o compromisso dessa “descoberta”, e da defesa dos interesses governamentais, em relação à futura povoação.

Retornando a Urussuí, Melo Uchoa ainda percorreria as vilas de Pastor Bons, Mirador, Picos e Riachão, de onde, juntando alguns antigos companheiros de jornada atingiria as cabeceiras do Corda, e “depois de encontrar grandes impecílios...penetra assim com coragem no sertão desabitado, a não ser pôr selvagens”.¹² Conduzido pôr guias indígenas – que seriam os Canela rio Corda – Melo Uchôa teria descido pelas margens do Corda até atingir o Mearim, em 3 de maio de 1835, onde

...defronta-se com o quadro bellissimo oferecido pela natureza, e num ligeiro estudo e de acordo com a tradição, usando um facão como régua traçou a planta da cidade, com ruas e praças proporcionais ao seu tamanho, um lugar salubre e aprazível (Coelho Neto, 1979: 201)

Os documentos provinciais demonstraram como a essa administração, através de seus agentes locais – comandantes de tropa, diretores de aldeias - arregimentou os Canela do rio Corda à participação no empreendimento comandado pôr Melo Uchoa fazendo com que esses se deslocassem rio abaixo, e se estabelecessem na junção do Corda com o Mearim, onde dariam suporte como mão-de-obra na edificação da povoação, e como força de guerra contra outros grupos timbira do alto Mearim e alto Grajaú, especialmente os *Caracategê*. (APEM, 1997: Docs 604-606, 609; pp. 215-216)¹³

Esse seria considerado um segundo momento na “aliança” dos Canela com os agentes coloniais. Posteriormente, como foi visto, os Canela seriam utilizados nas expedições de “pacificação” dos *Sakamekran* e de destruição dos *Gamella* de Codó, além de outras campanhas voltadas para o sujeição dos *Kreyê* e *Pebyê* na Colônia Leopoldina. Poderia-se afirmar que nesse momento se restabeleceria essa “aliança” celebrada inicialmente em 1814, com uma *bandeira* de Caxias, e provavelmente interrompida, em 1815, com a tentativa de extermínio dos *Capiekran* pelos moradores de Caxias, através da contaminação pôr varíola, e do massacre sofrido nas imediações dessa vila.¹⁴

¹² De acordo com a visão dos historiadores locais, Melo Uchôa fôra ‘tenente de primeira linha’, com experiência em medições de terras, e teria arregimentado antigos companheiros, como José Lázaro Teixeira, o qual lhe serviria de intérprete junto aos índios. (Brandes, 1994: 57)

¹³ Vide Capítulo 2 dessa Dissertação. Conforme se pode deduzir desses documentos, os Canela “da aldeia da beira do rio Corda” – um dos grupos em que se dividiu os *Capiekran*, como resultado da contaminação pôr varíola e do massacre perpetrados em Caxias, em 1815 - teriam participado junto a Melo Uchôa da fundação da povoação, e do combate aos *Caracategê*, e outros grupos no alto Grajaú..

¹⁴ Vide capítulos 1 e 2 dessa Dissertação.

Além de oficialmente responsável pela implantação da Barra do Corda, Melo Uchôa constituiu-se no primeiro “diretor de índios” da nova povoação, dentro de uma concepção herdada do período pombalino, que permaneceria nas primeiras décadas do século XIX. Em meados desse século, com a implantação do sistema de diretorias parciais e colônias indígenas no Maranhão, teria desempenhado a função de diretor-parcial dos Índios da Barra do Corda, sob o qual foram colocados os Guajajara e “Matteiros” situados nas aldeias entre o Corda, o alto Mearim e rio das Flores (APEM, 1977: Doc 702, p. 238).

Em 1837, Melo Uchôa seria responsável pela conclusão da sujeição dos *Caracategê* do alto Grajaú, para a qual teria contado com a participação de “guerreiros” Canela. Conforme atesta um ofício emitido pela administração provincial, Melo Uchôa deveria realizar a entrega de instrumentos agrícolas aos *Caracategê*, o que significa que, naquele momento, esse grupo timbira já teria aceito as condições de “paz” colocadas pelas tropas oficiais, que resultaria, posteriormente, no seu desaparecimento enquanto unidade étnica, e a incorporação de parte dos seus membros entre os *Ramkokamekra*-Canela (APEM, 1977: Doc 609, p. 216).¹⁵

Alguns anos após (1844), o governo da província teria autorizado Melo Uchôa à construção de uma estrada entre Barra do Corda e a fazenda Pedreira, a qual dinamizaria as relações comerciais dessa vila com as áreas agrícola e litorânea. Como mão-de-obra seriam utilizados índios Guajajara e “Mateiro”, os quais “deverão ser chamados à domesticação e povoação”. Isso significa, que esses grupos encontravam-se autônomos e pretendia-se levá-los à “civilização” através do trabalho compulsório (APEM, 1977: Doc 637, p. 222).

Além de considerado o fundador da povoação Missões, que daria origem à vila e depois município de Barra do Corda, Melo Uchôa teria desempenhado a função de agente da administração provincial, como diretor-parcial do Rio Corda, sob o qual ficariam jurisdicionados os Guajajara e “Mateiro” do Corda e alto Mearim. Teria, ainda comandado expedições de “pacificação” aos *Caracategê*, aos “Mateiro” e aos *Gamella*, o que levaria à sujeição desses grupos. Como se verá a seguir, Melo Uchôa seria, ainda, ancestral de dois agentes tutelares vinculados ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja atuação marcaria as relações intersocietárias no Centroeste Maranhense.

¹⁵ Conforme foi visto, Nimuendaju afirma que a tradição *Ramkokamekra* indica que os *Caracategê* teriam se amalgamado a esse grupo; de outro lado poderiam, também, constituir os ancestrais dos atuais *Krepumkateyê*. Cf. Nimuendaju, 1946: 35.

Fundada, portanto, como uma povoação dentro do território jurisdicionado à Comarca da Chapada, aproximadamente em 1835, Barra do Corda permaneceria como 2º distrito dessa comarca até 1873, quando foi desmembrada e elevada à condição de comarca independente. (Carvalho, 1924:77). Passaria à classe de Vila pela Lei Provincial de 31 de maio de 1854, com o nome de Santa Cruz da Barra, e já em 1856 contava com 44 casas de palha, 13 de alvenaria, 7 lojas e 284 habitantes sendo 42 escravos (Coelho Neto, 1979: 201)

Em meados do século XIX, Barra do Corda progredia rapidamente como entreposto comercial da região do extremo alto Mearim, e sua população crescia aceleradamente, atingindo em 1870 a cifra de 5 mil habitantes, dos quais 3260 livres, 400 escravos e 1340 índios. Nesse período já haviam sido instalados na região cerca de 7 engenhos, os quais produziam cerca de 300 arrobas de açúcar e rapadura, e 2500 frascos de aguardente. (Marques, 1870: 106).

Até cerca de 1870, poucos agricultores se estabeleceram na região florestal, ao norte dessa vila, exceto alguns fazendeiros nas margens do Mearim produzindo, sobretudo, itens de agro-exportação, como arroz e algodão. Esse fato sugere que a produção agrícola de alimentos voltada para o consumo local era realizada, em sua maior parte, pôr índios Guajajara (Tenetehara), distribuídos pôr um grande número de aldeias situadas na região de matas entre o baixo rio Corda e o alto curso do Mearim e do Grajaú.

Nesse momento já se vislumbrava o predomínio da atividade pastoril real nos sertões ao sul da vila da Barra, onde vários criadores de gado vacum controlavam um rebanho de mais de 4000 cabeças, e produziam cerca de 1000 bezerros pôr ano. Conforme aponta Marques:

Distingue-se esse município pela criação do dito gado, pois sua lavoura é em tão pequena escala que calcula-se a produção agrícola anualmente em 11000 alqueires de farinha, 2200 de arroz, 2500 de milho, 46 arrobas de fumo e 31 pipas de aguardente (Marques, 1870: 106).

O rápido crescimento da vila de Barra do Corda relacionava-se, certamente, ao fato de constituir um entreposto comercial, e um elo de confluência entre as frentes de ocupação que avançavam e se consolidavam nos altos cursos dos rios centrais do Maranhão, especialmente o Mearim e o Grajaú. O contingente populacional desses vales aumentava rapidamente, especialmente em função de vários ciclos de migração nordestina desencadeados, sobretudo a partir da “grande seca” de 1877. Nesse sentido vários autores apontam a chegada de levas de migrantes originados sobretudo da província do Ceará, os quais teriam se estabelecido nos vales

centrais do Maranhão, especialmente nas terras banhadas pelo alto Mearim e alto Grajaú, habitada, em grande parte pôr grupos Guajajara.¹⁶

A continuidade dessa ocupação das matas do alto Mearim por contingentes agrícolas decorrentes de sucessivas ondas migratórias nordestinas, especialmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, as quais avançavam sobre os territórios indígenas estabelecendo “centros” agrícolas nas matas que constituiriam uma série de povoados, daria origem a um campo intersocietário específico e conflituoso nas terras situadas ao norte da vila de Barra do Corda. As contradições e tensões inerentes a esse campo se expressariam numa série de conflitos ainda no século XIX, no plano das colônias indígenas e diretorias parciais, e de maneira mais contundente, na virada para o século XX, em conflitos de maior proporção, como a “hecatombe” ou o “massacre do Alto Alegre”.

De outro lado, na região sertaneja ao sul de Barra do Corda, após conquistar o território de cerrados e campos naturais aos timbira, nas primeiras décadas do século XIX, a frente pastoril ampliava endogenamente essa ocupação, com a multiplicação de fazendas e rebanhos. Nesse processo crescia consideravelmente o número de criadores e seus rebanhos aumentavam rapidamente intensificando a pressão sobre a pequena porção do território ancestral dos Canela e de outros timbira ainda controlado pôr esses grupos, e consolidando uma situação histórica marcada pôr conflitos entre índios e criadores decorrente da usurpação territorial e da ocupação pelo gado.

A ausência de limites definidos e respeitados entre os territórios indígenas e as fazendas de criação constituiriam um dos fatores dessa nova situação de convivência e conflito entre os segmentos da vida pastoril e os timbira no Centroeste Maranhense.¹⁷ Esse campo intersocietário constituído a partir da dominação colonial dos Timbira em geral, e especificamente dos *Apaniekra* e *Ramkokamekra*-Canela, e constituído, ainda, pelos criadores situados no “sertão” dos municípios de Grajaú e Barra do Corda, e os respectivos recursos, interesses e valores se desenvolveria segundo uma dinâmica própria à *situação pastoril*.

Presentes desde os tempos iniciais da conquista, os agentes da administração colonial se fariam atuantes em diferentes momentos nesse campo intersocietário representando os

¹⁶ Cf. Andrade, M, 1973: 96-101; Coetho Neto, 1979: 210.

¹⁷ No Capítulo 2 apresentamos uma *situação social* envolvendo os Canela, criadores de gado vacum e um agente da administração provincial, na tentativa de equacionar o avanço do gado sertanejo sobre as roças indígenas, e as ações dos índios contra os criadores

interesses do Estado, de acordo com suas regras e normas legais, e manipulando os recursos disponibilizados a esses grupos indígenas. Essas normas e interesses da administração provincial se misturavam e confundiam com os interesses dos próprios agentes, uma vez que esses eram recrutados entre os grandes proprietários de terra e chefes políticos locais. A esse fator se deve, em grande parte, a exploração da força-de-trabalho indígena, bem como usurpação dos territórios das aldeias realizados pôr muitos desses agentes.¹⁸

No final do século XIX e início do século XX, as tensões e contradições presentes na *situação pastoril* no Centroeste Maranhense eclodiriam na forma de conflitos e massacres de índios pelos criadores locais. Como se viu no capítulo anterior, uma vez estabelecida a *dominação colonial* dos timbira, os conflitos entre esses e os criadores passariam a se concentrar no avanço dos rebanhos sobre o território residual que esses grupos mantinham sob seu controle, e o conseqüente abate do gado pelos índios revelando as contradições inerentes à *situação pastoril*.

Na área agrícola, ao norte desses municípios essas contradições definiriam outro campo intersocietário envolvendo de um lado, os Guajajara, estabelecidos na floresta seca entre os vales do Grajaú e Mearim, os agentes da frente agrícola – fazendeiros e lavradores migrados de outras províncias do Nordeste. Essas contradições seriam acirradas pela presença de missionários da Ordem Capuchinha estabelecidos na região, as quais eclodiriam em conflitos que marcariam definitivamente as relações intersocietárias nessa região.

3.1.2 Vias da Expansão Pastoril

A expansão da pecuária ao sul e sudoeste do Maranhão gerou novas rotas deslocando o comércio que se fazia, até as primeiras décadas do século XIX, exclusivamente pelo rio Itapecuru, através de Caxias. Além das rotas emergentes pelo Grajaú e Tocantins, também surgiram a do Mearim - com a consolidação da vila do Mearim, e posteriormente, da povoação de Barra do Corda - e a do Balsas, que tiveram importância econômica e social na vida do alto-sertão maranhense gerando deslocamentos humanos e, com estes, hábitos e ideologias.¹⁹

A rota do Tocantins, resultante da regularização da navegação desse rio possibilitou o crescimento da pecuária extensiva em toda a região de Carolina e pelo norte de Goiás. Carolina,

¹⁸ Chefes políticos e grandes proprietários locais como Melo Uchôa, Militão Bandeira de Barros, Diogo Lopes de Araújo e outros exerceram as funções de diretores parciais e de colônias indígenas no Centroeste Maranhense.

¹⁹ Vide Mapa 04, em Apêndices,

pacata e insignificante no início do século XIX tornou-se, em meados desse século, importante entreposto comercial no médio Tocantins, de onde eram distribuídas mercadorias importadas de Belém - sal, tecidos, ferragens, etc - e repassadas à capital paraense produtos do sertão - couro, sola, carne-seca, etc.

Além da sua importância econômica e no povoamento de toda a região ocidental do Maranhão, a rota do Tocantins resultou em aproximações entre o modo de vida pastoril e o amazônico realizado pelos barqueiros e ribeirinhos regionais. Assim, era comum encontrar-se entre os barqueiros e remeiros do Tocantins histórias, hábitos e constantes referências à vida pastoril (Cabral, 1992: 163).

Da mesma forma, as rotas estabelecidas em meados do século XIX pela navegação dos rios Grajaú e Mearim foram de fundamental importância para a distribuição de sal e produtos manufaturados pelo alto-sertão maranhense e norte goiano. Partindo de Grajaú e, depois de Barra do Corda, tropas de muares levavam mercadorias a fazendas e povoados distantes, nas mesmas estradas percorridas pelas boiadas. Levavam ainda informações que se espalhavam pelos sertões, inspirando os movimentos políticos ali gerados, e fortalecendo uma ideologia anti-indígena que se generalizaria pôr toda a área pastoril.²⁰

O Mearim constitui o maior rio genuinamente maranhense, com seus 1.150 quilômetros de extensão. Iniciando-se numa vasta floresta entre as serras do Itapecuru, a do Negro e a do Canela, a sua bacia drena uma área de 142 mil quilômetros quadrados. Navegado desde os momentos iniciais da ocupação européia no litoral – primeiro pelos franceses, que teriam atingido seu alto curso; depois pôr portugueses – manteve-se até meados do século XIX pouco navegável, seja pela presença de grupos indígenas, dentre eles vários grupos timbira, seja pelos obstáculos naturais ali presentes. A partir de 1855, foram iniciados estudos de identificação de todos os acidentes que impediam a sua navegação, cujo principal obstáculo era uma enorme rocha, a Lagem Grande situada a 10 léguas da embocadura do Grajaú (Brandes, 1994: 89-90).

A partir de 1864 seria iniciada a navegação fluvial do Mearim, entre São Luís e a Lagem Grande, enquanto o governo provincial contratava serviços de desobstrução do trecho entre esta e a vila da Barra do Corda. Assim, a partir de 1866 estabeleceu-se uma rota regular de

²⁰ Duas dessas rotas ou estradas de boiada que partiam de Barra do Corda rumo às vilas, povoados e fazendas do sul do Maranhão passavam pôr aldeias Canela. Uma dessas, que comunicava essa vila a Pastos Bons passaria pela Aldeia do Ponto, dos *Ramkokametra*-Canela, enquanto a outra, rumo a Riachão e Carolina cruzava a Aldeia da Chinela, dos *Kenkatyê*-Canela, próximo às cabeceiras do Alpercatas. Cf. Crocker, 1990: 88.

navegação fluvial entre essa vila e a Capital da Província. Esboçou-se um desenvolvimento das atividades comerciais, especialmente a partir de produtos manufaturados e industrializados vindos da Capital, e inversamente, de produtos agrícolas das comunidades ribeirinhas do Mearim, e dos lavradores que se estabeleciam nas matas circunscritas a essa vila.

No curto período em que essa rota vigorou aumentaram-se os estoques de sal e produtos manufaturados e industriais vindos de São Luís, os quais abasteceriam, além da população urbana dessa vila, toda a região sertaneja, especialmente as povoações e fazendas do alto-sertão. Inversamente, carnes e couros dessas regiões eram enviadas à Capital no retorno dos vapores que periodicamente aportavam na vila da Barra do Corda.

Com o passar dos anos, as rotas comerciais do Mearim e Grajaú entrariam em declínio, pelas obstruções desses rios no período chuvoso, ou pela escassez de água durante na estação seca levando, após as primeiras décadas do século XX, levando esses importantes núcleos do alto-sertão maranhense à estagnação econômica, e ao isolamento dos centros mais dinâmicos do Maranhão.

Nas primeiras décadas do século XX, os vapores e “gaiolas” seriam substituídos por lanchas de menor calado, mas as empresas de transporte fluvial se tornariam mais diversificadas e organizadas, constituindo a principal modalidade de transporte regional, a qual abrangeria a maior parte da população ribeirinha do Mearim, sobrevivendo ao surgimento das primeiras rodovias. Até os anos 80 vigorou uma rota regular de pequenas lanchas comunicando as povoações ribeirinhas das fazendas e povoados com a sede municipal, e até com outras cidades banhadas pelo Mearim, como Pedreiras, situada ao norte de Barra do Corda.

Esse mesmo processo de ascensão e decadência econômica ligado às condições de transporte atingiria outros municípios do alto-sertão maranhense²¹. No final do século XIX havia se efetivado a navegação pelo Balsas, a qual se desenvolveria com a introdução, em 1911, da navegação a vapor unificando a região, através da sua ligação ao Parnaíba, a municípios ascendentes, como Timon, Floriano e Teresina, a capital do Piauí. A acanhada vila de Santo Antonio das Balsas tornou-se, então, importante entreposto de sal às regiões pastoris do extremo sul do Maranhão e do norte de Goiás (Cabral, 1992:165).

²¹ Não existe uma definição precisa para o “alto-sertão maranhense”, mas considera-se como uma região situada ao sul dos municípios de Barra do Corda e Grajaú, os quais se estendem pelas vertentes do rio Balsas, Neves e outros.

Apoiados na navegação a vapor os municípios do sertão maranhense conheceram, nas primeiras décadas do século XX, um curto período de prosperidade, através das riquezas que flutuavam pelos rios perenes. Entretanto, a perda gradativa de volume de água de rios importantes como o Grajáú, o Mearim e o Balsas – produzido pelo açoramento decorrente do desmatamento das margens para o plantio - acabou por inviabilizar a navegação a vapor de grande porte, e depois dos barcos a motor deixando os municípios do alto-sertão isolados e marginalizados economicamente. Essa estagnação econômica seria a marca da região até o final dos anos 50.

As vias terrestres tiveram, também, importância central no processo de povoamento e desenvolvimento do sertão maranhense. As primeiras estradas foram construídas ainda no período colonial, das quais as mais importantes seriam as duas que ligavam as vilas de Pastos Bons e Caxias, e à Passagem da Manga, às margens do Rio Parnaíba, abertas no final do século XVIII e início do XIX. Esta última serviu para o escoamento das boiadas de Pastos Bons ao Piauí e dali às estradas reais que levavam aos centros açucareiros da Bahia e Pernambuco e, ainda, às Minas Gerais e a Goiás.

As estradas que ligavam Pastos Bons a Caxias seguiam, uma acompanhando as margens do Itapecuru; outra, chamada “dos Poções”, mais próxima ao Parnaíba, e apesar de melhor povoada era menos frequentada, devido aos acidentes que dificultava seu trajeto. No início do século XIX foi aberto, ainda, um caminho entre Caxias e o Tocantins, o qual teria sido percorrido pelo Major Francisco de Paula Ribeiro em 1815. Esse fato reflete o avanço da atividade pastoril, já nesse período, até os limites da sua ocupação.

Durante o Império foram construídas, ainda, várias outras estradas ligando os centros pastoris de Barra do Corda e de Carolina às feiras de gado situadas mais próximas ao litoral maranhense, das quais as mais importantes foram a de Pombinhas, que atingia os campos junto ao litoral do Maranhão, e a que se destinava a Itapecuru-Mirim. Em meados do século XIX, índios Guajajara organizados no Corpo de Trabalhadores Índios de Barra do Corda teriam aberto estradas comunicando essa vila com a Chapada, e com a então Fazenda Pedreiras. Essa estrada, além de permitir os trabalhos de desobstrução do Mearim, acabaria pôr definir a ocupação agrícola desse vale, especialmente a partir de 1877, ano da grande migração nordestina à região. (Brandes, 1994: 94).

Um plano mais ambicioso pretendia, ainda, a conexão com a vila de Caxias, o principal núcleo urbano e comercial do interior da província, a qual possibilitaria o escoamento do gado produzido no Centroeste Maranhense, às regiões agrícola da Província. Assim, a partir de 1870 foram alocados recursos do governo provincial para a construção dessa estrada, ao longo da qual surgiriam alguns núcleos de habitação, que constituiriam povoados até hoje existentes. De outro lado, no sentido oriental, aproveitando-se em grande parte do cominho percorrido pelos primeiros povoadores do distrito de Barra do Corda, se consolidaria uma estrada de tropas e boiadas à vila de Picos, no alto Itapecuru, a qual consolidaria alguns dos antigos povoados surgidos no sertão cordino margeando o território dos *Ramkokamekra*-Canela.²²

Essas estradas permitiram um aumento significativo do fluxo do gado produzido em toda a região de Pastos Bons para as feiras da área litorânea do Maranhão. Assim, apenas das zonas criadoras da Chapada (Grajaú e Barra do Corda) e Carolina foram enviadas, em 1872, 3.000 cabeças de gado. De outro lado seriam ainda enviados da zona tocantina a essas feiras, em 1875, cerca de 6.000 cabeças. Esse fluxo de exportação cresceria, ainda, até as primeiras décadas do século XX atingindo, em 1924, cerca de 10.000 unidades. A partir da década de 30 essas exportações sofreriam sensível queda: em 1947 a quantidade de gado transportado da zona sertaneja para a litorânea, não passava de 2.000 cabeças (Cabral, 1992: 169-170).

As estradas construídas durante o período imperial no Maranhão refletiam a preocupação dos administradores provinciais em favorecer os interesses da grande lavoura e do comércio de São Luís. Os incentivos à navegação e até os projetos de construção de estradas de ferro teriam por objetivo impedir a saída do gado sertanejo para outras províncias beneficiando, assim, os interesses econômicos representados na Capital. Nesse sentido foi planejada a integração ferroviária entre o alto sertão através da construção da “Tocantina” ou “Central do Maranhão”, estrada de ferro que ligaria Barra do Corda a Carolina.

O primeiro projeto dessa ferrovia surgiu em 1873, quando foi levantado seu traçado. Vista como a chave para a integração do sertão ao mercado ludovicense, essa ferrovia foi reivindicada com empenho junto ao poder central. Após décadas de especulações foi aprovada e autorizada sua construção em 1921, em pleno regime republicano. No entanto, dos 584

²² Alguns dos povoados situados nessa estrada localizam-se atualmente na chamada “estrada do sertão”, a qual a população de Barra do Corda designa como “baixo sertão”. Essa estrada margeia a Terra Indígena Kanela pelo seu lado oriental, e nela se situam alguns povoados fundados pela frente pastoril, como o Leandro e o Genipapo dos Resplandes. Vide Mapa 01, em Apêndices.

quilômetros planejados, apenas 40 foram construídos. Ficaram, portanto, frustradas, as expectativas das elites locais dos municípios que seriam beneficiados por essa inacabada ferrovia (Cabral, 1992: 172-173).

Outro projeto ferroviário desenvolvido no Maranhão foi a Ferrovia São Luís-Teresina, surgida num momento de prosperidade da economia algodoeira do vale do Itapecuru. Essa ferrovia, iniciada na última década do século XIX e concluída em 1921 dinamizaria o fluxo comercial entre as prósperas cidades localizadas nesse vale, especialmente Caxias e a Capital da Província, e depois do Estado do Maranhão. Os criadores tradicionais do sertão cordino seriam indiretamente beneficiados, com o transporte das boiadas sendo realizado por via férrea entre Caxias e a Capital, pela redução do tempo de chegada do gado ao seu destino, e com a diminuição das perdas decorrentes do emagrecimento, doenças e acidentes comuns ao transporte convencional das boiadas.

Entretanto, a maior parte dos rebanhos de Barra do Corda e dos demais municípios do sul do Maranhão continuariam a ser enviados às regiões litorâneas pela maneira tradicional, isto é, através das boiadas conduzidas pelos vaqueiros e seus “tangerinos”, em longas jornadas que duravam alguns meses. Alguns antigos vaqueiros que entrevistamos nos povoados do “baixo-sertão”, ao sul de Barra do Corda, revelaram como se deslocavam até Carolina, e ao norte de Goiás para a compra de gado e como essas boiadas eram conduzidas até o “Campo de Perizes”, já próxima ao litoral, e ali eram engordados para posterior revenda aos compradores de São Luís e outros municípios da área litorânea.

A dinâmica da implantação da infra-estrutura de comunicação terrestre e fluvial pôs todo o sul do Maranhão, e a variação da produção e exportação de gado dessa região para a área litorânea refletem a situação de crescimento da atividade pastoril extensiva dentro do antigo território tradicional dos timbira no Maranhão, até as primeiras décadas do século XX, e sua posterior decadência, a partir dos anos 30, que levariam essas áreas criatórias a um estado de estagnação econômica, até o final dos anos 50 quando, então, começa a se estruturar na região uma frente pioneira de caráter agro-pecuarista.

Como forma de enfrentar essas dificuldades, sobretudo relacionadas às precárias vias de comunicação com a Capital, os criadores do alto-sertão do Maranhão procuraram outros mercados para a venda do gado. Assim, já nas primeiras décadas desse século passaram a enviar o gado sertanejo do Maranhão, para as feiras do Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os

vínculos comerciais de toda essa região com a Capital do Estado, se tornariam bastante frágeis, ao longo da primeira metade desse século; de outro lado se afirmariam as relações históricas do antigo “sertão de Pastos Bons” com outros estados e regiões nordestinas. (Cabral, Op. Cit, 173-173)

3.1.3 Mandonismo e Poder Local

A expansão da atividade pastoril no século XIX e a intensificação dos vínculos comerciais com as áreas agrícola e litorânea da Província, decorrente do surgimento de novas rotas e mercados às boiadas do “sertão de Pastos Bons” acabaram por definir mudanças sociais e políticas em toda a região. O antigo distrito de Pastos Bons que abrangia toda a vasta região sertaneja sofreu gradativo desmembramento dando origem a uma série de vilas, mais tarde tornadas municípios, o que provocou a reorganização do espaço e a institucionalização do poder local²³.

A partir dessas novas condições, o poder dos fazendeiros tornou-se mais acentuado e localizado nesses municípios dando origem a intermináveis disputas e conflitos entre famílias, que agrupadas em torno de partidos políticos buscavam o controle do poder a nível local. Essas divergências eram fundadas não em princípios ou ideologias, mas em conflitos de interesses ligados às ambições de mando e prestígio.

Refletiam, de outro lado, nas relações intersocietárias, uma vez que esses mandonistas constituíam-se, também em representantes do poder provincial junto aos grupos indígenas exercendo as funções da administração colonial, e colocando esses grupos a serviço dos seus interesses e disputas pessoais. Assim, vários chefes políticos, tanto da vila da Chapada, como da povoação e depois vila da Barra do Corda teriam exercido funções ligadas à administração provincial junto aos povos indígenas no Centroeste Maranhense, como diretor-parcial e de colônia indígena, além de comandantes de distritos.

O mandonismo local exercido pelos fazendeiros do sertão maranhense, embora vinculado a seus próprios interesses, teria permitido, ainda, à sociedade sertaneja, ou melhor, aos seus estratos dominantes, vincular-se, ainda que precariamente, ao poder provincial e central. A mediação desses mandonistas teria favorecido, em certa medida, às demandas das populações

²³No antigo território timbira, designado pelos agentes da frente pastoril como “sertão de Pastos Bons” seriam criadas no século XIX as vilas de Pastos Bons (1820), Carolina (1831), Riachão e Grajaú (1835), Passagem Franca (1838), Barra do Corda (1854), Porto Franco (1855), Imperatriz (1856), Loreto (1873), Alto Parnaíba (1891) e Santo Antonio de Balsas (1892).

sertanejas dos respectivos municípios, inclusive nas suas relações junto aos grupos indígenas localizados nessa região.

Durante todo o período provincial houve por parte do poder regional tentativas de fortalecimento do controle político sobre as regiões sertanejas. As propostas de resolução definitiva das questões limítrofes com Goiás, Piauí e Pará, as preocupações com a organização de uma estrutura judiciária e com o policiamento da região, bem como a criação de escolas públicas e delegacias de ensino, além de outras medidas demonstram o esforço de integração do sertão à estrutura política da Província. (Cabral, 1992: 183)

Esse processo de integração gerou tensões e conflitos com o poder regional, tendo em vista a perda de autonomia que significava aos mandatários do poder local, submetidos à legislação e às decisões tomadas na capital da província, as quais representavam os interesses dos segmentos econômicos e políticos ali localizados. Essas tensões manifestavam-se no discurso e na ação dos líderes sertanejos, cujos ressentimentos resultaram na eclosão de movimentos e revoltas surgidos na região ao longo do século XIX.

Nos discursos dos líderes locais se expressavam as suas insatisfações em relação ao que consideravam a discriminação ao sertão e seus habitantes praticada pelos chefes políticos de São Luís. Segundo um ilustrado promotor público da Capital que vivenciou esse processo, e que teria aderido à causa dos criadores locais,

...Para eles (políticos da capital), os que vivem nestas esquecidas paragens não são criaturas humanas, são animais menos tratáveis e mais ferozes que os índios que vegetam mais ou menos domesticados por essas bandas... (Para eles) a Barra do Corda foi uma povoação fundada por um troço de retirantes cearenses, fustigados da terra natal pela miséria e pela fome... (Da mesma forma) a Chapada (Gruajá) e todos os povoados do alto sertão tiveram seus bandeirantes, constituídos por assassinos, ladrões e bandidos de toda sorte fugidos das cadeias de Caxias e do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia..." (Abranches, 1959:101-102).

As reivindicações por maior autonomia municipal, isto é, do poder local, visto como marginalizado pelo poder provincial evoluíram para a defesa franca e aberta da república, vista como sendo a salvação dos sertões. Essas tensões e conflitos, que já se faziam presentes nos momentos iniciais desse processo de integração regional, ainda nas primeiras décadas do século XIX, se estenderam por todo o período provincial.

Conforme foi visto, o primeiro desses movimentos políticos surgidos no sertão pastoril ocorreu em 1827, poucos anos após a chamada "adesão" do Maranhão à Independência do Brasil e ficou conhecido como "República de Pastos Bons". Teria envolvido os principais

chefes locais do alto-sertão maranhense, dentre os quais se destacavam João da Costa Alecrim e Militão Bandeira de Barros, rico fazendeiro e chefe político da Chapada. Conforme narra Carlota Carvalho,

Militão Bandeira Barros, filho bastardo do capitão-mor Antonio Bandeira, que lhe legou grande riqueza em dinheiro, escravos e fazendas de gados situadas no distrito da Chapada, chefiou nesta parte o partido dos independentes e levou sua ação ao longo do Tocantins até o Riachão, acordando o nativismo nessa Lapa, onde só eram ouvidos os aboiões dos vaqueiros e os mugidos das vacas-(Carvalho, 1924: 86).²⁴

Militão teria recebido instrução elevada, “*ele era o homem de maior cultura intelectual no meio em que existia*” (Carvalho, 1924: 86-87). Segundo outro memorialista, Militão seria pessoa “de grande tendência associativa e espírito comunicativo, que faziam dele o centro da roda de amigos, grupo destinado a cultivar as letras e a história, ilustrando os homens do meio” (Dino, 1985, in: Brandes, 1994: 76).

Entretanto, a despeito dessa “ilustração”, fatos coletados na “tradição” local apontam os limites desse mandonista: conforme foi visto, em 1839, Militão Bandeira de Barros, então tenente-coronel da Guarda Nacional, Juiz municipal de órfãos e interino de Direito da Chapada, havia sido acusado de responsável pelo assassinato de um pároco local, em função de uma manifestação de racismo contra esse chefe local, durante o processo de escolha de corpo de juizes ao Conselho Municipal (Dino, 1985, in Brandes, 1994: 76-77).

Tendo sido preso, após tentativas de coação de testemunhas, processado e condenado fora levado para a Cadeia de Pastos Bons, de onde foi libertado pôr um grupo armado. Apresentando-se voluntariamente na Capital da província foi novamente aprisionado, e em resposta, cerca de 500 homens, entre familiares, parentes e amigos invadiram a vila de Riachão provocando mortes e arrombamentos. Para debelar os motins e prender os criminosos, o governo provincial enviou o capitão Diogo Lopes de Araújo Sales, a essa vila sertaneja, e o qual tendo ascendido a liderança local dos “cabanos”, partido govenista tornara-se inimigo de Militão, chefe político da Chapada, e líder “bem-te-vi”²⁵.

²⁴ O capitão-mor Antonio Bandeira teria exercido a função de Comandante do Distrito de Pastos Bons na década de 1830, sob o qual ficariam subordinados os comandantes dos aldeamentos dos Canela do Alpercatas, do Corda e do Grajaú. Cf. APEM, 1997, Doc. 589-590, e 592-597; pp 212-214.

²⁵ O Capitão Diogo Lopes de Araujo Sales foi um dos fundadores do povoado Campo Largo, situado no “baixo-sertão” cordino, dentro do antigo território dos *Ramkokamekra*-Canela, junto a outros “revolucionários” da “Confederação do Equador”. De perseguido político, como outros, tornara-se chefe político governista local, com ascendência nas vilas da Chapada e Barra do Corda. Como foi visto, seria o agente responsável pela tentativa de unificação dos *Matteiro* aos “Canela da Chapada”, em 1854.

As rivalidades entre esses dois mandonistas locais desencadearia uma série de conflitos e crimes entre os familiares e partidários dos mesmos, que se estenderiam até o encerramento do período do Império:

E as rusgas partidárias não tardariam a degenerar em rixas odientas entre famílias, servindo a política de pretexto para vinganças pessoais, assassinios e depredações de propriedades (Abranches, (1959), 1993: 117).

Nomeado para o cargo de Promotor da Comarca de Barra do Corda em 1888, o jornalista e escritor Dunshee de Abranches, membro de tradicional família da capital maranhense seria, ainda, oficialmente incumbido de realizar uma investigação minuciosa e secreta sobre os conflitos sanguinários, que há 40 anos vinham se desenrolando na vila de Grajaú (Chapada), nos quais se envolveram as famílias mais poderosas do município. Esses conflitos, que teriam repercussão em todo o alto-sertão do Maranhão e no norte de Goiás (atual Tocantins) eram considerados um dos principais problemas da administração provincial (Cabral, 1992: 48).

Durante o período de sua promotoria em Barra do Corda, Abranches teria mantido contatos permanentes com esses chefes locais e seus grupos em confronto, numa experiência em que acumularia conhecimentos sobre a vida sertaneja. A sua interpretação sobre os acontecimentos políticos envolvendo as principais famílias e grupos políticos da vila de Grajaú, na segunda metade do século XIX, relaciona as ações desses líderes sertanejos aos “hábitos e comportamentos do homem do sertão” (Cabral, 1992: 48).

Os conflitos ocorridos nas últimas décadas do Império em Grajaú envolveriam, de um lado, o Coronel Francisco de Araújo Costa, conservador e monarquista, tido com um “coronel” tradicional do sertão maranhense; de outro, o “capitão” Leão Leda, o “major” Luiz Leda, além do “major” Rosa Lima, representantes das famílias Leda e Moreira, e politicamente ligados ao Partido Liberal. Em torno dos dois grupos agregaram-se familiares, dependentes e “jagunços”, que transformaram as diferenças políticas em confrontos armados.

De acordo com Abranches, cristalizara-se em São Luís, especialmente através de políticos e representantes da imprensa local, acerca das populações e lideranças do sertão maranhense,

...um juízo profundamente errôneo e injusto sobre os seus habitantes, devido aos escarcéus escandalosos feitos nos jornais e na tribuna parlamentar pelos exploradores políticos. Eram eles apontados a cada passo como formando hordas sanguissedentas de bandidos, ladrões e assassinos (Abranches, 1959:179).

Conforme aponta Abranches e outros memorialistas, como motivação formal para esses conflitos encontravam-se diferentes posições políticas, de monarquistas e republicanos, as quais ocultavam uma política de defesa de interesses pessoais e de mando. Defendia a idéia de que, ao contrário da visão construída na Capital sobre a região sertaneja e sua população, as vilas e núcleos urbanos mais avançados – onde se incluíam Barra do Corda e Grajaú, a antiga vila da Chapada – apresentavam elevado nível cultural, com boas escolas, grêmios literários, e com o predomínio de idéias patrióticas e liberais disseminadas pôr todas as camadas sociais e manifestadas sobretudo em solenidades cívicas e nas festas populares.

Os conflitos e lutas sangüinárias que durante décadas ocorreram em Grajaú eram explicadas em função da formação histórica do sertão pastoril, onde ressaltava a “ação destemida dos vaqueiros que povoaram a área”, e “a penetração de grande número de nordestinos, adeptos de idéias liberais e democráticas” (Cabral, 1992: 51-52). Segundo Abranches,

...o que havia nos altos sertões da Província não era, como proclamava a imprensa facciosa, o banditismo a serviço das ambições e dos planos ocultos dos dois partidos monárquicos em luta dissolvente e feroz em todo o País, mas o que se poderia chamar de o caudilhismo literário. Esses caudilhos sertanejos ... não eram meros instrumentos nas mãos dos políticos, nem jagunços boçais e cangaceiros ladravazes, assolados para cometer distúrbios e massacres...Eles tinham, ao contrário, ideais mais ou menos justos e justificáveis. E, acima de tudo, a causa principal de suas agitações e rebeldias era que não suportavam a centralização do Império, garroteando as províncias e o mandonismo dos régulos provinciais asfixiando os municípios... (Abranches, 1959: 183-184)

Esse caráter *ilustrado* da elite política das vilas sertanejas, especialmente de Grajaú e Barra do Corda estaria, provavelmente, na base da ideologia republicana de muitos de seus membros. Os segmentos que povoaram inicialmente a área pastoril situada entre o Corda e o Alpercatas, antes mesmo da “fundação” da povoação Missões pôr Melo Uchôa e Manuel Parente, eram de origem nordestina e vinculados às lutas pela independência e pela república nessas províncias, ainda nas primeiras décadas do século XIX. Esses segmentos, mesmo com a derrota dos “Bemtevis” durante a “Balaiada” seriam incorporados na vida política desses sertões, constituindo suas diferenças pessoais e de interesse em termos dos partidos Conservador e Liberal, que vigoraram durante o Império.

Conforme foi visto, as tensões e conflitos presentes no processo de integração do poder local ao poder regional se afluariam durante a “Balaiada”, especialmente em todo o “sertão de Pastos Bons” e no Piauí. Iniciada como uma reação às medidas fortalecedoras do poder regional, essa revolta teria conotações diferentes no alto-sertão do Maranhão.

A atuação destacada de Militão Bandeira de Barros, que controlando grande número de seguidores fizera a revolta chegar até os limites da ocupação pastoril, cruzando as margens do Araguaia, demonstra a força das reivindicações dos fazendeiros e demais representantes do poder local, contra as leis que criavam o cargo de Prefeito e extinguíam o de Juiz de Paz fortalecendo, assim, o poder regional. Indicados pelo presidente de província, os prefeitos assumiriam as principais funções desempenhadas até então, pelos juizes de paz, eleitos pôr suas comunidades, e pôr isso, cargos que permaneciam nas mão dos chefes locais.

Ao reivindicar a revogação da “lei dos prefeitos” os líderes sertanejos manifestavam sua insatisfação diante das medidas centralizadoras o poder regional, as quais cerceavam o livre exercício do poder local pelos “caudilhos literatos” e pôr outras categorias do mandonismo local. Ao final do Império reacenderam-se as aspirações republicanas que haviam inspirado, nos primeiros anos do Império, a “República de Pastos Bons” embaladas pela propaganda republicana que se fazia especialmente em São Paulo, onde se criara em 1873, o Partido Republicano Paulista.

3.1.3.1 O Movimento Republicano de Barra do Corda

Os principais defensores dessas idéias republicanas no sertão maranhense foram bacharéis que ocupavam cargos públicos, especialmente juizes e promotores, além de outros intelectuais, como jornalistas ligados por laços de parentesco e amizade, e pôr vínculos políticos aos fazendeiros e chefes políticos locais.²⁶ Esses bacharéis e intelectuais locais defendiam, além da república, a federação e a autonomia municipal, o que ia no sentido dos interesses dos chefes locais.

O centro propulsor das idéias em todo o sertão do Maranhão foi o município de Barra do Corda, onde se concentrou a maioria dos líderes, e onde se organizou, em 1888, o Clube Republicano de Barra do Corda, que daria origem e influenciaria outras agremiações semelhantes em Carolina, Riachão, Loreto, Grajaú, e até em Caxias e São José dos Matões, no alto Itapecuru. Em Barra do Corda surgiria, em 12 de novembro de 1888, o jornal “O Norte”, que se definia como “órgão de divulgação das idéias republicanas”, e o qual teve papel central na propagação do novo regime divulgando discursos de líderes republicanos nacionais, e concitando, em reportagens, a união dos sertanejos em torno desses ideais.

²⁶ Participaram ativamente desse movimento o bacharel e jornalista Isaac Martins, Juiz Municipal em Barra do Corda e fundador do jornal “O Norte”; o promotor público de Barra do Corda Dunshee de Abranches, o ex-promotor e jornalista Frederico Figueira, além de outros intelectuais ligados ao poder local em Barra do Corda.

Dando apoio a candidatos republicanos, a nível do parlamento nacional, através da articulação com outros clubes republicanos sertanejos, e até disponibilizando-se a assumir em armas para a implantação da república no Maranhão, o movimento republicano foi ganhando a adesão de fazendeiros insatisfeitos com as relações a eles desfavorável entre o poder regional e o local. Com esse apoio o movimento republicano surgido em Barra do Corda passou a contar com uma força armada.

Os últimos dias de setembro e o mês de outubro de 1889 foram de intensa atividade nos centros republicanos de toda a região sertaneja filiados ao diretório central de Barra do Corda. Além de copioso armamento existente em poder de fazendeiros e jagunços, amigos nossos, de Grajaú e outras localidades...importantes encomendas de rifles tinham sido despachadas do Pará. E dentro de algumas semanas, calcularam os chefes políticos poderemos dispor de mil e duzentos homens bem equipados (Abranches, 1959: 234).

A repercussão desse movimento chegou a São Luís através de mensagens parlamentares de advertência sobre as “ações subversivas” desenvolvidas nos clubes republicanos em proliferação no sertão, sob a direção de juizes e promotores. A Proclamação da República em novembro de 1889 consumaria os anseios dos republicanos sertanejos inaugurando uma nova fase nas relações políticas no alto sertão maranhense. Ao contrário do almejado pelos líderes políticos locais, o poder republicano reforçaria ainda mais o controle da região pelo poder regional (Cabral, 1992: 189-191).

Um conflito conhecido como *Guerra dos Leda* reforçaria ainda mais esse controle do poder regional sobre o poder local no Centroeste Maranhense. Esse conflito foi iniciado com o assassinato, em 1898, do Promotor Público de Grajaú, o qual foi atribuído aos Leda e Moreira, acima citados, que rivalizavam, a nível local, com Jefferson Nunes, então apoiado pelo governador do Estado Benedito Leite, do antigo Partido Conservador dominante no poder regional naquele momento.

A fim de manter a ordem no Município, e principalmente, anular o poder dos Leda e Moreira, líderes liberais conhecidos, o Governador enviou destacamento policial e autoridades, os quais teriam praticado desmandos imprimindo medo e pavor à população local. Diante dessas pressões Leão Leda, principal chefe do grupo liberal teria se refugiado em Boa Vista (Tocantinópolis) encerrando o conflito. Essa intervenção teria neutralizado a força dessas lideranças locais e aumentado o controle regional no Centroeste Maranhense, especialmente através da cooptação de outros chefes políticos.

Esse fato representaria a destruição das lideranças liberais locais, que resistiam à introdução de mecanismos de controle político da região tornando-se, assim, um marco decisivo no processo de integração da área ao centro do poder regional, favorecido pela estabilização do poder republicano.

A derrota dos Leda representou a derrota do sertão, na medida em que essa integração significou a sujeição do sul do Maranhão às decisões governamentais tomadas pelos oligarcas de São Luís (Cabral, 1992: 192-192).

3.2 Conflitos no Campo Intersocietário e Consolidação do Regime Tutelar

Com o advento da República, em 1889, criou-se um vácuo na legislação indigenista brasileira. O sistema de diretorias e colônias indígenas implantado em 1845, e que se estendeu por todo o período imperial entrara em decadência, antes mesmo da mudança do regime político no Brasil. Os documentos da administração provincial, especialmente os Relatórios de Presidente de Província, e dentro destes, os dos Diretores Gerais de Índios, já apontavam o fracasso dessa política indigenista.

Dentre os fatores apontados para essa falência, o principal seria o desinteresse dos diretores parciais e das colônias indígenas em levar a bom termo suas respectivas funções; ao contrário, predominava a exploração dos grupos indígenas de diversas formas, praticadas por esses diretores e seus asseclas. Escolhidos entre categorias sociais interessadas em usufruir dos recursos e da força-de-trabalho indígena, como regatões e pequenos lavradores, mas também ricos fazendeiros e chefes locais interessados em manter os índios sob controle; despreparados para essas funções, e não-remunerados, esses diretores acabavam, salvo exceções, acentuando a exploração e os conflitos entre esses grupos e os agentes das fronteiras agrícola e pastoril, que gradativamente avançavam e incorporavam os territórios das aldeias e comunidades indígenas.

Durante a vigência do “sistema de diretorias”, vários conflitos eclodiram, especialmente na região do alto Mearim e alto Grajaú, decorrentes das diferentes formas de sujeição impostas aos grupos timbira e aos tenetehara pelos agentes vinculados a esse sistema. Assim, em 1867, ocorreria uma “rebelião” dos Guajajara na Diretoria Parcial Palmeira Torta, às margens do Grajaú – a qual em 1870 seria transformada em Colônia Indígena – decorrente da exploração a esses índios pelos regatões, e às tentativas de sequestrar seus filhos para o trabalho escravo ou servil. Os Tenetehara, que há poucas décadas haviam iniciado sua migração do alto Pindaré para a região de matas entre o alto Mearim e Grajaú, na expectativa de estabelecer

relações mais igualitárias com os agentes da frente agrícola eram envolvidos numa rede de exploração, de origem colonial, que se reproduzida nas diretorias parciais e colônias indígenas no período provincial (Gomes, 1977: 102-103).

A abolição do sistema de diretorias e colônias indígenas, decorrente do implantação da República no Brasil, ao invés de estabelecer novos parâmetros no relacionamento intersocietário, acabou pôr ratificar as formas tradicionais de exploração dos territórios e da força-de-trabalho indígenas, especialmente dos grupos que haviam historicamente passado pôr experiências semelhantes, como os Guajajara.

Com a extinção das missões jesuíticas pelos decretos pombalinos, a partir de 1755, os Guajajara teriam retornado ao seu território de origem, onde passaram a manter relações clientelistas com colonos e regatões da pré-amazônia maranhense. No início do século XIX iniciariam seu processo migratório rumo ao baixo Grajaú, e daí para o alto curso do Grajaú e Mearim, onde se estabeleceram até meados desse século, nas áreas de mata abandonadas pelos grupos Timbira do Baixo Mearim – *Kreyê*, *Pepbyê*, *Kukoekamekra*, etc - que haviam sido sistematicamente combatidos pelos agentes coloniais.

Com a estruturação do sistema de diretorias e colônias indígenas, a partir dessa época, os Guajajara seriam vistos como uma alternativa de mão-de-obra nas experiências de colonização indígena no alto Grajaú e Mearim. Ao contrário dos *Pukobyê*, *Caracategê* e outros grupos timbira tidos como “selvagens” e “intratáveis”, os Guajajara eram vistos como “os mais dotados para a vida social”, e como tendo “felizes disposições para o trabalho”. Eram tidos ainda como “amigos da paz e do trabalho, dóceis, hospitaleiros e fiéis”, o que pôr si só justificava as tentativas de “colonização” e “aldeamento” junto a esse grupo.²⁷

Assim, das 14 diretorias parciais existentes no Maranhão, em 1858, 7 eram constituídas pôr população tenetehara. Já em 1887, no final do período de vigência desse sistema, das 24 diretorias parciais, 12 eram formadas pôr Guajajara. (Relatório do Presidente de Província do Maranhão, 1887). Da mesma forma, das 6 colônias indígenas que haviam nesse período, 4 eram habitadas pelos Tenetehara, uma pôr “timbiras o Baixo Mearim” (*Kreyê e Pobyê*), e uma – a Nova Olinda, criada na Comarca da Barra do Corda, em 1884 – não-declarada, mas provavelmente habitada pôr índios Guajajara. (Quadro 3, em Anexos).

²⁷ Vide Relatório de Presidente de Província Eduardo Olímpio Machado (1855, p. 56-59), e o de Magalhães Taques (1857, 19)

3.2.1 O “Massacre do Alto Alegre”

Assim, ao chegar a passagem do século XIX ao XX, e abolido o sistema de diretorias e colônias indígenas, as populações indígenas no Maranhão não contavam com qualquer aparato de leis, nem com instituições que garantissem minimamente, o respeito à integridade dos territórios tribais, já bastante reduzidos pelo avanço das frentes de expansão, e pela chamada Lei de Terras de 1850²⁸. Tampouco as populações indígenas teriam seus direitos reconhecidos, uma vez que inseridas em relações clientelistas junto aos agentes vinculados às frentes agrícola e pastoril.

Para acentuar esse quadro, o fluxo migratório de agricultores nordestinos para região de matas entre o alto Mearim e Grajaú, e de pequenos criadores para a área de cerrados e campos naturais ao sul do agora município de Barra do Corda, especialmente a partir da grande seca de 1877 intensificaria ainda mais a pressão sobre os territórios e os grupos indígenas, especialmente sobre os Guajajara e os Canela aumentando sensivelmente as tensões e os conflitos no interior desses campos intersocietários.

Diante desse quadro, na ausência de novos parâmetros legais, haveria continuidade à uma política histórica de “catequese e civilização” de índios, para a qual o Governo do Estado do Maranhão negociou a vinda de missionários da Ordem dos Capuchinhos da Lombardia, a fim de realizar trabalho junto aos índios do Estado. Em 1895 essa Ordem instalou-se em Barra do Corda, onde criaria um Instituto a fim de “educar e catequizar” crianças indígenas e da sociedade local. Em 1900 já haviam 58 jovens indígenas recrutados entre os Guajajara (*Tenetehara*), Mateiros (*Txakamekra*) e Canela (*Ramkokamekra*) matriculados no Instituto.²⁹

Consta que as pressões de segmentos “cultos e anticlericais” sediados em Barra do Corda, sobretudo adeptos da Maçonaria, levaram os Capuchinhos a transferir seu empreendimento para o local conhecido como Alto Alegre, situado entre as sedes de Barra do Corda e Grajaú, em território habitado pelos Guajajara, onde estabeleceram a Missão de São José da Providência. O objetivo inicial era realizar um trabalho educacional exclusivamente com

²⁸ Conforme foi visto no capítulo anterior, a Lei de Terras de 1850 tornaria devolutas as áreas de muitas aldeias indígenas, as quais seriam repassadas às Câmaras e redistribuídas conforme os interesses locais. No Maranhão, antigas aldeias fundadas pelos Jesuítas nas vilas mais próximas ao litoral foram simplesmente abolidas. Cf. Gomes, 1988: 80-81.

²⁹ Nesse momento seria ainda possível uma distinção entre os “Canela” e “Mateiro”, uma vez que a junção ou amálgama desses grupos era bastante recente. Mais tarde, apenas através dos nomes pessoais essa distinção seria possível.

jovens indígenas, maiores de 14 anos. Após 1897, sete freiras se juntariam aos missionários, estendendo o trabalho educacional a jovens de ambos os sexos inclusive à população regional.

A organização dessa Missão parece ter seguido, em parte, o modelo das missões indígenas dos séculos XVII e XVIII, com a rígida observação das atividades prescritas. Sua força de trabalho era formada basicamente pôr índios recrutados nas aldeias que foram atraídas para sua proximidade. A esses se somavam agricultores brasileiros, que gradativamente ocupavam as terras próximas às aldeias guajajara. De outro lado, os Capuchinhos impuseram um rígido sistema de conduta à população da Missão, a qual as práticas dos Tenetehara contrariavam. Colocavam-se fortemente contra a poligamia e os casamentos não submetidos ao ritual católico, assim como às “festas” noturnas dos Guajajara, consideradas “escandalosas”. Para manter o controle social seguindo os preceitos religiosos da Missão, castigos corporais e outras formas de coação foram instituídas.

Apesar de seu caráter repressivo, a Missão tornou-se um empreendimento econômico bem sucedido, em relação às suas atividades agrícolas e manufatureiras. Preocupados com a prosperidade da Missão do Alto Alegre, fazendeiros e comerciantes sediados em Barra do Corda e Grajaú passaram a instigar os índios contra os missionários, pôr “inveja” ou “ódio” aos Capuchinhos. De outro lado, um surto epidêmico surgido em 1900, que teria levado à morte 28 dos 82 meninos indígenas que viviam no Alto Alegre teria acirrado ainda mais as tensões entre índios e frades. Entretanto, o fato crucial que levaria à revolta dos Tenetehara foi a prisão de um líder indígena, o cacique Caboré, pôr 4 semanas, acusado da prática de poligamia.

A partir daí, Caboré passaria a visitar outras aldeias guajajara, inclusive nas regiões do alto Pindaré e do Carú, onde informava aos “parentes” sobre o seu “suplício”, e convidava essas comunidades para uma “festa do moqueado” que realizaria em sua aldeia, nas imediações do Alto Alegre.³⁰ Algumas versões contam que esse líder esteve, antes, em São Luís, onde teria comunicado ao Governador do Estado sobre os acontecimentos do Alto Alegre. Um dado agravante, segundo algumas versões, e que constituiria o motivo central da revolta e do posterior “massacre” perpetrado pelos Guajajara, era o fato de que os Capuchinhos estariam recrutando os filhos recém-nascidos desses índios, e colocando-os em isolamento de seus pais, os quais não poderiam rever nem reaver essas crianças.

³⁰ A “Festa do Moqueado” é um importante rito dos Tenetehara, que corresponde à etapa final do processo de iniciação feminina, sobre a qual são criadas grandes expectativas junto a esses grupos. Vide Zanonni, 1999: 68-75.

A presença de regionais na Missão do Alto Alegre seria um agravante dessas tensões. Enviando seus filhos para estudar na Missão, alguns comerciantes e fazendeiros abastados de Grajaú estabeleceram casas no Alto Alegre tornando sua ocupação permanente. Essa perda gradativa do domínio sobre seu território levaria os Tenetehara a dar respostas definitivas a esse processo. Assim, durante a “festa do moqueado”, Caboré teria exposto aos “capitães” das demais aldeias, a situação de pressão em que os Guajajara se encontravam, e convocado seus “parentes” à revolta.

No dia seguinte pela manhã, os Tenetehara atacaram os missionários e toda a população civil da Missão durante uma missa. As informações publicadas no jornal “O Norte” de Barra do Corda dão como mais de 200 mortos, dentre os quais se incluíam frades, freiras, moradores não-índios, e até mesmo crianças indígenas internas. Ao “massacre do Alto Alegre”, expressão pela qual ficou conhecido esse drama intersocietário, seguiu-se uma violenta repressão aos Tenetehara movida pôr forças militares do Estado, e pôr civis de Barra do Corda e Grajaú, que resultaria na matança de muitos Guajajara, e na prisão e condenação de vários líderes, inclusive do cacique Caboré.

É provável que a maior parte das aldeias guajajara situadas entre os rios Mearim e Grajaú, e mesmo algumas do rio Zutiua, no alto Pindaré, estivessem envolvidas no ataque. Supõe-se, também, que alguns índios timbira possam ter lutado ao lado dos Tenetehara, uma vez que haviam 3 aldeias timbira nas proximidades do Alto Alegre (Gomes, 1977: 114). Essa informação, entretanto contrasta com as considerações de Nimuendajú, segundo o qual os *Krepumkateyê*, então o único grupo timbira existente no rio Grajaú, instigados pelas autoridades locais teriam enviado guerreiros para a repressão aos Guajajara, “destruindo cruelmente duas populosas aldeias”. (Nimuendaju, 1946: 22).³¹

Entretanto, é certo que as autoridades e demais lideranças locais de Barra do Corda conseguiram envolver os *Ramkokamekra*-Canela na captura aos revoltosos do Alto Alegre. Assim, sob a liderança do “coronel” Delfino Kôkaypó, 42 índios Canela marcharam junto à tropa formada pôr praças de infantaria, oficiais e paisanos, que somaram 111 combatentes sob o comando do tenente-coronel José Pedro Pinto rumo ao Alto Alegre (Cruz, 1982: 69).

³¹ Nimuendajú afirma, ainda, ter ouvido de um velho líder *Krepumkateyê*, o Major Clementino, como este teria pessoalmente capturado o líder Guajajara Caboré. Nimuendaju, Op. Cit, 22.

A repressão que se seguiu à eclosão desse movimento se estenderia pôr todo o ano de 1901, e levaria à dispersão temporária dos Tenetehara, especialmente nas aldeias situadas no raio de abrangência da Missão, entre o alto Grajaú e Mearim. Entretanto, ao contrário do que se poderia prever, esses territórios não foram ocupados pelos agricultores regionais, e num prazo de cinco anos, novas aldeias surgiram, inclusive em locais ainda não povoados, como em uma área do alto Mearim, onde se situa atualmente a Terra Indígena Bacurizinho (Gomes, 1977: 16). Isso se explica, em parte, pela estagnação econômica vigente na região até os anos 20 decorrente das condições de relativo isolamento dos municípios de Grajaú e Barra do Corda, em relação a outros centros de produção agrícola do Maranhão.

Uma consequência importante do “massacre do Alto Alegre” aos Tenetehara seria a reversão da situação de desagregação da identidade étnica desse grupo, a qual se verificava, em decorrência, dentre outras coisas, da perda gradativa de suas terras, pela ocupação crescente das mesmas pôr camponeses da região, e de novas levas migratórias que para lá se dirigiam, sobretudo vindas de estados nordestinos³² Nesse sentido o movimento atuaria como uma força de aglutinação social e de enriquecimento das fronteiras étnicas entre os Tenetehara e a sociedade regional.

3.2.2 Chacina e Extinção dos *Kenkatyê*

Nos capítulos anteriores vimos como as guerras entre os diferentes grupos timbira e as bandeiras organizadas a partir de Caxias, Pastos Bons e São Pedro de Alcântara, além de outros expedientes utilizados pelos criadores e demais agentes coloniais até meados do século XIX, levaram os esses grupos à perda de sua autonomia territorial e étnica. Alguns desses grupos seriam levados ao extermínio étnico, especialmente através de contágio pôr epidemias e da escravização, enquanto outros foram conduzidos à condição de dominação colonial.

Uma vez efetivada a dominação dos “Canellas finas” e, depois dos “Matteiros” pelos agentes da administração colonial e da frente pastoril, a permanência desses grupos em aldeias cujas terras representavam uma ínfima parte do seu território tradicional, e sob o controle de chefes de aldeia e diretores vinculados ao poder colonial gerou um campo de relações, envolvendo ainda, os criadores cujos rebanhos gradativamente se multiplicavam e avançavam

³² Andrade mostra como as terras dos municípios de Barra do Corda e Grajaú, especialmente as situadas em áreas de mata no alto Mearim e Grajaú encontravam-se nas rotas de migração nordestina rumo a Amazônia, durante a última década do século XIX, e início do XX. Andrade, 1968: 96-100.

sobre os resíduos desses territórios dando lugar a formas de conflito específicas à *situação pastoril*.

Ao contrário das áreas dominadas pela frente agrícola, onde a força-de-trabalho indígena era requerida e explorada em termos clientelistas, nos campos e cerrados, agora dominados pôr vaqueiros e criadores, o controle territorial era uma condição essencial para o crescimento da pecuária extensiva. Tratava-se, portanto, de afastar ou eliminar os resíduos de população indígena, uma vez que não existiam mais motivações concretas para a manutenção da antiga “aliança” que se realizara durante o século XIX.

A inexistência de grupos indígenas autônomos que justificaram a utilização da força guerreira dos “Canela fina” e dos *Makamekran* nos tempos da conquista tornava desnecessário esse expediente da dominação colonial. De outro lado, a aproximação cada vez maior entre as fazendas de criação e os territórios mínimos ocupados por esses grupos constituiriam o principal fator dos conflitos nesse campo intersocietário, os quais se estenderiam até meados do século XX.

Conforme apontava Melatti em relação aos Krahô e os criadores do sertão goiano, a situação de contato teria sofrido um “processo evolutivo” que confirmaria uma generalização apresentada pôr Darcy Ribeiro em relação à frente pastoril, segundo a qual as populações regionais que a constituem essa frente

Agem diante do índio movidas essencialmente pela contingência de limpar os campos de seus habitantes humanos para entregá-los ao gado e evitar que o índio desprovido de caça, a substitua pelo ataque a seus rebanhos. A interação, nessas circunstâncias, assume com frequência formas de conflito sangrento e raramente dá lugar a um convívio direto ou a acasalamento e mestiçagem.... (Ribeiro, 1957, pp 23-24 in Melatti, 1967: 51)

É nesse contexto, que se desenvolveu um dos principais conflitos entre agentes da frente pastoril tradicional, e um grupo timbira vinculado aos *Apaniekra*-Canela, os *Kenkateyê*, (“os que habitam as rochas ou montanhas”). Aponta Nimuendaju, a partir de informações obtidas junto aos *Apaniekra* e *Ramkokamekra*-Canela, que os *Kenkateyê* teriam surgido, provavelmente, na década de 60 do século XIX, quando um grupo de índios *Apaniekra* teria se amalgamado junto aos Krahô. (Nimuendaju, 1946: 30)

Posteriormente esse grupo, ampliado com a presença de outros Krahô teria retornado ao antigo território dos *Apaniekra*, e estabelecido aldeia nas cabeceiras do rio Alpercatas, num local conhecido pelos sertanejos da região, como *travessia*, próximo a uma *estrada de boiada* que

comunicava Barra do Corda às vilas localizadas a sudoeste do alto-sertão maranhense. Informa, ainda, que em 1908, Kisseberth, um viajante europeu, quando se deslocava de Barra do Corda a Carolina teria permanecido algumas horas numa aldeia *Kenkateyê* formada pôr 8 casas. (Op. Cit, 30).

É, ainda, de Nimuendaju, que chegou a Barra do Corda, pôr esse tempo, a narrativa sintética desse conflito:

Em 1913 aproximadamente 150 Kenkateyê viviam na Aldeia do Chinello, no lado direito do ribeirão dos Caboclos, onde foram varridos pelo fazendeiro Raymundo Arruda. Acompanhado de 50 homens e um barril de cachaça, ele entrou na aldeia com música de acordeon, deu bebida aos homens, colocou-os em ferros, amarrou-os uns aos outros, arrastou-os para fora da aldeia, e fez sua tropa atirar em uns 50 machos. Várias mulheres foram também massacradas com armas de fogo e facões. Os nativos que pôr uma razão ou outra escaparam, dispersaram-se. (Op. Cit, 30).

Conta Nimuendaju, que o Inspetor dos Índios do Maranhão levou os assassinos a julgamento, mas o júri popular de Barra do Corda unanimemente absolveu-os. Posteriormente, os moradores de Barra do Corda apontavam, com arrogância, os membros do bando de Arruda que iniciaram o massacre. Ao final de novembro de 1913, o jornal “O Norte” anunciava:

Entraram nesta cidade, na Quarta-feira desta semana, cento e trinta e tantos índios da tribo Canela, na sua maioria mulheres e crianças, vindos da Travessia e pontos próximos ao aldeamento “Cacimbas”, onde se deram os deploráveis e condenáveis fatos... Consta-se que esses índios foram aqui mandados vir a fim de serem garantidos contra novos assaltos. (O Norte, 29/11/1913)

A maioria dos índios que sobrevieram à chacina buscaram refúgio junto aos Krahô, dos quais em grande parte descendiam. Nimuendaju teria encontrado alguns desses índios em 1930, na aldeia Pedra Furada. Outros remanescentes teriam se juntado aos Apaniekra, e alguns se abrigaram entre os Ramkokamekra e Pukobyê encerrando a existência dos *Kenkateyê* como grupo étnico autônomo. (Op. Cit. 30). Já nos anos 60, Melatti teria identificado vários descendentes desses *Kenkateyê* entre os Krahô (Melatti, 1967: 58)

De acordo com outra versão, elaborada pôr segmentos ilustrados de Barra do Corda, o criador Raymundo Arruda teria liderado um grupo de sertanejos, habitantes de diversos povoados situados no chamado “alto sertão”, em “defesa de seu patrimônio”, sob o pretexto de que os *Kenkateyê* estariam promovendo invasões sobre as criações de gado desses agentes.³³

³³ O “alto sertão” constiu uma região ao sul de Barra do Corda, onde historicamente se estabeleceu uma estrada de boiada e de tropa de muares, ao longo da qual surgiram alguns povoados ainda hoje existentes. Nessa rota que cortava ao Aldeia Chinela dos *Kenkateyê*, também situava-se o “Sítio dos Arruda”, uma grande fazenda pastoril.

Constituindo parte dos chefes locais de Barra do Corda, e detentores de uma extensa fazenda de criação, os Arruda, uma família de “saquaremas” cearenses migrados para o sertão cordino em meados do século XIX teriam se aliado, através de relações de casamento, com o “clã” dos Leda, família dos líderes políticos “liberais” da Chapada, tornando-se, assim, um grupo familiar de grande poder a nível local. Segundo essa versão, o líder do massacre aos *Kenkateyê*, Raymundo Arruda teria cumprido seis meses de prisão em Barra do Corda, e obtendo na Justiça local, direito para aguardar seu julgamento em liberdade teria se transferido para o município de Balsas, onde viera a falecer. (Brandes, 1994: 254-255)

3.2.3 Representações da Elite Ilustrada

Os setores cultos da sociedade regional do Centroeste Maranhense, relacionados pôr laços familiares, relações pessoais e interesses políticos aos grandes fazendeiros e chefes locais tenderiam sempre a justificar os atos de violência e de dominação desses segmentos contra as populações indígenas ali localizadas. Dessa forma, suas representações sobre os conflitos ocorridos na região envolvendo índios, criadores e outros agentes de mudança tenderiam sempre, a despeito de uma alegada posição “progressista”, decorrente de sua adesão à república e ao pensamento positivista, a legitimar as ações e os interesses dos grupos dominantes locais.

Concentrados na vida institucional da região ocupando cargos importantes, como o de Juiz de Direito e de Promotor de Justiça, esses bacharéis também expressavam suas posições através de órgãos de imprensa, onde destacava-se o jornal “O Norte” publicado entre 1898 e 1934. Assim, ao divulgar as primeiras notícias relativas ao “massacre dos *Kenkateyê*”, os articulistas desse jornal procuraram caracterizar esses índios pela prática do furto:

Nos sertões do Maranhão, onde eles habitam campos criadores, os índios Canela sempre praticaram o latrocínio, mas isso reservadamente e com todas as precauções. (O Norte, 08/11/1913, pg 1)

Os articulistas d’O Norte procuravam contrapor os Canela (*Apaniekra*, *Ramkokamekra* e *Kenkateyê*) aos Guajajara (*Tenetebara*), como dois modelos diferenciados de conduta diante dos “civilizados”. Enquanto os Guajajara são tidos como “trabalhadores” e “independentes”, os Canela seriam “indolentes” e “ladrões”:

...Os índios Canela são pôr natureza indolentes e dados ao hábito de furto. O mesmo não se dá com os Guajajara, homens trabalhadores, de bons costumes e, que no contato com os civilizados trazem grande proveito à sociedade

....Ao inverso dos Guajajara, que a ninguém incomodam, porque tiram do trabalho recursos a sua independência, espalham-se (os Canela) pelas estradas explorando a generosidade dos viajantes e em constantes excursões se dirigem à Capital onde

adquirem armas e ferramentas que vendem antes de chegar aos aldeamentos. Entregues a si próprios, viciados, atiram-se aos desregramentos de uma conduta que os levaram às tristes cenas de sangue em que se acham envolvidos, na manhã de 25 de outubro... (O Norte, 29/11/1913)

Procurando atribuir os fatos ocorridos a uma possível política protecionista, implantada recentemente, e de maneira precária, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o jornal tentava estabelecer a responsabilidade desse órgão, e de seu agente local, nas supostas ações dos índios, as quais resultariam na chacina:

Depois, porém, que se persuadiram indevidamente de que a proteção do governo federal os favorecia contra a repressão de qualquer ato criminoso atiraram-se abertamente ao roubo de gado nos campos de criar provocando a miude, reclamações dos criadores perante as autoridades locais, e perante o Governo do Estado... (Op. Cit, pg 1)

A crítica à política indigenista implantada nos primeiros anos de atuação do SPI, pelo Marechal Cândido Rondon e seus seguidores contraditoriamente baseava-se nos ideais positivistas apregoados pelos editores d'O Norte, e levados às últimas consequências pelo órgão indigenista, em seus momentos iniciais. Ao contrário disso, os jornalistas assumiam a defesa aberta dos grandes fazendeiros e chefes locais, o que revela os limites do liberalismo e da ideologia republicana desses articulistas:

...Ultimamente, uma má orientada propaganda de civilização os tem feito convencer de que eles são os senhores legítimos das terras e bens que os civilizados ocupam, dos quais podem lançar mão livremente como remuneração dos prejuízos que a usurpação de tais bens lhes causou...Está evidentemente provado que esses conselhos animavam os Canela à prática de furtos de gado determinando constantes rixas entre fazendeiros e índios...

...a não ser pôr um ato de desespero, homens de responsabilidade moral não teriam sacrificado o seu nome, a paz da família e se exposto às venditas da lei...Não se deve, antecipadamente, levar à conta de uma perversidade inaudita um fato cujos pormenores são ainda desconhecidos (O Norte, 22/11/1913)

Essa defesa acirrada da ação dos criadores contra os *Kenkateyê* procurava, portanto, transferir ao SPI e à ação indigenista do Estado a responsabilidade pelo massacre desses índios, os quais dariam respaldo ideológico e legal ao roubo de gado e a invasão das propriedades pelos índios:

...infelizes índios ignorantes recebiam de pessoas que se diziam autorizadas a lhes garantir que o governo lhes dava toda a força e que podiam lançar mão da terra e gado dos cristãos como recompensa das caças que esses lhes usurparam...Tudo isso está indicando que o Departamento de Proteção aos Índios precisa encarar muito seriamente o problema... (O Norte, 22/11/1913)

Segundo informa O Norte, os *Kenkateyê*-Canela teriam tomado cerca de 400 cabeças de gado dos criadores, de acordo com levantamentos feitos pôr um emissário do governo estadual, o que comprovaria “o furto de gado feito em grande escala pelos índios Canela”. Esse roubo justificaria o massacre:

...Ultimamente, talvez mal aconselhados, redobram a ação, matando publicamente gado alheio...Foram esses os fatos que provocaram as desgraçadas cenas de sangue que se desenrolaram no aldeamento Cacimbas... (O Norte, 15/11/1913)

As análises realizadas pelos redatores d’O Norte revelam o acentuado preconceito da sociedade regional contra as populações indígenas situadas no Centroeste Maranhense, comum às regiões onde predominam as disputas e conflitos pela posse da terra e seu uso entre índios e brancos, as quais Cardoso de Oliveira definiria como “áreas de fricção interétnica”³⁴:

...(referência ao órgão tutelar) amparando com seus ensinamentos (esses) desgraçados índios que absorvidos pela inação, entregues aos vícios ingênitos à sua raça tateiam no solo como a fera que espera do acaso a primeira presa que lhe sacie a fome...”
(O Norte, 29/11/1913)

A crítica da elite culta de Barra do Corda concentrava-se, portanto, na ação indigenista do SPI, embora esse órgão fosse criado há poucos anos, não tendo, ainda em 1913 estabelecido qualquer estrutura de atendimento aos grupos indígenas nessa região. Um único servidor, Marcelino Miranda, instalado nessa cidade deveria prestar assistência a toda população indígena do Centroeste Maranhense, especialmente tendo em vista os abusos sistematicamente cometidos tanto contra os Canela e outros grupos timbira, na área pastoril, como com os Tenetehara-Guajajara na área agrícola. Ainda assim, os redatores desse jornal sertanejo não desviavam seu foco de análise:

Até agora a proteção a esses infelizes se limita a mimos e agrados, quando praticamente devia encaminhá-los a tirar do trabalho os proventos que a natureza primitivamente lhes fornecia pela caça e pela pesca...A Inspeção de Proteção aos Índios procederá com muito critério se mandasse pessoa de sua confiança sindicarem de um fato que indiretamente está comprometendo aos que incitaram os índios à prática de tais crimes
(O Norte, 29/11/1913)

Como instrumento disseminador da ideologia étnica dos segmentos dominantes, e especificamente dos criadores e chefes locais do Centroeste Maranhense, o jornal “O Norte” sugeria qual deveria ser a ação “protecionista” do Estado em relação aos Canela:

³⁴ Cardoso de Oliveira, (1964) 1972: 29-30 e 127-132.

É para os Canela, que erram sem ocupação pelas cidades, vilas e pelas estradas mendigando roupas e comida, que a Proteção deve voltar, o quanto antes, sem perda de tempo as suas vistas, o seu benévolo amparo, procurando normalizar suas condições de vida, incitando-os ao trabalho, localizando-os em terras próprias de lavoura e marcando-lhes para residência e cultura uma área de terreno afastada das fazendas de criação (Op. Cit., 29/11/1913).

Conforme apontava Nimuendaju, o SPI, ao longo dos vinte anos iniciais do seu estabelecimento não teria conseguido coibir os abusos e defender devidamente os interesses dos grupos indígenas nos sertões do Maranhão. Afirmava, ainda, que esse órgão teria sido incapaz de impedir o massacre dos *Kenkateyê* em 1913 mostrando ser uma instituição ideal no papel, e ineficaz na administração dos assuntos indígenas, seja pôr falta de pessoal adequado e suficiente, seja pelas apropriações de sua ação pelos interesses anti-indígenas. (Nimuendju, 1946: 5)

3.2.4 O SPI e os Conflitos no Sertão Pastoril

Conforme se pôde observar, a presença de um órgão indigenista atuando, ainda que de maneira restrita, pela falta de recursos e pessoal, tornou-se elemento de perturbação para os grandes fazendeiros e chefes políticos locais, o que se expressava no discurso da elite culta de Barra do Corda, através de noticiários e das análises realizadas sobre chacina dos *Kenkateyê* e outros conflitos abordados pelo jornal “O Norte”.³⁵

Fundado em 1910, durante o governo de Epitácio Pessoa, mediante uma grande pressão de segmentos nacionais e internacionais decorrente dos constantes massacres de índios que vinham ocorrendo, especialmente nas novas fronteiras de ocupação que se estabeleciam nos estados do sul do Brasil, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) traria consigo a marca de seu fundador, o Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, que liderando um grupo de jovens oficiais do Exército brasileiro teria obtido resultados positivos no relacionamento com grupos indígenas da Amazônia, durante os trabalhos de abertura das Linhas Telegráficas pelo Mato Grosso e no oeste da Amazônia.

Resultado de uma formação militar de cunho republicano e positivista, Rondon e seus seguidores teriam estabelecido relações respeitadas junto a grupos já contatados, e também com grupos isolados criando uma metodologia e uma filosofia de trabalho que marcariam a existência do SPI, que se expressava no lema “*morrer se preciso for, matar nunca*”, o qual seria levado às

últimas consequências pelos seus colaboradores iniciais. Esses oficiais percebiam os índios como seres dignos de viver em comunhão nacional, embora os considerassem culturalmente inferiores. Propunham oferecer as condições básicas – garantia à terra, educação e assistência à saúde, para sua “evolução” espontânea rumo à “civilização” (Oliveira, 2000: 43).

Ao Estado caberia executar políticas de demarcação territorial, fornecer educação adequada e socorrê-los em casos de doenças, além de defender os índios contra a exploração pôr parte de indivíduos ou grupos inescrupulosos, e ensinar técnicas de cultivo e administração de seus bens. Deveria implantar, ainda, uma política humanista de “pacificação” em relação aos grupos “arredios” baseada na persuasão e jamais na força (Gomes, 1988: 85)

A despeito da ideologia e da ação de inspiração rondonianas, o SPI não conseguiria conter o avanço das frentes de expansão sobre as terras e as populações indígenas. O Maranhão seria um exemplo das dificuldades do órgão indigenista em enfrentar essas pressões. Implantado no Estado desde 1911, no ano seguinte ao da sua fundação, através de um escritório instalado em São Luís, o SPI deparou-se com as práticas espoliativas dos agentes das frentes expansionistas sobre os grupos indígenas situados tanto nas áreas agrícolas, como na pastoril.

Durante as primeiras décadas de sua atuação, o SPI contaria com apenas um agente para atender às populações indígenas do Centroeste do Maranhão, abrangendo um grande número de aldeias, e uma extensa e pouco acessível área. Assim, até 1917, quando foi criada a “Vigilância dos Índios de Barra do Corda”, sob a direção de Marcelino Cesar de Miranda, esse agente atuaria de forma solitária junto aos diversos grupos Guajajara e Canela - *Apaniekra*, *Ramkokamekra* e *Kenkatayê*. O massacre dos *Kenkatayê* constitui um exemplo da incapacidade do SPI, naquele momento, em enfrentar os poderosos fazendeiros e chefes políticos locais.

Marcelino Miranda teria exercido essa função até o início de 1922, quando passaria a seu filho, Raimundo Nonato de Miranda, o qual foi sucessivamente “vigilante”, “sub-delegado” e “encarregado” local, mantendo sob sua administração as populações indígenas localizadas em Barra do Corda. Entre 1930 e 1939, quando esteve sob a direção do Ministério da Guerra, as atividades do SPI seriam paralisadas tendo recebido apenas um pequeno auxílio financeiro e em medicamentos. Com esses recursos seriam adquiridos materiais para a construção de uma escola

³⁵ Pôr ocasião do “massacre do Alto Alegre”, esse jornal publicou uma série de artigos e reportagens que deixamos de apresentar, a fim de não estender excessivamente esse tema, mas que revelam de maneira contundente a ideologia anti-indígena desses segmentos letrados de Barra do Corda e seus chefes políticos.

na aldeia São Pedro, dos Guajajara, além de animais e canoas, e outros itens necessários à manutenção das atividades dessa Vigilância.

Em 1941 foram fundados os primeiros postos indígenas nas aldeias vinculadas à Vigilância de Barra do Corda: o Posto Tenente Manoel Rabelo, na Aldeia São Pedro, e o Capitão Uirá, na Aldeia do Ponto, dos *Ramkokamekra*-Canela, onde foram construídas casas para a administração e para a escola a esses índios. Nesse posto seriam fabricados, ainda, tijolos de adobe e retirada madeira para a construção de uma enfermaria. Seria, também, introduzido “gado de serviço e cria para os postos” (SPI, Doc. 161, Filme 380, Fot 1440).³⁶

No início dos anos 30, quando o Estado brasileiro passou para o controle dos vencedores da Revolução de 1930, período que, como o colocado, as atividades do SPI foram praticamente paralisadas, eclodiu um conflito envolvendo os índios Krikati e criadores de Montes Altos instalados em seu território tradicional. Situada na região do Centroeste Maranhense, portanto dentro do âmbito da atuação da “Vigilância de Barra do Corda” caberia ao agente do SPI, Marcelino Miranda, a tarefa de “resolver” essa situação de conflito, onde os fazendeiros locais pretendiam levar os Krikati ao extermínio.

Conforme narra Nimuendaju, durante a década de 20, os Krikati viviam na eminência de uma chacina pôr parte dos fazendeiros sediados em Montes Altos. Empobrecidos e pressionados pelos criadores que haviam tomado a quase totalidade de seu território tribal, os Krikati se encontravam diante da escolha entre abandonar o território de seu último aldeamento, o Canto da Aldeia, ou se transformar em vítimas de mais um massacre de índios no sertão pastoril.

No ano anterior, diante da eminência do conflito, parte dos Krikati haviam abandonado suas aldeias e se refugiado entre os Pukobyê. Apenas a chegada do agente indígena Marcelino Miranda teria impedido, naquele momento, o massacre já planejado pelos criadores locais. (Nimuendaju, 1946: 17)

No início dos anos 30 a situação viria à tona. Pressionado pelos fazendeiros, o Governador do Maranhão, Magalhães de Almeida ultimou ao agente do SPI a realizar a transferência dos Krikati para outra região, liberando, assim, essa última fração do território indígena aos criadores. Diante dessa imposição, Marcelino Miranda teria novamente realizado

³⁶ Esses dados foram extraídos de um “histórico” assinado pelo servidor João Gonsalves do Pinho, datado de 06/10/1950, com o visto do Dr. Herbert Serpa, Chefe da Seção de Estudos do SPI.

esforços para transferir os Krikati para a região de Barra do Corda, onde tentaria localizá-los no rio Ourives, próximo às terras dos *Ramkokamekra*-Canela, numa área que seria adquirida, e denominada de Rodeador.

Essa tentativa teria resultado na dispersão dos Krikati pôr várias regiões, os quais buscaram abrigo entre vários grupos timbira – Pukobyê, Apaniekra, Krahô. Em 1939 encontravam-se ainda dispersos, o que levou Nimuendaju a afirmar sobre a provável extinção dos Krikati enquanto grupo etnicamente organizado (Op. Cit, 17). Sabe-se, entretanto, que tempos depois, esses índios foram gradativamente retornando ao seu território tradicional, onde passaram novamente a conviver com a invasão de criadores e de lavradores sem terra.

Durante a década de 40 as tentativas de massacre sobre grupos timbira nas áreas de ocupação pastoril prosseguiriam. O SPI, mesmo que melhor estruturado do que nas décadas anteriores não seria capaz de evitar esses confrontos, embora tenha procurado, nem sempre com sucesso, a punição dos culpados. Assim, os conflitos existentes no sertão pastoril do Centroeste Maranhense tenderiam a se repetir em outras áreas pastoris tendo sempre como motivação central o alegado roubo de gado praticado pelos índios. Esses conflitos demonstram, ainda, a articulação entre os criadores do Centroeste Maranhense e os do norte goiano, na prática e no discurso legitimador da mesma.

Sabe-se que em 1940, duas aldeias Krahô situadas no norte do então Estado de Goiás teriam sido atacadas num mesmo dia pôr dois fazendeiros da região. Conforme conta Melatti, um desses criadores era maranhense, e teria como sogro o Juiz da cidade de Pedro Afonso. Esses ataques teriam pôr finalidade encerrar os constantes furtos de gado supostamente praticados pelos índios. Nesses ataques teriam morrido cerca de 23 Krahô, e muitos outros não o foram porque os índios da aldeia Pedra Branca teriam pressentido o massacre, pelo assassinato de alguns índios da mesma aldeia. Em outra aldeia, o fazendeiro atacante teria oferecido aos Krahô uma rez, a fim de reunir toda a população facilitando, assim, o massacre. (Melatti, 1967: 48-49)

O crime teria ficado impune, afirma Melatti, caso um missionário batista não tivesse telegrafado ao Governo Central no Rio de Janeiro informando o ocorrido. Esse fato teria um significado importante nas relações entre os Krahô e os regionais, uma vez que desmascararia os sentimentos dos sertanejos para com os índios, já que um dos fazendeiros perpetrantes do massacre pertencia a uma família que, até então, teria mantido os mais fortes laços de amizade

com os Krahô. Isso marcaria, definitivamente, o fim da “aliança” entre esses índios e os fazendeiros do norte goiano. (Melatti, Op.Cit, 49)

De outro lado, marcaria a aproximação dos Krahô com o Governo Federal, e especialmente com o SPI.. A notícia do massacre dos Krahô provocaria uma reação da parte de indivíduos e instituições não ligados aos interesses locais que se traduziria no julgamento e condenação dos agressores, na instalação de um posto do SPI entre os Krahô, e na “doação” de uma área de terra aos índios pelo governo estadual. Apesar de absolvidos pelo juri popular de Pedro Afonso os cerca de 72 envolvidos nessa chacina, nova apelação do Promotor Público teria levado o julgamento para Goiânia, onde os dois principais responsáveis seriam condenados a sete anos de prisão, e alguns outros a penas menores (Melatti, Op. Cit, 49).

3.2.5 O Massacre Anunciado dos Canela

As características do massacre perpetrado em Goiás, em 1940 remetem a uma nova tentativa dos criadores de Barra do Corda em realizar procedimento semelhante em relação aos Canela. Uma análise sobre documentos do SPI relativos a esse período sugerem uma ação coordenada entre os fazendeiros dessas duas regiões.

De acordo com esses documentos, o ataque aos Krahô teria sido precedido do envio, pôr parte das autoridades policiais de Pedro Afonso ao Chefe de Polícia de Goiás, de telegramas visando preparar a opinião pública e justificar a chacina que seria posteriormente realizada. Segundo um Relatório do SPI, esse seria um procedimento típico dos fazendeiros da área pastoril, e se assemelharia aos fatos que estavam ocorrendo naquele momento em Barra do Corda, onde criadores locais estariam forjando falsas informações, a fim de perpetrarem um novo ataque aos Canela.

O documento apresenta, inicialmente, o que chama de um “panorama relativamente aos aborígenes quando o SPI não está presente” no interior do Maranhão, o qual caracterizaria as relações entre os Canela e os criadores situados no sertão de Barra do Corda em 1941. Segundo esse agente,

1° - As terras dos índios são invadidas e utilizadas como se fossem terra de ninguém para a solta do gado, até mesmo dentro das roças dos índios, para a extração de madeira, para a feitura de roças e até instalação de sítios com todos os pertences, por parte dos vizinhos, ditos civilizados.

2° - Os índios são maltratados, chicoteados, expulsos ou massacrados pelos ditos vizinhos;

3° - *As autoridades locais, aparentadas com os invasores ou de interesses entrelaçados, quando não autores são pelo menos acobertadores ou garantidores de tais violências;*

4° - *As próprias autoridades judiciais, dependentes do meio sertanejo em que se encontram, careceriam de fibra invulgar para se libertarem das injunções locais e não fazerem parte da verdadeira liga sertaneja que foram a “fron-(...?) contra os índios, e agora contra (o SPI?).*

5° - *Dessa conjuração resulta que engendram contra os índios fatos que nunca se deram, verdadeiras monstruosidades, e as comunicam em telegramas fantásticos aos chefes do Governo Federal e Estadual, para assim justificar suas atrocidades e procedimentos. A propósito dessa conhecida atitude, peço permissão para transcrever o seguinte trecho do grande livro social e técnico “Na Terra das Palmeiras” de insuspeito cientista Patricio:*

“Acerca dos massacres que tem havido na zona do Pindaré, também nunca se passa telegrama para a Capital; só há ‘notícias de índios’ quando um civilizado sofreu qualquer ataque. No caso inverso não se levanta uma voz, não se transmite uma notícia”.

6° - *O recente massacre dos índios Craôs, precedido de telegramas inteiramente inverídicos das autoridades policiais de Pedro Afonso ao Chefe de Polícia de Goiáz, comunicando que os “fazendeiros estavam cercados pelos índios revoltados”, para o efeito de preparar a opinião pública e justificar o massacre, é um caso típico do modo de ação de toda essa gente; é o que pretendem ou se pretende ainda executar em Barra do Corda e Grajaú;*

7° - *Os Chefes dos Governos Estaduais, embora bem intencionados e desejosos de acertar, não tem elementos insuspeitos de verificação, porquanto as autoridades porventura enviadas ao interior não vão às aldeias dos índios ouvir deles as suas queixas, e verificar com os próprios olhos as degradações que sofrem as terras dos silvícolas. Permanecem tais autoridades entre os civilizados perseguidores e só ouvem as razões e aceitam as versões dos fatos por eles apresentados como melhor lhes convém. Inventam sempre ataques ou ameaças de índios, que só existem na imaginação deles e passam a existir na incrível (credulidade?) dos enviados do Governo Estadual, sem nenhuma (evidência/prova?) de fato.*

Que valor pode Ter um inquérito procedido nessas condições?

Esse é o caso geral.” (SPI, Doc 126 – Filme 389, Fot. 1420-1422)³⁷

Mediante essas pré-condições, o autor passa a analisar um ofício que teria sido enviado pelo então Interventor Federal no Maranhão em 05 de dezembro de 1941 ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, afirmando que diante das “calamidades” contra os índios perpetradas pelos “civilizados”, o Governo Federal teria implantado no interior do Maranhão, “a proteção que pela lei é obrigado a dar aos nossos aborígenes”.

A deficiência de recursos com que contava o órgão indigenista teria permitido, inicialmente, apenas a instalação de uma “Vigilância” em Barra do Corda, “para comunicar às autoridades os crimes que daí pôr diante forem praticados”. A partir de 1940, como foi visto, contando com melhores recursos, o SPI teria criado postos nas aldeias mais importantes, e onde houvesse maior “perseguição” aos índios. Entre os maiores “perseguidores” dos índios em Barra do Corda estariam os Arruda,

numerosa família, cuja criação em parte é feita em terras dos índios e à revelia desses, que ficam impossibilitados de utilizá-las, pois o gado destrói qualquer lavoura que tentem estabelecer (SPI, Doc 126, Filme 389, Fot. 1422)

Segundo apontava essa autoridade tutelar, um dos líderes dessa família de criadores ao sul de Barra do Corda, teria recentemente enviado telegrama ao Presidente da República, através do qual forjava a eminência de um ataque dos Canela à sua propriedade, instigados pôr dois agentes do SPI na região, os quais a pretexto de “direitos, demarcações precipitadas” teriam invadido sua propriedade e promovido “verdadeira caçada...semoventes de toda espécie”. Afirmava que um dos agentes do órgão tutelar em Barra do Corda estaria acampado junto aos Canela no lugar *Galheiro* utilizando a mesma prática, isto é, matando e vendendo animais ao seu critério³⁸.

O “telegrama” afirmava, ainda, que os fatos assumiam um “caráter (de) inqualificável comunismo”, e a despeito da presença de uma autoridade estadual para “apurar os fatos” solicitava ao Presidente da República providências urgentes em relação a essa situação. Informava, ainda, que haveria outras “propriedades” devastadas “fazendo-se tudo em nome das autoridades públicas”. Concluía o reclamante afirmando que, em

Verdadeiro desespero de causa, num último (caso?) seremos obrigados reunir homens e pegar armas para defesa das famílias e vidas. Fatos são públicos e aterrorizantes. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1424-1425).

Segundo esse documento do SPI, o apoio das autoridades estaduais aos criadores locais traria consequências desastrosas para as populações indígenas, especialmente os Canela, uma vez que os trabalhos do SPI na região estariam suspensos, naquele momento, pelas ameaças aos servidores e imposições dos criadores, tendo à frente os chefes da família Arruda, com a complacência das autoridades de Barra do Corda, e sobretudo com o apoio do representante do Chefe de Polícia do Maranhão.

O apoio das autoridades estaduais aos criadores de Barra do Corda resultaria, conforme esse Relatório, na transformação de uma “simples questão policial” em que teriam os criadores envolvido um agente local do SPI,

...em elemento favorável aos Arrudas e comparsas, e contrário aos índios que em suas aldeias estavam quietos e absolutamente não ameaçaram nem atacaram ninguém... (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1425)

³⁷ Documento elaborado pelo Chefe da 2ª Seção do SPI, Antonio Martins Viana Estigarribia dirigido ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos, Diretor do SPI, datado de 26/12/1941.

³⁸ Esse local, de ocupação tradicional dos Ramkokamekra-Canela, naquele momento encontrava-se ocupado pôr “lavradores” do sertão cordino. Atualmente situa-se dentro dos limites da Terra Indígena Canela/Buriti Velho.

Afirma, ainda, que os efeitos da “confessada solidariedade” do representante do poder estadual aos “civilizados” que ameaçavam os índios e os servidores locais do SPI levou a diretoria central do órgão indigenista, “...para evitar o massacre iminente dos silvícolas, de telegrafar ao dito (oficial) responsabilizando-o pelo que viesse a acontecer aos mesmos índios e serventuários do SPI”. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1425-1426)

Conforme o diretor do SPI responsável pelo documento em questão,

... a luta entre 'civilizados' e índios em Barra do Corda é cousa tão conhecida e clara que só os interessados na espoliação dos mesmos índios, sempre atacados e martirizados, poderão negar-lhe razão, para darem-na aqueles 'civilizados'.
(SPI, Doc 126, Filme 398, Fot.1426).

O autor do documento informa como o próprio Chefe de Polícia do Maranhão, e seu representante enviado ao local teriam se aliado desde o primeiro momento aos criadores, não levando em consideração as colocações dos agentes locais do SPI, nem tampouco as dos próprios índios evidenciando, assim, a rede de interesses e relações entre o poder local e autoridades regionais. Apenas endossando a atitude de seu representante na investigação desses fatos, o Chefe de Polícia do Maranhão teria enviado telegrama a um antigo membro do SPI ratificando a versão elaborada pelos criadores e autoridades locais de Barra do Corda.

Alegava o Chefe de Polícia, em seu comunicado, que os funcionários do SPI Orículo Castelo Branco e Raimundo Miranda “*continuam a cometer desatinos e violências naquela cidade...plantando verdadeiro pânico (à) população...*”. Para comprovar sua versão, transcreveu parte de outro telegrama, que teria recebido do Inspetor Militar enviado para apurar os fatos, e manter a ordem local, segundo os qual

proprietários de terras e pequenos lavradores (da) circunvizinhança (do) aldeamento Canelas queixando-se haverem sido intimados...(a) abandonarem suas casas e lavouras sob pretexto (serem) terras não demarcadas (aos) índios...”

Afirmava o referido Inspetor haver “*verdadeiro terror entre essa população*”, além de “*promessas de surra...já tendo conseguido muitos despejos*”. Segundo esse oficial, o agente Raimundo Miranda, Sub-ajudante do SPI em Barra do Corda, aconselhado pelo seu pai Marcelino Miranda requisitara praças para acompanhar à aldeia o agente Castelo Branco, numa tentativa de alegar falta de garantias, o que não lhe foi concedido. Segundo o Inspetor, Castelo Branco era tido pelos sertanejos como “*verdadeiro terror*” (SPI, Doc.126, Filme 398, Fot. 1428-1429).

Reafirmando sua posição de aliado dos criadores locais, o Inspetor Militar enviado a Barra do Corda, passou, então, a desqualificar os agentes do SPI, e pôr extensão, as suas ações, que se voltavam para a realização da demarcação de uma reserva para os Ramkokamekra-Canela. Essa área seria resultado do Decreto Estadual no. 1079 emitido em 25 de abril de 1923, e confirmado pelo Decreto-Lei no. 81, de 15 de dezembro de 1936, expedido pelo então chefe do Governo do Estado do Maranhão, Dr. Achiles Lisboa. Os levantamentos etnológicos e topográficos voltados para a demarcação da mesma foram realizados pôr Curt Nimuendaju, e pelos engenheiros Brito Barros e Dr. Monteiro, em 1936.³⁹

De acordo com as representações dessa autoridade, a solicitação de uma tropa para acompanhar os trabalhos de efetivação dessa demarcação constituiriam *uma "artimanha de Marcelino Miranda...e...medida inteiramente desnecessária"*, e, portanto, negada pôr esse Inspetor. De outro lado apresentava o sertanista do SPI Orículo Castelo Branco como um insano que andava armado e acompanhado pôr capangas pela cidade de Barra do Corda, e insuflando os Canela a furtar o gado dos criadores em suas propriedades, o que poderia "trazer funestas consequências". Finalmente solicitava à autoridade central do SPI a remoção de Orículo Castelo Branco e de Raimundo Miranda da Vigilância de Barra do Corda,

...antes que tenhamos que mandar prendê-los e processá-los pelos crimes que ali vem praticando acobertados pelas funções que exercem. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1428)

A resposta da autoridade do SPI, Capitão Humberto Diniz, ligado pôr laços familiares ao Chefe de Polícia do Maranhão seria no sentido de reafirmar a idoneidade do servidor Castelo Branco, com o qual havia trabalhado em lidas militares. Afirmava o Capitão Diniz que os dois serventuários do SPI teriam agido estritamente no cumprimento de suas funções legais, uma das quais seria *"resolver questões de terra s de propriedade (dos) índios"*. Afirmava, ainda, que as informações passadas pelo Inspetor Militar enviado a Barra do Corda não mereciam crédito, *"dada sua visível parcialidade e avaliação (de) testemunhos de pessoas da família Arruda que promoveu massacre (aos) Canela"*. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot.1428-1429)

Sugeria, ainda, essa autoridade do SPI, que o Chefe de Polícia do Maranhão lograsse resolver essa questão *"dentro da máxima justiça com os serventuários e os índios, e sem ferir os*

³⁹ Esse documento revela uma faceta do trabalho de Nimuendaju junto aos Ramkokamekra-Canela, onde além de sua pesquisada etnográfica realizaria um levantamento que resultaria numa primeira tentativa de demarcação do que mais tarde, no final dos anos 70 seria a "Área Indígena Kanela", atualmente "Terra Indígena Canela/Buriti Velho".

interesses dos proprietários vizinhos". Segundo o autor do Relatório inicialmente abordado, diante das evidências de parcialidade mostrada pelo Chefe de Polícia do Maranhão, este seria "suspeito para o julgamento do dito serventuário", o que ficaria evidente no telegrama do Capitão Diniz, sob cujas ordens Castelo Branco houvera servido.

Entretanto o Chefe da 2ª Diretoria do SPI, autor desse Relatório afirma que em função da falta de segurança reinante em Barra do Corda, onde o servidor Orículo Castelo Branco encontrava-se ameaçado de morte, e também "para não desgostar o sr. Interventor" resolveu transferir o referido agente tutelar, embora certo de este ter agido "rigorosamente no cumprimento do seu dever, protegendo os índios e as suas propriedades de assaltos de Arrudas e comparsas, os quais até o momento da retirada de Orículo gozaram do apoio das autoridades estaduais..." (SPI, Doc. 126, Filme 398, Fot. 1430)

Mais do que a representação de agentes tutelares, autoridades policiais e criadores locais, esses fragmentos do citado Documento apontam algumas das questões cruciais presentes no campo indigenista do Centroeste Maranhense. Inicialmente, refere-se à invasão das terras habitadas pelos Ramkokamekra-Canela, pelos criadores do sertão de Barra do Corda, os quais as consideravam como terras que pudessem ser incorporadas à pecuária extensiva. Utilizando-se de uma lógica decorrente da dominação colonial, onde os territórios indígenas eram vistos como apropriáveis, os criadores e "lavradores" do sertão cordino "naturalmente" avançavam sobre as terras tradicionais dos Canela, seja através do próprio sistema de criação extensiva, onde o gado invadia livremente as roças dos Canela, seja pela invasão permanente de lavradores que se instalavam nas áreas de mata desse território como se tratassem de "terras livres" se apropriando, ainda, de outros recursos naturais, como madeira e animais de caça.

Na perspectiva dos sertanejos, os índios eram (e são) tidos como invasores de "suas" terras tornando-se, pôr isso, vítimas de maus tratos, expulsão e frequentemente de assassinatos pelos que se definem como "vizinhos". Como colocava Nimuendajú, um novo estágio nas relações entre os timbira e moradores do sertão pastoril se alcançava nas primeiras décadas do século XX, quando a invasão dos territórios indígenas pelos sertanejos se dava em tão alto grau, que a antiga máscara de amizade forjada através das relações de *compadrio* davam lugar a manifestações de hostilidade, traições e ironias, quando não ao mero massacre individual ou coletivo de índios. (Nimuendaju, 1946: 5)

Nessa nova condição, os invasores se colocam como “legítimos donos” da terra, cuja posse era comprovada, muitas vezes, através de titulações “centenárias” forjadas nos cartórios locais. Assim os Canela, como outros grupos timbira sobre os quais se implantou a situação pastoril, os quais nas décadas de 30 e 40 ocupavam apenas pequenos enclaves dentro de seu território tradicional, desses eram gradativamente expulsos, através da ação violenta, como os massacres perpetrados pelos agentes da frente pastori, legitimadas através de expedientes como “informações” e “denúncias” forjadas, resultado da aliança dos criadores com as autoridades policiais e judiciais locais e regionais.

Como principal motivação do “massacre anunciado” aos Canela, embora não explicitado pelo representante tutelar em seu Relatório dirigido ao Diretor do SPI encontrava-se a iniciativa do órgão tutelar em proceder à demarcação do território dos Ramkokamekra-Canela, que naquele momento estaria sendo implementada pelos seus agentes locais, com a evidente participação dos Canela. Conforme aponta outro documento do SPI, a partir de um levantamento realizado pôr Curt Nimuendaju em 1936, o órgão tutelar teria solicitado e obtido a “doação” dessas terras pelo Governo do Estado do Maranhão, através de um decreto-lei do mesmo ano, assinado pelo Governador do Maranhão Dr. Achilles Lisboa. (SPI, Doc 161, Filme 380 – Fot. 1435-1437)

Assim, a possibilidade da perda do controle de uma vasta área ocupada pela família Arruda e pôr outros “lavradores” estabelecidos no território tradicional dos Canela levaria esses fazendeiros, com a cobertura de autoridades locais e regionais, e da emissão de um ousado telegrama dirigido ao Presidente da República, a planejar o extermínio dos Canela. A despeito das ameaças e pressões, os agentes locais do SPI, com a determinação da organização central desse órgão procurariam viabilizar a demarcação territorial dessas “Terras para os Índios Canela”.

Com a presença mais efetiva do SPI no Centroeste Maranhense, através da implantação da “Vigilância de Barra do Corda”, e dos primeiros postos indígenas – um deles o Capitão Uirá, situado na Aldeia do Ponto, e direcionado para a mediação das relações entre os Canela e os moradores do “sertão” cordino – consolida-se o campo indigenista, onde a atuação dos servidores do SPI darão a tônica das relações intersocietárias, em função de sua intervenção nessas relações. A situação de desequilíbrio dessas relações apontada pôr Nimuendajú no final dos anos 30 tenderia a se inverter nas décadas seguintes.

Assim, a situação de dominação imposta pelos criadores aos Canela, que concretamente resultava na perda gradativa de seu território residual, na intervenção nas suas práticas e valores culturais com a imposição dos valores religiosos e sociais partilhados pelos sertanejos, e de uma lógica econômica determinada pela situação pastoril tenderia a se inverter com a intervenção do SPI. Nesse contexto a “aliança” celebrada entre os Canela e os agentes coloniais nas primeiras décadas do século XIX, e reafirmadas até o início do século XX – a despeito de conflitos eventuais – seria rompida e daria lugar a uma situação de conflito expreso, como a eclosão do massacre de 1913.

Os massacres e conflitos vivenciados pôr outros grupos timbira no “sertão pastoril”, como os Krikati e Krahô, na primeira metade do século XX reafirmavam a falência dessa aliança, e a possibilidade real de que as diferenças entre esses grupos e os criadores levassem necessariamente ao conflito expreso, e possivelmente, ao massacre definitivo desses grupos. Nesse sentido, a presença do SPI, com sua estrutura, agentes e recursos, e com sua ideologia protecionista, parece ter dado início a uma nova aliança: entre os Canela e o Estado brasileiro. Essa aliança se expressaria através de uma presença mais efetiva do Estado junto a esses grupos, através de suas unidades regionais e locais – a Inspeção do SPI em São Luís, a “Vigilância de Barra do Corda” e os postos indígenas – dos recursos implementados, e das políticas de proteção, onde a possibilidade de demarcação territorial teria um peso central.

É, portanto, nesse novo contexto de alianças e confrontos, que se daria o desenvolvimento das relações intersocietárias nas décadas de 40 e 50, e dos processos e dramas sociais envolvendo os Canela, os segmentos regionais e órgãos e agentes tutelares.

A despeito da escassa documentação histórica relativa às relações intersocietárias entre os Ramkokamekra-Canela e os segmentos de população do sertão pastoril no Centroeste Maranhense nas décadas de 40 e 50, seja através de dados provindos de relatórios e demais documentos do SPI, seja daqueles produzidos pôr outras fontes ligados à sociedade regional, ou mesmo às populações indígenas, é possível realizar uma reconstituição, ainda, que genérica, sobre o desenvolvimento dessas relações.

Conforme foi apresentado, os fatos ocorridos em 1940 e 41 no “sertão” de Barra do Corda, - onde a falsa expectativa de ataque dos Canela à fazenda da família Arruda, e às populações de povoados vizinhos teriam sido produzidas as condições que levariam ao massacre dos *Ramkokamekra*-Canela pôr fazendeiros e “lavradores” da região, o que não veio a ocorrer,

em parte, pela ação de servidores do SPI em Barra do Corda, e de agentes da direção central do órgão indigenista - estavam relacionados à realização de uma demarcação judicial das “terras dos índios Canela”, de acordo com levantamentos realizados em 1936 pôr Curt Nimuendajú e outros agentes.

Na perspectiva de “perda” de parte de suas respectivas fazendas e lavouras, inseridas no território Canela, os Arruda e outros “lavradores” estariam, conforme aponta o telegrama enviado ao Presidente da República, na iminência de *“pegar em armas para a defesa das famílias e das vidas”*, isto é, de perpetrarem um grande ataque aos Canela, os quais, conforme foi revelado, não ameaçavam nem invadiam propriedades desses agentes. Da perspectiva dos Canela, a demarcação de suas terras, ainda que residuais, seria uma forma de acabar com as invasões cada vez mais intensas e permanentes do gado dos criadores, e das roças e povoações estabelecidas pôr lavradores nessa região, e com isso, criar um novo equilíbrio nas relações intersocietárias.

Através de um Relatório enviado pôr um agente, a um dos diretores do SPI, no final da década de 40, nota-se que a demarcação iniciada no princípio dessa década, e conduzida pelos agentes Orículo Castelo Branco e Raimundo Miranda, teria sido apenas parcialmente realizada, embora não se informe as razões para tal.⁴⁰ Informa o autor do Relatório que da área total concedida pelo Decreto-lei no. 81, de 15/12/1936, pelo Governador do Estado Dr. Achilles Lisboa, de 57.600 hectares haviam sido demarcadas, até aquele momento, apenas 14.400 há, havendo uma defasagem de 43.200 há a serem demarcados. (SPI, Doc 161, Filme 380, Fot 1435)

Informa, ainda, esse agente, que a parte demarcada seria composta de terras de chapada e terreno arenoso, impossível ao plantio, segundo os métodos utilizados na região, e que *“Nas terras boas de mata já estão se infiltrando cerca de 20 intrusos...”*, os quais apresenta a distribuição.⁴¹ Segundo a perspectiva desse agente, os invasores seriam “expulsos” dessas áreas, tão logo fosse completada a demarcação da “terra dos Canela”. Ao que parece essa ocupação seria orientada pôr “autoridades” ligadas ao poder local de Barra do Corda. (SPI, Doc 161, Filme 380, Fot.1436)

O documento é finalizado afirmando que a demarcação das “terras dos índios Canela” seria completada no exercício do ano seguinte, para a qual já se havia realizado acordo com o

⁴⁰ Trata-se do Relatório do Chefe do S. O. A., assinado pôr João Gonsalves de Pinho, e encaminhado ao Dr. Herbert Serpa, Chefe da Secção de Estudos, datado de 06/10/1950.

⁴¹ O Relatório apresenta oito núcleos de invasão sertaneja na área a ser demarcada aos Canela, e os nomes dos responsáveis pela ocupação.

agente responsável. Além dessa, outras áreas indígenas localizadas no Centroeste Maranhense estariam sendo “legalizadas” pelo SPI, como as “terras do Rodeador”, destinada aos Krikati e Pukobyê, adquirida ainda na década de 30, e a qual se encontrava em processo de regularização fundiária, e uma “Reserva Indígena para os Guajajara”. Concedida pelo mesmo documento legal que instituiu as “terras para os Canela” – a Lei Estadual no. 1079, de 25/04/1923 – destinada a abrigar as aldeias Guajajara situadas entre os rios Corda e alto Mearim. (SPI, Op. Cit, Fot 1433).

O SPI estaria, ainda, solicitando ao Governo Estadual a concessão de áreas destinadas aos “índios Gavião do Município de Grajaú”, aos “Guajajara do Município de Pindaré-Mirim”, e aos “Guajajara, Caracati e Gaviões do Município de Grajaú”. Além dessas estariam sendo providenciadas, ainda, terras para os índios Canela situados no ribeirão Porquinhos. (SPI, Doc. 161, Filme 380, fot. 1438)

3.2.6 Mudanças no Campo Indigenista

É provável que a grande mudança sofrida pelos *Ramkokamekra-Canela*, a partir do final do século XIX tenha sido a sua transformação, de um povo prioritariamente caçador em agricultor, em decorrência, sobretudo, da ocupação de seus territórios de caça pelos agentes da frente pastoril. Os conflitos que mantiveram com os criadores seriam, na maioria dos casos, motivados pela escassez da caça decorrente invasão de seu território pelo gado sertanejo. Como resultante desses fatores, os Canela, assim como outros grupos timbira, passaram a abater algumas rezes dos criadores

Essa contradição entre o crescimento endógeno da frente pastoril, da qual resultaria a compressão territorial e social dos Canela, e as necessidades de redefinição da sua economia e sociedade, que os transformaria em um povo prioritariamente agricultor, criaria novas formas de conflito, uma vez que o gado sertanejo criado “solto” na chapada tenderia sempre a invadir as roças indígenas cultivadas nas restritas matas de galeria, ao longo dos riachos que cortam seu território. De outro lado, esses espaços ciliares seriam também disputados pelos “lavradores”, isto é pela população sertaneja que se dedicava à pequena agricultura familiar, a qual tenderia a se estabelecer nas manchas florestais do território Canela.

Nimuendaju aponta uma mudança significativa ocorrida entre os *Ramkokamekra-Canela*, a partir de 1934: a cisão do grupo em decorrência de problemas associados ao contato. Nesse período, os Canela que ocupavam unicamente a Aldeia do Ponto, situada em área de

cerrado teriam se transferido para a Aldeia do Baixão Preto localizada numa área de mata, propícia para a agricultura, porém insalubre para um povo cuja cultura se estruturou a partir do ambiente do cerrado. Reduzidos pôr surtos epidêmicos de gripe, e depois de varíola em 1935, os Canela se dispersariam com a morte de seu principal chefe, Ropká reunindo-se, posteriormente, em duas aldeias, no ribeirão dos Bois e no ribeirão dos Pombos. Com esforço, Nimuendaju convenceu os dois grupos, em 1936, a se unir novamente, o que ocorreu com a formação da aldeia no ribeirão da Raposa (Numuendajú, 1946: 33)

Desde a sua chegada, em 1929, até sua partida definitiva, em 1936, Curt Nimuendaju seria o primeiro “forasteiro” a manter uma convivência prolongada com os Canela. Naquele momento a única unidade do SPI na região, a “Vigilância de Barra do Corda” era comandada pôr Marcelino Miranda, o qual teria facilitado a pesquisa e permanência desse etnólogo entre os Canela, inclusive seu pouco ortodoxo método de “transformar-se em nativo”, e suas atitudes de apoio aos Canela contra os sertanejos. Teria permanecido em torno de 14 meses entre os Ramkokamekra, geralmente nos meses de junho a agosto, quando se desenvolvem os ritos de encerramento das principais cerimônias desse grupo (Crocker, 1990: 72-73)⁴²

Com a partida definitiva de Nimuendaju, em 1936, os agentes do SPI passariam a habitar junto aos *Ramkokamekra*-Canela: Orículo Castelo Branco, em 1938, e Olímpio Cruz, em 1940. Essa presença seria um fator de redefinição das relações estabelecidas entre os Canela e a sociedade regional. De um lado haveria uma maior segurança quanto aos ataques premeditados e outras formas de espoliação já típicas das suas relações com os segmentos sertanejos. De outro, a política tutelar implantada tenderia a criar formas cristalizadas de relações, o que levaria a uma perda de autonomia dos Canela frente ao órgão tutelar.

A chegada de Orículo Castelo Branco em 1938 e a sua permanência junto aos até 1941 teria acentuado papel do SPI nas transformações do campo intersocietário envolvendo os *Ramkokamekra*-Canela e os segmentos regionais. Atuando de maneira determinada na retirada dos enclaves de ocupação sertaneja no território Canela, e na efetivação de um projeto de demarcação da área indígena, Castelo Branco teria acentuado as tensões entre índios e criadores e demais moradores da região. Suas atitudes iam desde o estímulo aos Canela para o abate do gado sertanejo que entrasse no território indígena, até ameaças a famílias de lavradores instaladas em

⁴² Os Canela atuais, especialmente alguns velhos que teriam convivido com Nimuendajú, apontam que, dentre outras coisas o etnólogo teria estabelecido casamento com uma índia desse grupo. Suas permanências junto aos Canela se deram nos anos de 1929, 30, 31, 33, 35 e 36.

áreas de mata desse território, o que teria acentuado as mobilizações dos criadores contra os Canela e o SPI, que levariam à iminência de um massacre, em 1941. Iternamente, Castelo Brando teria convencido os Canela a transferir sua aldeia novamente do brejo da Raposa para a antiga localização, às margens do riacho Santo Estevão restaurando a antiga Aldeia do Ponto. (Crocker, 1990: 73)

Conforme coloca Crocker, que iniciou seu longo processo de pesquisa entre os Canela em 1957, a mudança mais significativa nas relações externas desse grupo, desde os tempos de Nimuedajú até 1958 seria a implantação do posto indígena do SPI em 1941, com a instalação desses agentes e suas respectivas famílias junto aos Canela. Essa presença, se de um lado aumentava as possibilidades de garantia do território indígena contra as invasões dos sertanejos, de outro seria um fator de acentuada intervenção na vida social e cerimonial dos *Ramkokamekra*. Como se verá, esses agentes acabariam pôr desempenhar um importante papel nos processos e “dramas” ocorridos sobretudo, na década de 60. (Crocker, 1958: 2)

De outro lado, Crocker aponta como a principal mudança interna dos Canela, nesse período, a divisão do grupo em duas aldeias ocorrida em 1954, como consequência da morte de Duruteu Haktokot, tido como o último chefe tradicional, e do desacordo entre o grupo em relação ao local a ser ocupado pôr uma nova aldeia. A partir daí, os Canela se cindiriam novamente entre as aldeias do Ponto, e do Baixão Preto, sob as lideranças e Caarã'kre e Caapêr'tic, e respectivamente com 230 e 150 habitantes. A aldeia do Ponto, situada no trajeto de uma importante estrada do sertão era frequentada diariamente pôr viajantes a cavalo e comerciantes.

Consta que nesse período foi de decadência e desagregação coletiva, dada a ausência de uma liderança forte, e de agentes tutelares capazes de motivar os Canela a uma vida auto-sustentável. Os *Ramkokamekra* passaram, então, a viver em grupos atomizados, e um grande número de índios tornaram-se consumidores de bebidas alcoólicas, especialmente, da *cachaça* produzida nos núcleos sertanejos vizinhos. De outro lado, as rivalidades entre os dois principais líderes de aldeia impediam a unificação do grupo, a qual somente ocorreria em 1963 durante a eclosão do movimento messiânico.

Crocker, que iniciou seu trabalho de campo junto aos *Ramkokamekra*-Canela em 1957, avalia que esse estado de decadência experimentado pelo grupo no final dos anos 50 e início da década de 60 estaria associado ao “rompimento do contrato de aculturação”. Durante um certo tempo, especialmente a partir do início dos anos 40, o órgão tutelar, além de assumir a

proteção aos Canela e a outros grupos no interior do Maranhão, diante dos agentes da sociedade brasileira regional, em termos de conter a invasão de seus territórios e impedir a realização de massacres teria, ainda, proporcionado o abastecimento de alimentos e de outros materiais. (Crocker, 1990: 74).

Em 1955, implementou-se uma nova política do órgão indigenista, fundamentada na idéia de que os grupos indígenas deveriam obter seus recursos de sobrevivência através do trabalho. Baseados no mito de Aukê, o herói cultural timbira que explica a origem do “homem branco”, e suas relações com os índios, os Canela compreendiam essa nova postura do SPI como uma atitude de negligência e abandono dos “bancos” em relação aos “índios”, uma vez que tendo recebido os melhores recursos tecnológicos do herói cultural, os “civilizados” não poderiam deixar os índios no abandono. A morte de Rondon, tido como grande protetor dos Canela, e a quase simultânea mudança da política tutelar do SPI teriam levado os *Ramkokamekra* à descrença sobre as vantagens dessa aliança.

3.2.7 O Movimento Messiânico Canela

O conflito mais significativo na história recente dos Canela ocorreu em 1963, e decorreu da eclosão de um movimento messiânico junto aos *Ramkokamekra*, conhecidos regionalmente como “Canelas do Ponto”, em alusão à tradicional Aldeia do Ponto, que congregou a maior parte desse grupo, desde as primeiras décadas do século XX até o desenlace desse movimento.⁴³ Internamente, o movimento esteve relacionado ao *mito de Aukê*, que no vasto repertório mítico timbira explica a origem do “homem branco”, isto é, da sociedade brasileira, e como este (a) se incorporou na realidade dos Canela.⁴⁴

O movimento foi iniciado em fevereiro de 1963, a partir das revelações de uma profetiza chamada Kee-Kwei, também conhecida pelo nome regional de Maria Castelo, numa alusão ao agente do SPI que teria habitado junto aos Canela entre 1938 e 41⁴⁵. A profetiza, a

⁴³ Os agentes tutelares, e de certa forma, os próprios regionais distinguiam nessa época, e o fazem até hoje, os *Ramkokamekra* e *Apaniekra*, respectivamente, como “Canela do Ponto” e “Canela dos Porquinhos”, em alusão à tradicional aldeia desses últimos, situada à beira do riacho Porquinhos.

⁴⁴ O movimento messiânico Canela foi descrito por Crocker em (1967) 1974, e analisado sob uma visão estrutural, por Carneiro da Cunha (1972) 1986. Análises sobre o mito de Aukê encontram-se em Da Matta, 1970 e (1967)1973. Sobre um movimento similar ocorrido entre os Krahô, vide Melatti, 1972.

⁴⁵ Uma versão afirma que Kee-Kwei teria convivido intensamente com a família de Castelo Branco, nos anos em que este desempenhou suas funções no Posto Capitão Uirá. Outra, afirma que a profetiza teria mantido relações extra-conjugais com esse agente, o qual se definia por uma atitude de hostilidade diante dos regionais, e do qual decorreria a designação Maria Castelo.

partir das revelações que recebia de Aukê, transfigurado em uma menina, passou a pregar a inversão das relações de poder entre os Canela e os “civilizados”: os Canela passariam a viver nas cidades e a gozar dos confortos e dos equipamentos dos “cristãos”, enquanto esses seriam banidos para as florestas, onde passariam a viver da caça e da pesca.

A ascensão de Kee-Kwei à condição de profetiza faria com que assumisse a posição de liderança entre os Canela durante o desenrolar do movimento, tendo se sobreposto aos dois principais líderes políticos, Caarã'kre e Caapêr'tic, e à principal instância de decisões da sociedade Canela, o Prokhamam, o conselho de anciões formado pôr representantes das classes de idade mais antigas. Conforme narra um ex-servidor do SPI, que presenciou o movimento:

Antes de estourar o conflito...acontece que Maria Castelo, com o problema dela de dizer que estava grávida do filho de Aukê, ela conseguiu tirar a liderança de Pedro Gregório (Caarã'kre, o pa'hi ou “capitão” da Aldeia do Ponto) prá ela, e foi adquirindo domínio...comandando... (B.V.)

Em sua primeira aparição à profetiza, o ser que estava em seu ventre surgiu como uma menina de 11 anos, vestida com trajes Canela e bastante “vistosa” declarando-se irmã de Aukê, e afirmando que, quando finalmente ela “nascesse”, isto é, quando deixasse o ventre de sua mãe, Aukê viria para transformar muitas coisas: os Canela passariam a viver nas cidades, em casas cobertas com telhas, e teriam muito dinheiro. Utilizariam aviões e caminhões, enquanto que os ‘brancos’ passariam a viver no “mato” – florestas e cerrados - e a se alimentar da caça de animais. Teria marcado o seu próprio nascimento para a noite de 15 de maio, e a partir dessa data os Canela obteriam as riquezas prometidas pôr Aukê.

Um dos Canela que participou diretamente dos eventos ligados ao messianismo, assim descreveu os prenúncios do movimento:

Então o negócio é assim...nós não sabe o que vai acontecer, não. Nós tamo roça lá na Aldeia Velha e ela (a profetiza) tá aqui no Campestre. E pois desse negócio dele, filho, de dizer que é imperador; chama Aukê. Aukê saiu dela, falou prá ela. Ele disse: ‘Olha mãe, eu é que cheguei aqui prá você. Daqui mais tarde eu nasço, aí eu vou fazer uma coisa boa prá você...(A.T.)

Recebendo as mensagens de Aukê através da “criança” – uma menina, que seria a irmã do herói cultural – que carregava em seu ventre, a profetiza informava aos Canela sobre a “zanga” de Aukê em relação ao tratamento dispensado pelos “civilizados” aos índios, uma vez que ele próprio teria concedido aos “cristãos” a posse desses bens, como a espingarda, sob a condição destes cuidarem bem dos índios.

...e quando nascesse era com força total, e ele ia transformar o mundo...o branco passaria a ser como o índio, e o índio passaria a ser como o branco, dono de tudo, de

caminhão, de avião, de embarcação...tudo que o branco dirige hoje o índio passaria a dirigir; o branco ia lá prá trás pro lugar do índio...(B.V.)

Essa estória foi contada no pátio (centro) da aldeia ao Conselho de anciãos pelo ‘keti’ (tio materno) de Kee-kwei, e recebida com grande alegria. Da Aldeia Velha foram mandados mensageiros às outras aldeias – Campestre, Baixão Preto e Ponto - para comunicar a “boa nova”. O nome escolhido pela mãe para a menina que brevemente nasceria, foi Kraa-kwei (“menina-seca”).⁴⁶

Poucos dias depois, a profetiza “autorizou” os Canela a tomar o gado dos “cristãos”, sob a alegação de que Aukê era dono de todo o gado, e que os Canela não deveriam privar-se de comer essa carne quando estivessem com fome.

...com essa imaginação ela criou força e se estendeu muito, e aí mandava buscar o gado do civilizado lá mesmo no curral, criava um grupo de índios e mandava buscar onde tivesse...aí ela dizia: no Baixão tem tantos gados, eu tô percebendo que no Baixão tem tantos gados, amanhã vocês vão buscar tantos gados nesse Baixão, lá...(B.V.)

Obedecendo aos “pedidos” e às “ordens” da filha no ventre da profetiza, a qual desejava nascer na Aldeia do Ponto, os Canela abandonaram a Aldeia Velha deslocando-se para o Campestre, dali ao Baixão Preto, e finalmente para a Aldeia do Ponto, o que levaria à reunificação do grupo, então dividido pôr questões faccionais. Em todas as aldeias a profetiza “autorizou” o abate de gado dos sertanejos: inicalmente, de maneira controlada, mais tarde, abertamente. Durante o trajeto entre as aldeias, Kee-kwei viajava montada em animais dos Canela cobertos com folhas de palmeira, e era “agradada” com água e frutas do campo. Alegando que “a mãe” estaria entre os Canela, no Baixão Preto, a profetiza autorizou novo abate de gado contrariando a posição do líder dessa aldeia, Caapêr’ tíc.

No último deslocamento, entre as aldeias do Baixão Preto e do Ponto, a profetiza foi carregada pôr homens e mulheres, jóvens e velhos, e adornada com enfeites. Um verdadeiro séquito de seguidores apresentando símbolos da sociedade sertaneja acompanhava a profetiza, que dentre outras inversões das regras sociais do grupo, ordenou a execução exaustiva de danças sertanejas, alternadas pôr cantos e danças indígenas.

⁴⁶ A “Aldeia Velha” corresponde a um lugar onde teria funcionado uma antiga aldeia dos Ramkokamekra, mas também onde teria ocorrido fatos míticos, como a grande cisão da única aldeia timbira, que daria origem aos vários grupos posteriormente existentes. Localizada em área de mata seca, é utilizada até os dias atuais para a implantação de roças familiares e comunitárias. O Campestre também constituía uma aldeia temporária, onde certos grupos Canela colocavam suas roças.

...ela formou assim como quase um tipo de palanque feito de patí e todo cheio de ornamento enfeitado de coisa. Tinha rainha, tinha o grupo que ela criou...tinha as damas, aquelas damas que trabalhavam com ela; as índias tudo vestidas, tudo fantasiada de chita, aquelas damas que trabalhavam com ela...De roupa de "cristão", tudo de roupa de chita... (B.V.)

Na data prevista para o nascimento da irmã de Aukê ocorreria, pôr obra do herói mítico, a transformação do mundo. Essa transformação teria como pré-condição o fato de que os Canela deveriam agradecer Aukê com oferendas e danças tradicionais, nos dias da semana, e com danças sertanejas aos sábados e domingos, para as quais trouxeram um índio Guajajara para atuar como sanfoneiro.

...Aí rancharam lá, começou de dançar, trabalhando, dançando, dançando. Aí, pronto, tem um índio (guajajara), ele sabe tocar sanfona não é outro branco que tocava, não, é índio mesmo. Aí tocava, tocava, tocava dançando o dia todo, a noite toda... (A.T.)

Pôr sugestão da profetiza, os Canela passaram a vender seus bens – espingardas, cavalos, produtos de colheitas, etc, e a comprar adereços regionais – roupas, chapéus, jóias, etc, os quais eram entregues à profetiza, que os distribuía aqueles considerados mais leais.

Ela tava aconselhando para os índios vender os animais, prá trazer o dinheiro prá colocar lá, ela botava numa bandeja lá, uma cadeira e botava uma bandeja em cima pros que fossem vendendo os animais ir botando o dinheiro lá, porque aquele dinheiro ia ser distribuído ao índio em valor muito maior... (B.V.)

A despeito das condições econômicas satisfatórias vividas pelos Canela naquele ano, decorrente de uma boa safra agrícola, o movimento levaria o grupo a um rápido empobrecimento, em função do abandono das roças, e da venda de seus poucos bens, o que resultaria, ainda, na perda de sua capacidade de defesa. Segundo alguns depoimentos, esses fatos foram atentamente observados pelos criadores, que a essa altura já planejavam uma retaliação aos Ramkokamekra, em função, principalmente, do grande índice de matança e desaparecimento do seu gado.

De outro lado, a ascensão de Kee-kwei como profetiza e líder messiânica dos Canela recriando o herói mítico Aukê e a possibilidade do rompimento da situação de dominação e desigualdade vivida pelos Canela, e do surgimento de um novo equilíbrio nas suas relações com a sociedade regional neutralizaria o poder do principal líder do grupo, Pedro Gregório Caarã'kre:

...ela conseguiu tirar a liderança de Pedro Gregório prá ela, e foi adquirindo domínio...foi comandando... (B.V.)

Alternando o uso de símbolos tradicionais dos Canela com outros da sociedade regional, Kee-Kwei criou uma encenação complementar ao mito de Aukê direcionada para o seu discurso que previa a inversão da ordem estabelecida pelo “contrato de aculturação”⁴⁷. Dessa forma a profetiza se apresentava aos Canela demonstrando a polaridade entre estes e a sociedade regional presente no drama da dominação, e a futura inversão das relações de poder:

Ela era tipo uma rainha, ela tinha o traje dela, também...era um traje feito de chita...assim imitando uma roupa, mesmo...como a mulher usa...eles faziam quase aquele sistema de rôbi prá ela, prá Maria Castelo. Agora tinha dias que ela tava mesmo só com a tanga assim, naqueles dias que ela tava assim, ela tava com o poder de Aukê, quando ela se apresentava como branca, já era a modificação que ia ter. E certo é que tinha uma porção de movimento danado. O negócio era bem importante... (B.V.)

As narrativas indicam que a adesão dos Canela ao movimento messiânico foi maciça, inclusive entre os homens na faixa de 50 a 60 anos, os quais compunham o Prokhaman – conselho de representantes das classes de idade mais antigas, principal instância política e jurídica entre os Ramkokamekra-Canela. Os poucos dissidentes, que se recusaram à participar do movimento, como o velho Caapêr-tic, então chefe da aldeia Baixão Preto, e os curadores Mikrô e Kôganã não foram perturbados. Os demais Canela refratários ao movimento ficaram sujeitos à punições determinadas pela profetiza.

O movimento se redefiniria a partir de 13 de maio, quando a profetiza deu à luz não a uma menina, mas a um menino, e morto. O desapontamento inicial dos Canela não resultou no encerramento do movimento, mas o redefiniu assumindo a forma do catolicismo popular do sertão. Atendendo a um pedido de Aukê, o feto foi enterrado atrás da casa de Kee-Kwey, e sua morte foi atribuída à presença de um visitante Apaniekrá, a quem a profetiza havia recusado favores sexuais. O menino morto foi apresentado como sendo a imagem (“karõ”) da irmã de Aukê, que teria voltado ao ventre da profetiza, para posteriormente regressar juntamente com Aukê, quando estivessem satisfeitos pelas danças.

Só que ela perdeu essa criança antes de nascer...Quando ela abortou eles enterraram na aldeia, do lado do pátio enterraram a criança, e construíram uma capelinha, assim, baixo lá (B.V.)

Nessa segunda fase do movimento, a profetiza mandou trazer de Barra do Corda, o jovem Caprepré, filho do “capitão” Caarã'kre, líder da aldeia do Ponto, o qual havia abandonado

⁴⁷ Essa expressão foi utilizada pôr Crocker para designar a situação de dependência dos Canela em relação à sociedade nacional, conforme a interpretação da mesma pelo “mito de Aukê”. Concretamente isso significava, naquele momento, um possível “abandono” dos Canela pelo SPI, que a final doa anos 50 teria deixado de fornecer alimentos e outros materiais necessários à sobrevivência do grupo.

a aldeia em direção à Brasília. Aos 16 anos, esse jovem Canela, que era estudante interno de um colégio Capuchinho naquela cidade se casaria com Kee-kwey, a qual, com esse procedimento se tornaria aliada do principal líder dos Ramkokamekra-Canela nesse período.

Caprepre estudava aqui, a tarde, no seminário dos frades...Ai eles exigiram, nesse período queriam ele lá, que era prá o menino, o menino tinha morrido, o embriãozinho dele tinha morrido, aí era necessária a presença (dele) lá, prá fazer as orações lá na sepultura do embrião, prá ajudar ele a ressuscitar... (B.V.)

Essa etapa seria marcada pelo maior uso de cachaça nas cerimônias, principalmente nas danças, pôr desafios mais abertos aos visitantes, especialmente aos “cristãos”, e pelo aumento das punições pôr desobediência. A introdução de cantos e rezas diárias, e a imposição de incesto às relações entre parentes secundários marcariam esse novo momento do movimento messiânico.

A despeito dos avisos passados pelos sertanejos com os quais os Canela mantinham relações cordiais, sobre a iminência de um ataque dos criadores, os índios permaneciam indiferentes a esse risco e compenetrados no desenrolar do movimento. Nesse período, os moradores regionais que passaram pelas aldeias Canela foram amarrados e despídos, e exigido pagamento em dinheiro. Outros “cristãos” foram impedidos de recuperar seu gado que houvesse entrado na área indígena. Entre janeiro e julho de 1963, período de desenvolvimento do movimento messiânico, teriam sido abatidas entre 40 a 50 rezes dos criadores locais, quando a média era de aproximadamente 6 cabeças pôr ano.

Mesmo que todas as suas atividades estivessem ligadas ao movimento messiânico, os Canela conseguiriam manter-se em silêncio sobre a ocorrência desses fatos, tanto em relação aos sertanejos quanto aos agentes do SPI, especialmente no que se refere ao culto a Aukê, e à sua suposta irmã, e ao papel da profetiza Kee-kwey, embora fizessem referências quanto às transformações que adviriam. Conforme narra um importante líder ritual dos *Ramkokamekra*, que participou ativamente desse processo

Eu, nesse tempo sou trabalhador do SPI, trabalhava no Posto, que era encarregado chama Getúlio. Apresenta, lá na hora do serviço, aí ele me procura: ‘Abílio, me conta essa história, quero saber prá que é que vocês dançam o dia inteiro, a noite inteiro...Mas eu não sei não, não sei pôr que é assim. Que vocês largaram antigo seu avô e dançando toda a vida...’ Não queria contar, não queria contar nada...(A.T.)

No início de julho de 1963, após longo período de preparativos e organização, um grupo de “jagunços” contratados pelos criadores locais, e procedentes de diversos municípios do sertão maranhense invadiram a Aldeia Velha queimando várias casas. Os ataques prosseguiram

nos dias seguintes sendo baleados e mortos alguns velhos Canela. Nesse momento, algumas mulheres do grupo começaram a falar contra a profetiza.

A repressão aos Canela foi colocada sob as ordens de um conhecido *pistoleiro* da região, que trabalhava como “cobrador” de dívidas aos comerciantes do sertão, conhecido pôr Miguel Veríssimo. Sob seu comando, cerca de 200 “jagunços” entraram pelo território Canela na perseguição aos índios, mas estes já haviam se escondido em áreas de mata, e junto aos pequenos riachos.

Informados das já iniciadas ações dos criadores do sertão com vistas a chacinar os Canela, os agentes locais do SPI teriam, juntamente com o então prefeito de Barra do Corda se deslocado para a região do conflito atravessando os povoados onde se encontravam as tropas dos criadores, e dirigindo-se rumo às aldeias Canela.

Sabe-se que tanto a organização da repressão aos Canela, como o comando dessa operação estava sediada no Leandro, um povoado limítrofe às terras dos *Ramkokamekra*, e que constituía em um dos “distritos” do município de Barra do Corda. Sob o comando de um vereador e fazendeiro ali estabelecido, mas contando com a participação de vários criadores locais haviam sido arregimentados homens dentre vários municípios do alto-sertão, além de agregados e moradores das fazendas sertanejas, os quais pelo pacto de lealdade aos fazendeiros participaram dessas ações.

Com o auxílio de dois agentes do SPI, um dos quais chefiava o posto indígena nessa área; outro, com longa experiência junto a esses índios, os Canela foram novamente reunidos e em grupos, levados a pé até a sede do município de Barra do Corda, há cerca de 80 quilômetros de distância. Os agentes o SPI providenciaram, então, a transferência temporária dos Canela para uma área Guajajara, a aldeia Sardinha, onde permaneceriam pôr cerca de 4 a 5 anos. Nesse local, situado em região de floresta seca, os Canela teriam sofrido bastante, e muitos velhos teriam morrido de doenças típicas dessa zona.

Com a invasão da área indígena e as mortes ocorridas, o movimento messiânico se estancaria, e a profetiza seria considerada mentirosa, embora ainda permanecesse com suas pregações. Segundo os informantes, Kee-kwey, ou “Maria Castelo” foi então excluída da vida social, e passou a sofrer agressões constantes de outras mulheres Canela, cujos parentes foram mortos durante o ataque dos “cristãos”. Segundo esse agente do SPI, que esteve junto dos Canela durante o “exílio” na Aldeia Sardinha, a líder messiânica cairia em desgraça junto a seu povo:

Maria Castelo ficou muito oprimida, não tinha direito de passear no pátio, andar no pátio. Era só da casa dela pro rio acompanhada dos familiares, quando ia até o rio tomar banho...Quando ela porventura saía sozinha, as índias revoltadas pulavam em cima dela e tudo, rasgavam, deixavam ela toda 'azunhada' pelo rosto, pelas orelhas e tudo, arrancavam as orelhas dela e tudo, era aquela luta danada (B.V.)

Esse antigo indigenista do SPI, que conduziu todo o processo de saída dos Canela de sua área, a fim de escapar ao massacre organizado pelos criadores, e acompanhou o grupo na sua permanência na Aldeia Sardinha dos Guajajara conta como intercedeu, pôr várias vezes, para salvar a vida da profetiza hostilizada pelos próprios Canela:

Eu mesmo já tive umas duas oportunidades de tomar ela no meio de magote de índias. Às vezes seis, às vezes oito índias rolando com ela pelo chão, rasgando de unha, puxando, rasgando tudo, rasgando roupa...eu chegava, como eles tinham uma obediência grande...eu chegava, falava, gritava, suspendia um pouquinho, e aí eu ia afastando um, afastando outro, tirava ela e ia deixar na casa dela...

O agente tutelar mostra como Kee-kwey sofreu um processo de isolamento social e maus tratos que a levariam à decadência física e moral, e finalmente à morte.

Aí esse atrito, de vez em quando ela sofria, ela foi decaindo...até que morreu, não teve jeito, não. Morreu, assim, desses maus tratos. Ela foi se ressentindo pôr aquilo, desmoralizada, se achava desmoralizada no meio das índias...(B.V.)

O período de exílio dos Canela na Aldeia Sardinha é lembrado pôr índios e pelos servidores do SPI como um período difícil. A inadaptação ao ambiente florestal, insalubre na concepção desse povo adaptado ao cerrado, resultaria em diversas epidemias, como escabioses, e outras que levariam muitos velhos e crianças Canela à morte. Além disso era frequente a perda de referências na mata, o que fazia com que vários Canela não pudessem regressar à aldeia, quando de suas incursões pela floresta para a caça e a coleta.

A vida dos Canela na Sardinha, logo que chegaram era muito ruim...não aconteceu deles se darem bem porque é um índio que é da chapada, e não da mata...Com a mudança de clima desidratou muitos velhos, morreram vários velhos desidratados, morreram diversas crianças Canela desidratadas. Não tinha remédio. Apareceu, chegava muito remédio, veio médico da Alemanha, da Bahia...Se perdiam. Saíam prá caçar, quando era noite, nada não chegavam. Aí, seus familiares iam atrás da gente lá no posto – eu era encarregado dos Guajajara, mas tava lá do lado deles, e eles confiavam em mim. Eu é que tinha tirado eles de lá, então prá eles eu era considerado uma criatura de valor, de prestígio...(B.V.)

A partir de 1969, já sob a administração da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, os Canela foram, em pequenos grupos, retornando gradativamente ao seu território. Nesse período teve início do processo que levaria à demarcação definitiva da Área Indígena Kanela.

Aí, gradativamente, depois deles já tarem aí há quase um ano, não chegou a um ano prá eles se deslocarem prá lá de novo, não⁴⁸...Aí foram indo, foram indo, de pouco a pouco, festejando lá...até que veio a definição que eles queriam voltar, aí voltaram prá área, aí começou o negócio da demarcação já no período do Carvalho... (B.V.)

Novos agentes tutelares, novas lideranças indígenas, novo contexto político nacional e regional. O retorno dos *Ramkokamekra*-Canela ao seu território tradicional, sob a coordenação da FUNAI e a novas orientação da política indigenista, determinada nos quadros do período autoritário definiriam o campo indigenista colocando novos condicionantes na sobrevivência dos Canela e nas suas relações intersocietárias.

Sabe-se que os sertanejos, a partir da repressão ao movimento messiânico ocuparam parte das terras dos Canela, especialmente as áreas de mata propícias à lavoura. A partir de 1966, estes teriam, entretanto, se retraído temendo o novo regime implantado, e desocupado a maior parte das as terras dos Canela, que a partir desse momento entrariam em processo de demarcação.

⁴⁸ O autor da citação refere-se à implantação da estrutura assistencial da FUNAI em Barra do Corda, e da reestruturação dos postos indígenas na região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde observar, o tema central desse trabalho foi a compreensão do processo de formação e desenvolvimento das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense, entre os *Ramkokamekra*-Canela e a sociedade brasileira regional formada a partir das frentes de expansão coloniais e pós-coloniais. Esse processo, conforme explicitado na introdução teórica se explica em termos do estabelecimento de uma *situação histórica*, através da qual se implantou a dominação colonial sobre os timbira em geral, e especificamente sobre os Canela.

Inicialmente vimos como se originou e se expandiu o processo de ocupação do território tradicional dos Timbira, constituído por cerrados e campos naturais, e situado entre as vertentes dos rios Parnaíba e Tocantins, pelos agentes da sociedade colonial e pós-colonial luso-brasileira. Essa ocupação realizou-se através do deslocamento de uma frente pastoril tradicional originada no litoral nordestino, nos séculos XVI e XVII, e subsidiária à economia açucareira, que se desenvolveu nas capitanias de Pernambuco e Bahia.

Esse movimento de ocupação territorial confluiria com outro originado no litoral do Maranhão, como uma frente agrícola que gradativamente avançaria em direção ao alto curso dos rios centrais dessa capitania, especialmente o Itapecuru e o Mearim. Iniciada nos primeiros momentos da colonização portuguesa no Maranhão, a frente agrícola atingiria seu apogeu econômico na segunda metade do século XVIII, durante o período pombalino, quando se desenvolveu, principalmente no vale do Itapecuru, uma economia agro-exportadora, tendo no algodão seu principal produto, e na grande propriedade escravista a sua unidade produtiva.

Com a interiorização das fazendas de criação, inicialmente pelo vale do rio São Francisco, e a partir daí em direção à Amazônia, seriam alcançados, em meados século XVIII, os campos naturais situados às margens do Parnaíba, a partir do qual se reorganizaria e se expandiria em direção ao Tocantins, a frente pastoril tradicional pelo território então ocupado por diferentes grupos timbira, e por outros grupos indígenas espalhados pelas chapadas do atual sul do Maranhão, e pelos campos do norte de Goiás e sudeste do Pará.

Além da maior parte dos grupos timbira, outros grupos foram alcançados e envolvidos pela frente pastoril tradicional: os *Acoroá*, *Gueguê*, *Chavante* e *Cherente*,

classificados como Jê-Centrais, além de alguns grupos Kayapó, e também tupi, como os *Amanajó*.¹

Vimos como a ocupação territorial do então chamado “sertão de Pastos Bons” foi precedida e acompanhada por um violento processo de dominação e extermínio imposto aos Timbira e demais povos indígenas da região, especialmente pela ação das “bandeiras” e das expedições organizadas pela administração colonial, e pelos criadores e chefes locais. Esses agentes, estabelecidos, em sua maioria, na região de Caxias e na Capitania do Piauí participaram dessas expedições com financiamentos em armas e alimentação, e com pessoal próprio extraído das fazendas e dos núcleos populacionais tornando-se os primeiros grandes criadores e exploradores do tráfico de índios escravizados nesse território.

A organização de “bandeiras” voltadas, sobretudo, para a conquista territorial e a captura e escravização de índios, proibidas durante o período pombalino, seriam retomadas com a revogação dessa legislação em 1798, quando ficaram legalmente respaldadas nas cartas régias promulgadas nas primeiras décadas do século XIX. Nesse período seriam intensificadas as expedições oficiais e particulares contra os timbira, especialmente contra os *Capiekran* ou “Canella Finas”, e os *Sakamekran* ou “Timbiras Matteiros” - grupos ancestrais dos atuais *Ramkokamekra*-Canela – que resistiam duramente ao avanço da frente agrícola pelo alto Itapecuru, e da frente pastoril, a partir de Pastos Bons.

Após décadas de confrontos, os *Capiekran* finalmente aceitariam os “termos da paz” proposta pelas “bandeiras” tornando-se um forte *aliado* destas na luta contra outros grupos timbira, especialmente contra os *Sakamekran*. Essa “aliança” não impediria, entretanto, que os “Canella fina” fossem massacrados e quase extintos etnicamente pela contaminação da varíola a que foram submetidos na vila de Caxias, em 1815, e acabassem pôr estender essa epidemia entre outros grupos timbira, até as margens do Tocantins. De outro lado, segmentos desse grupo permaneceriam “aldeados” no alto Itapecuru, sob o controle dos agentes coloniais.

Num momento seguinte, a partir da Independência, a dominação dos timbira se realizaria, principalmente, através da administração provincial do Maranhão, que passou a organizar e executar mais efetivamente ações voltadas para a *redução* dos grupos em

¹ Esses nomes indígenas – exceto “Kayapó” – estão grafados conforme aparecem nos documentos e crônicas do final do século XVIII e início do XIX, a fim de manter fidelidade histórica e maior precisão em relação aqueles grupos no referido momento em que foram envolvidos pelos agentes da frente pastoril tradicional e pôr outros agentes coloniais.

aldeamentos, visando sobretudo a liberação de seus territórios para a expansão das fazendas agrícolas e de criação. O desenvolvimento da grande lavoura algodoeira, na segunda metade do século XVIII, nos vales do Itapecuru e Mearim aumentaria a demanda pôr terras virgens, o que resultaria na intensificação das expedições voltadas para a sujeição ou eliminação dos grupos indígenas situados em seus cursos, bem como no desenvolvimento de políticas de aproveitamento da força-de-trabalho indígena. Surgem aí, as primeiras tentativas de *colonização*, ou da criação de colônias indígenas atreladas aos interesses coloniais e pós-coloniais.

Com o advento da política indigenista do Império, especialmente a partir de 1845, quando passou a vigorar o “Regulamento dos Índios”, documento legal que regulamentaria o “sistema de diretorias de índios”, a dominação dos timbira e de outros grupos situados tanto na área de expansão agrícola, como no vasto “sertão de Pastos Bons” se intensificou e se estendeu por todo o Maranhão, embora precariamente organizada, através das diretorias parciais e das colônias indígenas estabelecidas nas diversas áreas de concentração de índios em todo o território da Província. Seriam, também, implantadas as “colônias militares” na região do Gurupi, no Tocantins e no alto Grajaú, a fim de impor a sujeição aos grupos mais renitentes.

Nesse momento prosseguiram as expedições voltadas para a sujeição dos grupos autônomos, como os *Sakamekran* e *Gamella* nos vales do Itapecuru, e dos *Pukobyê*, *Caracategê* e outros grupos timbira no alto Mearim e Grajaú, as quais contariam com a participação dos “Canela”. A “aliança” travada com os agentes coloniais em 1814, e renovada nas décadas seguintes acabaria pôr colocar os “Canela” como suporte às expedições de dominação junto a outros grupos autônomos, sendo esta a condição de uma relativa tranquilidade experimentada nesse momento por esse grupo, em relação aos agentes coloniais. Essa “aliança” resultaria, ainda, na absorção pelos “Canela” de remanescentes dos grupos timbira que foram sujeitados com a sua participação, como os *Sakamekran* e *Caracategê*.

Durante a segunda metade do século XIX consolidou-se a dominação colonial dos timbira em geral, e dos Canela em especial. Nesse período se constituiu um *campo intersocietário* envolvendo os agentes da frente pastoril – criadores, vaqueiros e lavradores do sertão, da administração provincial – diretores parciais e de colônias indígenas, e os próprios Canela, onde os valores, recursos e interesses dos diferentes agentes criariam formas de conflito e convivência específicos. Esse campo consolidaria a *situação histórica* no sertão pastoril, no bojo

da qual se desenvolviam as relações intersocietárias envolvendo esses agentes e os *Ramkokamekra*-Canela, e outros grupos timbira no Centroeste Maranhense.

É possível identificar nesse processo os movimentos de *territorialização*, através dos quais se implantou a dominação sobre os timbira, e especialmente sobre os *Ramkokamekra*-Canela, e se redefiniram as unidades étnicas. Assim, no momento inicial da “conquista”, os grupos timbira passariam da condição de autonomia plena e de confrontos intertribais para a de confronto com as “bandeiras”.² O resultado do processo de guerra e aliança entre os grupos timbira entre si, e destes com os agentes coloniais seria o desaparecimento de várias unidades étnicas, seja pela sujeição e escravização, seja pela incorporação de remanescentes junto a grupos estruturados, e o reordenamento de outras, decorrente das perdas demográficas e da incorporação de segmentos dos grupos desarticulados.

Assim, os grupos identificados pôr Paula Ribeiro e Martius, no início do século XIX, - *Sakamekran*, *Capiekran*, e *Ponecrá* ou *Aponigekran* - como autônomos e em “estado de guerra” contra os agentes coloniais, surgem nos documentos provinciais como “Matteiros”, “Canelas da Chapada”, “Canela do Alpercatas” e “Canelas do rio Corda”. Essas designações, mais do que atribuições geográficas indicavam a condição de sujeição desses grupos em *aldeamentos* situados no âmbito das diretorias parciais, e sob o controle desses agentes. Os “Matteiros” constituiriam a exceção, embora hajam referências a indivíduos “Matteiro” presentes no aldeamento da povoação de Almeida d’El Rei, no alto Itapecuru. Mas, ao contrário dos *Capiekran*, cujos grupos locais estiveram sob o controle dos agentes coloniais desde a segunda década do século XIX, os “Matteiro”, embora sofrendo a ação constante das “bandeiras”, e o impacto das epidemias, mantiveram sua autonomia até a metade do séc. XIX.

A segunda metade desse século marca, como foi visto, a consolidação da dominação dos timbira, através do aparato legal e administrativo conhecido como “sistema de diretorias e colônias indígenas”. Através das diretorias parciais e das colônias indígenas, oficializa-se a

² Conforme aponta Azanha, o modo de convivência entre os Timbira, especialmente antes da regularização do contato, baseava-se na expansão, cisão e guerra. Assim, os grupos designados pela terminação “categê” indicavam de contiguidade territorial e diferenciação política sendo produtos da expansão da “forma timbira”, através do processo de cisão. Os Kenkatayê constituíam um grupo formado a partir dos *Apaniekra* (e *Krahô*), com os quais mantinham-se vinculados, através de relações de parentesco e cerimoniais. O grupos designados pôr “(ca) mekrá”, pôr outro lado, eram grupos em estado de guerra permanente. Assim, *Apaniekra* e *Ramkokamekra*, e estes com os *Txakamekra* (os *Sakamekran*, Paula Ribeiro) formavam grupos inimigos. Cf. Azanha, 1984: 10-12.

subtração territorial e perda de autonomia étnica dos timbira do alto Mearim e Grajaú, embora haja diferenças entre as situações específicas de cada grupo. Os “Canela” renovam, nesse período, a “aliança” com os agentes coloniais, através da qual participam com seus “guerreiros” nas expedições de sujeição a outros grupos, como entre os Gamella e Matteiro, e em decorrência disso obtém certas “vantagens”, como uma relativa tranquilidade territorial – ainda que em áreas ínfimas de seu antigo território – e a obtenção de objetos – armas, instrumentos agrícolas, etc. Essa “aliança” não evitaria conflitos com criadores e moradores do sertão, nem tentativas de massacre, como a de 1879, onde vários Canela do Alpercatas foram mortos pôr ação dos “moradores” regionais.

Com o advento da República, não cessaram os conflitos entre os timbira e os agentes da frente pastoril. De outro lado, a criação do Serviço de Proteção aos Índios organizou o campo indigenista que envolveria os grupos indígenas situados no Centroeste Maranhense em geral, e os *Apaniekra* e *Ramkokamekra*-Canela em particular. Nesse período eclodiram novos conflitos e “dramas sociais” que marcariam definitivamente as relações inter-societárias na região, especialmente nos Municípios de Barra do Corda e Grajaú,

Esses conflitos seriam mediados por outros agentes de mudança, como missionários, e especialmente pelos agentes tutelares, os quais embora vinculados à sociedade nacional deveriam, também, aliar-se aos interesses indígenas, pôr força de seus atributos legais, tornando ainda mais complexo o campo intersocietário. Procurou-se, então, desvendar, os processos que constituem esse campo, bem como os valores, recursos e relações nele contidos, e a sua articulação com a *situação pastoril* no Centroeste Maranhense.

No bojo dessa situação histórica desenvolveram-se conflitos marcados pôr extrema violência, e um movimento messiânico que revelam, em parte as estratégias e ações dos agentes vinculados aos segmentos dominantes da sociedade regional, bem como das respostas apresentadas pelos povos indígenas do Centroeste Maranhense, e pelos *Ramkokamekra*-Canela, em especial, frente à situação de dominação em que foram inseridos.

Esses conflitos, de outro lado, revelaram as ações e representações dos diferentes agentes presentes nessa situação histórica. A despeito de uma suposta posição “progressista” em relação à centralização política imposta pelo regime imperial, jornalistas e juristas, membros de uma elite culta localizada nos principais municípios do Centroeste Maranhense expressavam,

através de informações e análises de conflitos específicos, sua aliança com os setores dominantes locais, como os grandes fazendeiros e chefes políticos.

As críticas veladas ao SPI, e especialmente à conduta de seus agentes a nível local, de um lado reforçam a vinculação dessa elite aos interesses locais; de outro revelam como a entrada definitiva do Estado como intermediador das relações intersocietárias seria interpretada por esses segmentos dominantes como uma aliança com os grupos indígenas, e um fator contrário aos interesses dos grupos historicamente dominantes na região. O chamado “massacre da Aldeia Chinella” perpetrado pôr um criador de Barra do Corda e seus acompanhantes revela esse novo momento, marcado pelo ingresso do órgão indigenista no campo intersocietário do Centroeste Maranhense.

A presença do SPI não inibiria a ação dos criadores, e novos massacres ocorreriam no sertão pastoril, ao longo do século XX. Entretanto, a partir da década de 40, a presença do órgão indigenista na região de Barra do Corda, e especialmente com o estabelecimento de postos indígenas – dentre os quais entre os *Ramkokamekra*-Canela – atuariam como fatores de inibição dos conflitos, e especialmente das tentativas de massacre e de apropriação do território residual dos Canela, pelos segmentos sertanejos da sociedade regional.

A presença do SPI na *arena* das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense, e no campo indigenista local, através de sua estrutura e pessoal de apoio acabaria pôr definir uma nova “aliança” entre os *Ramkokamekra*-Canela e o Estado. A política protecionista praticada pelo órgão tutelar durante as décadas de 40 e 50 reforçaria, entre os Canela, o pacto ou contrato de “aculturação” elaborado pelo “mito de Aukê”, onde a perda de autonomia territorial e política dos timbira deveria ser compensada pela “generosidade” dos “cristãos”, e respeito às demandas indígenas.

Nesse contexto eclodiria o movimento messiânico de 1963, através do qual os *Ramkokamekra*-Canela procuraram fazer valer as determinações do herói cultural. Curiosamente, esse movimento surgiria em um momento de relativa prosperidade material do grupo, marcada pôr uma safra agrícola de relativa fartura. As ações da profetiza que liderou o movimento se construíam no sentido de afirmar um direito *histórico* firmado pôr Aukê, e não pressupunham qualquer atitude de aceitação, pôr parte dos Canela, de uma condição de sujeição ou desigualdade nas relações intersocietárias.

O desfecho dramático do movimento e o não cumprimento das previsões da profetiza levariam os *Ramkokamekra* ao afastamento temporário de seu território, e a um processo de decadência demográfica, que foi apontado por agentes tutelares e por pesquisadores que com eles estiveram. O retorno ao seu território tradicional, após anos de exílio se daria dentro de novas condições que levariam à redefinição do campo indigenista e das relações intersocietárias. Se o movimento messiânico de 1963 significou uma dramatização do mito de Aukê, “para sua humilhação final”, é algo a ser investigado ao longo do tempo.

A realidade tem demonstrado que dentre os grupos timbira, os *Ramkokamekra-Canela* tem conseguido manter, nas últimas décadas, uma situação de relativa tranquilidade, no que tange às relações intersocietárias, e preservado as suas principais instituições cerimoniais reafirmando perante a sociedade envolvente a viabilidade de seu modo timbira de ser.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Dunshee de. A Esfinge do Grajaú. Memória. Rio de Janeiro, S.A. Editorial Jornal do Brasil, 1959.
- ABREU, J. Capistrano de. Capítulos da História Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. 2ª ed. Brasília, Editora UnB, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz F. de. *Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães*. In: Novos Estudos CEBRAP, no. 23, março de 1989, pp. 7-66.
- ANDRADE, Manuel C. de. Paisagens e Problemas do Brasil. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Maristela de P. Terra de Índio. Identidade Étnica e Conflito em Terras de Uso Comum. São Luís, EDUFMA, 1999.
- ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXII, Parte 1, 1900.
- ARCANGELLI, Alberto. O Mito da Terra. São Luís, EDUFMA, 1989.
- ARAUJO, J. B. "Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Bento de Araújo dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 11 de fevereiro de 1888." Typ. de O Paiz: Maranhão, 1888.
- AZANHA, Gilberto. A Forma Timbira: Estrutura e Resistência. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 1984;
- BALANDIER, Georges. Sociologie Actuelle de L'Afrique Noire. Paris, Press Universitaires de France, 1971.

-
- _____ *A Noção de Situação Colonial*. In Cadernos de Campo. São Paulo, FFCL-USP, 1996.
- BARABAS, Alicia. Utopias Indias. Movimentos Sociorreligiosos em Mexico. Editorial Grialbo S.A., México, 1989.
- BERREDO, Bernardo P. Anais Históricos do Estado do Maranhão, 4ª ed. Rio de Janeiro, Tipo Editor Ltda., 1988.
- BRANDES, Galeno E. Barra do Corda na História do Maranhão. São Luís, SIOGE, 1994.
- BROWN, Michael. *Beyond Resistance; A Comparative Study of Utopian Renewal in Amazônia*. In: Ethnohistory, 38:4, pp. 389-413.
- CABRAL, Maria. do Socorro C. Caminhos do Gado. São Luís, SIOGE, 1992.
- CALDEIRA, J. de R. C. A Criança e a Mulher Tupinambá. S. Paulo, Scortecci, 2000.
-
- _____ Vadiagem no Maranhão na Primeira Metade do Século XIX. Mimeografado. São Luís, 1993.
- CARDOSO, Clodoaldo. Municípios Maranhenses: Pastos Bons. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1946
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Índio e o Mundo dos Brancos. São Paulo, Pioneira, 1972.
-
- _____ Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Antropologia do Brasil. Mito, História, Etnicidade. São Paulo, Brasiliense-EDUSP, 1986.
-
- _____ História dos Índios no Brasil. São Paulo, FAPESP-SMC / Companhia das Letras, 1992.

- _____ (Org) Legislação Indigenista do Século XIX. São Paulo, EDUSP-
Comissão Pró-Índio/SP, 1992.
- CARVALHO, Carlota. O Sertão: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924
- _____ O Sertão. Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. 2ª Ed.,
Imperatriz, Ética, 2000
- CARVALHO, João Renor F. de. Momentos da História da Amazônia. Imperatriz, Ética, 1998.
_____ *Prefácio*. In: Carvalho, Carlota, Op. Cit., 2000,
XII-XLVII.
- COELHO, E.M.B. A Política Indigenista no Maranhão Provincial. São Luís, SIOGE, 1990.
- COELHO NETO, Eloy. História do Sul do Maranhão. Terra, Vida, Homens e Acontecimentos.
Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1979.
- CROCKER, WILLIAM. Os Índios Canela de Hoje. Nota Prévia. Belém, Boletim do Museu
Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, n. 2, julho de 1958.
_____ O Movimento Messiânico Canela. Uma introdução (1967). In Shaden,
E. Leituras de Etnologia Indígena. São Paulo, C.E.N., 1976.
_____ Estórias das Épocas de Pré e Pós-pacificação dos Ramkokamekra e
Apaniekra-Canela. Belém, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, no.68, 1978.
_____ The Canela (Eastern Timbira). I. An Ethnographic Introduction. Washington,
Smithsonian Contributions to Anthropology, no. 33, 1990.
- CRUZ, Olímpio M. da. Caiuré Imana, o Cacique Rebelde. Brasília, Thesaurus, 1982.
- DORIA, F. A. M. "Relatório com que o Exmo. Sr. Franklin A. de Menezes Dória passou à
Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão a administração desta província ao Exmo.
Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, no dia 28 de outubro de 1867. San Luiz: Typ. de

B. de Mattos, 1867

DROULERS, M. e Patrick Maury. *Colonização da Amazônia Maranhense*. In Revista Ciência e Cultura, no. 33., São Paulo, agosto/1981, pp 1033-1050.

DA MATTA, Roberto da. *Mito e Anti-Mito entre os Timbira*, in Mito e Linguagem Social. Vários Autores. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, pp 77-106, 1970.

_____ *Mito e Autoridade Doméstica*. In Ensaaios de Antropologia Estrutural. Petrópolis, Vozes, 1972.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo, Global, 1987.

FERNANDES, Florestan. A Organização Social dos Tupinambá. São Paulo/HUCITEC - Brasília/Editora UnB, (1948) 1989.

FREITAS. J. M. "Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Manoel de Freitas passou a administração da província ao 1º vice-presidente Conselheiro João Paulo Monteiro de Andrade, em 7 de março de 1883". São Luis: Typ. de O Paiz, 1883.

GAIOSO, Raimundo J. de S. Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão. Rio de Janeiro, Ed. Livros do Mundo Inteiro – SUDEMA, (1818) 1970.

GLUCKMAN, Max. *Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna*. In: Bela Feldman-Bianco, Op. Cit, pp 227-344.

GOMES, Mércio. The Ethnic Survival of Tenethara Indians of Maranhão, Brazil. (P.H.D) Miami, Universidade da Flórida, 1977.

_____ Os Índios e o Brasil. Petrópolis, Vozes, 1988.

GOMES DE CASTRO. A. O. "Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Provincia do

Maranhão pelo presidenteda província, Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro. São Luis
3 de novembro de 1870.

”Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro
passou a administração da província no dia 22 de fevereiro de 1875 ao Exmo. Sr.
Conselheiro Desembargador José Pereira da Graça, 2º Vice-Presidente”. São Luis: Typ.
de O País Imp.M.F. Viana Pires, 1875.

HEMMING, John. Amazon Frontier. The Defeat of de Brazilian Indians. Cambridge,
Massachusetts, Harvard University Press., 1987.

MAIA, J. S. ”Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José da Silva Maia, presidente da
Província do Maranhão passa o governo ao vice-presidente, Dr. Augusto Gomes de
Castro”. Maranhão, 3 de janeiro de 1870.

MACHADO, A. C. da Cunha. ”Relatório com que o Exmo. Sr. Antonio Candido da Cunha
Machado passou a administração da Província ao Vice-Presidente, Exmo. Barão de
Grajaú, em 24 de fevereiro de 1857...”

MARQUES, Cezar A. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3ª Ed.,
Rio de Janeiro.Ed. Fon-Fon e Seleta , 1970.

MARANHÃO, Arquivo Público do Estado. Repertório de Documentos para a História
Indígena no Maranhão. São Luís, SECMA, 1997.

MATTOSO, Kátia M. de Q. Bahia, Século XIX: uma Província no Império. São Paulo,
Nova Fronteira, 1992.

MEIRELLES, Mário M. História da Independência no Maranhão. Rio de Janeiro, Artenova, 1972
História do Maranhão. 2ª ed. São Luís, SIOGE, 1980.

MELATTI, J. Cezar. Índios e Criadores. A situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins.

Rio de Janeiro, ICS-UFRJ, 1967.

O Messianismo Krahó. São Paulo, Herder-EDUSP, 1972.

MELO, A. M. de C. "Relatório que à Assembléia Legislativa Provincia do Maranhão apresentou o Presidente a Provincia, Conselheiro Antonio Manoel de Campos Melo." San Luiz, Typ. de B. de Mattos, 1862.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. A Política Indigenista Brasileira durante o Século XIX. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP), 1971, 3 volumes.

Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750-1850).

Petrópolis, Vozes, 1988.

MOTT, Luiz. Piauí Colonial. População, Economia e Sociedade. Teresina, Projeto Petronio Portela, 1985.

NASCIMENTO, M. J. A. do. "Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Provincia passou a administração da mesma ao Exmo. Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento – 2o. Vice-Presidente, no dia 24 de novembro de 1863". Maranhão: Typ. Constitucional de I. D. Ferreira, 1863.

NIMUENDAJU, Curt. The Eastern Timbira. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1946.

Mapa Etnohistórico. Rio de Janeiro, IBGE-Pró-Memória, 1987.

OLIVEIRA, Adalberto L. R. Relatórios de Pesquisa. FAPESP (1985-1989)

Relatório de Pesquisa. UFMA-FAPEMA, março/1994.

Relatórios de Pesquisa. UFMA-PPPG, novembro/1995 e julho/98

500 Anos de Brasil: dominação colonial, políticas

indigenistas e resistência étnica dos povos indígenas. In CEUMA Perspectiva

Vol 4. EDICEUMA, 2000.

Prefácio. em CALDEIRA, J. R. C., A Criança e a Mulher Tupinambá. SP, Scortecci, 2000.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O Nosso Governo. Os Ticuna e o Regime Tutelar. S.P./Marco Zero - Brasília/CNPq, 1988.

Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. In: Revista Mana, abril de 1998.

Ensaio de Antropologia Histórica. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1999.

O NORTE. (Periódico). Barra do Corda, 08/11 a 29/11, 1913.

ORO, Ari Pedro. Na Amazônia um Messias de Índios e Brancos. Traços para uma Antropologia do Messianismo. Petrópolis, Vozes, 1989.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, (1942) 1987.

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização. Petrópolis, Vozes, 1982.

RIBEIRO, Francisco de Paula. “Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão. Escritas no ano de 1819 pelo Major Graduado...” In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1841, Tomo III, pp. 184-455.

“Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyás no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssima”. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1848, Tomo X, pp.5-80.

“Descrição dos território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão” (1819). In: Cardoso, Clodoaldo. Municípios Maranhenses: Pastos Bons, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1946, pp. 45-87.

RONDINELLI, Rosely, C. Inventário Analítico do Arquivo do SPI. Rio de Janeiro, Museu do

Índio/FUNAI – Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

SOUSA MARTINS, José de. “Frente de Expansão e Frente Pioneira”. In
Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.

Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano
São Paulo, USP-HUCITEC, 1997.

SPI. Serviço de Proteção aos Índios. *Informação no. 22*. A.C. Doc. 126, Filme 380, Fot. 1420-1432, 28/12/1941.

Relatório do Chefe da S.O.A.. A.C. Doc. 161, Filme 380,
Fot. 1433-1440, 29/07/1949.

SPIX, Johann. B. V. , MARTIUS, C.F. Phillip V. Viagem pelo Brasil 1817-1820. São Paulo, EDUSP / Belo Horizonte, Itatiaia, vol 3, 1981.

SWARTZ, M. L. Local Level Politics. Introduction. Michigan State University, 1968.

SWARTZ, M.L.; TURNER, V. & TUDEN, A. Political Antropology. Introduction. Chicago, Aldine, 1966.

TURNER, Terence. *De Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó*. In: Viveiros de Casto, E. e Manuela Carneiro da Cunha (Org). Amazônia: Etnologia e História Indígena. São Paulo, NHII- USP-FAPESP, 1993.

VELHO, Otávio G. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro, Zahar, (1972) 1981.
Sociedade e Agricultura. Rio, Zahar, 1982.

VIEIRA, Antonio. Sermões. Erechim, EDELBRA, Vol. 12, (1697) 1998.

VIEIRA. J. P. D. ”Relatório do Exmo. Sr. Vice-Presidente João Pedro Dias Vieira, apresentado ao Sr. Presidente da Província do Maranhão, Dr. João Lustosa da C. Pararananguá, no dia

19 de outubro de 1858". Maranhão: Typ. Ramos.

WAGLEY, C. e EDUARDO GALVÃO. Os Tenetehara. Uma Cultura em Transição. Rio de Janeiro. MEC-DIN, 1961.

ZANNONI, Claudio. Conflito e Coesão: o dinamismo tenetehara. Brasília, CIMI, 1999.

6. APÊNDICES

QUADRO 1: EQUIVALÊNCIA DE NOMES INDÍGENAS: Séculos XIX e XX

Paula Ribeiro (1819)	Documentos – Século XIX	Nimuendajú (1946)	Nome Regional	Observações
Ponecrá/ Ponecrans	Canella do alto Grajaú / Canella do Alpercatas	Apa'nyekra e Kénkateye	Canela do Porquinhos	Kénkateye: extintos em 1913
Capiekrans / Canella fina	Canella fina / Canella da Chapada	Ramkõ'kamekra	Canela do Ponto	Contaminados pôr "bexiga" em 1815
Sakamekrans / Timbiras da Matta ou Matteiros	Timbira da Matta ou Matteiros	Ca'kamekra	Mateiros	Amálgama com Ramkõ'kamekra no final do séc. XIX
Piocobgés	Gaviões	Pukobyê e Gaviões Ociden tais (Parkateyê)	Gaviões	Grupos: fissão em meados do séc. XIX (Nim)
Piocobgés (?)	Caracaty	Krikati	Gaviões / Caracaty	Dados como extintos em 1930 (Nim 1946)
Makamekrans ou Caraús	Makamekrans / Caraús	Krahô	Krahô	Aliados dos criadores / séc. XIX
Purekamekrans ou Cupinharós	Cupinharós	Porekamekra	-----	Escravizados em 1814. Fusão com Krahô entre 1830-1840
Timbiras do Baixo Mearim	Cramzé e Pobzé	Kreyê , Pebyê e Kukoekamekra	"Timbira"	Aldeados em 1853 na Colônia Leopoldina;
Cannacaqtegés	Canacategé	Karekateyê (?)	-----	Escravizados e dispersos/ 1815
-----	Caracategé	Karekateyê (?) / Krepumkateyê	"Timbira" da Geralda/Grajaú	Aldeados em 1853 na Colônia Jussaral
Poncatgés	-----	Ponkateyê	-----	Provável subgrupo Porekamekra
Norocoagéz	-----	Nyurukwayê	-----	Escravizados e dispersos/1815
-----	Crurekamekrans	Kro'rekamekra	-----	Remanescentes incorporados p/ Ramko'kamekra
Gamella de Viana e	Gamella do Mearim (Viana)	Gamella de Viana	Gamela	Acampesinados

Gamella de Codó	Gamella do Codó; "Pedra na Boca" (?)	Gamella de Codó; "Hakapó": p/- os timbira	Gamela	Grupo de Codó: Extinto em 1856, c/ participação dos Canela
Amanajó	Amanajó / Amanagé	Amanayé (Tupi)	-----	Aldeias junto a Pastos Bons: extintas em 1820-30
Acoroá	Acoroá ; Acoroá-mirim e Acoroá-açú	Akroá (Jê-Central)	-----	Aldeados em S. Félix do Balsas, 1763-1771
Gueguê	Gueguê	Gueguê (Jê-Central)	-----	Aldeados em S. Gonçalo do Amarante: 1771
Chavante	Chavante	Xavante (Jê-Central)	-----	Expulsos em 1808 p/sul do Manoel Alves Grande p/ Makamekrans

(Quadro 1: Cont.)

Fontes: APEM: "Repertório de Documentos para a História Indígena do Maranhão" (1997); Carneiro da Cunha, M. (org): "Legislação Indigenista no Século XIX" (1992); Nimuendaju, C: "The Eastern Timbira", (1946); Relatórios dos Presidentes de Província do Maranhão: 1850, 1867, 1871 e 1888; Ribeiro, Francisco de Paula: "Roteiro da Viagem..."(1848); "Memória das Nações Gentias..." (1841); "Descrição do Território de Pastos Bons", (1819), Apud Cardoso, C, 1945.

QUADRO 2: DIRETORIAS PARCIAIS DE ÍNDIOS NO MARANHÃO: 1847-1888

Denominação	Localização	Grupos Étnicos / Aldeias / População	Ano da Criação
1ª) Barra do Rio Corda	Margem dos Rios Corda e Mearim, desde a foz do rio das Flores até a embocadura do riacho Engeitado.	Guajajara (07 aldeias) / Matteiros (02 aldeias) somando 1270 índios + 3 hordas de Cramgés (1850);	1847
1ª) Rio Corda	Margem do Rio Corda e seus afluentes	Canella: (?)	1873
2ª) Jussaral	Margens do rio Mearim, da foz do Corda para cima	Caracategês: (?)	1853
3ª) Alpercatas	Comarca da Chapada, no centro do Alpercatas, cabeceira do Corda, Estiva e Serra Branca	Canella: (03 aldeias): 703 índios + 300 Gavião e Caracategês (1850); 600 Canela (1867); Canella e Matteiro: 821 índios (1881)	1847
4ª) Foz do Grajaú	Margens do Grajaú, da foz até o lugar Palmeira Torta	Guajajara (06 aldeias): 500 índios	1847
4ª) Presídio	Comarca da Chapada	Guajajara: 900 índios	1873
5ª) Palmeira Torta	Alto Rio Grajaú até o lugar Pedra Preta	Guajajara: (4 aldeias): 600 índios	1847 (?)
5ª) Cabeça Branca	Margem esquerda do rio Tury, a 10 léguas da vila de Santa Helena	Guajajara: 300 índios	1871
6ª) Tapera da Leopoldina	Da Tapera da Leopoldina até a vila da Chapada	Gaviões e Caracategês 14 aldeias: 2200 índios/900 índios	1851 1881
7ª) Camacaoca	Rio Pindaré, da fazenda Camacaoca à 01 légua da Colônia Januária	Guajajara: (?)	1854
8ª) Boa Vista	Rio Pindaré, da Colônia Januária à Aldeia Boa Vista	Guajajara: (?)	1854
9ª) Sapucaia	Desde os limites a Aldeia Boa Vista até a Aldeia Sapucaia	Guajajara: (?)	1854
10ª) Alto Pindaré	Da Sapucaia à Aldeia Amanajó. Depois, do Burity-Cupu até o Pontal, no Pindaré (1876)	Guajajara: 3220 índios (1881)	1954
11ª) Caru	Entre os rios Carú e Joaquim Gomes, nas cabeceiras do Pindaré	Guajajara: 1200 índios (1881)	1854
12ª) Alto Mearim	Alto Mearim, entre os morros Cocal Grande e Bezerra. Também na montanha Pico, no Itapecuru	Matteiro: (04 aldeias): 671 índios (1867)	1854
13ª) Cajary	Entre o Lago Cajary e a Estrada do Tapuio, na comarca de Viana	Gamella (01 aldeia): cerca de 100 índios	1855

14 ^a) Capivary	Comarca de Viana	Timbira, Caractegés (?) e Gamella (05 aldeias) Total: (?)	1855
15 ^a) Santa Tereza	Margem direita do Tocantins, da embocadura do Gurupy até a vila de Santa Thereza	Piocobgés, Caragés e Caracaty (04 aldeias): Total: (?)	1859
16 ^a) Chapada	No termo da Chapada: aldeias Cocal, Cocal Grande, Tucum e Jatobá (desligadas da Diretoria da Barra do Corda)	Guajajara (04 aldeias): 644 índios (1881)	1864
17 ^a) Imperatriz	No município de Imperatriz, Comarca de Carolina	Caracaty: 924 (1881)	1866
18 ^a) Gurupy	Sertão do Gurupy	Timbira e Amanajé: 1287 índios (1881)	1866
19 ^a) Amarante	Cabeceiras do rio Pindaré e Grajaú, aldeias São Félix, Amarante e Bacuri	Timbira (Pukobyê?): (03 aldeias): 600 índios (1881)	1871
20 ^a) Ilhinha	Margem do Pindaré, do Barro Vermelho à foz do Carú	Guajajara (?): 660 índios (1881)	1873
21 ^a) Bananal	Termo da Chapada, entre o Mearim e a margem esquerda do riacho Engeitado	Guajajara: várias aldeias Total: (?)	1873
22 ^a) Buriticupu	Comarca da Chapada, foz às cabeceiras do riacho Serozal, daí até o Buriticupu	Guajajara (?)	1876
23 ^a) Porto de Belém	Na beira do rio Corrente, à margem direita do Itapecuru	Guajajara: (?)	1876
24 ^a) Franco de Sá	Lugar São Benedito, termo de São Luiz Gonzaga	Guajajara vindos da Colônia Palmeira Torta	1884
25 ^a) José Bento de Araújo	Alto-sertão do Gurupy, desde a foz do Porangá até a do Gurupy. Foi desmembrada da 18 ^a Diretoria do Gurupy	Tembé, Amanagé, Timbira, Urubu, Guajá e Guajajara. Total: 2270 aldeados, e 1400 não-aldeados	1888

(Quadro 2: Cont.)

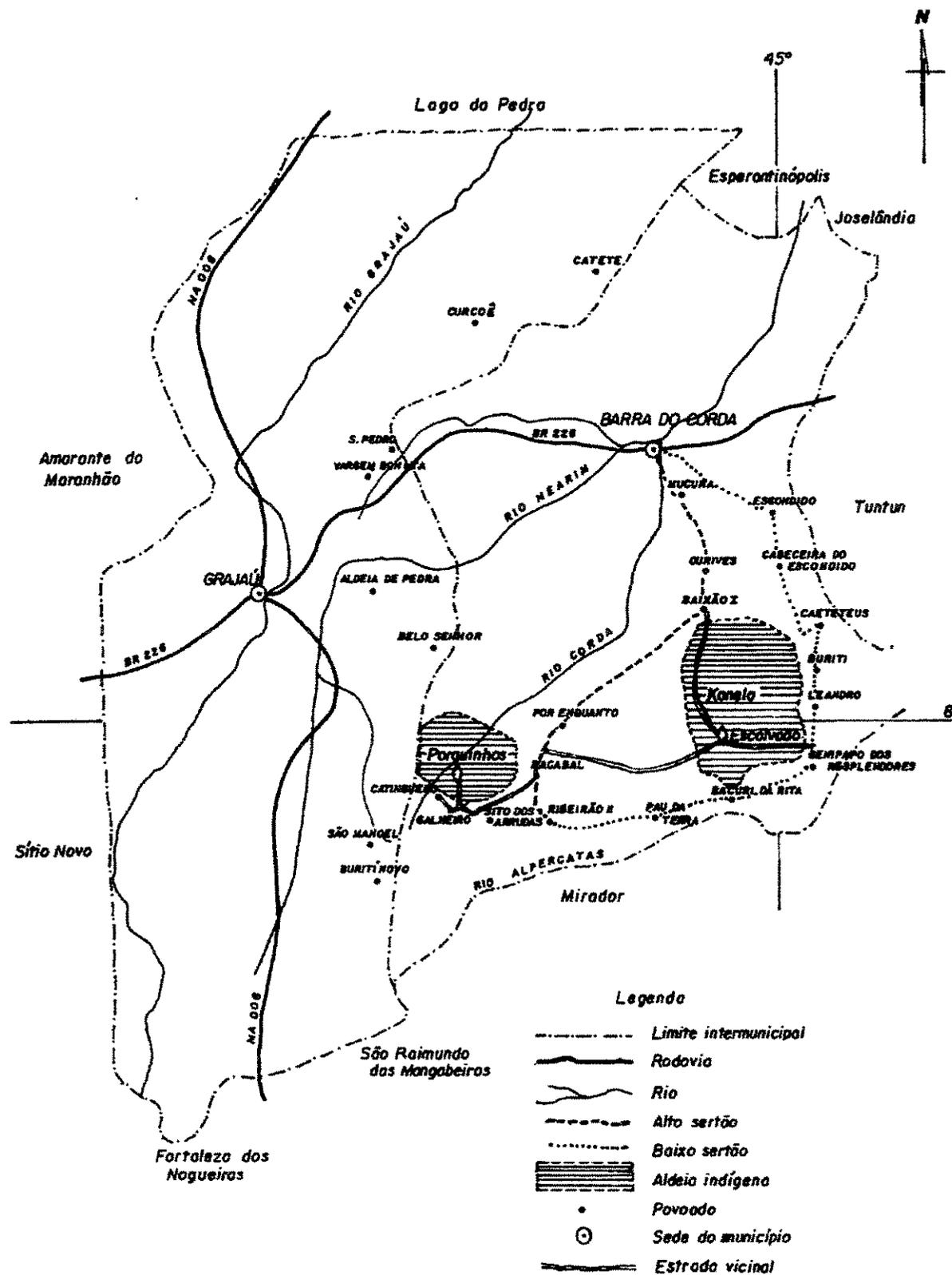
Fontes: APEM: Repertório de Documentos para a História Indígena no Maranhão (1997);), Carneiro da Cunha, M.(org) "Legislação Indigenista no Século XIX" (1992); Coelho, M.E.B.: "A Política Indigenista no Maranhão Provincial" (1990); Nimuendajú, C. "The Eastern Timbira" (1946); Relatórios de Presidentes de Província do Maranhão: 1850, 1867, 1870 e 1888; Ribeiro, Francisco de Paula: "Roteiro da Viagem..."(1848); "Memória das Nações Genfias..." (1841); "Descrição do Território de Pastos Bons", (1819), Apud Cardoso, C, 1945.

QUADRO 3: COLÔNIAS INDÍGENAS NO MARANHÃO - 1850 a 1888

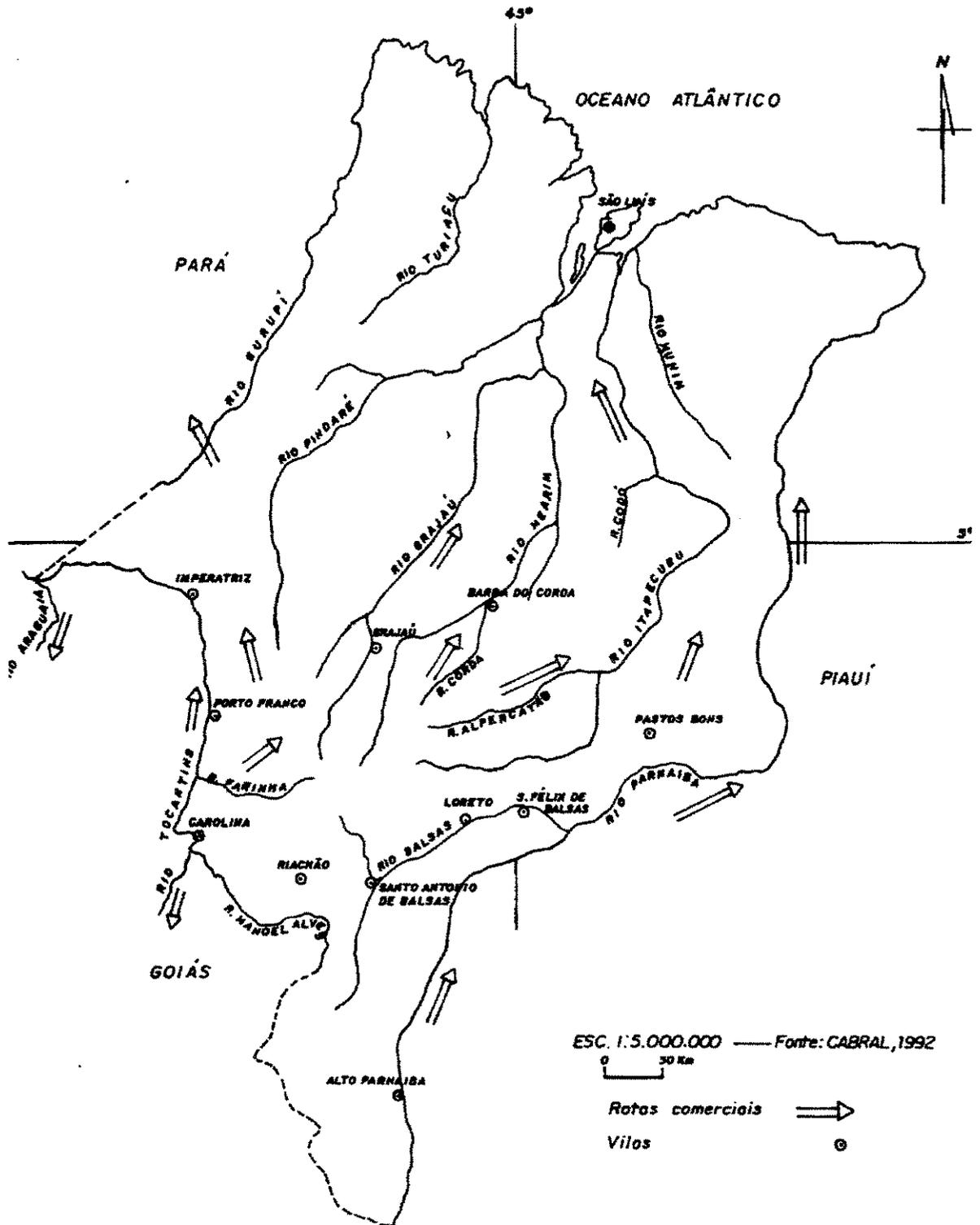
Denominação / Fundação	Localização	Grupos Étnicos / Aldeias / População	Observações
1) São Pedro de Pindaré / 1840	Margem direita do Pindaré, a 6 léguas da vila de Monção	Guajajara: 145 índios (antes de 1850); 86 (1850); 119 (1857); 44 (1871)	Encontrava-se em decadência (1871)
2) Januária / 1854	Na confluência do Carú com o Pindaré	Guajajara e Timbira: 100 índios (1857); 128 (1867); 70 (1875) 97 (1881) e 25 (1887)	Atraso da Colônia atribuído aos diretores (1871)
3) Leopoldina / 1854	Na margem esquerda do Mearim, 3 léguas ao centro do Bacabal	“Cremzé” e “Pobzé”: 170 índios (1857); 500 (1867-1870); 128 (1875); 201 (1887)	Mortes pôr epidemia (1857); Estado satisfatório (1871)
4) Aratauhi-Grande / 1873	Margem do Grajaú desde a foz até a col. Palmeira Torta	Guajajara: (06 aldeias) c/ 500 índios (1867); 149 índios (1873); 600 (1875)	Antiga Diretoria Parcial Foz do Grajaú elevada a Colônia em 1873
5) Dous Braços / 1873	Margem do Mearim, comarca de Barra do Corda	Guajajara:; 191 índios (1875); 517 (1881); 540 em 8 aldeamentos (1887)	Aldeamentos: 03 “selvagens” e 05 “pacificados”/ (1887)
6) Palmeira Torta / 1870	Margem do Grajaú, a mesma distancia da vila do Mearim e da Chapada	Guajajara: 4 aldeias e 600 índios (1867); 2500 /52 aldeias (1875); 150 índios (1881)	Elevada de diretoria parcial à colônia indígena (1870)
7) Nova Olinda/ 1884	Comarca de Barra do Corda	Desconhecido	

Fontes: APEM: “Repertório de Documentos para a História Indígena do Maranhão” (1997); Carneiro da Cunha, M. (org): “Legislação Indigenista no Século XIX” (1992); Coelho, M.E.B. “A Política Indigenista no Maranhão Provincial” (1990); Nimuendaju, C. “The Eastern Timbira”(1946); Relatórios dos Presidentes de Província do Maranhão: 1850; 1867; 1871; 1875 e 1888.

MAPA1: MUNICÍPIOS DE BARRA DO CORDA E GRAJAÚ: TERRA INDÍGENA KANELA; TERRA INDÍGENA PORQUINHOS; “ALTO” E “BAIXO” SERTÃO - 1994



MAPA 4: ROTAS COMERCIAIS PARA O SERTÃO PASTORIL – SÉCULO XIX



MAPA 5: CROQUIS DAS TERRAS OCUPADAS PELOS ÍNDIOS CANELA - 1936



Fonte: Original de Curt Nimuendaju (1936). Cf. SPI. Doc. 161: Filme 380, Fot. 1433-1440.